

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

JUAN IGNACIO ALBINO ROMÁN CASTILLO

**O BRASIL  
E A SEGURANÇA NO CONE SUL  
NO PÓS-GUERRA FRIA**

**São Paulo  
2008**

JUAN IGNACIO ALBINO ROMÁN CASTILLO

**O BRASIL  
E A SEGURANÇA NO CONE SUL  
NO PÓS-GUERRA FRIA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.**

**Orientador:  
Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello**

**São Paulo  
2008**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

#### Catálogo na Publicação

ROMÁN CASTILLO, Juan Ignacio Albino

**O BRASIL E A SEGURANÇA NO CONE SUL NO PÓS-GUERRA FRIA** / Juan Ignacio Albino Román Castillo ; orientador Leonel Itaussu Almeida Mello – São Paulo, 2008. 206 f. : fig.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Política Internacional – Segurança – América Latina - Brasil.
2. Política de Segurança. 3. Relações Internacionais. I. Título. II. Mello, Leonel Itaussu Almeida

CDD 327

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Juan Ignacio Albino Román Castillo  
O BRASIL E A SEGURANÇA NO CONE SUL NO PÓS-GUERRA FRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em:

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

*DEDICATÓRIA*

*À memória de Ignacio e Olga,  
pais exemplares, minha  
devoção infundável.*

*DEDICATÓRIA*

*A Laura,*

*mínha filha, com três anos  
mínha luz, mínha razão de ser.*

*A Laura Olga,*

*Irmã e amiga insuperável.*

*À Memória*

*Do Professor Braz José Araújo,  
Sua confiança encaminhou-me  
nesta árdua, porém gratificante,  
experiência.*

*AGRADECIMENTO ESPECIAL*

*Ao Professor Titular*

*Leonel Itaussu Almeida Mello*

*minha infinita gratidão, por sua  
confiança, amizade, compreensão,  
e orientação firme e eficiente.*



*AGRADECIMENTOS*

*À Chefia do Departamento, aos docentes, corpo administrativo, e discentes do Curso de Doutorado em Ciência Política da Universidade de São Paulo.*

## RESUMO

ROMÁN CASTILLO, Juan Ignacio Albino. **O BRASIL E A SEGURANÇA NO CONE SUL NO PÓS-GUERRA FRIA**. 2008. 207 f. – Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Quando se considera a Segurança Internacional da América Latina, comprovasse a inexistência de um ator regional com excedente de poder necessário, tanto em **Hard power**, poderes econômico, militar, e de mobilização, como de **Soft power**, de liderança passiva pela persuasão da conveniência da emulação e pela convicção de resultados melhores pela cooperação com o líder ou *primus inter pares*. Portanto, o exercício de um **Smart power**, o hábil e eficaz equilíbrio dos dois poderes mencionados só poderá acontecer dentro de um condomínio de boa vontade entre os países da região. Uma **Segurança Cooperativa Sustentável** para América Latina, com participação seminal dos países do Cone Sul será o objeto de análise deste trabalho. O Brasil e seus vizinhos do Cone Sul, com um peso específico importante na região, devem demonstrar Vontade Nacional e capacidade operativa para facilitar a realização de consensos entre os países envolvidos para garantir uma gestão sustentável da agenda regional de segurança. Isto se torna de particular premência numa conjuntura internacional onde ameaças e desafios relativos a região carecem de qualquer prioridade global, enquanto graves crises atuais e futuras imediatas se ensejam em zonas mais críticas ao Sistema Internacional. Como consequência caberá aos países da sub-região exercer eficientemente a vigilância, a prevenção e a rápida solução das ameaças e desafios a segurança.

Palavras-chave: 1. Política Internacional – Segurança – América Latina - Brasil. 2. Política de Segurança. 3. Relações Internacionais..

## ABSTRACT

ROMÁN CASTILLO, Juan Ignacio Albino. **BRAZIL and the Post-Cold War International Security in the Southern Cone.** 2008. 207 p. – Thesis (Doctoral) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

The inexistence of a regional actor with the required excess of power is observed when considering the International Security of Latin America. Both in **Hard power**, the economical, military and mobilization powers, and in **Soft power**, the passive leadership obtained by persuasion of the convenience of imitation, as well as by the conviction of better results granted from cooperation with the leader or *primus inter pares*. Therefore, the exercise of **Smart power**, the efficient balance of the afore mentioned powers, can only succeed within an ambient of good will among the nations of the region. For Latin America a **Sustainable Cooperative Security**, with a seminal role of the countries of the Southern Cone will be the object of analysis of this study. Brazil and its Southern Cone neighbors, with their important specific weight in the region, must make explicit their National Will and operative capacity to enable the consensuses needed among the countries involved to assure a sustainable management of the regional security agenda. These factors are of paramount importance in an international context when threats and challenges related to this region lack any global prominence, at a time when the gravest present, and immediate future, crises happen in most critical regions of the international System. Consequently, the countries of this sub-region will be forced to efficiently manage by themselves the surveillance, the preventive measures, and the swift solution of threats and challenges to the region's security.

Keywords: 1. International Politics – Security – Latin America - Brazil. 2. Security Policies. 3. International Relations.

## RESUMEN

ROMÁN CASTILLO, Juan Ignacio Albino. **BRASIL Y LA SEGURIDAD EN EL CONO SUR EN EL POST-GUERRA FRIA**. 2008. 207 p. – Tesis (Doctorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Cuando se considera la Seguridad Internacional de América Latina, se comprueba la inexistencia de un actor regional con un necesario exceso de poder, tanto en **Hard power**, poderes económico, militar, y de movilización, como también de **Soft power**, de liderazgo pasivo por la persuasión de la conveniencia de la imitación y por la convicción de resultados mejores por la cooperación con el líder o *primus inter pares*. Por lo tanto, el ejercicio de un **Smart power**, el hábil y eficaz equilibrio de los dos poderes mencionados solo podrá suceder dentro de una asociación de buena voluntad entre los países de la región. Una **Seguridad Cooperativa Sustentable** para América Latina, con participación seminal de los países del Cono Sur será el objeto de análisis de este trabajo. Brasil y sus vecinos del Cono Sur, con un peso específico importante en la región, deben demostrar Voluntad Nacional y capacidad operativa para facilitar la realización de consensos entre los países envueltos para garantizar una gestión sustentable de la agenda regional de seguridad. Esto toma una importancia particular en una situación internacional donde amenazas y desafíos relativos a la región no obtienen cualquier prioridad global, al mismo tiempo que las graves crisis actuales y del futuro inmediato aparecen en zonas mas críticas del Sistema Internacional. Como consecuencia los países de la sub-región deberán ejercer eficientemente la vigilancia, la prevención e la rápida solución de las amenazas e desafíos a la seguridad.

Palabras clave: 1. Política Internacional – Seguridad – América Latina - Brasil. 2. Política de Seguridad. 3. Relaciones Internacionales.

## LISTA TABELAS

Tabela 1 – Índice de Globalização - 15 países com melhores colocações ....	31
Tabela 2 – Índice de Globalização - Posição do Brasil nos Fatores Analisados - 2003 a 2006 .....	32
Tabela 3 – Índice de Compromisso com o Desenvolvimento - 21 países .....	34
Tabela 4 – Doações Públicas e Privadas 2004 .....	35
Tabela 5 – Índice de Estados Falidos 2005 – Américas .....	38
Tabela 6 – Índice de Estados Falidos 2006 – Américas .....	39
Tabela 7 – Índice de Estados Falidos 2007 – Américas .....	40
Tabela 8 – Índice de Estados Falidos 2008 – Américas .....	41
Tabela 9 – Américas – Produto Interno Bruto – 1990 – 2008 (est.).....	102
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano no Cone Sul .....	108
Tabela 11 – Índice de Qualidade de Vida - Cone Sul – 2005 .....	109
Tabela 12 – Forças Armadas em serviço ativo na América do Sul (2007) ..	112
Tabela 13 – Forças Armadas do Cone Sul 1989 – 2007 .....	113
Tabela 14 – Compras de Armamentos na América do Sul (1989 – 2007) ...	114
Tabela 15 – Blocos Econômicos Regionais Mais Ativos (2004 ou 2007) .....	123
Tabela 16 – Índice de Democracia por tipo de regime (2006) .....	129
Tabela 17 – Índice de Democracia por Regiões (2006) .....	129
Tabela 18 – Índice de Democracia – Cone sul (2006) .....	130
Tabela 19 – Presidentes do Cone Sul 1989 – 2008 .....	135
Tabela 20 – Apoio e Satisfação com a Democracia - Evolução 2006-07 ....	146
Tabela 21 – Índice de Democracia – Cone Sul (2007) .....	146
Tabela 22 – Índice de Satisfação com os Serviços do Estado .....	147
Tabela 23 – Atitudes perante o Presidente, e o Governo .....	147
Tabela 24 – Avaliação de líderes (2007) .....	148
Tabela 25 – Confiança nos Partidos Políticos – Cone Sul 2007 .....	149
Tabela 26 – Avaliação do desempenho das instituições na América Latina .	150
Tabela 27 – Igual oportunidade de acesso à justiça – Cone Sul 2007 .....	150
Tabela 28 – Viver aqui é cada dia mais seguro? – América Latina 2007 .....	151
Tabela 29 – Viver aqui é cada dia mais seguro? – Cone Sul 2007 .....	151
Tabela 30 – Foi vítima de delito? – Cone Sul 2007 .....	152
Tabela 31 – Vítima de Atos de Corrupção – Cone Sul 2007 .....	152

## LISTA MAPAS

Mapa 1 – AMÉRICA DO SUL – Índice de Estados Falidos 2005 .....	42
Mapa 2 – AMÉRICA DO SUL – Índice de Estados Falidos 2006 .....	43
Mapa 3 – AMÉRICA DO SUL – Índice de Estados Falidos 2007 .....	46
Mapa 4 – AMÉRICA DO SUL – Índice de Estados Falidos 2008 .....	47
Mapa 5 – PAÍSES DO CONE SUL .....	98
Mapa 6 – UNASUL – UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS .....	117
Mapa 7 – AMÉRICA DO SUL – Regimes Políticos 1980 .....	136
Mapa 8 – AMÉRICA DO SUL – Regimes Políticos 1990 .....	137
Mapa 9 – AMÉRICA DO SUL – Regimes Políticos 2000 .....	138
Mapa 10 – AMÉRICA DO SUL – Regimes Políticos 2008 .....	140

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – 16 Países com maiores Gastos Militares em U.S.\$ (2005) .....	58
Figura 2 – 16 Países com maiores Gastos Militares em % (2005) .....	59
Figura 3 – Comparação Percentual de Ataques Terroristas por Região .....	61
Figura 4 – Comparação Percentual de Vítimas Fatais de Ataques Terroristas ..	62
Figura 5 – 10 Países Maiores Alvos de Ataques Terroristas .....	63
Figura 6 – 10 Países Maiores Alvos de Ataques Terroristas em % .....	63
Figura 7 – Cone Sul – Extensões Territoriais .....	100
Figura 8 – Cone Sul – População .....	101
Figura 9 – Cone Sul – Balança Anual de Pagamentos 2007 .....	104
Figura 10 – Cone Sul – Forças Armadas – Número de efetivos .....	112

**O BRASIL  
E A SEGURANÇA NO CONE SUL  
NO PÓS-GUERRA FRIA**

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 Status quo reordenado?</b> .....	19
<b>2 Tipologias de influências</b> .....	21
<b>3 (Velhos) Novos Desafios à Ordem Internacional</b> .....	21
<b>4 Percepções e comportamentos</b> .....	26
<b>5 Valores claudicantes</b> .....	27
<b>6 Novos Valores na Qualificação dos Estados para o Século XXI</b> .....	29
<b>Índice de Globalização</b> .....	30
<b>Índice de Desempenho Ambiental</b> .....	32
<b>Globalização e Expectativa de vida</b> .....	33
<b>Globalização e Qualidade de vida feminina</b> .....	33
<b>Índice de Compromisso com o Desenvolvimento</b> .....	33
<b>Doações e Caridade</b> .....	34
<b>Governança e <i>Accountability</i></b> .....	35
<b>Índice de Estados Falidos</b> .....	35
 <b>CAPÍTULO 1 - SEGURANÇA INTERNACIONAL</b> .....	48
<b>1.1 – Dilema da Segurança</b> .....	48
<b>1.2 – Manutenção do Poder</b> .....	54
<b>1.3 – Guerra contra o Terrorismo (2008)</b> .....	57
<b>1.4 – Estado da Arte nos Estados Unidos</b> .....	67
<b>1.5 – <i>SOFT POWER</i></b> .....	70
<b>1.6 – Do <i>HYPERPOWER</i> ao <i>SOFT POWER</i> uma Difícil Transição     <b><i>NATION-BUILDING</i> no Terceiro Milênio</b> .....</b>	73
<b>1.7 – Presença Global Permanente ou Delegação regional</b> .....	78
<b>1.8 – Interesses Nacionais Vitais</b> .....	82
<b>1.9 – Mudança de Conjuntura Internacional</b> .....	83
<b>1.10 – Um Fato Momentoso</b> .....	84
<b>1.11 – Mudança de Conjuntura Interna dos Estados Unidos</b> .....	85
<b>1.12 – A Revolução do Presidente Bush?</b> .....	87
<b>1.13 – Ou uma Revolução Republicana?</b> .....	89
<b>1.14 – Descaracterização do Neo-conservadorismo</b> .....	93
 <b>CAPÍTULO 2 – A SEGURANÇA NO CONE SUL DA AMÉRICA DO SUL</b> ...	97
<b>2.1 – Desenvolvimento Político do Cone Sul</b> .....	99
<b>2.2 – Extensão Territorial</b> .....	99
<b>2.3 – População</b> .....	100
<b>2.4 – Indicadores Econômicos do Cone Sul</b> .....	101

2.4.1 – Produto Interno Bruto .....	102
2.4.2 – Inflação .....	103
2.4.3 – Investimentos .....	103
2.4.4 – Balança de Pagamentos .....	103
2.4.5 – Comércio Exterior .....	104
2.5 – Indicadores Sociais do Cone Sul .....	106
2.5.1 – Desemprego .....	106
2.5.2 – População abaixo da Linha de Pobreza .....	106
2.5.3 – Índice de Desenvolvimento Humano [UN-HDI] .....	107
2.5.4 – Índice de Qualidade de Vida .....	108
2.6 – Desafios à Segurança Internacional no Cone Sul.....	109
2.6.1 – Disputas Limítrofes .....	110
2.6.2 – A Tríplice Fronteira .....	110
2.6.3 – Narcotráfico .....	110
2.6.4 – Tráfico de seres humanos .....	111
2.6.5 – Contenciosos ambientais .....	111
2.6.6 – As Forças Armadas na Região .....	111
2.7 – Os caminhos à Integração regional .....	115
2.7.1 – A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) .....	115
2.7.2 – Segurança Regional .....	126
<b>CAPÍTULO 3 - A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O BRASIL .....</b>	<b>127</b>
3.1 – O Brasil e seu entorno .....	127
As Relações Internacionais do Brasil .....	127
3.2 – Índice de Democracia .....	129
3.3 – A Matriz Funcional ( <i>Functioning core</i> ) .....	130
3.4 – <i>SOFT POWER</i> e o Brasil .....	132
3.5 – Esquerdização da América do Sul .....	133
3.6 – As percepções populares no Brasil e no Cone Sul .....	146
3.7 – A Segurança do Cidadão .....	151
3.8 – A Relação do Brasil com seus Vizinhos .....	153
3.9 – A Inserção Internacional do Brasil .....	159
<b>CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
4.1 – América Latina, uma região negligenciada .....	163
4.2 – Cone Sul, uma semente para evolução política L.-americana .	166
4.3 – Brasil, um peso específico não internalizado .....	166
4.4 – <i>SOFT POWER</i> , o início do conceito de <i>SMART POWER</i> .....	171
4.5 – O Paradoxo da Diplomacia Presidencial brasileira .....	173
4.6 – Um presente mais seguro? .....	176
4.7 – Um futuro mais incerto? .....	179
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>185</b>



## INTRODUÇÃO

América do Sul, com suas características geopolíticas, foi poupada das grandes catástrofes humanas por conflitos internacionais do século XX, depois das encarniçadas guerras de independência da América espanhola no século anterior. Com raras exceções,<sup>1</sup> apenas uns poucos conflitos intestinos de moderada ou pequena monta aconteceram esporadicamente e de forma limitada nesta região a partir de 1900.

Por outro lado, as exigentes solicitações de uma ordem mundial transformada pelos atentados terroristas internacionais de 11 de setembro de 2001, demandam novas abordagens: estratégicas, normativas e de planos de ação, para lidar preventivamente, e em caráter regional, com as novidades nos desafios à segurança.

O Brasil com seus importantes recursos, poderia ser um fiel do equilíbrio da segurança na América do Sul, promovendo e contribuindo para uma situação de estabilidade regional redundante em benefícios para todos os países participantes, e em todo o âmbito das suas estruturas sociais.

O relativo pacifismo nas Relações Internacionais entre os Estados da América do Sul leva a autores como Henry KISSINGER (1994, 2001a) tratar o subcontinente com características de normalidade política semelhante à dos países *soi-dissent* mais desenvolvidos em política internacional, ou segundo Samuel HUNTINGTON (1994, 1996), como uma região sem linhas de fraturas civilizacionais iminentes, integrada à civilização ocidental. Se bem que na sua obra, **Who are We?** (2004), alerta para uma possibilidade de fissão entre as civilizações anglo-saxã e mexicano-americana dentro do território dos Estados

---

<sup>1</sup> A Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai (1932-5) com a perda de aproximadamente 100.000 vidas; a guerra entre Equador e Peru (1941), um conflito de 5 dias na fronteira entre Equador e Peru (1981); a Guerra das Falkland/Malvinas entre Argentina e o Reino Unido (1982) com a perda de aproximadamente 1250 vidas (368 delas no afundamento do cruzador *Belgrano*); e outro conflito com um mes de duração entre Equador e Peru em 1995.

Unidos.

Nas últimas décadas aconteceram na região apenas incidentes de fronteiras leves e de curta duração, notadamente confrontos entre Equador e Peru (1981 e 1995), e a guerra entre a Argentina e o Reino Unido pela posse das ilhas Falkland/Malvinas e Georgias do Sul em 1982. Assim, os conflitos armados no Sul do hemisfério se limitaram a processos internos, como guerrilhas em praticamente todos os países da América do Sul, notadamente em Colômbia, Peru, Venezuela, Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai, etc.

A importância geoestratégica do Brasil que tem fronteiras secas com todos os países da América do Sul, com exceção de Chile e Equador, sendo a maior extensão delas nas selvas da Amazônia legal, enfatiza a necessidade de solução de problemas bélicos em linhas de defesa à distância, antes que os mesmos se infiltrem no território nacional.

Outro problema de importância é o conluio de guerrilheiros sul-americanos, próximos das fronteiras nos países vizinhos, que fornecem proteção ao tráfico e produção de narcóticos que são exportados para o mundo todo utilizando rotas envolvendo outros estados, afundando-os cada vez mais nas redes do crime organizado internacional.

Frente a todas essas ameaças, parece não existir um consenso operacional na região, e, pelo contrário se insinua um problema de "delegação-da-delegação" onde na presença de *faits-accomplis*, uma instituição internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU), delega a atuação a uma instituição regional, por exemplo a Organização dos Estados Americanos (OEA), que delega a um ou vários dos seus membros uma missão mediadora. Em todas essas instâncias apenas uma coincidência, nenhuma tem a capacidade de implementar uma obrigação à obediência da ordem internacional instituída na normatividade do Direito, dos Tratados, Acordos e Convenções.

Na iniciativa do Milênio para a reformulação da principal das instituições internacionais, a ONU, procuram-se novas e mais eficazes vias de

atuação na eventualidade de iminência de conflito de segurança internacional. Contudo, parece que a resistência à alteração do *status quo* tornará inviável qualquer pretensão de determinação de condutas padronizadas num planejamento de contingências. Se isto acontece no nível global, cabe inferir que não será diferente nas instâncias regionais.

### **1. *Status quo* reordenado?**

No século recém-passado, a Ordem ou Sistema Internacional sofreu importantes variações adaptando-se às necessidades globais e às circunstâncias das potências dominantes. Isto levou à criação de Instituições globais ou regionais, genéricas ou específicas para atender à organização dos Interesses Nacionais e/ou Internacionais. O Sistema Internacional está em processo de reestruturação após mais de quatro décadas de adequação quase exclusiva à dicotomia da Guerra Fria. Novos valores, necessidades, preocupações e desafios à Segurança Internacional são tornados mais evidentes e ganham preponderância na hierarquia das prioridades após os atentados terroristas internacionais de 11 de setembro de 2001, exigem soluções cooperativas de todos os países. O conceito de Segurança Cooperativa domina a estruturação do “Novo” Sistema Internacional. O que é válido à Macro-organização do Sistema, entre Grandes, médias e pequenas potências em nível global, também serve - com as imprescindíveis adaptações - no nível Micro, nas Relações Internacionais regionais. Ao tratar dos assuntos estratégicos de segurança, deve-se considerar que as opções ocorrem dentro de um sistema político, portanto nos valores e na tradição política desse sistema e no ambiente do governo, tomador de decisões, com sua circunstância histórica. Assim, os interesses e complexidades peculiares aos Estados do hemisfério americano, e em particular ao Brasil demandam um estudo específico e pontual. Portanto, adota-se neste trabalho o período histórico entre a queda do muro de Berlim (novembro 1989) e o fim do primeiro mandato do Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro 2007).

O conceito de segurança, na forma mais ampla, se define pela ambição realizada a um estado de bem-estar fundamentado na paz. Na

realidade atual de constante aumento da dependência entre nações, de partilha de objetivos e princípios entre povos, de convergência de sistemas políticos, de alargamento de identidades, as condições propícias para a paz continuam sendo: uma expectativa utilitária preponderante da paz sobre o conflito, uma culturalização cívica democrática, um compromisso pela solução arbitrada de disputas, um fortalecimento das instituições - tanto domésticas como internacionais, convenções normativas de ampla aceitação, a legitimação pelo mútuo reconhecimento. Na ausência de um ator com excedente de poder suficiente para a preservação da segurança regional, um grupo de países deve assumir um consórcio de segurança cooperativa, e este só terá repercussão duradoura, quando as medidas, a dedicação e o interesse cooperativo são sustentáveis. Algo que parece ter evoluído de forma promissora é: a existência de pacificadores - com *expertise* pertinente para a gestão de crises, o propósito de coletividade e a identidade social proeminente.

Dentro deste contexto, ADLER (2005) argumenta que existem evidências empíricas que sustentam que podem ser desenvolvidas comunidades de segurança pluralistas em diversas regiões do mundo, entre outras no Cone Sul das Américas.

Um dos fatores prementes para o desempenho da Segurança Cooperativa Sustentável é a cláusula da **accountability**, onde o exercício do estado de direito é condição *sine qua non* para as relações sociais regionais. Não apenas os estados necessitam reconhecer os direitos dos outros, como também devem satisfazer suas obrigações transnacionais - em temas como meio ambiente, saúde, etc. além, certamente, da segurança cooperativa. Uma nação como o Brasil com ambições de participação decisória no sistema internacional deve desenvolver instituições públicas eficazes e eficientes que ancorem sua inserção competitiva internacional. Para Braz ARAUJO (2003), isto implica numa percepção comum entre os países envolvidos, levando a uma procura conjunta de soluções com dispositivos específicos para evitar e/ou reduzir tensões e suspeitas e desenvolver confiança mútua para garantir a estabilidade regional, isto poderia ser resumido como a criação de uma **identidade em segurança**, que pode evoluir para uma **identidade**

**estratégica**, com objetivos mais ambiciosos e abrangentes.

## 2. Tipologias de influências

O Poder Internacional como capacidade de um Estado de fazer que outros atores mudem suas atitudes de acordo com as conveniências do Estado poderoso, e nem sempre dentro das necessidades e interesses do ator que se submete, oferece a possibilidade de organização tipológica das relações entre os atores.

Em uma tipologia clássica, as formas de poder podem ser classificadas em temporais - **Imperium, Dominium**, e espirituais - **Religio**, conforme sua origem político-militar, econômica ou transcendental, respectivamente. (BOBBIO, 2000 p. 164). Para Raymond ARON (1962, p. 220) o poder internacional pode ser exercido para a obtenção da paz por: 1 - **Equilíbrio de poder**, quando num período histórico as forças das unidades políticas estão equilibradas, 2 - **Hegemonia**, quando uma delas domina as outras, ou 3 - **Império** quando o excesso de poder de uma é tão desproporcional que as "outras perdem sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política" assim o **Estado Imperial** passa deter o monopólio da violência legítima.

## 3. (Velhos) Novos Desafios à Ordem Internacional

O século passado foi o da Era da consagração dos Direitos Individuais. Dois pontos culminantes se destacam nesse processo: a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) devotam-se à internacionalização desse interesse.<sup>2</sup>

A partir dos atentados terroristas internacionais contra os Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, no novo século constatam-se mudanças radicais na Ordem Internacional. A dimensão, e conseqüências que acarretam sugerem a necessidade de uma nova leitura dos Princípios das Relações Internacionais e do Estado de Direito.

---

<sup>2</sup> v. UNITED NATIONS (1945, 1948).

A reação imediata incluiu um não declarado Estado de Exceção, que nada mais foi que uma continuação das medidas de segurança cada vez mais invasivas à privacidade, e a outros Direitos do Indivíduo.

Dentro dos espíritos da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, podem-se questionar as ocorrências cada vez mais agressivas à privacidade tanto de origem externa como interna, e sua facilitação pela chamada Sociedade em Rede.<sup>3</sup>

Em retrospectiva, pode-se afirmar que com o fim da Guerra Fria após a auto-implosão do Comunismo da União Soviética, uma nova Ordem Mundial de acomodações globais criou expectativas de estabilidade a longo prazo. As Relações Internacionais insinuavam uma consolidação do modelo de Democracia Liberal cada dia mais abrangente. As perspectivas de paz e segurança mundiais pareciam ser as melhores em séculos. As chamadas grandes potências se acomodavam dentro das expectativas da Teoria Clássica da Política Internacional: Governos democráticos economicamente interdependentes não se envolvem em conflitos bélicos, as diferenças são aparadas sob a iluminada assessoria de *experts* em solução de conflitos.

O G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã Bretanha, Itália, Japão) + 1 (Rússia) passaram a interessar-se nas vantagens mútuas da gestão conjunta do novo fenômeno globalizante. Mesmo os teóricos políticos de ambos os extremos, deixaram de lado antigas intransigências e mágoas para estudarem as vias de colaboração para um melhor aproveitamento.

Formadores de opinião de direita passaram a defender um CAPITALISMO RESPONSÁVEL,<sup>4</sup> um CAPITALISMO SOLIDÁRIO, ou CONSCIENTE, e a idéia de administração de uma Globalização para todos, da defesa desse novo processo cuja demonstrada capacidade de sucesso econômico poderia servir aos objetivos das Nações Unidas para a redução da pobreza mundial pela

---

<sup>3</sup> Para conceituação da Sociedade em Rede *vide* a Trilogia de Manuel CASTELLS (1996-8).

<sup>4</sup> v. Gary B. MADISON (1998).

metade até 2015.<sup>5</sup>

Teóricos da nova esquerda também passaram a admitir a necessidade de participação, mesmo que corretiva, na Globalização eminentemente capitalista. Ignacio RAMONET (2001),<sup>6</sup> editor de **DIPLÔ**, afirmava: "Les perspectives de croissance semblent énormes". Michael HARDT e Tonio NEGRI (2001)<sup>7</sup> pregavam a inserção da nova esquerda na globalização com vistas a uma futura hegemonia da *Produção Biopolítica* para compensar o seu conceito da nova forma de Império. Outros acadêmicos solicitavam uma Globalização SOLIDÁRIA.

Um novo enfoque da realidade deixava de lado o obscurantismo fanático e dava lugar a uma vontade de inserção participativa. Havia uma importante aceitação que a Globalização não é, do ponto de vista de modelo econômico um jogo-de-soma-zero, onde para um ganhar todos os outros precisam perder. Conceitualmente, a gestão aprimorada, depurada, refinada da Globalização deveria levar a benefícios para todos os participantes, obviamente de intensidades diferentes conforme a capacidade de adequação de cada um.

De forma geral, até setembro de 2001, parecia existir um novo tipo de equilíbrio internacional, composto por UM sistema político em expansão, a Democracia; UM sistema econômico cada vez mais abrangente, o Capitalismo globalizante; UMA única Super-potência não expansionista, os Estados Unidos; uma recém empossada administração nessa Super-potência que, se por um lado substituíra a administração Clinton mais favorável a governança mundial multilateral, por outro ainda não detinha a solidez de um governo experiente, testado, e com embasamento político eleitoral e legislativo incontestável.

Em 11 de setembro de 2001, os atentados terroristas contra os Estados Unidos provocaram uma radical mudança de curso naquelas relações internacionais que pareciam consagradas à estabilidade. Estudos pormenorizados destas situações e seus efeitos tentam provar que os atentados

<sup>5</sup> v. Oxfam Policy Paper (2000).

<sup>6</sup> v. RAMONET. *Nouveau siècle nouveaux conflits* (2001).

<sup>7</sup> v. HARDT e NEGRI. **Empire** (2001).

mencionados resultaram num “tiro pela culatra”, fizeram desandar as conquistas de um mundo multilateral, oferecendo gratuitamente uma hegemonia incontestável ao Presidente dos Estados Unidos. Nunca na história da democracia americana, houve tanta aceitação irrefutada às suas políticas internacionais, por basicamente todos os países, e certamente por todas as potências do mundo atual. Nunca se impôs a diplomacia do *Foggy Bottom* e as determinações táticas do Pentágono de forma tão abrangente, incisiva e arbitrária, como na seqüência a esse atentado fatídico, com total anuência de aliados e inimigos do passado à campanha militar norte-americana no Afeganistão.

O ser humano vive nestes dias situações inéditas, a celeridade do aumento de conhecimentos e relações, a abrangência global e a eliminação do tempo pela eficiência das comunicações, reduz, na verdade, os advérbios de lugar e de tempo a apenas dois: aqui e já.

Nesta era, mudanças de parâmetros e/ou paradigmas, são freqüentes em todas as disciplinas do conhecimento. No âmbito das Relações Internacionais, a segunda metade do Século 20 traz mudanças imprevisíveis, o modelo Westphaliano de trezentos anos sofre significantes questionamentos. A Ordem Mundial baseada na legítima autonomia, soberania e independência dos Estados-Nação é posta à prova, não pelas intenções expansionistas imperiais, mas pela nova concepção supranacional dos Direitos e Obrigações Humanos. Estados antes tornados impotentes, frente aos desmandos ocorridos alhures, por convenções ou modelos de comportamento tidos como precípuos, reconhecem na dignidade humana o objetivo primordial de qualquer posicionamento categórico ético.

A Nova Ordem Internacional, das últimas décadas do século passado, coloca a Ética do, e com o, indivíduo em plano de igualdade, para não dizer de superioridade, em relação à Soberania nos assuntos nacionais e internacionais.

O culto ao indivíduo que alvorecera na Renascença, tivera a



primeira fruição com o liberalismo do século 18, passa a comandar uma nova visão que regula a relação da nação com o súbdito SOB a égide da comunidade das nações.

Do conceito abstrato passa-se à institucionalização prática e à jurisdição regulamentar. Isto tornou-se necessário perante a ocorrência de sérias violações aos Direitos Humanos e catástrofes humanitárias que exigiram respostas internacionais. A magnitude e a duração de emergências recentes apresentaram difíceis desafios aos governos nacionais e à comunidade internacional.

Para KISSINGER (2001a) a Doutrina da Soberania, fundamento do tratado de Westphalia de 1648, sofre, na atualidade, uma crise sistêmica, seus princípios contestados, e a não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados tem sido abandonada em favor de um conceito Universal de Intervenção Humanitária, ou de Jurisdição Universal. Além dos Estados Unidos e muitos países da Europa Ocidental, esta posição foi endossada por um grande número de países durante a Cúpula das Nações Unidas do Milênio em 2000.<sup>8</sup>

A nova colocação enfática na importância dos direitos do indivíduo e dos Direitos Humanos em geral, leva à revisão dos conceitos antes invioláveis da inimpregnabilidade do Estado-Nação acima de outros direitos e obrigações. O mundo Estado-cêntrico deixa lugar para uma nova civilização centrada nos direitos da individualidade do ser. O mundo atual é explícito ao negar espaço ao terrorismo do estado, às violações contumazes dos Direitos Humanos e das Leis Humanitárias Internacionais.

A diretriz do trabalho atual é estudar uma pequena parcela de um imenso conteúdo global dos desafios à Ordem Internacional como reações ao 11 de setembro de 2001, isto é, as conseqüências para o planejamento estratégico da defesa para a segurança hemisférica, focalizada na participação do Brasil nas crises regionais das Relações Internacionais.

---

<sup>8</sup> Ver também, KISSINGER (2001b).

#### 4. Percepções e comportamentos

A intensificação da Relações Internacionais no pós-Guerra Fria acarreta novas necessidades, entre elas o desenvolvimento de *checks and balances* para melhor aquilatar os possíveis parceiros na procura do proveito mútuo. Os Atores Internacionais, cada vez mais heterogêneos, e suas Relações, cada vez mais complexas exigem garantias para conseguir-se uma confiabilidade. Neologismos e novas acepções de termos já conhecidos passam formar parte do *lexicon* imprescindível à comunicação não apenas dos acadêmicos, teóricos e *experts*, como também de todos os atores e finalmente do público geral.

*Accountability*, boa governança, instituições eficientes, formam parte de uma imagem modelar que os atores do Sistema Internacional procuram passar aos seus pares, e não basta ser honesto, precisa PARECER honesto, por que cada vez mais se lida com a reflexão imaginária, aquilo que os outros interpretam do Ator em questão, o efeito passivo da PERCEPÇÃO.

Para um Estado pretender o reconhecimento para um papel diferenciado, deve não apenas ter ciência e consciência da sua *accountability*, também deve importar-se com sua boa imagem projetando uma boa recepção em outros atores.

A Interdependência ultrapassa suas origens econômicas e internaliza os mais variados comportamentos de convívio social, isto se torna evidente no conceito de **Marca** emprestado do *Marketing* na projeção da Imagem de um ator internacional, seja este Estado-nação, Instituição Internacional, Corporação Transnacional, Organização Governamental ou Não-Governamental, Partidos Políticos, Grupos Ideológicos de Pressão, Igrejas e seitas, Etnias que abrangem vários estados-nação, etc. TODOS são beneficiados por uma abordagem de LOGOTIPO, o que o cientista político dos Países Baixos, Peter van HAM (2001) denomina de **Brand State**, da mesma forma que no comércio uma **Marca** consagrada usufrui os benefícios de uma reputação de confiabilidade, também os atores internacionais angariam um diferencial que os

pode tornar *primus inter pares*.

## 5. Valores claudicantes

Mas valores não são permanentes e/ou imutáveis. Séries de características comportamentais dos Estados, que em outras épocas eram incontornáveis, caducaram e cederam o lugar para novos enfoques.

Passada a desculpa da necessidade de sobrevivência, a qualquer custo, durante a Segunda Guerra Mundial, que levou as democracias ocidentais ao convívio com os mais esdrúxulos parceiros de leito, Josif Stalin, Josip Broz Tito, Jiang Jieshi (Chiang Kai-Chek), e Getúlio Vargas, para mencionar apenas alguns, na Guerra Fria, a aliança e/ou obediência cega aos interesses de um dos superpoderes antagonistas eram os fatores primordiais, quando não exclusivos, para um Estado periférico conseguir apóio, auxílio, ou proteção. Esses fatores tiveram sua importância relativa reduzida com o fim da bipolaridade.

Até mesmo sistemas erguidos para a consagração do predomínio econômico das democracias vencedoras da Segunda Guerra Mundial, como o **Sistema de Bretton Woods** e o **Consenso de Washington**, cedem espaço para projeções de um *ethos* nas Relações Internacionais.

Assim, sistemas de categorização ordinal dos Estados, também perdem seu valor preditivo em relação as suas propriedades, no caso de interesse deste trabalho especificamente no campo da Segurança Internacional.

Um sistema valorativo de interesse especial e o **Índice de Poder Perceptível** de Ray S. CLINE (1977), a aplicação deste complexo instrumento tabelar para explicar o equilíbrio de poder no Cone Sul foi estudada por Leonel Itaussu Almeida MELLO (1996), em síntese, os dados fornecidos por CLINE indicam que o Brasil tinha um poder perceptível de 122 pontos o que equivalia a 43% do total do poder agregado de todos os onze outros países sul-americanos (282 pontos). O militar brasileiro Edmar E. TELESCA (1979) propõe

algumas alterações ao índice de CLINE adaptando-o melhor às características da região, neste cálculo o Brasil apresenta um Poder Perceptível de 63,7 num total sul-americano de 221,3. Os três autores chegam a conclusões essencialmente paralelas confirmando a "ascensão do Brasil ao *status* de potência preponderante platina" MELLO (1996 p. 54).

Neste contexto a América Latina sofre a partir de 11/09/2001 um duro golpe, de uma expectativa de posicionamento prioritário nos interesses de política exterior do novo governo dos Estados Unidos, na metamorfose NAFTA - ALCA, passa-se a uma realidade conjuntural de segundo plano que continua após sete anos. Na Geopolítica não cabem devaneios, a América do Norte tem novas prioridades: reconstrução interna, desenvolvimento e estruturação de sistemas de segurança menos falíveis, campanhas militares de punição e dissuasão contra os agressores, rearmamento, compensação e alinhamento com os parceiros imediatos nessas campanhas, e investimentos para, em atitude realista, comprar os "corações e mentes" dos ainda não conquistados.

Tudo leva a crer que mesmo nos mais fantásticos planejamentos de contingências, dos grupos epistêmicos, dos *think-tanks*, dos conselhos de assessoria dos tomadores de decisões, nada poderia prever a situação atual. Daí a NOVA DESORDEM MUNDIAL.

A pesar das inteligências dos países mais poderosos conhecerem *a priori* os terroristas inimigos e seus potenciais, nada foi eficaz para evitar os ataques de 11 de setembro. Entre outros, o próprio George J. TENET Diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, declarava em informe ao Senado, a existência da possibilidade de atentados originados por Osama bin Laden e a Al Qaeda, seis meses antes da realização dos mesmos.<sup>9</sup> A frustração dessa incapacidade, pode traduzir-se em medidas exageradas de segurança.

Outra expectativa era criada pela composição da equipe de Política Externa da primeira Administração BUSH (2001-2005), formada

---

<sup>9</sup> v. TENET (2001).

predominantemente por falcões, CHENEY um Vice-Presidente ex-Secretário de Defesa, RUMSFELD um Secretário de Defesa com experiência anterior no cargo no governo FORD na década de 1970, POWELL um Chanceler militar reformado ex-Comandante na Guerra do Golfo (1991), RICE uma Assessora de Segurança reconhecidamente aguerrida,<sup>10</sup> seria nomeada Secretária de Estado após a reeleição, para mencionar apenas alguns do primeiro escalão, a maioria foram mantidos ou re-escaloados no segundo governo do Presidente Bush em 2005.<sup>11</sup>

Perante essas conjunturas a segurança do futuro econômico e social da América Latina, e em particular do Cone Sul, é cada vez mais dependente das medidas regionais adotadas. Nesse contexto a Segurança Cooperativa Sustentável é uma opção de importância primordial para atingir os resultados e interesses dos Estados envolvidos.

## **6 – Novos valores na qualificação dos Estados para o Século XXI**

A pesar da politicometria das Relações Internacionais não ser ainda uma ciência constituída e de reconhecimento universal, muito pode derivar-se dos estudos comparativos do comportamento internacional. A constante sofisticação dos mesmos, e seu emprego por tomadores de decisão governamentais, não-governamentais e supra-governamentais indica uma crescente aceitação.

Indicadores rudimentares de longo uso: extensão territorial, população, Produto Interno Bruto, Produto Interno *per capita*, e mesmo tentativas de ponderação mais elaborada como Índice de Poder Perceptível, vem sendo substituídos por métodos mais direcionados focados na avaliação de qualidades (ou deficiências) dos atores nacionais, e supranacionais de formas que antes eram reservadas apenas a atores econômicos particulares. São apresentados alguns índices que parecem em vias de consagração para a

---

<sup>10</sup> v. RICE (2001).

<sup>11</sup> É importante salientar que a pesar das diferentes posições nas tomadas de decisões sobre segurança, essa equipe pode ser considerada, reservadas as devidas nuances, como partidária de um posicionamento de força nas Relações Internacionais.

classificação ordinal dos países, que em consequência, geram expectativas de comportamento para os países que almejam alguma precedência. De interesse particular para o presente trabalho são fatores relacionados aos conceitos de **soft power**, **hard power**, e **smart power**,<sup>12</sup> como:

### **Índice de Globalização - *Globalization Index (GI)***

O Índice de Globalização de 62 países introduzido em 2001 pela firma A. T. Kearney Inc. e a revista **Foreign Policy** (2003, 2004, 2005, 2006, 2007) da *Carnegie Endowment for International Peace*, é um indicador compreensivo de diversas características, entre outras Investimentos diretos de capital estrangeiro (*FDI - Foreign Direct Investment*), turismo internacional, ligações telefônicas, servidores de Internet, etc. No Índice atual, os 12 fatores analisados são divididos em quatro grupos: Engajamento Político, Conectividade Tecnológica, Contato Pessoal e Integração Econômica da seguinte forma:

#### **Índice de Globalização - FATORES ANALISADOS:**

- Engajamento Político
  - Organizações Internacionais
  - Missões de Paz da ONU
  - Tratados
  - Transferências do Governo
- Conectividade Tecnológica
  - Usuários de Internet
  - Sites de Internet
  - Provedores seguros
- Contato Pessoal
  - Telefones
  - Viagens
  - Transferências pessoais de dinheiro
- Integração Econômica
  - Comércio
  - Investimentos diretos de capital estrangeiro

Os mais de 60 países analisados são classificados para cada Fator de Análise em três grupos, os 10 melhores colocados, os 10 piores colocados, e o grupo intermediário (de aproximadamente 40 países). Nenhum país da America Latina foi classificado entre os 10 melhores.

**Tabela 1 - Índice de Globalização - 15 países com melhores colocações:**

2003	2004	2005	2006	2007
1. Irlanda	Irlanda	Cingapura	Cingapura	Cingapura
2. Suíça	Cingapura	Irlanda	Suíça	Hong Kong
3. Suécia	Suíça	Suíça	E. Unidos	P. Baixos

<sup>12</sup> Para a definição destes conceitos ver pp. 70-73, 171-173.

4. Cingapura	Países Baixos	Estados Unidos	Irlanda	Suíça
5. Países Baixos	Finlândia	Países Baixos	Dinamarca	Irlanda
6. Dinamarca	Canadá	Canadá	Canadá	Dinamarca
7. Canadá	Estados Unidos	Dinamarca	P. Baixos	E. Unidos
8. Áustria	Nova Zelândia	Suécia	Austrália	Canadá
9. Reino Unido	Áustria	Áustria	Áustria	Jordânia
10. Finlândia	Dinamarca	Finlândia	Suécia	Estônia
11. Estados Unidos	Suécia	Nova Zelândia	N. Zelândia	Suécia
12. França	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	R. Unido
13. Noruega	Austrália	Austrália	Finlândia	Austrália
14. Portugal	República Checa	Noruega	Noruega	Áustria
15. República Checa	França	República Checa	Israel	Bélgica

Adaptado de A. T. Kearney Inc. e **Foreign Policy**

**A Tabela 2 - Índice de Globalização - Posição do Brasil nos Fatores Analisados - 2003 a 2007**, apresenta a evolução do desempenho deste país nos últimos Índices publicados.

Nesse período o Brasil ocupa posições entre a 52<sup>a</sup> e a 57<sup>a</sup>, sem um padrão definido de tendência de melhora ou piora, tendo os piores desempenhos em 2003 e 2005 (57<sup>a</sup>) e a melhor em 2006 (52<sup>a</sup>). Sendo que apenas em 2006 saiu do *ranking* dos 10 piores colocados - por apenas uma posição - entre os 62 países estudados.

No desempenho relativo em 2003, o Brasil teve a 57<sup>a</sup> colocação de um total de 62 países, ficando atrás outros países da América Latina como Panamá (30), Chile (31), Argentina (48), México (49) e Colômbia (55).

Em 2004 o Brasil teve a 53<sup>a</sup> colocação, ficando atrás de outros países da América Latina: Panamá (27), Argentina (34), Chile (37), México (45) Colômbia (50), e Peru (52).

Em 2005 o Brasil foi o 57<sup>o</sup> colocado ficando entre os 6 piores considerados na pesquisa, ficando atrás de todos os países da América Latina mencionados: Panamá (24), Chile (34), México (42), Argentina (47), Colômbia (51), Peru (53), e Venezuela (55).

**Tabela 2 - Índice de Globalização - Posição do Brasil nos Fatores Analisados - 2003 -2007\***

	2003**	2004***	2005	2006	2007
Engajamento Político	38	45	44	44	42
Organizações Internacionais	16	31	29	11	13

Missões de Paz da ONU	11	39	40	42	47
Tratados	--	30	28	31	14
Transferências do Governo	--	<b>57</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>66</b>
<b>Conectividade Tecnológica</b>	35	34	35	35	39
Usuários de Internet	38	35	38	37	40
Sites de Internet	30	29	30	30	33
Provedores seguros	35	33	33	35	40
<b>Contato Pessoal</b>	<b>61</b>	<b>60</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>71</b>
Telefones	30	52	52	52	61
Viagens	51	<b>54</b>	<b>56</b>	<b>56</b>	62
Transf. pessoais de dinheiro	<b>59</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>68</b>
<b>Integração Econômica</b>	47	40	<b>57</b>	45	<b>69</b>
Comércio	<b>59</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>70</b>
FDI****	20	33	33	15	58
<b>Colocação no Índice de Globalização</b>	<b>57</b>	<b>53</b>	<b>57</b>	<b>52</b>	<b>67</b>

\* Em Laranja as 10 melhores colocações (na realidade o Brasil não se apresenta em nenhuma das 10 primeiras colocações), em azul as 10 piores, em preto intermediárias.

\*\* Em 2003 existiam dois outros indicadores econômicos: Porta-fólio, e Lucros de Investimentos, no engajamento político não eram considerados Tratados e Transferências do Governo, mas existia um fator de Embaixadas, no total eram 13 fatores.

\*\*\* Em 2004 existiam dois outros indicadores econômicos: Porta-fólio, e Lucros de Investimentos, no total eram 14 fatores.

\*\*\*\* *Foreign Direct Investments* (Investimentos diretos de capital estrangeiro)

Adaptado de A. T. Kearney Inc. e **Foreign Policy**

Em 2006 o Brasil teve a 52<sup>a</sup> colocação saindo (por uma colocação) do grupo dos dez piores cotados, ficando atrás de outros países da América Latina: Panamá (21), Chile (34), México (42), Argentina (43) e Peru (50). Em 2007 a classificação brasileira (67) piorou significativamente caindo 15 lugares, ficando entre os 6 últimos colocados, de um total de 72.

## **Índice de Desempenho Ambiental**

*(Environmental Performance Index - EPI)*

Citado no mesmo trabalho (A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY, 2003), o **Índice de Desempenho Ambiental** desenvolvido pelo *Yale Center for Environmental Law and Policy* e o *Center for International Earth Science Information Network* da Universidade de Columbia, apresenta resultados onde a maioria dos países (7/10) com altos índices de Globalização (GI) também apresentam bons desempenhos ambientais, enquanto os países com piores desempenhos de Globalização também apresentam menores índices ambientais. Da América Latina apenas o México participa do ranking de 2003, em penúltimo lugar de 21 dos países considerados.



## Globalização e expectativa de vida

Para o quarto índice de Globalização (A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY, 2004) relacionado à expectativa de vida, o Brasil teve o pior desempenho dos países da América Latina considerados, ficando atrás de: Chile, Panamá, Argentina, Venezuela, México, Colômbia e Peru.

## Globalização e Qualidade de vida feminina

Considerando o Índice de Desenvolvimento relacionado a gênero da ONU (A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY, 2004), que mede a qualidade de vida feminina por meio de diversos indicadores inclusive, saúde, analfabetismo, acesso a educação, e salários, ajustados para as desigualdades com os mesmos indicadores para o sexo masculino, os resultados mostram que as mulheres obtêm melhores condições de vida nos países com Índices de Globalização mais elevados. O Brasil apresenta resultados inferiores a outros países da América Latina como Argentina Chile, Panamá, Colômbia, e supera Venezuela, Peru e alguns países da Ásia e da África.

## Índice de Compromisso com o Desenvolvimento

*(Commitment to Development Index)*

A partir de 2003 o *Center for Global Development* e a revista **Foreign Policy**, introduziram o *Commitment to Development Index*, o Índice de Compromisso com o Desenvolvimento, um indicador que classifica 21 países ricos segundo seus compromissos com o desenvolvimento de países pobres. São utilizados critérios estruturados sobre políticas de: ajuda, comércio, investimentos, migração, meio ambiente, segurança e tecnologia.

**Tabela 3 - Índice de Compromisso com o Desenvolvimento - 21 países**

2003	2004	2005	2006
1. Países Baixos	Países Baixos	Dinamarca	Países Baixos
2. Dinamarca	= Dinamarca	Países Baixos	Dinamarca
3. Portugal	Suécia	Suécia	Suécia

4. Nova Zelândia	Austrália	Austrália	Noruega
5. Suíça	= Reino Unido	Noruega	Nova Zelândia
6. Alemanha	Canadá	= Nova Zelândia	Austrália
7. = Espanha	Estados Unidos	Finlândia	Finlândia
8. Suécia	= Alemanha	= Áustria	= Áustria
9. Áustria	= Noruega	= Alemanha	Alemanha
10. Noruega	= França	Reino Unido	Canadá
11. Reino Unido	Finlândia	= Canadá	= Suíça
12. Bélgica	Áustria	Estados Unidos	Reino Unido
13. Grécia	Bélgica	Suíça	Estados Unidos
14. França	Portugal	= Portugal	= Irlanda
15. Itália	= Itália	França	Bélgica
16. = Irlanda	Nova Zelândia	= Bélgica	Espanha
17. Finlândia	Grécia	Espanha	= Portugal
18. Canadá	Irlanda	Itália	França
19. Austrália	= Suíça	= Irlanda	Italia
20. Estados Unidos	Espanha	Grécia	Grécia
21. Japão	Japão	Japão	Japão

Adaptado do *Center for Global Development* e **Foreign Policy**

Notadamente, houve grandes mudanças no *ranking*, entre as posições ocupadas de 2003 a 2005. Sendo um indicador com poucos anos de aplicação, cabe esperar as tendências das próximas avaliações para melhor compreensão da previsibilidade do método. Em 2006 não houve grandes modificações. Neste Índice não aparece nenhum país da América Latina.

### **Doações e Caridade**

O *Center for Global Development*, promove países à caridade através de doações pelas deduções nos impostos e créditos. Contudo, as doações estatais excedem grandemente as doações particulares, os indicadores apresentados representam as doações públicas e privadas dos países ricos para os países pobres numa relação em centavos de Dólar (dos Estados Unidos) por dia por habitante (A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY, 2004). Ver **Tabela 4 – Doações Públicas e Privadas 2004.**

Utilizando esse critério observa-se que enquanto os maiores doadores governamentais são os países escandinavos e do Norte da Europa, a distribuição dos contribuintes particulares é mais dispersa, sendo Noruega, Suíça, Irlanda, os Estados Unidos e os Países Baixos o maiores contribuintes.

**Tabela 4 - Doações Públicas e privadas 2004 (Em US\$ / dia / habitante)**

<b>País</b>	<b>Públicas</b>	<b>Classif.</b>	<b>Privadas</b>	<b>Classif.</b>
-------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Noruega	US\$	1,02	1	US\$	0,24	1
Dinamarca		0,84	2		0,01	12
Suécia		0,61	3		0,01	12
Países Baixos		0,57	4		0,04	5
Suíça		0,35	5		0,07	2
Bélgica		0,28	6		0,02	8
Irlanda		0,28	6		0,06	3
França		0,25	8		0,01	12
Finlândia		0,24	9		0,01	12
Reino Unido		0,23	10		0,02	8
Japão		0,20	11		0,004	18
Áustria		0,18	12		0,02	8
Alemanha		0,18	12		0,03	6
Canadá		0,17	14		0,02	8
Austrália		0,14	15		0,03	6
Estados Unidos		0,13	16		0,05	4
Itália		0,11	17		0,002	19
Espanha		0,11	17		0,01	12
Portugal		0,09	19		0,001	20
Nova Zelândia		0,08	20		0,01	12
Grécia		0,07	21		0,001	20

Adaptado de A. T. KEARNEY/**Foreign Policy**, 2004

## Governança e *Accountability*

### Índice de Estados Falidos 2005 - *Failed States Index*

Na edição de Julho/Agosto de 2005, **Foreign Policy** a revista da organização *Carnegie Endowment for International Peace* e a organização *Fund for Peace*,<sup>13</sup> publicam pela primeira vez o **Índice de Estados Falidos**. Utilizando ferramentas computadorizadas para analisar decenas de milhares de informações de jornais, revistas, media eletrônica, radio e televisão, aferidas e corrigidas por um grupo de especialistas, adaptam o programa *CAST (Conflict Assessment System Tool)* para análise de Estados Falidos.

Com o propósito de colaborar com a orientação de estratégias para uma segurança sustentada, este índice publicado inicialmente (2005) com a avaliação de 60 países, deverá ser expandido, no futuro próximo, até incluir todos os 191 países membros da Organização das Nações Unidas.<sup>14</sup>

A metodologia estabelece a comparação de 12 Indicadores de Instabilidade:<sup>15</sup>

<sup>13</sup> FOREIGN POLICY, FUND FOR PEACE, The Failed States Index. (2005).

<sup>14</sup> No site do *FUND FOR PEACE*, a análise totaliza 76 países. Acesso em 21/07/2005.

<sup>15</sup> Quando não especificado de outra forma, as traduções são do autor. Os Indicadores de Instabilidade são:

- I1 - Mounting Demographic Pressures*
- I2 - Massive Movement of Refugees and Internally Displaced Persons*
- I3 - Legacy of Vengeance - Seeking Group Grievance*
- I4 - Chronic and Sustained Human Flight*
- I5 - Uneven Economic Development along Group Lines*
- I6 - Sharp and/or Severe Economic Decline*
- I7 - Criminalization or Delegitimization of the State*
- I8 - Progressive Deterioration of Public Services*
- I9 - Widespread Violation of Human Rights*
- I10 - Security Apparatus as "State within a State"*
- I11 - Rise of Factionalized Elites*
- I12 - Intervention of Other States or External Actors*

O programa *CAST* tem sido desenvolvido e testado durante os últimos dez anos, empregando um sistema de análise de tendências de quatro passos que, no caso do **Índice de Estados Falidos**, 1) Classifica 12 Indicadores de Instabilidade, 2) Afere as capacidades de 5 instituições fundamentais do Estado, 3) Identifica fatores idiossincrásicos e surpresas, 4) Estabelece um Mapa de Conflito mostrando o histórico de riscos dos países analisados.

A primeira edição do **Índice de Estados Falidos** é segundo seus autores uma amostra dos 60 países considerados os mais vulneráveis a sofrerem conflitos.

Os dados para o primeiro Índice foram colhidos entre Maio e Dezembro de 2004. Contudo, os autores não especificam o critério para utilizar apenas os 60 primeiros países.<sup>16</sup> Para propósitos comparativos ver **Tabelas 5, 6, 7 e 8 – Índice de Estados Falidos 2005 – Américas; Índice de Estados Falidos 2006 – Américas; Índice de Estados Falidos 2007 – Américas; e Índice de Estados Falidos 2008 – Américas.**

---

I1 - Pressões demográficas crescentes. I2 - Movimentos massivos de refugiados, e Deslocamentos internos de pessoas. I3 - Legado de vingança - Procura grupal por justiça. I4 - Fugas de populações humanas, crônicas ou continuadas. I5 - Desigualdades de Desenvolvimento econômico entre Grupos sociais. I6 - Declínio econômico agudo e/ou severo. I7 - Criminalização ou Perda de legitimidade do Estado. I8 - Deterioração progressiva dos Serviços Públicos. I9 - Ampla violação dos Direitos Humanos. I10 - Aparelho de Segurança como um "Estado dentro do Estado". I11 - Surgimentos de Facções nas Elites. I12 - Intervenção de outros Estados ou Atores externos.

<sup>16</sup> FOREIGN POLICY, FUND FOR PEACE, The Failed States Index. (2005). Site do FUND FOR PEACE (2005), análise de 76 países. Acesso em 21/07/2005.

Cabe salientar que entre os outros 16 países na listagem do *site* encontram-se 3 Estados da América Latina: 62º Brasil, 72º El Salvador, 73º México. O critério de “quebra” não fica claro quando se considera que o 60º da classificação (que aparece na revista) tem uma pontuação total de 82,4, e os seguintes 61º Algéria 81,2 e 62º Brasil 81 pontos. Também, os autores não especificam porque alguns países da América Latina com sérios conflitos em andamento ou em aparente potencial como a Bolívia e a Nicarágua, não estão incluídos, na primeira edição.

Na primeira edição do **Índice de Estados Falidos** os países foram classificados em três categorias segundo suas possibilidades de conflito: Vermelho, CRÍTICA; Laranja, PERIGOSA; Amarela, LIMÍTROFE.<sup>17</sup> Ver **Mapa 1 – AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos 2005**.

O **Índice de Estados Falidos** 2005 despertou severas críticas oficiais como demonstram as cartas de Embaixadores de Colômbia, República Dominicana, Peru, e outras autoridades discutindo a adequação das interpretações.<sup>18</sup>

A Segunda versão do **Índice de Estados Falidos** publicada em 2006,<sup>19</sup> ver **Mapa 2 – AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos 2006**,

#### **Tabela 5 - Índice de Estados Falidos - AMÉRICAS 2005**

---

<sup>17</sup> Observação: No site do *FUND FOR PEACE*, a classificação tem uma variação: Vermelho, Alerta A, Países com o maior risco de falência, com pontuação acima de 90; Laranja, Zona de Perigo (Warning Zone), pontuação 60 - 89,9; Amarelo, Zona de monitoração, Risco significativo, pontuação 30 - 59,9; Verde: Zona sustentável, pontuação abaixo de 30.

<sup>18</sup> v. FOREIGN POLICY - LETTERS. A Failed Index? **Foreign Policy**, n.150, p. 4-12, Sept.-Oct. 2005.

<sup>19</sup> FOREIGN POLICY, FUND FOR PEACE, The Failed States Index. (2006).

<b>Rank</b>	<b>País</b>	<b>I 1</b>	<b>I 2</b>	<b>I 3</b>	<b>I 4</b>	<b>I 5</b>	<b>I 6</b>	<b>I 7</b>	<b>I 8</b>	<b>I 9</b>	<b>I 10</b>	<b>I 11</b>	<b>I 12</b>	<b>Total</b>
10	Haiti	8.8	8	7.7	3.4	9	8.1	9.4	9.8	8.7	7.8	8.5	10	99.2
14	Colômbia	9	8	6.9	9.2	9	7.1	9.8	4.2	8.2	5.4	9.2	9	95
19	R.Dominicana	9	8	7.1	8.5	9	6.8	6.8	9.6	9.2	7	9.2	4	94.2
21	Venezuela	8	8	6.8	7.6	9	4.5	9.8	8.2	9.1	7.8	7.2	7.5	93.5
31	Guatemala	9	6	7.4	7.5	9	7.7	9.5	5	8.7	8.1	9.1	4	91
36	Paraguai	4	5	6.9	8.3	9	7.8	9.9	7	8.3	8	8.7	6	88.9
40	Peru	6	7	6.6	9	8.5	5	9.6	4.4	7.1	9	8.9	7	88.1
41	Honduras	9	6	5.3	9.7	9	5.4	9.9	3	7.2	8	9.1	6	87.6
46	Equador	9	6	5.6	6.9	9	5	9.5	7.5	7.9	8	8.6	4	87
58	Cuba	5	8	6.3	5.4	8.8	5.7	7.8	3.8	9	9	8.6	6.3	83.7
62	Brasil	9	5	5.7	5.9	9	2	7.8	8.3	6.7	6.5	8.7	6.4	81
72	El Salvador	5	5	5.6	2.7	9	7.5	9	3	8	6	9.7	5	75.5
73	México	7.1	5	6.8	9.2	8.9	2	7.7	7.9	7.3	2.3	8.4	2	74.6

Adaptado de **Foreign Policy e The Fund for Peace** (2005)

**Tabela 6 - Índice de Estados Falidos –AMÉRICAS 2006**

<b>Rank</b>	<b>País</b>	<b>I 1</b>	<b>I 2</b>	<b>I 3</b>	<b>I 4</b>	<b>I 5</b>	<b>I 6</b>	<b>I 7</b>	<b>I 8</b>	<b>I 9</b>	<b>I 10</b>	<b>I 11</b>	<b>I 12</b>	<b>Total</b>
<b>ESTADO CRÍTICO</b>														
8	Haiti	8.8	5	8.8	8	8.3	8.4	9.4	9.3	9.6	9.4	9.6	10	104.6
<b>ESTADO EM PERIGO</b>														
27	Colômbia	7	9.1	7.4	8.5	8.5	3.2	8.7	6.	7.6	9	9.2	7.1	91.8
<b>ESTADOS LIMÍTROFES</b>														
48	Rep. Dominicana	7.8	7	6.5	8.5	8	6	6.2	8	7.1	7	7.4	5.5	85.0
51	Guatemala	8.7	6	7.1	6.7	8	7.1	7.5	7.1	7.1	7.5	6	5.5	84.3
56	Bolívia	7.5	4	7	7	8.8	6.2	7	7.8	6.7	6.5	8.4	6	82.9
59	Nicarágua	6.5	5.5	6.4	7.1	9	8.5	7.3	7.2	5.7	6.5	7	5.7	82.4
62	Cuba	7.5	4.7	5.5	6	7.9	6.5	7.8	4	8.3	8	8	7.7	81.9
63	Equador	6	5.6	6.8	7.1	8	5.2	8.3	7.4	6.7	6.8	7.8	5.5	81.2
64	Venezuela	7.5	4.8	6.8	7	8	4	7.5	7	7.8	7.5	7.3	6	81.2
69	Peru	6.5	4.6	7	7.6	8	5.4	6.8	6.4	6.8	8	7.1	5	79.2
75	Honduras	8.8	2.1	5.3	6	9	7.6	7.5	6.9	5.6	6	6.4	5.5	76.7
77	El Salvador	8.5	6.1	6	7	7	5	7	7.4	6.7	6	3.9	5.5	76.1
85	México	7.2	4.3	6.1	7	8.3	6.3	5.9	6	5.1	6	4.7	6.2	73.1
87	Paraguai	5	1.5	6.2	6	7.5	6.6	8	6.8	8	4.5	7.5	4.4	72.0
97	Jamaica	6.5	2.5	4.5	6.7	6.5	5	7	6.5	5.6	6	3.9	6.1	66.8
101	Brasil	6.5	3.6	5.7	5	8.5	2.7	5.5	6.7	5.3	5.7	3.2	4.7	63.1
<b>ESTADOS ESTÁVEIS</b>														
107	Panamá	6.5	2.6	4.5	5	7.5	5.7	4.9	5.8	4.8	5.3	3	4	59.6
114	Costa Rica	6	4.2	4	5	6.2	4.5	3.9	2.5	3.5	2	3.3	4.5	49.6
120	Uruguai	5	1	2	6	5	3.5	3	4	2.5	3	2.5	3.7	41.2
122	Argentina	3	1.4	4	4	5.2	4.2	3.5	4	3.7	2	2.8	3	40.8
128	Estados Unidos	5	6	3	1	6	1.5	2.5	1	5	1	1.5	1	34.5
132	Chile	3	1	3.5	2	4	3.4	1.5	3.5	3.6	2	1.5	3	32.0
<b>ESTADO MUITO ESTÁVEL</b>														
139	Canadá	3	2.3	2	2	5	1.2	1.5	1	1.5	1	1.6	1	23.1

Adaptado de **Foreign Policy** e **The Fund for Peace** (2006)

**Tabela 7 - Índice de Estados Falidos – AMÉRICAS 2007**

<b>Rank</b>	<b>País</b>	<b>I-1</b>	<b>I-2</b>	<b>I-3</b>	<b>I-4</b>	<b>I-5</b>	<b>I-6</b>	<b>I-7</b>	<b>I-8</b>	<b>I-9</b>	<b>I-10</b>	<b>I-11</b>	<b>I-12</b>	<b>Total</b>
<b>ESTADO CRÍTICO</b>														
11	Haiti	8.6	4.2	8.0	8.0	8.2	8.4	9.2	9.0	9.1	9.4	9.3	9.6	100.9
<b>ESTADO EM PERIGO</b>														
33	Colômbia	6.8	9.5	7.4	8.4	8.4	3.8	8.2	6.0	7.4	8.3	8.7	7.0	89.7
<b>ESTADOS LIMÍTROFES</b>														
59	Bolívia	7.4	3.7	7.0	7.0	8.5	6.4	7.2	7.4	7.0	6.2	8.3	5.9	82.0
60	Guatemala	7.0	6.0	7.1	6.7	8.0	7.0	7.4	6.6	7.1	7.3	5.9	5.3	81.4
69	Rep. Dominicana	6.5	6.4	6.1	8.3	8.1	5.8	6.0	6.9	7.0	6.5	7.4	5.6	80.6
72	Nicarágua	6.7	5.1	6.4	7.1	8.6	7.8	6.3	7.0	5.4	6.5	7.2	5.7	80.0
73	Equador	6.2	6.0	6.5	7.1	8.0	5.3	7.5	6.8	6.6	6.6	7.6	5.5	79.9
74	Venezuela	6.9	5.2	6.9	6.9	8.2	4.0	7.5	6.3	7.9	6.9	7.5	5.7	79.8
77	Cuba	6.5	4.7	6.0	6.0	7.2	6.3	7.6	3.8	7.8	7.7	7.8	7.7	78.6
85	Peru	6.6	4.0	7.5	7.5	8.1	5.6	6.6	6.2	5.2	7.7	7.0	5.0	76.4
92	El Salvador	7.6	5.6	7.0	7.0	7.3	5.4	7.0	6.9	6.9	5.8	3.9	5.5	74.9
94	Honduras	7.8	2.0	6.0	6.0	8.7	7.6	7.4	6.6	5.8	5.9	6.3	5.4	74.8
96	Suriname	7.1	4.2	6.7	6.7	8.3	6.9	6.4	4.9	5.7	6.2	5.1	6.3	73.9
99	Guiana	6.9	4.1	5.4	7.9	8.1	6.8	6.4	5.7	5.6	5.9	4.9	5.6	73.3
101	Paraguai	6.5	1.3	6.2	6.0	7.4	6.7	8.1	6.5	7.9	4.3	7.5	4.2	72.9
102	México	6.9	4.0	6.1	7.0	8.4	6.2	6.1	5.7	5.1	6.1	4.8	6.2	72.6
105	Granada	5.9	3.6	5.0	7.9	7.1	6.5	6.5	4.1	5.1	5.9	5.7	8.3	71.6
114	Belize	6.6	5.2	5.2	6.9	7.6	6.0	6.5	5.7	3.8	5.7	5.0	5.6	69.8
116	Trinidad-Tobag.	5.9	3.8	5.2	6.4	8.1	3.8	6.4	5.8	5.4	5.7	5.7	5.4	67.6
117	Brasil	6.3	3.4	6.1	5.0	8.8	3.2	6.2	6.3	5.3	6.9	4.5	4.6	66.9
121	Antigua/Barbuda	5.2	3.6	5.2	7.9	7.1	4.8	6.3	4.9	5.5	5.2	4.6	5.4	65.7
123	Jamaica	6.1	2.4	4.3	6.7	6.7	5.4	7.0	5.8	5.4	5.6	3.7	6.0	65.1
129	Bahamas	6.0	3.6	5.3	5.4	7.2	3.2	6.4	4.1	3.0	5.4	5.3	5.2	60.1
<b>ESTADOS ESTÁVEIS</b>														
130	Barbados	4.1	3.6	5.8	6.9	7.6	5.0	6.1	2.6	3.0	5.3	4.8	5.1	59.9
131	Panamá	6.4	3.1	4.4	5.0	7.5	5.8	4.8	5.6	4.7	5.0	2.9	4.0	59.4
140	Costa Rica	5.6	4.4	4.0	5.0	6.6	4.8	3.9	2.9	3.5	2.0	3.3	4.5	50.5
150	Argentina	3.8	1.5	4.0	4.0	5.2	4.6	3.4	3.8	3.7	1.9	2.7	2.8	41.4
151	Uruguai	5.1	1.1	2.0	5.9	5.1	3.5	2.9	4.0	2.5	3.0	2.3	3.5	40.9
159	Chile	3.8	1.1	3.5	2.1	4.0	3.8	1.6	3.7	3.7	2.0	1.5	3.0	33.8
160	Estados Unidos	3.5	5.5	3.2	1.0	5.8	1.8	2.8	1.4	4.6	1.3	1.7	1.0	33.6
<b>ESTADOS MUITO ESTÁVEIS</b>														
168	Canadá	3.3	2.4	2.0	2.1	5.0	1.5	1.5	1.2	2.0	1.0	1.6	1.5	25.1

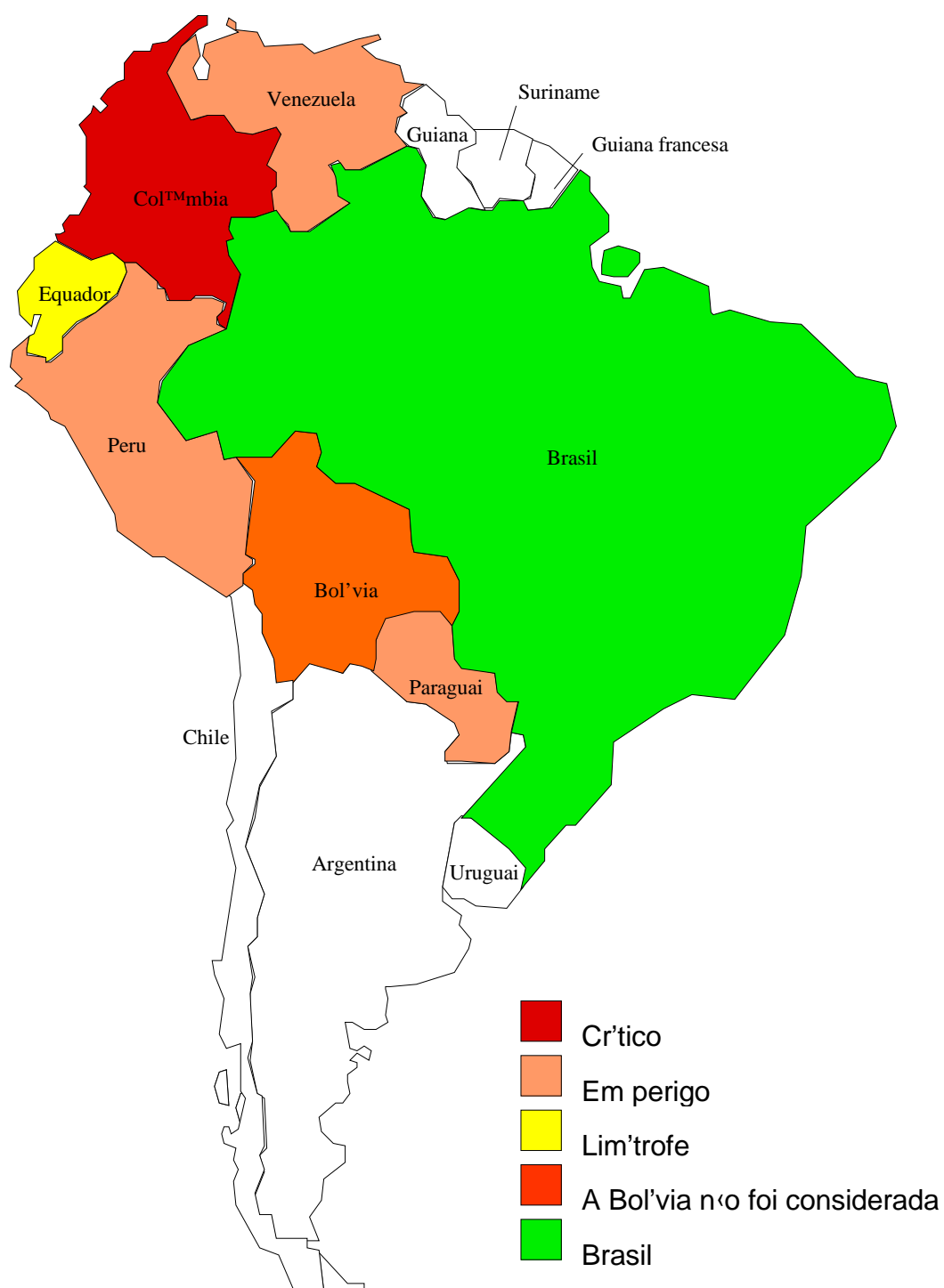
Adaptado de **The Fund for Peace** (2007)



Tabela 8 - Índice de Estados Falidos – AMÉRICAS 2008

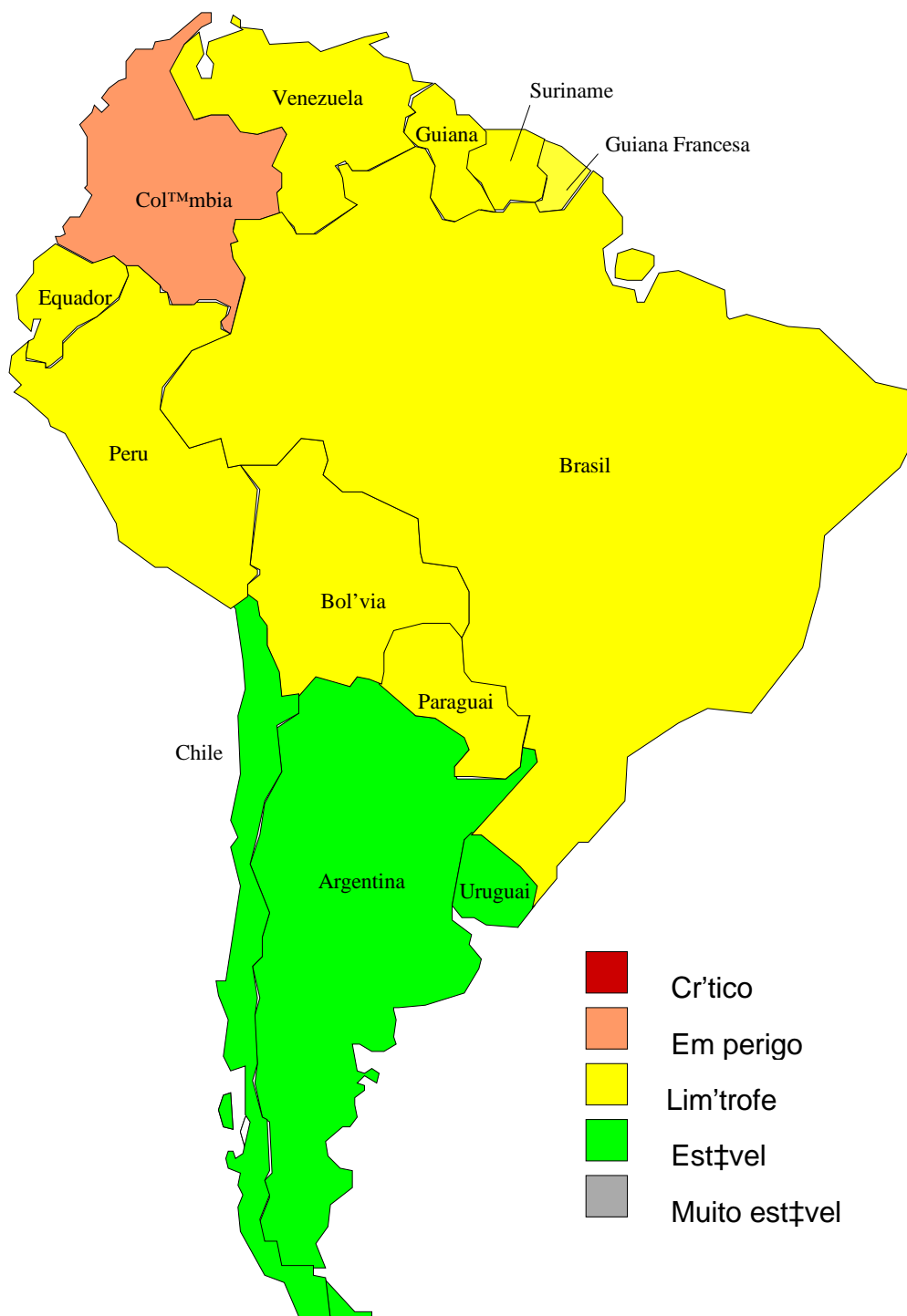
Rank	Pais	I-1	I-2	I-3	I-4	I-5	I-6	I-7	I-8	I-9	I-10	I-11	I-12	Total
<b>ESTADO CRÍTICO</b>														
14	Haiti	8.5	4.2	8.0	8.0	8.2	8.3	9.0	8.8	8.9	8.9	8.9	9.6	99.
<b>ESTADO EM PERIGO</b>														
37	Colômbia	6.8	9.2	7.4	8.4	8.4	3.8	7.9	6.0	7.2	8.0	8.3	7.6	89.0
<b>ESTADOS LIMÍTROFES</b>														
55	Bolívia	7.7	4.2	7.3	7.0	8.5	6.4	7.4	7.6	7.0	6.2	8.5	6.4	84.2
61	Nicarágua	7.5	5.7	6.5	6.8	8.4	7.5	6.3	7.5	5.4	6.5	7.1	6.5	81.7
66	Guatemala	6.8	6.0	6.9	6.7	8.0	6.7	7.2	6.6	7.1	7.3	6.0	5.3	80.6
68	Equador	6.2	6.0	6.5	7.3	7.8	5.9	7.1	6.8	6.4	6.7	7.9	5.7	80.3
76	Cuba	6.5	4.7	5.5	6.8	7.2	6.1	7.6	4.0	7.8	7.7	7.0	7.7	78.6
77	Rep.Dominicana	6.5	5.4	6.1	8.3	8.1	5.6	5.8	6.9	7.0	6.1	7.0	5.6	78.4
78	São Tome	7.9	4.5	5.1	7.4	6.1	8.3	7.4	7.9	5.3	5.8	6.2	6.4	78.3
79	Venezuela	6.5	5.0	6.8	6.9	8.0	4.6	7.1	6.3	7.4	6.6	7.5	5.2	77.9
81	Peru	6.9	4.2	6.9	7.5	8.1	5.7	6.4	6.4	5.5	7.4	7.0	5.5	77.5
91	El Salvador	7.4	5.6	6.0	7.0	7.6	6.0	7.0	6.5	7.0	6.3	3.9	5.2	75.5
94	Honduras	7.2	2.0	5.3	6.5	8.7	7.2	7.4	6.6	6.1	6.2	6.3	5.4	74.9
101	Suriname	6.5	3.9	6.1	6.7	8.3	6.2	6.4	4.9	6.0	6.0	5.4	6.0	72.4
104	Paraguai	6.6	1.3	6.2	6.0	7.7	6.2	8.3	6.0	7.1	5.0	7.7	4.2	72.3
105	Guiana	6.3	3.6	5.7	7.9	7.8	6.4	6.4	5.7	5.4	6.7	5.1	5.2	72.2
105	México	7.0	4.0	5.8	7.0	8.4	6.0	6.1	5.7	5.1	5.8	4.8	6.5	72.2
110	Belize	6.8	5.5	5.2	6.9	7.6	5.8	6.5	5.7	3.8	5.7	5.0	5.7	70.2
115	Granada	5.7	3.0	4.9	7.9	7.1	5.8	6.5	4.1	4.9	5.4	5.7	8.0	69.0
117	Brasil	6.3	3.3	6.1	5.0	8.8	3.7	6.2	6.0	5.6	7.1	4.9	4.6	67.6
119	Trinidad	5.5	3.6	5.2	6.7	7.7	4.0	6.4	5.5	5.4	5.7	5.9	5.4	67.0
121	Jamaica	6.1	2.4	4.3	6.5	6.5	6.0	6.9	6.0	5.4	5.6	4.0	6.0	65.7
124	Antigua/Barbud.	4.9	3.3	4.9	7.9	6.9	4.6	6.0	4.9	5.5	5.2	4.6	5.4	64.1
127	Bahamas	6.2	3.6	5.3	5.4	7.2	3.7	5.9	4.3	3.0	5.4	5.3	5.2	60.5
<b>ESTADOS ESTÁVEIS</b>														
130	Panamá	6.4	3.1	4.4	5.0	7.5	5.6	4.6	5.4	4.7	5.0	2.9	4.0	58.6
131	Barbados	4.1	3.3	5.5	6.9	7.0	5.0	5.9	2.6	3.0	5.3	4.8	5.1	58.5
140	Costa Rica	5.6	4.2	4.0	4.8	6.6	4.6	4.1	3.5	3.5	2.2	3.3	4.5	50.9
151	Argentina	3.8	1.5	4.0	4.0	5.2	4.5	3.4	3.9	3.7	1.9	2.7	2.8	41.4
151	Uruguai	5.1	1.1	2.0	5.9	5.1	3.7	2.9	4.0	2.5	3.0	2.3	3.8	41.4
157	Chile	3.8	2.0	3.9	2.1	4.6	3.7	2.0	3.8	3.9	2.0	1.5	3.0	36.3
161	Estados Unidos	3.5	4.0	3.2	1.0	5.5	2.3	3.0	1.8	4.2	1.3	2.0	1.0	32.8
<b>ESTADOS MUITO ESTÁVEIS</b>														
167	Canadá	3.3	2.4	3.0	2.1	5.0	1.5	1.5	1.2	2.0	1.0	1.8	1.5	26.3

Adaptado de **The Fund for Peace** (2008)



**Mapa 1 - AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos - 2001**

Adaptado de **Foreign Policy - The Fund for Peace**



**Mapa 2 - AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos - 2001**

Adaptado de **Foreign Policy - Fund for Peace**

distingue cinco níveis classificatórios, Marrom = CRÍTICO, Laranja = EM PERIGO, Amarelo = LIMÍTROFE, Cinza escuro = ESTÁVEL, e Cinza claro = Os MAIS ESTÁVEIS. Entre os 60 piores colocados cabem a países latino-americanos as seguintes colocações: Haiti (8), Colômbia (27), República Dominicana (47), Guatemala (51), Bolívia (56) e Nicarágua (59) estes dois últimos aparecendo pela primeira vez nesse Índice. Com a ampliação da aplicação da análise a um número maior de países, a participação da América Latina entre os piores desempenhos foi reduzida de dez países em 2005, para seis em 2006. Outrossim, o panorama não sofre grandes mudanças na região, apenas o Haiti continua com classificação CRÍTICA, apenas a Colômbia está considerada EM PERIGO, no outro extremo, nas Américas, somente o Canadá faz parte dos 11 países MAIS ESTÁVEIS.<sup>20</sup> Os Estados Unidos, a Costa Rica, o Panamá, o Chile, a Argentina e o Uruguai recebem a classificação de ESTÁVEIS. O resto dos países da América Latina se encontram como LIMÍTROFES.<sup>21</sup>

As comparações dos dados de 2006 a 2008, apresentam uma constância nos indicadores para a América do Sul, insinuando que os valores estão sedimentados e pequenas variações se tornam imperceptíveis na representação gráfica, apenas a Guiana Francesa mudou de classificação passando para ESTÁVEL em 2007, retornando para LIMÍTROFE no ano seguinte. Contudo, devido a inclusão de um número maior de países no Índice, reduziu-se para apenas 4 o número de países americanos entre os 60 piores desempenhos em 2007: Haiti (11) continua classificado como CRÍTICO, Colômbia (33) como EM PERIGO e, Bolívia (59) e Guatemala (60) como LIMÍTROFES. Em 2008, apenas três países das Américas são encontrados entre os 60 piores desempenhos: Haiti (14) mantém-se em ESTADO CRÍTICO, Colômbia (37) no nível EM PERIGO, e Bolívia (55) como LIMÍTROFE.

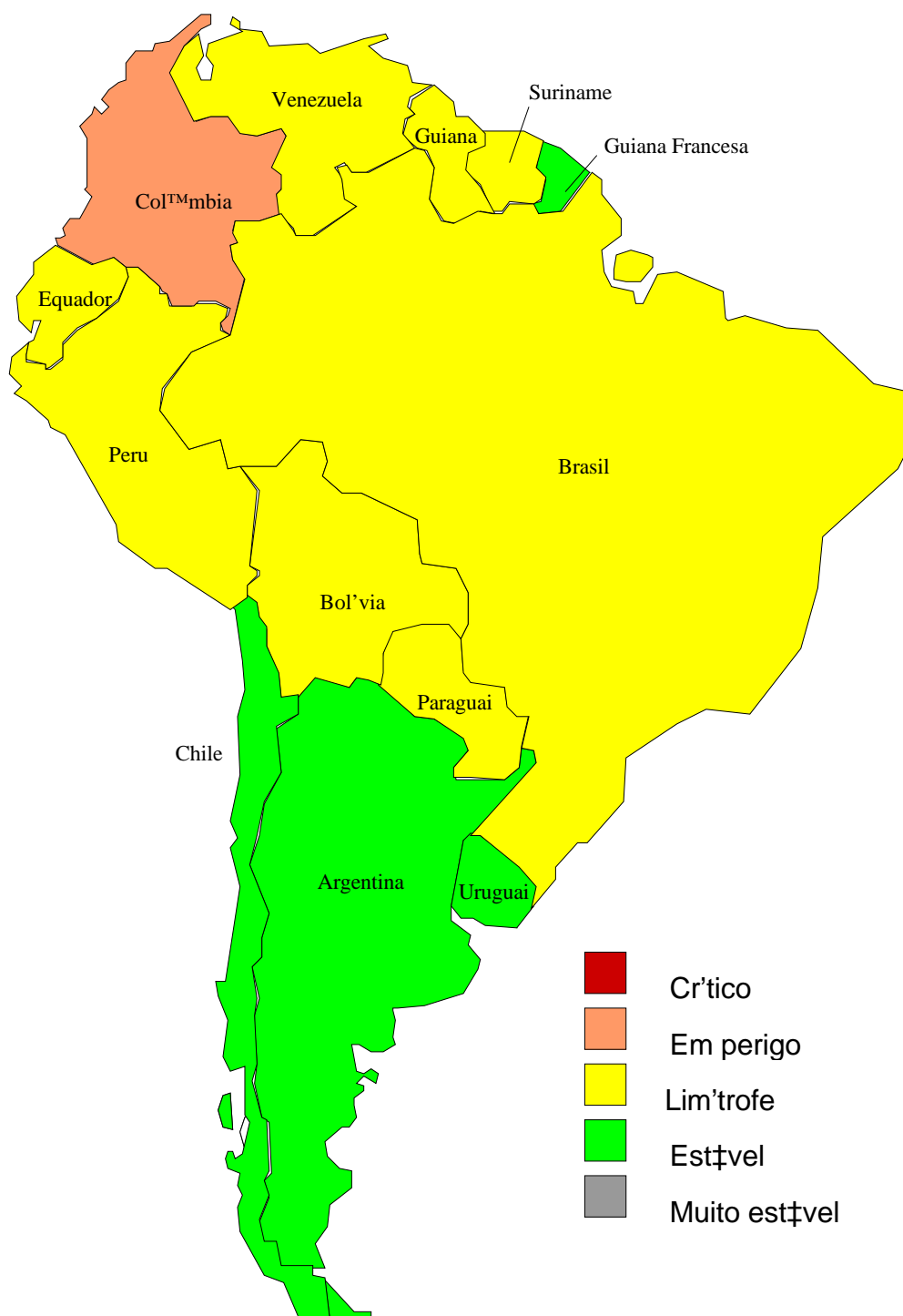
Nestes trabalhos os códigos de cores não significam que necessariamente um Estado deverá sofrer conflitos, violência ou colapso. Também, todas as condições de alerta são passíveis de tornarem-se em

---

<sup>20</sup> Os países MAIS ESTÁVEIS são: Finlândia, Suécia, Nova Zelândia, Irlanda, Canadá, Bélgica, Países Baixos, Japão, Áustria, Noruega, Dinamarca, Suíça, Austrália.

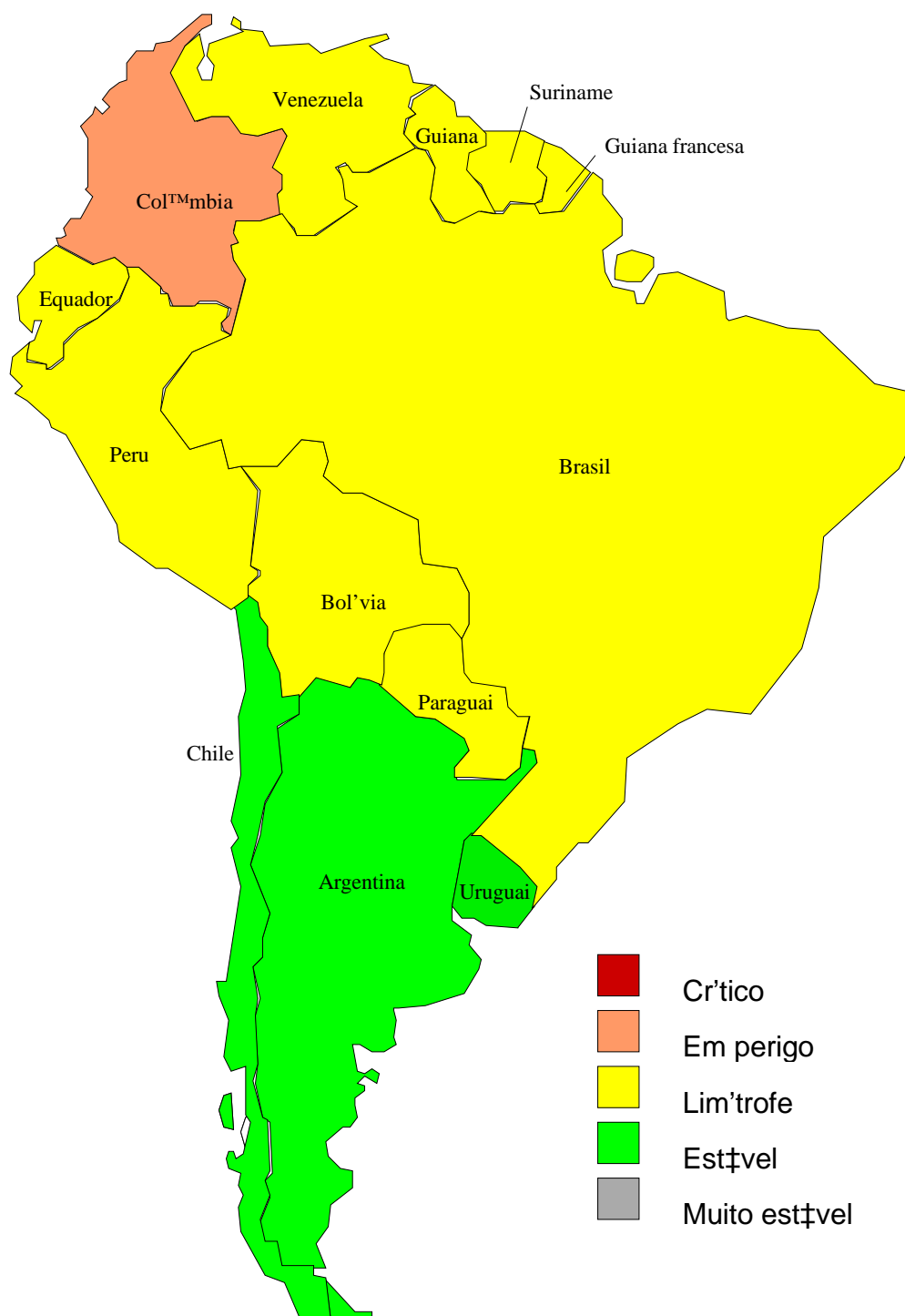
<sup>21</sup> É marcante o fato de três países da América Latina terem as maiores melhorias em desempenho em relação ao ano anterior: Venezuela (+12), República Dominicana (+9,2) e Guatemala (+6,7).

conflitos ou falência mesmo sem passar por condições mais avançadas. A rapidez ou direção positiva ou negativa de um Estado dentro desses indicadores é variável. A capacidade da ferramenta de análise será desenvolvida conforme for aplicada ao comportamento dos Estados em outras épocas históricas. Ver **Mapa 3 – AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos 2007**, **Mapa 4 – AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos 2008**, **Tabela 7 – Índice de Estados Falidos 2007 – Américas**, e **Tabela 8 – Índice de Estados Falidos 2008 – Américas**.



**Mapa 3 - AMÉRICA DO SUL - Índice de Estados Falidos - 2007**

Adaptado de **Foreign Policy - Fund for Peace**



**Mapa 4 - AMÉRICA DO SUL - índice de Estados Falidos - 2001**

Adaptado de **The Fund for Peace**

## Capítulo 1

### SEGURANÇA INTERNACIONAL

da abstração ao Interesse Vital mais prezado

Uma preocupação fundamental com a segurança acompanha o desenvolvimento das nações desde seus primórdios, evidências históricas confirmam sua importância desde os trabalhos clássicos mais conceituados.

Apesar de só ter sido denominado conceitualmente no início da década de 1950, o **Dilema da Segurança** participa da evolução decisória da humanidade desde tempos imemoráveis.

Assim, a **Segurança** passa de um sentimento ou percepção abstrata que evolui até a forma atual de um sofisticado sistema de teorias, instrumentos analíticos e determinantes de tomadas de decisão, sendo um dos aspectos mais importantes dos Interesses Vitais dos Estados, e em determinados momentos históricos o mais importante Interesse a ser salvaguardado a qualquer custo. Por isso é fundamental procurar contextualizar a indagação: **O mundo em 2008 está mais, ou menos, seguro?**

#### 1.1 - Dilema da Segurança

A interação dos povos com seus vizinhos leva, desde os tempos mais remotos à precaução contra hostilidades. Exemplos categóricos das medidas de segurança, formação de alianças e pactos de mútua defesa, desenvolvimento de poderio militar defensivo para dissuadir ameaças externas



são encontrados, com sofisticação e eficácia de surpreendente atualidade nos relatos de TUCÍDIDES<sup>22</sup> sobre a Guerra do Peloponeso ocorrida 400 anos antes da Era Cristã. A conferência dos Atenenses com o povo de Melos, durante o 16º ano da guerra, é um verdadeiro repertório do instrumental coercitivo que se encontra repetidamente na história da humanidade ao longo dos tempos.

HERZ (1950) é um pioneiro da Teoria da Segurança, introduzindo o conceito do **Dilema da Segurança**. A percepção - fundamentada ou não - do fortalecimento militar de um ou mais Estados-nação, aumenta a desconfiança naquele(s) que se sente(m) ameaçado(s), a resposta pode constituir-se num dilema entre assumir passivamente os riscos de uma agressão militar, sem preparar-se para enfrentá-la, ou arriscar promover numa corrida armamentista desde que uma reação pela opção do aumento da capacidade militar - ofensiva ou mesmo defensiva - pode levar ao corolário do Dilema da Segurança, o Estado que inicialmente fora percebido como fortalecendo-se optar pelo aumento da militarização, iniciando um círculo vicioso pelo **Equilíbrio de Poder** entre dois o mais concorrentes. Novamente, a História é plena de exemplos destes comportamentos, que desafortunadamente acabaram facilitando o início de conflitos.

No século 20, após duas Guerras Mundiais onde alianças lideradas pelas democracias ocidentais - mas não formadas apenas por elas - derrotaram os grandes impérios centrais em 1919 e os totalitarismos nacionalistas em 1945, dois ex-aliados da Segunda Grande Guerra, de um lado a democracia dos Estados Unidos da América do Norte - e as democracias do Ocidente - e do outro lado o regime Comunista da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, e seus países satélites, se afastaram provocando uma situação internacional de **bipolaridade**, com um antagonismo *sui generis* que passou a ser conhecido como a **Guerra Fria**. Fenômenos de complexidade imponderável, as Relações Internacionais desse período são marcadas por uma reestruturação do pensamento da Política Internacional como consequência da exacerbação sem precedentes do **Dilema da Segurança**, ao ponto de criar uma condição de

---

<sup>22</sup> v. THUCYDIDES (c. 431-400 a.C.)

militarização com capacidade real de mútua aniquilação dos contendores, e de destruição da vida no planeta. Sob a égide dessa situação conhecida como **Equilíbrio do terror** o pensamento da academia concentrou-se, apropriadamente, na elaboração de análises, estratégias, embasamentos normativos éticos e legais, etc. para evitar o Armagedão.

Em 10 de novembro de 1989, com o início da demolição do Muro de Berlim, um dos símbolos materiais da Guerra Fria desaparece como parte do processo de decadência do Império Soviético. O fim imprevisto da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas centro vital do comunismo, leva à realização passiva e contundente de uma **Nova Ordem Mundial**. O Estados Unidos permanecem como única e incontestada superpotência, com um acúmulo de poderes: militar, econômico, científico-tecnológico, cultural, e de **soft power**<sup>23</sup> sem precedentes, acabando-se a bipolaridade, um novo equilíbrio internacional sugere debates taxonômicos: O então Chanceler francês Hubert VÉDRINE e Dominique MOÏSI (2001) sugerem um neologismo, os Estados Unidos seriam uma **Hyperpuissance**. Outros são favoráveis à idéia de uma superpotência em um mundo unipolar, ou talvez, como HUNTINGTON (1992, 1999) uma unimultipolaridade,<sup>24</sup> já mais recentemente FUKUYAMA (2006) pretende uma multimultipolaridade. Muitos pensam - de forma favorável como FERGUSON (2004) - em Império que se ainda não assumido estaria inexoravelmente no caminho da concretização. Outros com intenções adversas - HARDT e NEGRI (2000), NEGRI (2003) - acusam de imperialismo, disfarçado ou patente. A caixa de Pandora das nomenclaturas reverte sempre a ARON (1975, p.284), "*Império, Imperial e Imperialismo são palavras carregadas de glória e ressentimento*". A realidade é que a Ciência Política carece de previsões para denominar o equilíbrio internacional vigente. Ainda pior, na preocupação com a antevisão do futuro apocalíptico do aquecimento da Guerra Fria, outros cenários não apenas possíveis, mas - como demonstrara a história - prováveis, como o da superpotência única, tornaram-se realidades desprovidas de aparelhos conceituais paradigmáticos para sua previsão, análise e gestão.

---

<sup>23</sup> O conceito de **soft power** é introduzido por NYE no fim da década de 1980 (v. 2002b) e depois tratado com maior profundidade em (2004a).

<sup>24</sup> Para uma discussão do termo unimultipolar ver NOSSAL (1999).

O mundo se encontrou perante a verdade de uma **Ordem Internacional** preparada com Grandes Estratégias para o grande confronto entre Superpotências. Restando uma única Superpotência, quais seriam os desafios, as ameaças, os inimigos do *Status quo*? Qual o planejamento estratégico eficaz e eficiente? Quais as *rules of engagement*? Assim, afirmariam TALBOTT e CHANDA (2002, p.9): "*Uma ironia dava o que pensar: quanto mais tempo havíamos dedicado ao mundo antigo e quanto mais acreditávamos compreender seus princípios organizadores menos prontos nos encontrávamos para o novo mundo*".

Muitas interpretações, e pouco consenso, acompanharam às análises dos fatos. Poder-se-ia pensar no mundo como assimétrico, com um grupo de países desenvolvidos política e economicamente - para alguns autores, como FUKUYAMA (2004, 2006) incluindo os Estados Unidos, a Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia, e o Japão num patamar pós-histórico. Com instituições, valores e práxis estabelecidas dentro da democracia liberal e com a intenção e capacidade de promover o bem comum e atrair paulatinamente para esse sistema o resto das nações. Para outros autores, por exemplo KAGAN (2003, p. 38, 77, 100), apenas os países nórdicos e a União Européia teriam alcançado o **Fim da História**,<sup>25</sup> os Estados Unidos no seu destino hegemônico e com as características belicistas no papel de "policia da ordem mundial" ainda careceriam de qualidades para entrar no grupo seletivo de promotores da "paz perpétua".<sup>26</sup>

O mundo estaria dividido em quatro verdadeiras eras ou "séculos" coexistentes de evoluções diferentes, afirma KISSINGER (1994, 2001a):

1. Nas relações internacionais entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e com os países das Américas, tem princípios e ideais pós-históricos com uma versão idealista da paz derivada da democracia, do desenvolvimento econômico, e dos intercâmbios comerciais baseados na liberdade de mercados. A resolução de disputas pela força militar é inconcebível entre países com esta

<sup>25</sup> Para o conceito de **Fim da História** ver FUKUYAMA (1989,1990,1992, 1999).

<sup>26</sup> v. a analogia da obra de KANT (1795).

orientação. E a capacidade militar é mantida apenas para enfrentar possíveis ameaças vindas de fora deste sistema.

2. As grandes potências regionais da Ásia - China, Índia, Japão e Rússia, seguidas das Coreias e dos países do Sudeste asiático - se consideram mutuamente rivais estratégicos. A semelhança histórica mais adequada seria com as potências europeias do século 19, com uma percepção de ameaças as suas seguranças nacionais. Conflitos militares entre estes atores não são de tudo impossíveis, e diversos graus de desenvolvimentos armamentistas estão em curso na região. Para este modelo, o paradigma do **Equilíbrio de poder**, é a possibilidade mais eficiente, a ser seguida pelas democracias ocidentais.

3. No Oriente Médio, os permanentes conflitos, inclusive militares, de origem ou exacerbação religioso-cultural se assemelham à Europa pré-Westphaliana do século 17. A ausência de percepção da legitimidade da existência do adversário compromete as possibilidades de equilíbrio pacífico.

4. A política internacional na África se encontra numa situação caótica de tal envergadura, que não se conseguem analogias na história ocidental. Com 46 estados autoconsiderando-se democracias, mas sem qualquer tentativa ou possibilidade de reconhecimento de princípios ideológicos unificadores. Também não existem condições básicas para o exercício de um sistema de **Equilíbrio de poder**.

Para KISSINGER, a grande diversidade de sistemas exige dos Estados Unidos diferentes políticas externas adequadas às necessidades e oportunidades regionais. As tomadas de decisão poderão variar pelo peso - de valores ou poder, de ideologias ou *raison d'état* - na determinação das escolhas políticas.

Para BOBBITT (2002) não foi o Fim da Guerra Fria que deixou os Estados Unidos sem objetivo, foi o esvaziamento do paradigma Wilsoniano - tornar o mundo seguro para as democracias - num mundo ideologicamente UNIPOLAR em expansão incontida, o do sistema democrático sem oponentes

nem alternativas. A identificação existencial com o estado de guerra real ou potencialmente iminente, por quase um século, teria deixado os estados-nação despreparados para a opção pela paz, e também, para outras fontes de conflito e de terror.

Assim, a catástrofe se materializou com os atentados terroristas de **11 de setembro de 2001**, contra as Torres do *World Trade Center* em New York e o Pentágono sede do Departamento de Defesa na periferia de Washington DC. Usando da mobilidade e abertura características de uma democracia plena, dos recursos de comunicação e da liberdade de acesso a centros de instrução, um grupo de 19 terroristas suicidas, recebeu treinamento básico em escolas de pilotagem aérea nos Estados Unidos, realizou o planejamento logístico, a alocação de recursos, e finalmente executou com precisão espantosa o seqüestro de 4 grandes aviões comerciais em início de rotas longas para assegurar a máxima capacidade de combustível. Com diferenças de minutos dois foram lançados contra as torres em New York, outro contra o Pentágono e um quarto com destino ainda indeterminado caiu em condições não esclarecidas em área rural da Pennsylvania, a minutos de vôo de Washington DC. Os resultados preencheram com excedentes todas as características conceituais do terrorismo. Foram utilizadas as fraquezas do regime democrático liberal, o trânsito e mobilidade livres; empregados como armas para o seqüestro banais canivetes para abertura de pacotes; escolhidos como alvos os maiores símbolos do poder econômico e militar da hiperpotência, os atentados foram realizados conjuntamente para evitar qualquer possibilidade de defesa ou prevenção, até parece que, no caso das Torres Gêmeas esperaram a montagem da maior cobertura mediática possível na primeira Torre atacada, para realizar ao vivo em cobertura mundial o atentado na segunda. Centenas de milhões de espectadores atônitos assistimos, no mundo todo, esses acontecimentos *on real time*.

Existe muita polêmica, e incontáveis definições sobre o conceito de **Terrorismo**, o que permeia o caráter elusivo, disperso e abstrato do mesmo, e o insucesso de formular uma descrição abrangente consensual e comprovada.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> SCHMID (1984) escreve mais de cem páginas na tentativa de definir Terrorismo, para terminar por aceitar

Como incipiente começo pode-se lembrar do terrorismo como o uso ilegítimo de violência para causar medo, atacando alvos civis ou simbólicos, pretendendo uma atenção generalizada sobre alguma alegada injustiça, podendo provocar uma resposta severa ou na falta desta demonstrar a fraqueza na disposição moral do adversário, tudo com a finalidade de provocar mudanças, BAYLIS e SMITH (2006).

Alguns aspectos intrínsecos ao terrorismo são fundamentais, sua influência perceptiva - os alvos não são necessariamente as vítimas, mas instituições ou grupos sociais que devem reagir com medo, repulsão, intimidação, reações exageradas, ou radicalismo. O seu objetivo é provocar mudanças políticas, do contrário seria um crime comum. Apesar de existirem outras formas de violência política, o terrorismo se diferencia por sua natureza não-estatal. Os alvos são indiretos, as vítimas são pessoas inocentes. O terrorismo ignora quaisquer leis, convenções, ou normas e seu efeito psicológico está, também, ligado à sua imprevisibilidade, por isso CRONIN (2004) resume a definição como: a ameaça de surpresa ou o uso de violência aparentemente aleatória contra inocentes para finalidades políticas por um ator não-estatal.

## 1.2 - Manutenção do Poder

Logo após os atentados de 11 de setembro um grupo de docentes da Universidade de Yale publicou um livro organizado por TALBOTT e CHANDA (2002), entre os autores Paul KENNEDY, conhecido historiador inglês radicado nos Estados Unidos, famoso por suas teorias decadentistas ou declinistas das décadas de 1980 e 1990 (KENNEDY, 1987 e 1993).<sup>28</sup> Paradoxalmente KENNEDY que teria recusado rever suas teorias afirmando que o Século 21 ainda não acabou, tem neste livro um capítulo sobre a **Manutenção do Poder Americano: Da ferida à recuperação**, não apenas exaltando o poder americano em todas suas formas - militar, econômico, estratégico, tecnológico-

---

que nenhuma definição seria universalmente aceita. Apud CRONIN (2004)

<sup>28</sup> Para uma detalhada análise crítica dos erros nas teorias declinistas de KENNEDY ver NAU (2001).

científico, diplomático e intelectual - como também afirmando a desproporcional liderança dos Estados Unidos em todos esses campos, utilizando frases como "aumento significativo do poder americano sobre a década anterior", "maior desproporção da história", "tem recursos para manter seu poder contra qualquer outro estado ou aliança de estados", "os Estados Unidos são relativamente mais vigorosos (econômico-tecnologicamente) que outros grandes impérios do passado". Assim, sobre o declinismo resta uma fugaz menção: entre 1980 e 1985 os Estados Unidos pareciam declinar<sup>29</sup> mas aconteceram o colapso da União Soviética, o declínio do Japão e a recuperação econômica pela competitividade industrial dos Estados Unidos.<sup>30</sup>

Portanto, com um enfoque renovado, KENNEDY (2002) arrisca novas previsões considerando a mutação das ameaças à Ordem mundial, abordando prescritivamente as perspectivas a longo prazo do PODER dos Estados Unidos como grande potência e o que fazer para mante-lo. Como diversos outros autores enfatiza que é mandatária uma **Grande Estratégia**,<sup>31</sup> a proposta por KENNEDY é sustentada no triploidismo do Poderio militar, a Competitividade produtiva e a Competência diplomática.

Desses fatores o mais fácil de manter é a vantagem no **Poderio militar**. Para KENNEDY (2002) a indústria de defesa, os desenvolvimentos de controle e comando, os submarinos nucleares, os porta-aviões, as armas inteligentes americanas, etc. estão 10 anos na frente de qualquer outro país. Se continuar com o orçamento de defesa acima de 300 bilhões de dólares/ano se manterá como única superpotência nos próximos 25 anos. Qualquer alteração nesse *status quo* militar só poderia acontecer depois de 2020 ou 2030 se o Equilíbrio produtivo for mudado radicalmente. Três possíveis ameaças a competência militar seriam: 1. A **proliferação militar** em países da Ásia (China, Índia, Irã) afastando a presença militar americana dessa região. 2. O repúdio da **opinião pública** sobre baixas americanas em conflitos de longa duração e sem perspectivas de rápida solução, isto é, as conseqüências na

---

<sup>29</sup> Grifo nosso.

<sup>30</sup> KENNEDY (2002, p. 72-73)

<sup>31</sup> Para outras opiniões sobre a Grande Estratégia dos Estados Unidos ver: CRENSHAW, (2004); CRONIN, Audrey K.; LUCAS, James M. (Eds.) (2004); NYE (2006); LAYNE (2006); DUECK (2006).

política interna de desenvolvimentos de políticas externas, e 3. A continuação de **ataques terroristas** abalando a economia, exaurindo a confiança nas instituições e difundindo o medo, a ponto de alterar a *American Way of Life*, fomentar uma percepção de incapacidade perante perigos assimétricos, e obrigar ao abandono dos compromissos internacionais que tem fornecido a legitimidade à política externa dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial.

O **Crescimento econômico** norte-americano deverá, para KENNEDY (2002), sustentar-se com suas vantagens absoluta e relativa, sendo esta segunda a mais importante. O que aumentará os custos com segurança interna, com a promoção econômica das políticas externas, não apenas com defesa, mas com diplomacia, ajuda externa, fortalecimento de organizações internacionais, inteligência cooperativa.

O autor lembra que historicamente mudanças na capacidade produtiva relativa levam a mudanças no poder relativo, e que em conflitos em larga escala a VITÓRIA É DO MAIS FORTE. Os Estados Unidos como líderes e promotores da modernização e da globalização enfrentam o paradoxo de como manter a vantagem econômica relativa enquanto convidam os outros à emulação. Exportando receitas de sucesso econômico arriscam-se a explosão econômica e o colapso ambiental, por outro lado a prosperidade econômica pode promover valores da democracia como estabilidade e pacifismo.

O terceiro pilar da Grande Estratégia é o da **Diplomacia**, mudanças propostas por KENNEDY, e por diversos outros autores, incluem a valorização de organismos internacionais - sobre este assunto esse autor publicou **Parliament of Man: the past, the present and the future of the United Nations** (2006), a promoção das alianças existentes e o desenvolvimento de redes de inteligência cooperativa. Para os Estados Unidos tornarem-se um país "normal" precisam do resto do mundo e não podem esquecer disso, concordando em chegar aos meios termos da diplomacia, e utilizando os Organismos internacionais para legitimizar suas ações perante a opinião pública internacional. As mudanças a longo prazo no equilíbrio global não podem ser



evitadas, nem as de natureza econômica nem as estratégicas, até porque os Estados Unidos são os artífices dessas transformações. Para KENNEDY o teste da sabedoria é hoje maior do que antes de 11 de setembro de 2001. E o século 21 pode ser ainda mais difícil e turbulento que o século 20.

### **1.3 - Guerra contra o Terrorismo (2008)**

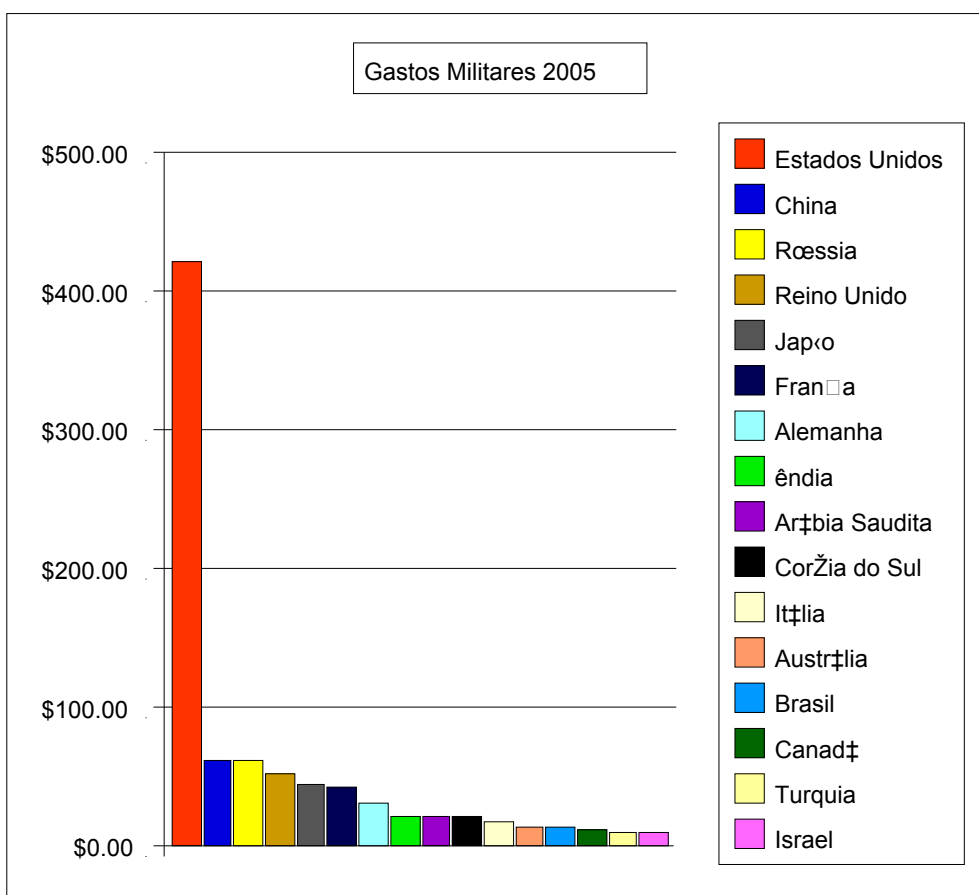
Um mundo mais, ou menos, seguro?

Uma das condições da manutenção do poder militar relativo dos Estados Unidos aventadas por Paul KENNEDY (2002), era a conservação de um Orçamento de Defesa superior aos 300 bilhões de dólares anuais. A **Figura 1.** mostra os orçamentos militares de 2005 dos 16 países com maiores gastos de defesa. Os Estados Unidos com 420,7 bilhões de dólares excede, por tanto, a previsão de KENNEDY, e acumula um gasto de 43% do total mundial, o seja, maior que os 14 países seguintes juntos, **Figura 2.** Segundo a revista **Grandes Guerras**<sup>32</sup> para o Ano fiscal de 2007 (iniciado em 1º de outubro de 2006) a administração BUSH solicitou a aprovação de um orçamento para defesa de 439,3 bilhões de dólares, que se somados aos orçamentos separados das campanhas de Iraque e Afeganistão, e ao orçamento com armas nucleares, ultrapassará os 550 bilhões de dólares. Certamente neste quesito, os objetivos propostos por KENNEDY serão atendidos em termos de gastos com poder militar absoluto e relativo. Outra constatação seria a ausência de evidências de desenvolvimentos militares comparáveis em outros países.

CRAGIN e CURIEL (2006) da Rand Corporation, analisam o desenvolvimento global do terrorismo nos cinco anos após os atentados de 11 de setembro de 2001, os resultados são no mínimo paradoxais, o

---

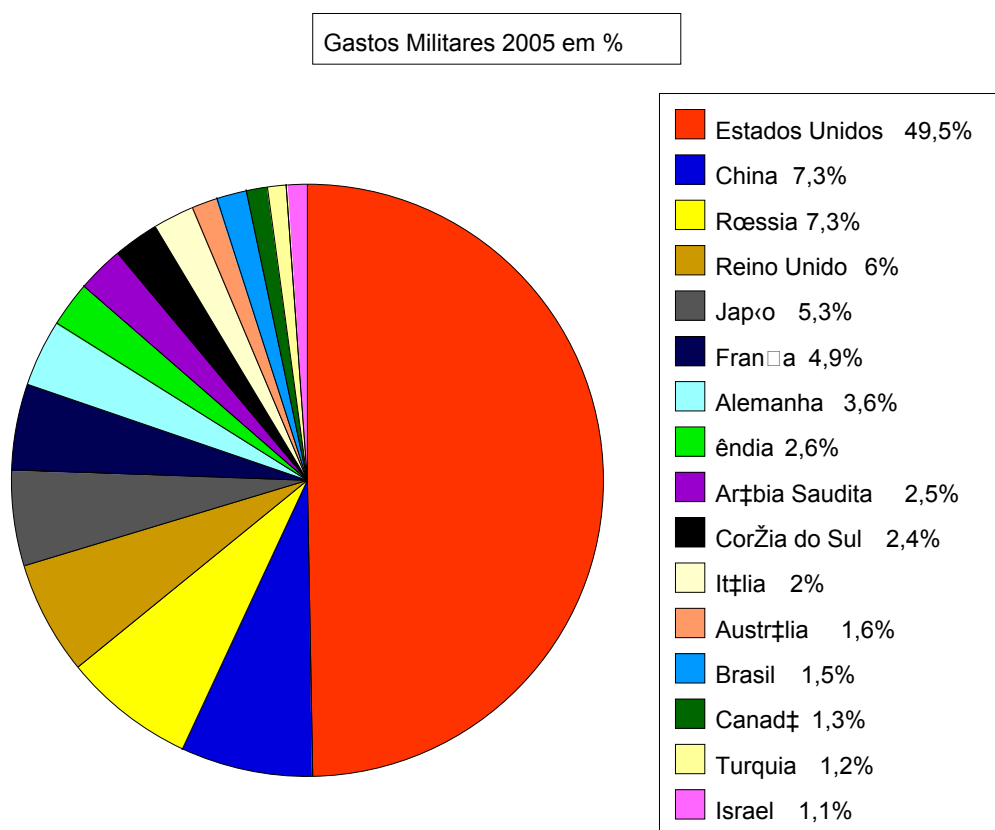
<sup>32</sup> v. QUAIS . . . (2006).



Após **Grandes Guerras**, Nov. 2006.

**Figura 1 – 16 Países com maiores gastos militares (2005)**

Em bilhões de U. S. Dólares 2005 [Para Israel dados de 2004]



Após **Grandes Guerras**, Nov. 2006

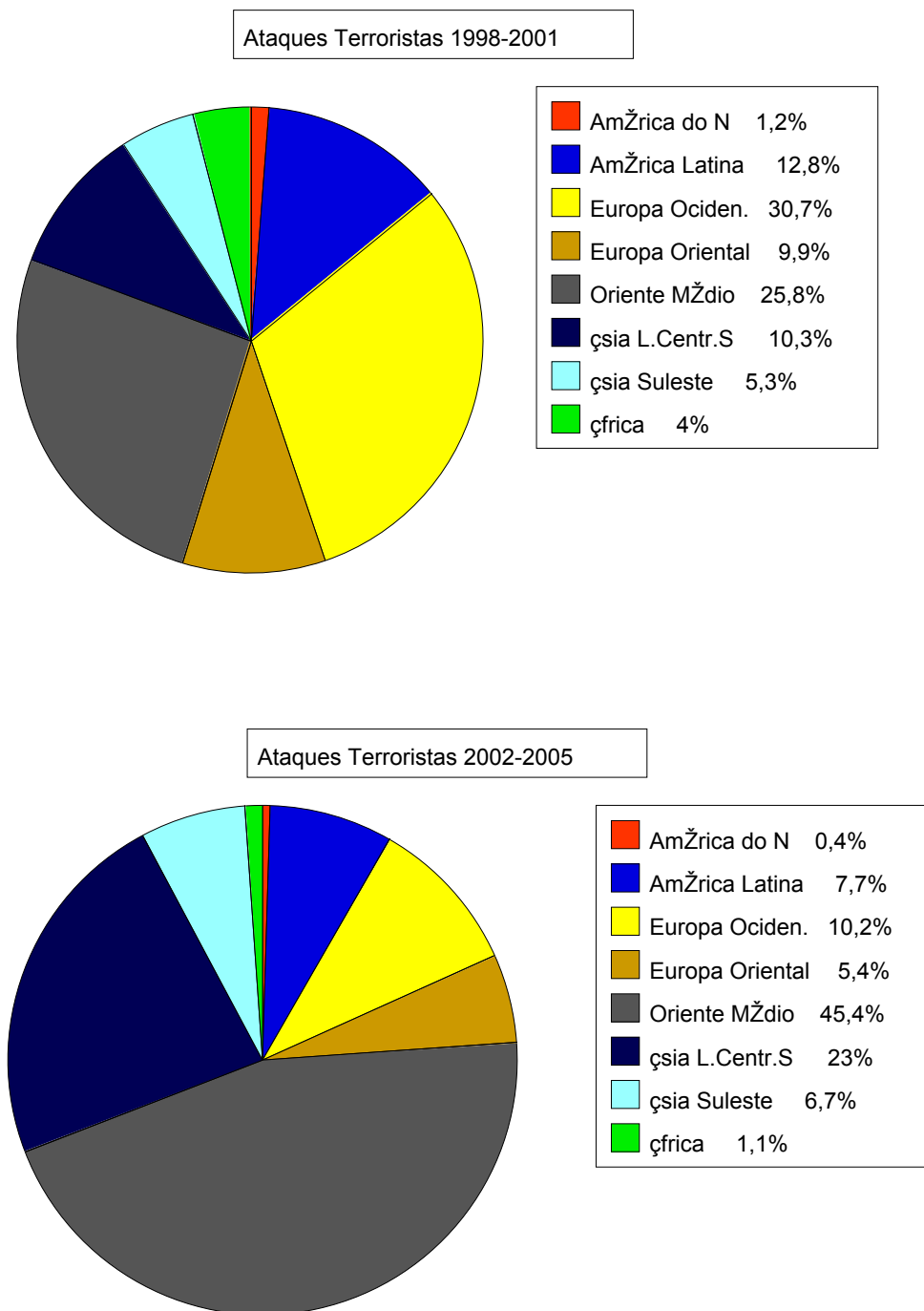
### Figura 2 – 16 Países com Maiores Gastos Militares (2005)

[Para Israel dados de 2004]

Estado-nação que decretou a Guerra contra o Terror, os Estados Unidos, teve um decréscimo de 20% em ataques terroristas quando comparados os períodos de 1998 a 2001 (inclusive os atentados de 11/09) com o período de 2002 a 2005, ver **Figura 3**. O número de vítimas fatais teve uma redução ainda mais significativa de 2991 (inclusive os atentados de 11/09) entre 1998 e 2001, para apenas 3 no período de 2002 a 2005, ver **Figura 4**. As interpretações mais variadas podem ser aplicadas, a eficiência e eficácia da vigilância nos Estados Unidos, a centralização da prevenção e gestão de crises terroristas pelo **Homeland Security Office**, o gasto de somas fabulosas (em tecnologia, inteligência, pessoal), a integração internacional na luta contra o terror, etc. Na listagem dos 10 Países Maiores Alvos do Terror entre 12/09/2001 e 30/06/2006, apresentada pelos autores, ver **Figuras 5 e 6**, apenas 6% dos ataques ocorreram na Europa (3% na França e 3% na Irlanda do Norte), 6,9% na América Latina (Colômbia), os restantes 87,1% foram cometidos na Ásia, com um destaque de 57,3% no Oriente Médio (41,3% no Iraque, e 16% no Israel e Palestina). Podendo-se afirmar que a estratégia dos Estados Unidos de lutar a Guerra contra o Terror no território do inimigo está tendo resultados positivos para esse país, se forem considerados apenas esses fatores.

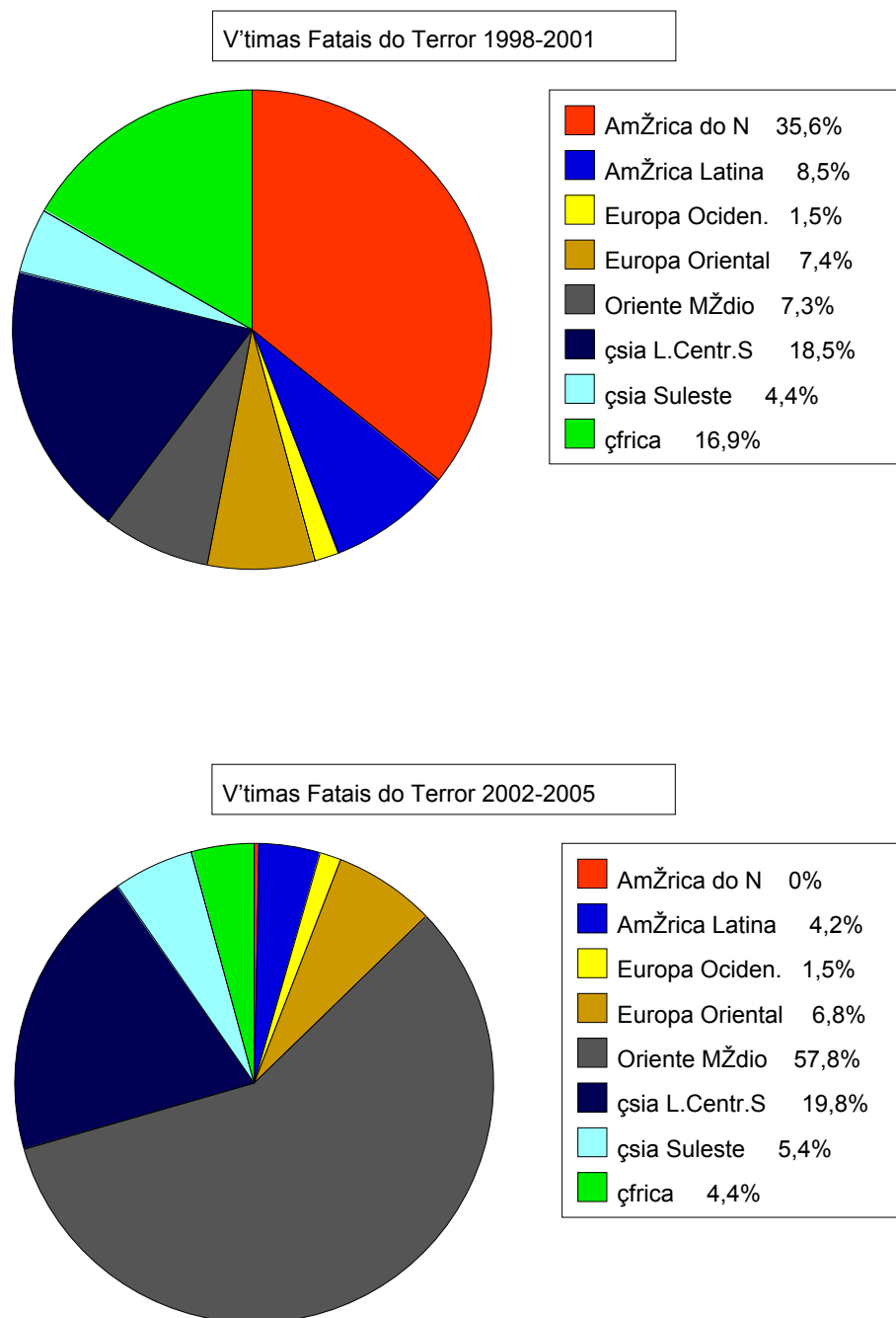
Desde o fim da Guerra Fria, a re-estruturação das forças armadas norte-americanas tem, na visão dos tomadores de decisão, finalidades definidas: Manter capacidade para sustentar e vencer duas grandes guerras em qualquer lugar do planeta, ser incontestavelmente a maior potência militar, maior mesmo que quaisquer possíveis alianças, e desencorajar o surgimento de uma potência rival. Segundo NYE (2002b), prolongando ao máximo a atual **Era Unipolar**. Contudo, esta não será uma Era Unipolar Imperial, com o absoluto controle dos Estados Unidos, o mundo já se tornou economicamente multipolar, até mesmo pela iniciativa e influência norte-americanas, e está em crescimento a **difusão do poder** pelo progresso da **Revolução da informação**, o aumento constante da interdependência e a maior participação de atores transnacionais não-governamentais, NYE (2005).

Para IKENBERRY e SLAUGHTER (2006) chegou o momento de olhar para frente e adequar a estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos



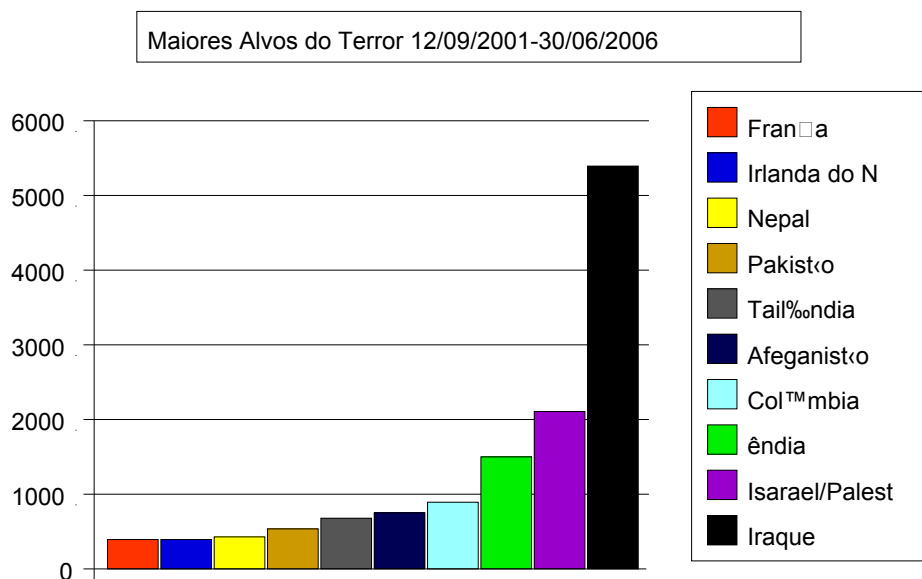
Após CRAGIN e CUIEL (2006)

**Figura 3 – Comparação Percentual de Ataques Terroristas por Região nos Períodos 1998-2001 e 2002-2005**

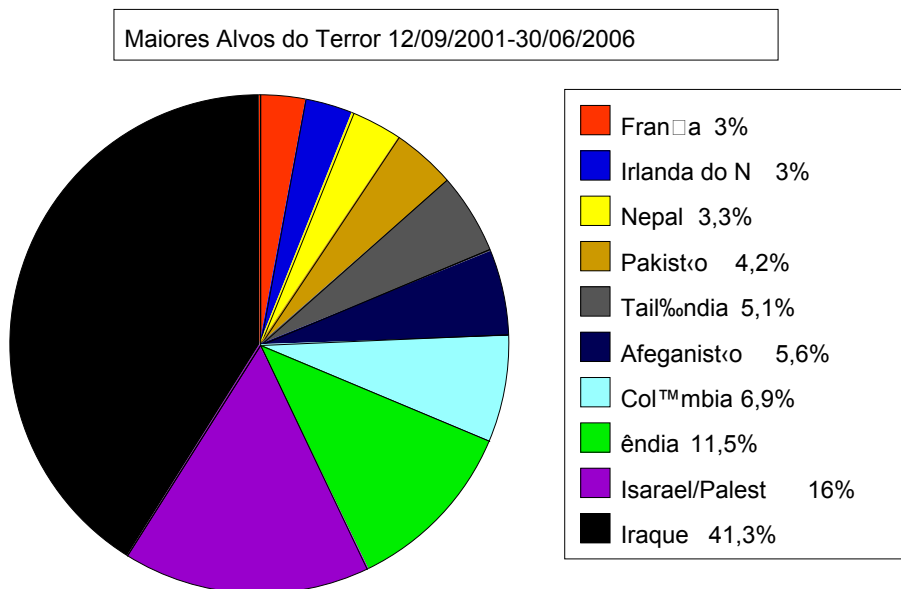


Após CRAGIN e CURIEL (2006)

**Figura 4 – Comparação Percentual de Vítimas Fatais de Ataques Terroristas**  
por Região nos Períodos 1998-2001 e 2002-2005



**Figura 5 – 10 Países Maiores Alvos de Ataques Terroristas**  
Total de Ataques



Após CRAGIN e CURIEL (2006)

**Figura 6 – 10 Países Maiores Alvos de Ataques Terroristas**  
Percentual de Ataques

da América do Norte não à era Pós-Guerra Fria, nem à era Pós-11 de setembro, mas para o século 21, com capacidade de resposta rápida, flexível e eficiente. Isto pode ser logrado com tecnologia, diplomacia, instituições e políticas providas do máximo impacto e de múltiplos usos. **A Liberdade sob a Lei**, é um conceito que compreende um mundo com democracias estáveis, provedoras de ordem e liberdade e de instituições internacionais eficientes na defesa dos direitos humanos, e capazes do uso da força para implementar as leis internacionais.

A Administração BUSH procura um enfoque normativo que alcance consenso internacional, a retórica atrás das diferentes atualizações da **National Security Strategy** (2002, 2006),<sup>33</sup> e do **State of the Union** (2006), e a emissão de uma controvertida **Anti-terror Law** (2006), às vezes conseguem o efeito contrário, alienando a legalidade proposta dos interesses e necessidades de outros Estados.

Conseqüentemente, um número significativo de publicações de importantes analistas de políticas domésticas e externas criticam, cada vez mais enfaticamente, o rumo seguido pela Administração BUSH nas mais diversas atividades. Para mencionar apenas umas poucas, mas importantes, obras: BOBBITT (2002) em **The Shield of Achilles** - War, Peace and the Course of History, propõe que se os Estados Unidos devem "policiar" a Ordem mundial por serem a única potência com essa capacidade, os custos deveriam ser cobrados dos outros países que na atualidade se beneficiam como *free-riders*. BRZEZINSKI, em **The Choice** - Global Domination or Global Leadership (2004) pergunta se os Estados Unidos devem procurar a dominação global ao invés da liderança global. CLARKE o artífice americano da Guerra contra o terrorismo, após demitir-se, critica contundentemente, em **Against All Enemies** - Inside America's War on Terror (2004), os métodos empregados por considerá-los condenados ao insucesso. HACKER e PIERSON (2005) em **Off center** - The Republican Revolution and the erosion of American Democracy propõem que a revolução do Partido Republicano durante a atual Administração é de tal natureza radical que alterou significativamente o comportamento

---

<sup>33</sup> v. U. S. THE WHITE HOUSE (2002, 2006a)



político dos Estados Unidos de forma que os políticos republicanos se tornaram cada vez mais conservadores, abandonando a tradição de políticos de ambos os partidos de tentarem agradar o eleitorado do centro freqüentemente indeciso e definidor de eleições. Esses autores não apenas explicam como determinados mecanismos levaram a esse estado do sistema político, mas também o que deveria ser feito para que a revolução republicana não levasse a erosão da democracia americana. FUKUYAMA em, **America at the Crossroads - Democracy, Power and the Neoconservative Legacy** (2006), seu manifesto de separação do neoconservadorismo, também critica os assessores belicistas da Administração BUSH considerando-os como deturpadores dos princípios e tradições do neoconservadorismo americano. Bob WOODWARD reconhecido como um dos mais influentes jornalistas que tratam da Casa Branca (desde o caso Watergate que levou à renúncia do Presidente Nixon) com vastas obras publicadas com temas relacionados à Presidência norte-americana desde essa época,<sup>34</sup> praticamente se tornara um porta-voz das campanhas militares de *Enduring Freedom* (Afeganistão) e *Iraqi Freedom* nos livros **BUSH at War** (2003) e **Plan of Attack** (2004), contudo, muda o enfoque no seu novo livro **State of Denial - Bush at War Part III** (2006) tornando-se severo crítico das falhas estruturais que levaram à Administração BUSH a uma guerra desnecessária, com custos exagerados e sem retornos compatíveis à deterioração da legitimidade da hegemonia americana, resultado da falta de percepção da realidade e da negação da verdade.

Novos acontecimentos na política doméstica americana, a estrondosa derrota do Partido republicano nas eleições da Câmara dos Representantes (Deputados), e a perda da maioria no Senado, em novembro de 2006, levam a repensar o envolvimento das percepções dos eleitores sobre a forma como estava sendo conduzida a política externa e a repercussão nas opções pela mudança de gestores. Certamente, diversas perguntas se derivam: Pela mudança para um Congresso com maioria Democrática, se ensejam mudanças na conduta da política externa? O continuísmo, caracterizado nas obras de MAYHEW **Divided We Govern** (1991 e 2005) e **Congress** (2004),

---

<sup>34</sup> Entre outras: **The Final Days** com Carl BERNSTEIN (1976); **All the President's Men** com Carl BERNSTEIN (1987); **The Agenda: Inside the Clinton White House** (1994); **Shadow: Five Presidents and the Legacy of Watergate** (1999).

terá um desenvolvimento diferente?

Os fatos são recentes, certamente uma avalanche de publicações seguirá, e mais ainda, algum tempo deverá passar para avaliar-se com maior eficácia as verdadeiras conseqüências para as políticas externa e interna. A reação imediata implica em reestruturação das políticas republicanas para reverter a situação no Poder legislativo e a eleição de um Presidente republicano nos pleitos de 2008. Coincidentemente ou não, diversos “falcões” da Administração BUSH deixaram o governo inclusive o controvertido Secretário de Defesa Rumsfeld (BARRY e HIRSH, 2006). Cada vez mais veteranos republicanos das Administrações FORD, REAGAN, e BUSH 41 (pai) estão retornando a posições de consultoria ou como conselheiros principais. Segundo WOODWARD (2006), KISSINGER tornou-se um dos principais assessores de política externa do Presidente BUSH 43, e seu mais freqüente assessor extra-oficial. Segundo THOMAS (2006), James BAKER um dos principais políticos da Administração BUSH 41 (pai), e reconhecidamente não muito próximo de BUSH 43 (filho), foi convocado para a gestão de uma saída do envolvimento militar no Iraque, casualmente Baker é *Co-chairman* (com Lee Hamilton, democrata) do **Iraq Study Group**, um grupamento bi-partidário organizado pelo Congresso para revisar a política militar americana no Iraque. Este grupo propusera o emprego de meios diplomáticos e a redução militar. A implementação das 79 recomendações deste Grupo é controvertida (ver **The Economist**, 2006a, b, c). O fato de admitir-se na Administração BUSH a necessidade de considerar “muito seriamente” esse trabalho dá ensejo a um começo. Mas a tradição do Presidente BUSH de “manter o curso” é um fator a ser contornado.

Para HIRSH e EPHRON (2006) a potente aliança neoconservadora da Administração BUSH 43 tem-se dividido em relação ao Iraque: Paul WOLFOWITZ que como Sub-secretário de Defesa foi o maior promotor da invasão e destituição de Saddam Hussein, transferido ao Banco Mundial não mais se manifestou em relação ao Iraque. Douglas FEITH um dos formadores da estratégia para o pós-guerra, hoje como professor em Georgetown, admite que foram cometidos erros. Richard PERLE que antes teria promovido o uso do poder para a disseminação da democracia, hoje critica a ocupação do Iraque.

William KRISTOL, um neo-conservador por excelência, hoje critica Rumsfeld por empregar um deficiente contingente terrestre nessa campanha. Da antiga equipe neo-conservadora que dominara a política externa americana após 11 de setembro de 2001, por enquanto, permanece apenas Elliot ABRAMS como o segundo em comando do Conselho de Segurança Nacional.

#### **1.4 - Estado-da-arte nos Estados Unidos**

Relacionando sumariamente as três idéias centrais deste trabalho, pode-se constatar que passado mais de meio século as preocupações básicas do trabalho de HERZ (1950) continuam vigentes, não apenas potências regionais, sub-regionais ou países sem quaisquer pretensões militares continuam respondendo às suas percepções de ameaças com militarização e armamentismo, como também a Hiper-potência faz parte integrante da sua Grande Estratégia a manutenção de primazia militar incontestável e inalcançável como fator premente da sua capacidade de dissuasão.

Os novos enfoques da grandeza do Poder Americano na re-capacitação de Paul KENNEDY (2002), levam a um futuro de bom augúrio a curto e médio prazos para os Estados Unidos durando mais de uma geração, e possivelmente por mais de duas, mesmo na ocorrência fatídica de um cenário pessimista a hegemonia americana se manterá. Resta como único fator limitador ou possibilidade de inversão de curso, a opinião pública interna obrigando a medidas catastróficas, a estagnação econômico-produtiva, ao isolamento nas relações internacionais, e ao cancelamento da *American Way of Life*. Um cenário desse tipo foge até as probabilidades mais bizarras e em nada corresponde à tradição, às capacidades múltiplas, à engenhosidade historicamente testada desse país.

A experiência impõe um crédito à manutenção do núcleo duro da Grande Estratégia dos Estados Unidos, às tantas vezes demonstradas versatilidade e capacidade de adaptação conseguindo melhores resultados e superação constantes, desta vez mais explicitadas do que anteriormente na

**National Security Strategy** (2006) e em diversos outros documentos da atual Administração. Parafraseando Philip H. GORDON (2006) a Revolução de BUSH pode estar terminando, ou por outro lado preparando-se para ser mais incisiva para conseguir num segundo *round* aquilo que apareceu evasivo no primeiro. O que leva a considerar que a dispersão do poder está mais acentuada, que a vontade de participação dos potenciais aliados está reduzindo, e que além dos envolvimento militares atuais em Afeganistão e Iraque, novos desafios como a nuclearização de Coréia do Norte e do Irã, podem provar-se árduas tarefas para o Guardião da Ordem mundial. Pelas características intrínsecas desta posição e pelo sucesso nos diferentes aspectos do poder os Estados Unidos atraem para si sentimentos paradoxalmente opostos, de um lado o poder sedutor global como efeito do impacto cultural com alcance mundial, de outro uma oposição que abrange desde os insatisfeitos com a incapacidade de elevar-se aos padrões norte-americanos, até o anti-americanismo formulado em políticas externas de confronto para evitar ou causar constrangimentos ao exercício da Ordem mundial, por percebê-lo como unipolar. Para BRZEZINSKI (2004), o sistema democrático, sendo uma das principais fontes de atração, é essencial para preservação do equilíbrio entre direitos civis e Segurança nacional, este equilíbrio necessitou ser redefinido após os atentados terroristas, a disseminação de armas de destruição em massa, e a instabilidade de diversas regiões, algumas de importância estratégica - como o Oriente Médio. Por isso, segundo esse autor esta é uma situação com características peculiares e os Estados Unidos tem o direito de procurar mais segurança que outros países. Isto será possível se conseguir transmitir a percepção para outros países de que a segurança aumentada da América do Norte faz parte da Grande Estratégia dirigida aos interesses partilhados da comunidade global.

Recentes desenvolvimentos na política interna dos Estados Unidos, a circunstância das eleições do legislativo de novembro de 2006, indicam a necessidades de ajustes na política externa - considerada por muitos como determinante na derrota do Partido Republicano. A publicação do Relatório do **Iraq Study Group** oferecendo um plano com 79 pontos para solucionar o impasse político da ocupação militar do Iraque, inicia de forma crítica: "*The*

*situation in Iraq is grave and deteriorating*".<sup>35</sup> As recomendações estão divididas em três políticas principais: 1. **Militarmente** os Estados Unidos não deverão fazer compromissos sem delimitação de tempo para a permanência de grandes contingentes militares. Recomenda-se a retirada da maioria das forças de combate até o início de 2008. Ficariam apenas 10.000 a 20.000 soldados para treinamento e colaboração com o Exército iraquiano, e também uma quantidade indefinida formando uma Força de Deslocamento Rápido e Forças Especiais para combater a Al Qaeda. Continuariam em países vizinhos bases com fortes contingentes aéreos, terrestres e navais.

2. Uma iniciativa **Diplomática**, iniciando ainda no ano de 2006, para organizar uma reunião de cúpula para tratar de todos os problemas principais de segurança do Oriente Médio. Em particular a solução do reconhecimento mútuo de Israel e Palestina de dois estados com seus territórios determinados. A formação de um Grupo de Apóio Internacional para o Iraque, incluindo os vizinhos Irã e Síria, Arábia Saudita e Egito, e a União Européia e os cinco Membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos deveria também dialogar com insurgentes e milícias do Iraque, e com os líderes da minoria xiita.

3. O Governo do **Iraque**, por sua vez, receberia uma lista de itens de *accountability* a serem realizados: eleições regionais, esforços de reconciliação e garantias de efetivo controle central pelo governo nas províncias. Caso esses objetivos não sejam alcançados, os Estados Unidos deverão reduzir a ajuda política, econômica e militar. Alguns objetivos são de fácil consecução, outros são radicalmente opostos as políticas seguidas desde a Operação *Iraqi Freedom*, por exemplo a des-Baatização do governo - remoção do governo de membros do Partido Baath de Saddam Hussein, que agora poderiam ser permitidos retornar.

Após a publicação desse Relatório surgiram severas críticas e extensa descrença na possibilidade de implementação. Os detratores afirmam que uma aplicação dessas metas de retirada de tropas não apenas

---

<sup>35</sup> Apud: **The Economist** (2006b, p. 31).

enfraqueceria a capacidade de negociação *ad hoc* dos Estados Unidos, também comprometeria a credibilidade e a legitimidade dos Estados Unidos como liderança em todos os compromissos internacionais. O Presidente BUSH, de um lado admite "considerar muito seriamente" as recomendações.<sup>36</sup> De outro o próprio Presidente afirmou em reunião de 29/11/2006 com o Premier Iraquiano que existem muitas especulações sobre esses Relatórios e que uma saída honrosa não tem qualquer realismo. Outrossim, o Conselheiro para Assuntos de Segurança Nacional do Presidente, Stephen Hadley tem afirmado repetidamente que o Presidente vai anunciar uma "*new way forward*".<sup>37</sup> Já a Casa Branca lembra que se trata apenas de um de três relatórios, os outros dois estão sendo preparados para a Casa Branca e para o Pentágono. De qualquer forma, a inclusão do Co-organizador **do Iraq Study Group**, James BAKER na equipe de gestão das políticas para o Iraque do Presidente BUSH deixa espaço para considerar sua participação nas **tomadas de decisão**.

Neste início de 2008 a Ordem internacional se encontra cheia de situações *sui generis* muitas fogem dos sistemas paradigmáticos conhecidos, e sua prescrição quando não caótica se torna altamente especulativa. As divergentes opiniões dos *scholars* promovem uma fascinante expectativa, certamente alguns se mostraram absolutamente equivocados, outros poderão partilhar espaços variáveis da realidade, e passado um tempo novamente será constatada a imensa maleabilidade da Ordem internacional e sua perpétua renascença.

## **1.5 - SOFT POWER**

As Relações Internacionais exercem suas influências entre atores por meios ativos como a coerção pela força militar, ou a ameaça do seu uso, ou os "*sticks and carrots*"<sup>38</sup> das relações econômicas, como mecanismos de premiação ou punição pelo consentimento a comportamentos desejados pelo poder dominante, isto é denominado de **Hard power**.

---

<sup>36</sup> Apud: **The Economist** (2006b, p. 31).

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> As coações e promessas.

Uma outra forma passiva de exercer influências nas Relações Internacionais também existira sempre, mas só fora denominada de **Soft power** no fim da década de 1980 por Joseph S. NYE Jr., seguida de extensos estudos e divulgações, dedicando finalmente um livro inteiro ao assunto: **Soft Power** - The means to success in World Politics (2004 a).<sup>39</sup>

Antes NYE (1988)<sup>40</sup> já adiantara que com a constatação de quanto poderia ser custoso o exercício do poder militar após os fracassos de norteamericanos no Vietnã, e de russos no Afeganistão, passou-se valorizar outras formas de poder, por exemplo aquele derivado das percepções de atributos desejáveis como vitalidade econômica, valores culturais atraentes, liberdade no fluxo de informações, de abertura política e de defesa dos direitos humanos, que tornavam os Estados Unidos, privilegiados na Era da Informação, detentores de formas sutis, mas importantes, de influência nas Relações Internacionais. Entende-se por **Soft power** a capacidade de persuasão de outros atores sem recorrer ao uso de força ou coerção, e sim pelo autoconvencimento do outro dos benefícios do alinhamento, da emulação, e da cooperação. Semanticamente o conceito perde seu poder e amplitude nas traduções, os franceses utilizam "*pouvoir doux*", em espanhol "*poder blando*" e em português tem-se adotado "poder brando". Nesses casos se sacrifica a dicotomia original: "**Hard power x Soft power**". Na versão ao português do livro de Joseph S. NYE Jr., **The Paradox of American Power: Why the World's only Superpower can't go it alone** (2002b), utiliza-se "Poder brando x Poder Bruto", sem dúvida um exagero do "**Hard power**".<sup>41</sup>

Em **Soft Power** (2004a), NYE retoma o conceito enfatizando sua atualidade após as conseqüências dos atentados terroristas internacionais de 11 de setembro de 2001, e a necessidade de uma melhor gestão do **Soft power** pela Administração dos Estados Unidos na implementação de estratégias e políticas externas. Os Estados bem sucedidos conseguem um adequado

---

<sup>39</sup> v. NYE (1990,1999, 2002a, 2002b, 2002c, 2002-03, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2004e, 2005).

<sup>40</sup> v. Tradução publicada em 1990.

<sup>41</sup> Com uma finalidade de maior clareza **Soft power**, **Hard power** e **Smart power** serão utilizados na língua original.

equilíbrio entre a coerção, quando imprescindível, e a capacidade de modelar as atitudes e preferências de outros atores a longo prazo, e se possível de maneira definitiva. Este equilíbrio virtuoso será definido como **Smart power**.

Para NYE (2004a), as políticas externas dos Estados Unidos tem sido capazes de dominar, mas também puderam com excelência, projetar **Soft power**. O Governo norte-americano tem contado com a contribuição de corporações, fundações, universidades, igrejas, e outras entidades da sociedade civil para promover sua cultura, seus ideais e valores para atrair alianças, parcerias, e apoios. Contudo não se pode esquecer das limitações do **Soft power**, que pela própria natureza não pode ser exercido direta ou pontualmente para obtenção de objetivos imediatos. Seu caráter difuso faz com que outros atores possam adotar os valores ou a cultura do detentor do **Soft power**, mas resistir a implementação das políticas externas do mesmo, como tantas vezes tem acontecido com os Estados Unidos.

O exercício do **Soft power** não se encontra limitado às grandes potências, países em todos os degraus de poder relativo, podem servir de exemplo da detenção e do reconhecimento do seu **Soft power** pelos seus pares ou vizinhos. Como amostra podemos considerar à Costa Rica, com desenvolvimentos políticos democráticos e de uma consciência ambiental exemplar quando se considera uma pequena república da América Central, com uma reduzida população e carente de riquezas naturais extraordinárias. Muitos dos empreendimentos desse país tem sido emulados e seguidos pelos seus vizinhos: turismo ecológico, áreas de livre comércio e zonas de produção com tratamento fiscal diferenciado para a exportação, etc. A excepcionalidade política da Costa Rica levou-a, a pesar da total carência de projeção de **Hard power** - sendo o único país do hemisfério Americano que não tem forças armadas desde 1948 (existe apenas uma força policial), e não tendo capital excedente para Investimentos diretos no exterior - receber na figura do seu Presidente Oscar Arias Sánchez o Premio Nobel de Paz de 1987 pelas suas atuações nos Acordos de Paz na América Central, sem dúvida o **Soft power** de um pequeno país traduzido em prestígio internacional.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> É importante lembrar que desde a fundação do Premio Nobel em 1896, apenas 14 latino-americanos o



## 1.6 - Do **HYPERPOWER** ao **SOFT POWER** uma difícil transição **NATION-BUILDING** no Terceiro Milênio

Após o fim da Guerra Fria, a partir de 1989, e cada vez com maior insistência, diversos autores passam a tratar da possibilidade **imperial** dos Estados Unidos tanto do ponto de vista da reprovação pejorativa, quanto do incentivo a um Realismo oportunista. NYE (2003) acredita que as circunstâncias obrigam a tirar a poeira do conceito de império. BOOT (2002)<sup>43</sup> alega que “os Estados Unidos não devem temer envolver-se em pequenas guerras para melhorar as condições daqueles em países menos felizes que o nosso”. ELLIOTT (2002) afirma que as missões principais dos Estados Unidos são a defesa nacional e o estabelecimento de um sistema de segurança global baseado na cooperação com as outras grandes potências, alertando que as grandes potências do passado fracassaram por não serem reconhecidas nos seus esforços de formação de novos Estados-nação - **Nation-building**.<sup>44</sup>

A cada dia aparecem novos arautos de uma afirmação e aceitação sem rodeios do papel **IMPERIAL** pelos Estados Unidos, MALLABY (2002)<sup>45</sup> afirma que o mundo chegou num novo momento imperial e pela virtude do seu poder cabe a Washington lidera-lo. Para FERGUSON (2002)<sup>46</sup> não apenas poderiam arcar com os custos de um império formal, como *não* podiam dar-se o luxo de *não* fazê-lo. As três razões para isso não acontecer,<sup>47</sup> parecem estar

receberam: 5 argentinos (Paz 1936, Carlos Saavedra Lamas; 1980, Adolfo Pérez Esquivel; Fisiologia e Medicina 1947, Bernardo A. Houssay; 1984, César Milstein; Química 1970, Luis F. Leloir), 2 chilenos (Literatura 1945, Gabriela Mistral; 1971, Pablo Neruda), 1 colombiano (Literatura 1982, Gabriel García Márquez), 1 costarriquenho (Paz 1987, Oscar Arias Sánchez), 2 guatemaltecos (Paz 1992, Rigoberta Menchú, Literatura 1967, Miguel A. Asturias), 3 mexicanos (Paz 1982, Alfonso García Robles; Literatura 1990, Octavio Paz; Química 1995, Mario Molina); e também 2 caribenhos de Santa Lucia (Literatura 1992, Derek A. Walcott; 1979 Economia, Sir Arthur Lewis; os premiados no Hemisfério são completados com 18 canadenses e 304 norte-americanos.

<sup>43</sup> BOOT é *Senior fellow* no *Council on Foreign Relations*, e um Editor do **Wall Street Journal**.

<sup>44</sup> Para Fareed ZAKARIA (2001) uma versão atenuada da tentativa de conversão de países para uma Democracia Jeffersoniana, considerando a necessidade de manterem diferenças idiossincráticas, seria preferível na forma de um **Nation-building Lite**.

<sup>45</sup> Sebastian MALLABY é editorialista do *The Washington Post*.

<sup>46</sup> Niall FERGUSON é Professor de História Política e Financeira da Universidade de Oxford, e Professor Visitante da Universidade de New York.

<sup>47</sup> Para FERGUSON os três motivos para os Estados Unidos não adotarem uma política externa mais IMPERIAL, em especial em relação aos “*rogue states*”, seriam: constrangimento ideológico em relação ao conceito de Império, exagerado receio das reações da Rússia e da China, e temor da opinião pública em relação a baixas militares.

dissipando-se, por isso o autor se perguntava, no fim do governo CLINTON: “Será que os líderes do único estado detentor de recursos econômicos suficientes para fazer do mundo um lugar melhor vão ter coragem para tanto?”

Mas, não se pode esquecer que já dizia Raymond ARON (1975, p. 284), “Império, Imperial e Imperialismo são palavras carregadas de glória e de ressentimento”.<sup>48</sup> Nesse sentido HIRSH (2002)<sup>49</sup> também lembra que um **Império Americano** não está de acordo com o código genético nacional dos Estados Unidos que tem como principal razão de existência a maximização da liberdade, e que todos os grandes impérios da história sucumbiram à sua própria húbri, formadora de uma onda de ressentimento entre seus súditos.

Para CAVAGNARI (2003)<sup>50</sup> os Estados Unidos não detêm as características determinantes do **Império**, contudo tem os atributos para agir como tal, quando necessário.

O conceito de **Nation-building** (formação de nações) se origina no auge da Guerra Fria, no início da Administração KENNEDY,<sup>51</sup> como reação ao apóio soviético a processos revolucionários no mundo em desenvolvimento que contrariava os objetivos de KENNEDY de maior aproximação com países do terceiro mundo para uma **deterrence** das ambições imperialistas da URSS e da China. O objetivo era tornar esses países menos vulneráveis à agressão comunista. A estratégia era promover uma ação cívica e reformas domésticas para a implementação de regimes democráticos liberais nessas nações. O primeiro cenário foi no Vietnã,<sup>52</sup> cujo resultado duas décadas depois foi desastroso. Uma importante variante da política externa norte-americana originária desse conceito é que a **credibilidade e o prestígio** dos Estados

<sup>48</sup> ARON foi um dos mais importantes cientistas políticos franceses do Século 20. Professor da Universidade de Paris e do *Collège de France*.

<sup>49</sup> HIRSH é autor de Política Internacional e ex- Editor internacional da **Newsweek**.

<sup>50</sup> CAVAGNARI é fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas e Professor convidado do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

<sup>51</sup> Em janeiro de 1961, dias antes da posse de John F. KENNEDY, o Premiê soviético Nikita Khrushchev descrevia as “Guerras de libertação” como “sagradas” e lhes garantia o apóio soviético. Ver KISSINGER (1994).

<sup>52</sup> Uma recomendação do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos de maio de 1961, estabelecia como Objetivo Nacional norte-americano evitar a dominação comunista do Vietnã. A estratégia era criar um sociedade cada vez mais democrática, viável a través de ações militares, políticas, econômicas, psicológicas e de “inteligência”. Assim a **deterrence** se confundia com **nation-building**.

Unidos seriam a força motriz, e não apenas a consagrada Segurança Nacional. O modelo paradigmático era o sucesso do Plano Marshall na reconstrução da Europa nas décadas de 1940 e 50.<sup>53</sup> Uma razão do insucesso das primeiras tentativas de aplicação do *nation-building*, é que foram realizadas em ex-colônias sem uma prévia estruturação na sistemática institucional democrática - diferentemente dos países da Europa no pós-guerras.

Na América Latina uma manifestação de ***nation-building*** na forma do programa **Aliança para o Progresso**, durante a Administração KENNEDY teve percepções ambíguas, enquanto o intenso envolvimento dos Estados Unidos na reforma de instituições sociais e políticas era bem-vindo quando trazia ajuda e desenvolvimento econômico, por outro lado era atacado como forma de "*imperialismo gringo*", KISSINGER (1999, p.704). Para HAKIM (2003a, b, p. 82)<sup>54</sup> "A cooperação multilateral direcionada ao fortalecimento da democracia sempre funcionou melhor quando esses esforços contaram com o poderio e os recursos dos Estados Unidos, mas nos últimos 18 meses estava dando atenção a outras questões".

O conceito de ***nation-building*** aparece sem esse nome em **The National Security Strategy of The United States of America** de 2002, no item VII - *Expand the Circle of Development by Opening Societies and Building the Infrastructure of Democracy*, a estratégia seria **dobrar** a capacidade econômica dos países mais pobres em dez anos.<sup>55</sup>

Dois cenários de aplicação imediata são os teatros das guerras norte-americanas neste início de milênio:

Na reconstrução do Afeganistão, um ano e meio após o fim da guerra, segundo FERGUSON (2003) os Estados Unidos não gastaram quase

---

<sup>53</sup> Turquia e Grécia foram os primeiros a receberem a ajuda desenvolvimentista norte-americana como instrumento de defesa da democracia e de contenção ao avanço comunista. Logo depois o Plano Marshall (1948-52) se estenderia aos países da Europa Ocidental - Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suíça. Os países do Leste europeu alinhados com a União Soviética recusaram a ajuda, chamando-a de **Dollar Imperialism**, BRINKLEY (1998).

<sup>54</sup> Peter HAKIM é Presidente do *think tank* Diálogo Interamericano de Washington

<sup>55</sup> v. U.S. The White House (2002).

nada, US\$ 5 milhões, enquanto a ajuda da comunidade internacional, de acordo com o *Center of International Cooperation* da Universidade de New York, soma uns parcos US\$ 1,5 bilhões. (Apenas um décimo desse total foi empregado em projetos já completos).

A reconstrução do Iraque seria segundo o Governo dos Estados Unidos auto-financiada. Para FERGUSON (2003) a única forma de sucesso em ***nation-building*** neste caso seria com investimentos estrangeiros apropriados para oferecer à população uma alternativa às tentações do fundamentalismo terrorista, e da criminalidade. Em 23-24 de outubro de 2003 realizou-se em Madrid, uma reunião de países doadores para a reconstrução do Iraque arrecadando US\$ 33 bilhões.<sup>56</sup> É de longe, a maior contribuição da história moderna para este tipo de finalidade. Mesmo correspondendo a ajuda norte-americana a dois terços desse total, existe um sentido de legitimação da guerra pela participação da comunidade internacional no financiamento da reconstrução. Para WEISMAN (2003), um problema potencial é que os doadores não cumpram suas promessas, como já está acontecendo em relação à reconstrução do Afeganistão.

Mesmo assim, para Susan E. RICE (2003)<sup>57</sup> a Administração BUSH parece ambivalente no assunto de *Nation-building*, porque enquanto foi mencionado em relação à reconstrução do Afeganistão, não aparece explicitado no **The National Security Strategy of The United States of America (NSS)**.

Também são críticos da **NSS**, DAALDER, LINDSAY e STEINBERG (2002),<sup>58</sup> por acreditarem que enquanto as iniciativas para redução pela metade da pobreza nos países falidos e o aumento em 50% da ajuda norte-americana

---

<sup>56</sup> Entre os maiores doadores: os Estados Unidos com US\$ 20,3 bilhões; Japão com US\$ 5 bilhões; Kuwait com US\$ 1,5 bilhão; Arábia Saudita com US\$ 1 bilhão; Grã Bretanha US\$ 900 milhões; Espanha US\$ 300 milhões; Itália US\$ 200 milhões; a Comissão Européia US\$ 200 milhões. **Jornal da Tarde**. Contribuições para o Iraque já chegam a US\$ 33 bilhões. 25/10/2003. p. A11. Para outras estimativas do custo da reconstrução do Iraque com variações atingindo até US\$ 593 bilhões ver FERGUSON (2003). Para a natureza, doações, empréstimos, créditos, ver WEISMAN (2003).

<sup>57</sup> Susan E. RICE é *senior fellow in Foreign Policy Studies and Governance Studies* na *Brookings Institution*.

<sup>58</sup> DAALDER e LINDSAY são *senior fellows* no programa de *Foreign Policy Studies* da *Brookings Institution*. STEINBERG é o Vice-Presidente e Diretor do mesmo.

para países "*whose governments rule justly, invest in their people, and encourage economic freedom*",<sup>59</sup> são louváveis, na prática esses países não são os que acumulam problemas mais complexos, não passíveis de soluções apenas com investimentos de capital. A estratégia de desenvolvimento da Administração norte-americana envolve um maniqueísmo que protege países que apresentam evidências de reforma e boa governança, e abandonam aqueles mais necessitados que não tem condições próprias de assegurar o império-da-lei, de banir a corrupção e de desenvolver complexas medidas de política econômica que são colocadas como pré-requisitos para receber o auxílio.

Na opinião de MANDELBAUM (2002)<sup>60</sup> não basta os Estados Unidos serem uma hiper-potência, necessitam agir como tal. Historicamente o mundo atual está dominado por três conceitos principais, a **paz** como a forma privilegiada de relacionamento entre os estados-nação, a **democracia** como a otimização organizacional da política interna dos mesmos e o **livre mercado** como a mais eficiente sistemática de produção de riqueza. Estas idéias teriam conquistado o mundo, e pela primeira vez desde suas introduções nas Revoluções Americana, Francesa e Industrial, se encontram incontestadas por qualquer outra alternativa viável para a organização das relações internacionais militares, econômicas, políticas e sociais, tornando-se conseqüentemente em **ortodoxia** da política e estratégia mundiais. Neste novo cenário cabe à supremacia dos Estados Unidos defender, manter e expandir a **democracia** e o **livre mercado** por meios **pacíficos**. Para o autor o desafio começa pela sustentação de instituições e práticas em assuntos de segurança e economia. Seguindo pelo fortalecimento de políticas internacionais pacíficas, democráticas e de livre mercado nas regiões onde ainda são incipientes, como a Rússia e a China. E torná-las vigentes onde ainda não existem, como no mundo árabe. Para a primeira

---

<sup>59</sup> "cujos governos administram com justiça, investem no seu povo e estimulam a liberdade econômica".

<sup>60</sup> Michael MANDELBAUM é Professor de Política Externa Americana na Universidade de John Hopkins.

destas práticas a hiper-potência dos Estados Unidos pode demonstrar-se inadequada, para a segunda esse enorme poder é altamente irrelevante. A defesa desses valores iniciou sua ascendência internacional com o Presidente WILSON em 1919, a idéia de MANDELBAUM em relação à **Segurança Liberal** conseguida, ao menos em nível de estados-nação, pelo consenso da paz, pode provar-se uma resposta aos anseios e solicitações do novo milênio que para o autor deverá presenciar um continuado avanço da ordem liberal.

### 1.7 - Presença Permanente Global ou Delegação regional

Dentro da homogeneização dos comportamentos no Sistema Internacional deve-se questionar se é factível uma atitude da Hiper-potência como líder onipresente da Segurança Global, ou se racionalmente as primeiras instâncias da promoção da ordem deverão ser delegadas a atores regionais. Isto leva, na atualidade a outro problema de legitimidade. Há uma questionável verossimilhança entre o pretense enquadramento normativo da atual Administração de George W. Bush 43<sup>61</sup> - com alegações de princípios, valores e objetivos - e suas atitudes e suas conseqüências tanto na política doméstica como na política externa. Padrões de comportamento, ou até mesmo Filosofias da Política dos Estados Unidos, levavam pensar, ou inferir como natural, que o objetivo principal - quando não o único - dos políticos detentores de cargos eletivos era sua máxima permanência, e no caso do Legislativo sua perpetuação, no poder.<sup>62</sup> Na mais longa tradição democrática em existência, onde predomina um bipartidarismo *de facto*,<sup>63</sup> o ponto de equilíbrio reside no cidadão do "centro" apartidário, que flutua entre os candidatos dos dois partidos tradicionais, geralmente movido pela aceitação ou simpatia com o discurso em assuntos de importância pontual e de momento, com a

---

<sup>61</sup> O atual Presidente George W. Bush é o 43º mandatário dos Estados Unidos. Seu pai George H. W. Bush foi o 41º.

<sup>62</sup> Este tema é discutido extensamente por FIORINA (1997), MAYHEW (2004) e MAYHEW (2005).

<sup>63</sup> Apesar do sistema partidário dos Estados Unidos permitir um número indefinido de partidos, e existirem muitos micro-partidos, apenas dois o Republicano (GOP) e o Democrático tem um eleitorado significativo, e basicamente equivalente.

possibilidade de auferir benefícios pessoais, regionais, ou de classe - no sentido mais amplo - ou com a oportunidade de remover um candidato do partido oposto que não tenha atendido às expectativas criadas ou inferidas. Nesse contexto, o comportamento padrão do candidato norte-americano tem sido de externalizar uma posição moderada - de centro - capaz de atrair os eleitores indecisos de ambos os partidos, e o eleitor apartidário de centro.<sup>64</sup> O comportamento do Presidente Bush 43 e do Partido Republicano, a partir da eleição contestada de 2000, provoca uma intensa confusão analítica, não apenas porque não atendem às expectativas do eleitor médio, quanto passam priorizar os interesses de uma direita razoavelmente extremada, e beneficiar um segmento populacional privilegiado em poder econômico e riquezas. Apesar disso, e alavancados pela reação aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, conseguem a reeleição do Presidente Bush e uma aumentada maioria, em 2004, em ambas as casas do Legislativo.<sup>65</sup>

Paul PIERSON, em **Politics in Time** - History, Institutions, and Social Analysis (2004). preconiza o conceito de **History matters**. Na sua obra mais recente em co-autoria com Jacob S. HACKER, **Off center** - The Republican Revolution & the Erosion of American Democracy (2005) estudam extensamente e criticam a revolução dos Republicanos para perpetuarem-se no poder e as possíveis conseqüências para a Democracia dos Estados Unidos. Esta obra passou ter significativa importância na compreensão de condutas tão esdrúxulas na Administração Bush 43, e no que os autores denominam de Revolução Republicana, onde os estrategistas do partido, como Karl Rove e Tom DeLay, ambicionam a tomada permanente do poder. Estes chamados de **New Power Brokers** são os que "fazem as coisas acontecerem no novo mundo da política norte-americana" (p.12). E é a elite Republicana, e não o Presidente Bush 43, quem promove a significativa direitização do equilíbrio político, alavancada pelo Congresso onde se concentra **a truly formidable amount of power in American politics** (p. 19).<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Para uma maior discussão da formação de preferências v. KATZNELSON e WEINGAST (2005).

<sup>65</sup> v. BECKWITH (2005).

<sup>66</sup> DeLAY ao deixar seu cargo reafirmou seu legado combativo. v. ALTER (2006), DeLAY (2006) e GRUNDWALD (2006).

Diferentes autores utilizam diversos enfoques, segundo DAALDER e LINDSAY,<sup>67</sup> na obra premiada **America Unbound** - The Bush Revolution in Foreign Policy (2003), o Presidente Republicano George W. Bush redefiniu as formas como os Estados Unidos enfrentam os conflitos internacionais livrando-se dos constrangimentos à sua liberdade de ação que eram impostos por aliados, inimigos, ou instituições internacionais. Livre desses empecilhos a América do Norte, supostamente, consegue uma maior segurança para si própria. Estes autores afirmam que o Presidente Bush, tem um posicionamento conceitual próprio, mantendo uma liderança forte e decisiva, e são suas as tomadas de decisão dentro de uma visão de mundo clara e coerente, invalidando as alegações de estar sujeito a um papel de fachada, sendo apenas porta-voz, de um esquema do Partido Republicano, dos Neo-conservadores no Governo, da doutrina do Vice-ministro da Defesa Wolfowitz, do Vice-presidente Cheney, ou do Ministro da Defesa Rumsfeld.

Um terceiro enfoque é oferecido por Francis FUKUYAMA em **America at the Crossroads**. - Democracy, Power and the Neoconservative Legacy (2006), criticando a descaracterização do Neoconservadorismo, na Administração George W. Bush. Na política internacional, os exageros cometidos na implementação da guerra preemptiva tem invalidado as tentativas de construção de uma "hegemonia benevolente" que exercendo o **soft power** atrairia outros países para a emulação dos princípios, valores e práticas democrático-liberais promovidos pelos Estados Unidos. As estratégias para a obtenção de desenvolvimento institucional em países na procura de **accountability** internacional tinham sido objeto de outro livro de FUKUYAMA, **State-building**. Governance and World Order in the 21st Century (2004). Na obra mais recente critica a falta de previsão e planejamento eficaz da necessária engenharia social compreensiva após a remoção do poder de regimes autocráticos - como ocorre em Iraque e Afeganistão, para promoção de instituições com embasamento sólido e com perspectivas duradouras. Um país predominante deve ser detentor de duas qualidades, que às vezes parecem entrar em conflito, **poder e legitimidade**. O poder é mais fácil de gerir quando

---

<sup>67</sup> Estes autores formaram parte do National Security Council do último Presidente Democrata, William J. Clinton.



existe por consentimento e não por coerção, mas é imprescindível para lidar com as ameaças dos **rogue states**, e de agentes não estatais como o crime organizado e o terrorismo, com essa finalidade deve consistir em capacidade de deslocamento militar imediato, eficaz e contundente. A legitimidade em âmbito internacional está cada vez mais atrelada à participação de instituições internacionais, cuja lentidão é característica e cuja burocracia é limitadora. Fundamentadas no consenso, dependem do demorado processo diplomático de persuasão. As instituições internacionais desenhadas para facilitar os processos de negociação e reduzir os custos das mesmas, costumam ser deficientes para a gestão de assuntos de segurança. FUKUYAMA (2006) acredita que uma nova visão **multi-multilateral** na qual ao invés de uma organização internacional abrangente, existam diversas organizações regionais, serviria mais eficientemente os interesses dos seus membros na solução de problemas regionais, sempre que para a única **Hiper-potência**, com seu excedente de poder em diversas dimensões, é difícil ser percebida pelo seu **Soft power**, apesar de ser em 2007 também a maior detentora dessa forma de poder.

ADLER (2005) afirma que uma forma forte de multilateralismo tem evoluído no sistema internacional do pós-guerra, com características de uma construção social e de institucionalização da segurança comunitária, através do diálogo comunitário e de práticas de construção-comunitária, com embasamento no conhecimento normativo coletivo, são estas normas que constituem identidades cujos efeitos promovem percepções de pertencência.

Mesmo com os enfoques diferentes mencionados, HACKER e PIERSON, DAALDER e LINSAY, e FUKUYAMA convergem no reconhecimento de um aumento da projeção de poder internacional, e dos riscos que este pode causar ao Sistema Internacional e à própria liderança dos Estados Unidos. Nesta convergência as elucidações pela ação racional não são apenas possíveis, são de fato importantes para entender as condições que produzem utilidades. Não apenas **institutions matter**, quanto principalmente como afirma PIERSON (2004) **History matters**, sendo também determinante a seqüência em que eventos ocorrem, e o momento no tempo quando eles ocorrem.

## 1.8 - Interesses Nacionais Vitais

A **Análise da Política Externa** como sub-disciplina do estudo das **Relações Internacionais**,<sup>68</sup> desde seus primórdios na década de 1950, tem conseguido constantes desenvolvimentos em complexidade, abrangência e sofisticação, tornando-se cada vez mais eficiente e confiável na realização dos seus objetivos de escrutínio, estruturação e previsão de condutas do exercício da Política Externa, num mundo que aumenta diuturnamente em complexidade, interdependência, exigências de **accountability**, e número de atores com intervenção ativa e considerável.

A **Análise da Política Externa** de uma era, de um país, ou de um grupo de Estados, raramente encontra momentos de explícita re-avaliação dentro do mandato de um Presidente de um poder dominante. Uma dessas circunstâncias promissoras ocorre neste momento. Em janeiro de 2001, o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, George W. Bush, iniciava seu mandato com uma preocupação indefinida com a Política Externa do seu país. Após os atentados terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro desse ano, em discursos, em mensagens à Nação, ou dirigindo-se ao Legislativo, uma nova proposta se materializa na forma de uma Doutrina de Segurança Nacional, renovada, adequada às necessidades, e muito mais abrangente e explícita do que qualquer pronunciamento semelhante na história dos Estados Unidos. Um ano depois dos atentados, em setembro de 2002, este pensamento, e estas diretrizes são publicadas como a nova **National Security Strategy**.<sup>69</sup>

Depois de duas guerras, e duas tentativas de **State-building** ainda não consumadas, no curto espaço de 3 anos e meio uma nova **National Security Strategy** é promulgada em março de 2006,<sup>70</sup> como a anterior,

---

<sup>68</sup> Dentro do escopo deste trabalho não são consideradas as possibilidades do debate de diversos autores que consideram a Análise de Política Externa como uma disciplina separada e paralela a das Relações Internacionais.

<sup>69</sup> v. US. The White House (2002).

<sup>70</sup> v. US. The White House (2006a).

precedida de discursos e do **State-of-the-Union** de 2006, insinuando mudanças.<sup>71</sup>

### 1.9 – Mudança de Conjuntura Internacional

Desde o início da formação de cursos de **Análise de Política Externa**, o problema principal das Relações Internacionais era a capacidade de mútua destruição por armas nucleares das duas superpotências, com uma conseqüente destruição de grande parte da humanidade e dos recursos de sobrevivência do planeta. Os esforços foram centralizados na previsão, prevenção ou limitação de um conflito em grande escala. Para NEACK, HEY e HANEY (1995)<sup>72</sup> estas características constituiriam o núcleo central da Primeira Geração de idéias e academismo em torno da **Análise de Política Externa**.

A partir de 1989, com o fim da Guerra Fria - sem a efetivação do conflito direto entre os Estados Unidos e a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus respectivos aliados - e da desintegração do império do Kremlin, o vasto campo de estudos de Relações Internacionais focalizando o conflito Leste-Oeste, ou Capitalismo-Comunismo, ou Democracias-Autocracias ficou reduzido a constatações passadas, de relevância histórica. Desde o esfriamento da Guerra Fria, teriam começado novos enfoques, e tendências acadêmicas que Charles HERMANN (1995) descreve como reações aos pontos de sustentação da **Primeira Geração**, isto é, à hegemonia do positivismo, ao realismo com sua monofatorialidade da regência dos interesses estatais pelo poder e pela ganância, à tentativa de uma Teoria Geral totiabrangente ou Grande Teoria do comportamento dos Estados, e à ênfase na parcimônia com seus perigos reducionistas. A **Segunda Geração** mudaria o foco dos seus esforços para sistematizar o emprego de novos instrumentos analíticos para a consecução de explicações multicausais, e de vários níveis, de uma consideração contextual dos eventos da Política Externa, da adoção de Teorias de médio-alcance de capacidade explicativa pontual em oposição ao positivismo das Grandes Teorias ou Teorias Gerais, e da procura de contatos para eliminar os distanciamentos com outros campos do saber. Outro aspecto de importância

---

<sup>71</sup> v. US. The White House (2006b).

<sup>72</sup> v. Prefácio.

é a consideração - pela Segunda Geração - dos ativos domésticos na formulação da **Análise de Política Externa**, dos constrangimentos, e do **efeito ratificador** das instituições representativas com seus efeitos de veto. Retornar-se-á a este assunto ao tratar do **win-set** doméstico do Partido Republicano, ou da coalizão vencedora, no conceito de BUENO DE MESQUITA<sup>73</sup> do modelo de expectativas de utilidade influenciadas pela Política Doméstica.

Com o Fim da Guerra Fria, os principais problemas das Relações Internacionais perdem a ameaça da destruição total iminente, ou de guerras multinacionais, e são substituídos por conflitos de interesses passíveis de gerenciamento por sistemas de gestão de crises, Organismos Internacionais, e Cortes Internacionais de Justiça. Neste novo meio, desenvolvimentos de Política Interna passam ter destaque nos estudos de renomados acadêmicos, Robert PUTNAM (1988) descreve as tomadas de decisão em dois níveis (ou tabuleiros): o das negociações internacionais, e o das forças políticas internas e suas pressões, com um resultado final de acomodação ao que outros Estados consideram aceitável, e ao que os constituintes da Política Interna podem ser persuadidos a ratificar.

### **1.10 - Um Fato Momentoso**

Philip BOBBITT (2002), defende a idéia que a humanidade se transforma a partir de Fatos Momentosos, assim, um novo ponto de virada acontece com os atentados de 11 de setembro de 2001, novamente aparece um inimigo tangível,<sup>74</sup> sem inclusão no Sistema Internacional, e sem enquadramento nos instrumentos de gestão de conflitos convencionais, o **terrorismo internacional**. As respostas do povo e governo dos Estados Unidos também se mostram heterodoxas, e a proteção dos Interesses Nacionais é explicitada de forma contundente e, se necessário, de aplicação unilateral e autônoma. Do exercício das medidas de consenso para soluções de problemas internacionais, insinuadas no pós-Guerra Fria, retorna-se à Vontade Nacional suprema do Realismo clássico. Embora o Presidente dos Estados Unidos alega

---

<sup>73</sup> Bruce BUENO DE MESQUITA, apud DOUGHERTY e PFALTGRAFF Jr. (2001).

<sup>74</sup> Supondo que a União Soviética teria desaparecido como tal.

um comportamento híbrido, ora Realista e ora Idealista conforme as conveniências conjunturais.<sup>75</sup>

Forma-se uma plethora na literatura das Relações Internacionais, defendendo ambos os lados: Nas grandes potências - com poucas exceções do **Commonwealth**, etc. - e nas potências emergentes um apelo para o retorno e consolidação do multilateralismo, que pelo menos lhes garantiria algum papel de influência evitando uma Hiper-potência totipotente. Nos Estados Unidos, a mais variada gama de opiniões variando do mesmo multilateralismo internacionalista até um nacionalismo extremado advogando pela necessidade de assumir um papel merecido, quando não predestinado, de Império benevolente, como alternativa ao **Armagedão** de um mundo sem a direção, e o policiamento exercidos desde Washington. Entre esses extremos, infinitas soluções intermediárias foram propostas.

### **1.11 – Mudança na Conjuntura Interna dos Estados Unidos**

Os Estados Unidos uma das mais antigas e mais consolidadas democracias vigentes, desenvolveram durante 225 anos, até o início deste milênio um sistema político com dois grandes partidos. Desde a metade do século 19 quaisquer outros partidos carecem de importância representativa. Os Republicanos e os Democratas tradicionalmente detêm eleitorados semelhantes e o fator decisório nas eleições de representantes nacionais (Congresso, Senado, e Presidentes) tem sido manifestado por uma maioria de centro - entre os dois partidos - não partidária, que vota em representantes que atendam aos interesses do eleitor ou região, freqüentemente ficando os grandes debates conceituais em segundo plano. Como resposta, os candidatos desenvolveram estratégias eleitorais e de promoção de mandatos para perpetuar-se no poder, isto é de importância singular no Legislativo, onde não existem restrições quanto à duração dos mandatos, podendo deputados e senadores reeleger-se um número indefinido de vezes. Cientistas políticos tem afirmado que o objetivo principal, quando não o único, dos legisladores é garantir sua reeleição. Desde que, como colocado acima, o fator de decisão se encontra no "meio", entre

---

<sup>75</sup> v. U. S. The White House (2006a)

aqueles eleitores sem partido, ou aqueles que flutuam de um partido para outro, durante muito tempo estes foram o centro das atenções dos candidatos. Dessa forma, tanto Republicanos como Democratas, ao menos em campanhas eleitorais, pretendiam-se moderados, e assim palatáveis ao eleitor indeciso.

No novo milênio, com a eleição - de resultados contestados - de George W. Bush, à Presidência dos Estados Unidos, "Algo estranho ocorre" em Washington. Com um número de votos populares inferior aos do candidato da situação - Al Gore - Bush se elege por maioria no voto indireto do Colégio Eleitoral. Situação incomum, contudo não inédita, e perfeitamente dentro da legalidade do Processo Eleitoral norte-americano. No Congresso os Republicanos também vencem com apertada maioria. No caso do Senado esta maioria é perdida pela defecção do Senador Republicano James Jeffords que se torna Independente. Para fins práticos esta situação não teve qualquer efeito pois não houve decisões por voto onde sequer o Voto de Minerva exercido pelo Vice-presidente dos Estados Unidos foi jamais necessário.

Dentro desta conjuntura, desde o início do seu mandato George W. Bush adota medidas do Executivo no mínimo discordantes do que seria tido como a opinião pública e a do eleitor médio. No plano internacional também, os Estados Unidos adotam posições consideradas distantes do *mainstream*, e retrocessos em relação às da prévia administração Democrata de William J. Clinton.

Com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o Legislativo aprova medidas favoráveis ao fortalecimento do poder do Executivo e passa, cada vez mais, facilitar a Administração Bush.

A reação internacional é de incondicional apóio das nações do mundo à resposta norte-americana contra os ataques terroristas, para a destituição do regime Taliban no Afeganistão em 2001.<sup>76</sup> Esse apóio exaure com a continuação da **Guerra Contra o Terror**, na sua segunda campanha, no

---

<sup>76</sup> Que fornecia santuário para os grupos terroristas da Al Qaeda, que organizaram os ataques de 11 de setembro de 2001.

Iraque em 2003. Uma desconfiança e censura internacional não impedem sua vitória, desta vez com um número menor de nações aliadas, a **Coalition of the willing**.

Como resultado George W. Bush se candidata a reeleição em 2004 e vence com importante comparecimento dos eleitores, um eleitorado polarizado e com as mais custosas campanhas da história. Os Republicanos ganharam significativa maioria em ambas as casas do Legislativo, no Senado passam de 51 para 55 Senadores.<sup>77</sup> Historicamente, a maioria Republicana num Governo Unido é importante e infreqüente.<sup>78</sup> O significado da influência da Política Externa, ou das conjunturas internacionais sobre a Política Interna é objeto de numerosos estudos. Neste trabalho, em função das limitações físicas, tratar-se-á apenas de influências do meio político interno sobre as tomadas de decisão na Política Externa dos Estados Unidos, na Administração de George W. Bush.

### 1.12 - A Revolução do Presidente Bush?

O Presidente Republicano George W. Bush redefiniu as formas como os Estados Unidos enfrentam os conflitos internacionais livrando-se dos constrangimentos à sua liberdade de ação que eram impostos por aliados, inimigos, ou instituições internacionais. A América do Norte desamarrada consegue uma maior segurança para si própria. Este é o argumento defendido pelos acadêmicos DAADLER e LINDSAY na sua obra premiada **America Unbound - The Bush Revolution in Foreign Policy** (2003). Paradoxalmente ambos pertencem a renomados grupos epistêmicos e formaram parte do **National Security Council** do último Presidente Democrata, William J. Clinton. Estes autores comprovam, também, que o Presidente Bush, tem um posicionamento conceitual próprio, mantêm uma liderança forte e decisiva, e as

---

<sup>77</sup> BECKWITH (2005): Bush teve 60,6 milhões de votos (10,2 milhões a mais do que em 2000) contra 57,3 milhões de Gore; Bush teve 51% do eleitorado.

<sup>78</sup> Considerando que os Presidentes Republicanos Eisenhower, Nixon, Ford, Reagan e G. H. W. Bush governaram durante um total de 26 anos e os Democratas Truman, Kennedy, Johnson, e Carter durante 18 anos, nota-se que enquanto o partido Republicano deteve a Presidência da Federação quase 60%, o partido Democrático teve a maioria da Câmara quase 91%, e do Senado 77%, nesse período de 44 anos. Pode-se resumir que durante a Guerra Fria, o partido Republicano teve a primazia na Presidência e o partido Democrático no Congresso.

tomadas de decisão dentro de uma visão de mundo clara e coerente, invalidando as alegações de estar sujeito a um papel de fachada, sendo apenas porta-voz, de um esquema do Partido Republicano, dos Neo-conservadores no Governo, da doutrina do Vice-ministro da Defesa Wolfowitz, do Vice-presidente Cheney, do Ministro da Defesa Rumsfeld, ou de qualquer outro ser real ou factóide.

DAADLER e LINDSAY também alertam que a Revolução de Bush está sujeita a riscos significantes, e que o exercício de apenas a força bruta não seria suficiente para manter e expandir a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos no mundo atual. A hiper-potência necessitará freqüentemente da ajuda e participação de outras nações e instituições para enfrentar os desafios globais. Da mesma forma que precisa de uma estrutura interna eficaz e eficiente para promover as estratégias fundamentais, também é mister contar com os aliados necessários para conseguir levar adiante suas propostas de Guerra contra o Terror, promoção dos interesses comerciais, financeiros, e políticos, e a difusão de valores, princípios e cultura liberal-democrática. Outra realidade a ser considerada é que a Revolução de Bush tem provocado reações de ressentimento, e desconfiança de outros governos e nações. Podendo no futuro ensejar a recusa de seguir sua liderança, assim, os Estados Unidos poderiam ver-se isolados, e como afirma NYE (2002b) **the World's only superpower can't go it alone.**

Para DAADLER e LINDSAY a Revolução do Bush não implicou na mudança dos interesses da política externa, mas na maneira de atingir seus objetivos. Bush redefiniu os princípios básicos, considerando quando imprescindível o exercício unilateral do poder da América do Norte ao invés de sujeitar-se às seis décadas de compromisso com o internacionalismo. Liderou uma doutrina pró-ativa de preempção, em oposição às estratégias reativas, de dissuasão e contenção. Promovendo a interdição pela força, os ataques preemptivos e o continuado desenvolvimento de mísseis defensivos, para evitar a proliferação de armas de destruição em massa, de regimes de estados falidos e **rogue states**, de organizações terroristas. Reescrevendo as regras de engajamento em conflitos externos, Bush imprime uma marca indelével, que



trouxe reações de adversários e antigos aliados no intuito de limitar a projeção de poder dos Estados Unidos. Outrossim, estes autores enfatizam que o Presidente Bush é real e direto responsável por essa Revolução.

### 1.13 - Ou Uma Revolução Republicana?

Como foi mencionado anteriormente, as trajetórias sacramentadas dos candidatos a cargos eletivos nos Estados Unidos com ênfase na atração do eleitor médio, indeciso, apartidário, através de comportamentos moderados, de aceitação universal, são substituídas pelos candidatos Republicanos, por um engajamento bem partidário, de direita, com foco nos desejos, interesses e expectativas dos seus constituintes mais assíduos. Este fenômeno contradiz as expectativas de décadas de análise política, os mecanismos de atração: gestão de **incumbency effect, pork barrels, seniority system, credit claiming, case work**, clientelismo, etc.<sup>79</sup> são substituídos por um partidarismo declarado que surpreendentemente tem como resultado o fortalecimento, sem precedentes, do Partido Republicano. A **Revolução Republicana** é estudada criticamente por Jacob HACKER e Paul PIERSON (2006) em **Off center: The Republican Revolution & the Erosion of American Democracy**, considerando como consequência o possível desgaste da democracia nos Estados Unidos.

Para HACKER e PIERSON a Administração Bush não apenas consegue pleno apoio do Congresso na Guerra contra o Terror e nos programas de implementação de medidas de segurança interna mais eficientes, mas - como já acontecera no passado em casos de emergência nacional - o Legislativo passa a fornecer subsídios de governabilidade cada vez mais amplos a um poder Executivo tornado cada vez mais autônomo. Isto, ao invés de enfraquecer o partido Republicano majoritário em ambas as Câmaras, o torna cada vez mais poderoso, mais influente e mais temido.

Tradicionalmente, o maior receio de um candidato à reeleição era o aparecimento de um novo candidato do partido oposto, com idéias novas e

---

<sup>79</sup> v. FIORINA (1997), e MAYHEW (2004) e (2005).

mais atraentes. Para estes autores, uma mudança radical ocorre na visão atual. O maior perigo para um candidato Republicano, é perder a legitimidade por afastar-se dos interesses do partido, e perder as primárias para um novo candidato Republicano que tenha o aval e financiamento da linha dura tradicional do GOP (*Great Old Party*). Em poucas palavras a radicalização Republicana está tornando o partido cada vez mais poderoso, contrariando as teorias reconhecidas como **mainstream** na política da América do Norte.

Os mecanismos de perpetuação antes mencionados foram substituídos com maior eficiência por outras estratégias que HACKER e PIERSON classificam como: 1 - Controle da Agenda da Câmara de Representantes e do Senado, 2 - "Não focalizar nos rótulos, preocupando-se com o que pode ser colocado dentro da caixa", 3 - "Fugir da claridade", 4 - "Não faça apenas, mostre sua presença", 5 - "Mate o monstro de fome - Mais tarde", e 6 - "Incline ao seu favor o campo do jogo".

1 - Controle da Agenda: Esta é uma prática de exercício de poder sacramentada no Legislativo. Enquanto é impossível evitar que surjam assuntos indesejáveis, a capacidade de definir quais propostas receberão atenção, entrando na pauta, é um poderoso instrumento decisório. Uma nova ofensiva do Partido Republicano origina-se com a tentativa de **impeachment** do Presidente Clinton, que a pesar de não consumado serviu para aumentar a coesão, o desenvolvimento de estratégias, e a consolidação do líder da maioria no Congresso Tom "o martelo" DeLay, tão contundente quanto seu apelido.<sup>80</sup> Com o controle da agenda os Republicanos no Congresso debateram e aprovaram em poucas horas leis sobre Previdência Social, vastas e altamente conservadoras, grandes restrições às leis de falência, e o plano energético de Bush.

2 - "Não focalizar nos rótulos, preocupando-se com o que pode ser colocado dentro da caixa": O nome dado a uma lei pode ser pouco esclarecedor, as elites Republicanas no Legislativo tem aproveitado isto para introduzir vieses

---

<sup>80</sup> DeLay renunciou ao seu mandato devido a acusações de irregularidades financeiras em campanha, mas seu discurso de despedida foi um apelo à continuação da dureza no partido. v. GRUNWALD (2006) e DeLAY (2006).

para o próprio benefício, neste sentido os autores exploram extensamente as mudanças no Medicare.

3 - “Fugir da claridade”: As atividades do legislador em situações polêmicas podem ser um risco para sua imagem, assim o Partido Republicano utiliza de meios para mudar políticas sem mudar as leis, desta forma não apenas contorna **checks and balances**, como também provoca menor atenção especialmente quando processa seus movimentos de afastamento do centro da opinião pública. Outra forma de fugir da evidência é através das **executive orders**, muito menos sujeitas ao escrutínio da opinião pública do que os debates no Legislativo. Exemplos destas manobras se encontram nas políticas ambientais e nas proteções aos trabalhadores. Nestas segundas o Executivo tem ajudado aos empregadores, e em particular às grandes corporações, evitar processos trabalhistas. Não é por acaso que os Republicanos recebem fortes doações de campanha dessas fontes. Quanto às políticas ambientais, a Administração Bush tem sido mundialmente criticada pela rejeição dos acordos de Kyoto assinados por Clinton, mas as ações neste assunto não se limitam a esse episódio, a Environmental Protection Agency (EPA) reduziu para 3 a promulgação de novos Padrões de regulação nos três anos iniciais da atual Administração, enquanto na Administração do pai do atual Presidente foram promulgados 21, e na de Clinton foram 30, ficando ainda mais de 60 em desenvolvimento.

4 - “Não faça apenas, mostre sua presença”: Frequentemente tendo poder de bloquear novas políticas, ou a atualização necessária para que antigas leis sejam eficientes, é uma forma de obstruir a eficiência do Governo. Os autores fornecem três exemplos de como funciona a “inação ativa” permitindo que leis que precisam re-autorização desapareçam (a proibição de carabinas de assalto), bloqueando leis que precisam de atualizações periódicas (salário mínimo), ou deixando fora da agenda assuntos de importância vital (seguros de saúde).

5 - “Mate o monstro de fome - Mais tarde”: Uma forma de controlar as realizações de um Governo é estrangulando o suporte econômico. Os

conservadores têm praticado o conceito de “matar a besta” - do Governo - de fome reduzindo os impostos e taxas, mas considerando que muitas das ações governamentais são populares, o artifício é aprovar leis que só reduzirão o Orçamento Nacional no futuro, até para que ninguém consiga mais associar a origem desses cortes. Esta é uma estratégia perigosa, mas os Republicanos apostam que vencerão.

6 - “Incline ao seu favor o campo do jogo”: Uma maioria coordenada e agressiva pode tornar-se muito poderosa, conseguindo até mesmo mudar as “regras do jogo” de maneira que lhes permitam aumentar no futuro suas iniciativas de afastamento da opinião pública de centro e, o que é mais ambicioso, carregar a opinião pública para posições mais conservadoras. Re-proporcionamento de distritos eleitorais para favorecer o Partido Republicano, nomeações de ultra-conservadores para o Judiciário, demonstram que sempre que podem estão servindo-se dos seus poderes de maioria para mudar as regras para própria vantagem, e continuar reduzindo o peso do eleitor comum e da política de centro.

HACKER e PIERSON exploram largamente a recente aplicação destas estratégias comprovando que o Partido Republicano está freqüentemente conseguindo vitórias no seu propósito de afastamento à direita das políticas públicas.<sup>81</sup> Para estes autores, é no Congresso onde se torna mais evidente a surpreendente habilidade Republicana de perseguir seus objetivos mais extremados com impunidade.

Certamente o Congresso Republicano e o Presidente Bush têm sido beneficiados pelo apóio popular após os atentados de 11 de setembro de 2001, e não apenas nas agendas de Segurança Nacional. Mas, para HACKER e PIERSON as grandes mudanças afastando do Centro já estavam planejadas e em andamento antes dessa data fatídica.<sup>82</sup> As mudanças à direita levaram anos para concretizar-se na atual intensidade, e será praticamente impossível desfazer-las com uma simples intervenção ou tentativa de reformulação. No

---

<sup>81</sup> Os autores enfatizam que isto não ocorre sempre, mas a freqüência das vitórias é cada vez maior.

<sup>82</sup> Convém lembrar que a “cartada” da Segurança Nacional para arregimentar apóio político interno, raramente tem funcionado no passado.

atual mundo globalizado, a **accountability** é fundamental para moderar o poder. E dentro do sistema político dos Estados Unidos será necessário aumentar os recursos para retornar o poder ao Centro, tornando as eleições mais competitivas e intensificar a transparência do processo político, só assim o modelo será digno de emulação, e sua exportação adquirirá o caráter passivo da internalização, no lugar da imposição artificial, dispendiosa, fugaz e extemporânea.

### 1.14 - Descaracterização do Neo-conservadorismo

Francis FUKUYAMA no seu livro **America at the Crossroads. - Democracy, Power and the Neoconservative Legacy** (2006) critica a descaracterização do Neo-conservadorismo dentro da Administração de George W. Bush, particularmente nas decisões de Política Externa. Optando pela prática básica da guerra preventiva como fundamento para promoção e implementação do estilo democrático liberal em outros países, invalidou os esforços para a construção de uma "hegemonia benevolente" que pelo exercício de **soft-power** atrairia outros Estados em vias de estruturação para a emulação dos valores, princípios e aplicações políticas democráticas e práticas de produção e comércio de liberalismo de mercado.<sup>83</sup> Outra deficiência consiste na falta de previsão e planejamento para uma extensa operação de engenharia social sucedânea à remoção de regimes autocráticos inimigos em países de médio porte, como Iraque e mesmo Afeganistão, onde deveria estabelecer-se uma governança democrática com instituições competentes e firmemente fundamentadas. FUKUYAMA afirma que, no mundo pós-11 de setembro, instituições realistas para a promoção da ordem mundial necessitam de duas qualidades, freqüentemente inconciliáveis, **poder e legitimidade**. O primeiro para lidar eficientemente com as ameaças, tanto de **rogue states** como dos agentes não-estatais que poderão no futuro fazer uso de armas de destruição em massa. Para isso é mister uma capacidade de deslocamento militar rápido, eficiente e decisivo, quando a preempção fique como última opção. A legitimidade internacional, por outro lado, precisa de uma abordagem através de instituições internacionais, que tem uma lentidão característica, e uma burocracia

---

<sup>83</sup> O conceito de **State-building** tinha sido amplamente desenvolvido por FUKUYAMA em 2004.

limitadora. Baseadas na obtenção de consenso, demoram para tomar decisões atreladas ao lento processo diplomático de persuasão. As instituições internacionais existem para facilitar os processos de negociação e reduzir seus custos, mas costumam ser deficientes para assuntos de segurança. Também aquelas instituições de abrangência global contam com membros que não são intrinsecamente democráticos e isto dificulta, quando não impossibilita, a legitimidade democrática da tomada de decisão em organizações como as Nações Unidas. Para evitar esses problemas FUKUYAMA propõe um novo enfoque, o do **multi-multilateralismo**, onde ao invés de uma organização supranacional globalizadora, existam diversas organizações regionais que sirvam melhor e mais rapidamente os interesses dos seus participantes.

Contudo, o desafio principal à pretensa hegemonia benevolente dos Estados Unidos reside em outras nações internalizar que têm menos à temer do incomensurável poder americano, porque a Política Externa desse país é plena de um grau incomum de moralidade. Não apenas os norte-americanos devem acreditar nas suas boas intenções, mas os outros países devem também ter certeza delas. Sabendo, não apenas, da bondade dos Estados Unidos, mas também da sua sabedoria na aplicação do seu poder. Esta é a essência do ***Smart power***.

Para FUKUYAMA, o descrédito internacional causado pelas atitudes da primeira Administração do Presidente Bush, limita as possibilidades de promoção de credibilidade, para isso não bastará uma boa iniciativa de relações públicas, precisará de novas políticas e de novos atores.

Nos Estados Unidos o ano eleitoral de 2008 reserva interessantes paradoxos, enquanto arautos da decadência do Partido Republicano no poder consideram o "mal" causado pelas duas Administrações de George W. Bush (43) como fatal para os planos de continuidade permanente do *G.O.P.* na Presidência, por outro lado, o Partido Democrático parece aproveitar essa fragilidade para realizar experiências inéditas no processo eleitoral, os principais pré-candidatos são a Senadora e ex-Primeira Dama Hillary Clinton – primeira candidata feminina de um grande partido, e o Senador Barak Obama primeiro

candidato não-branco, filho de estrangeiros e nascido fora do continente Americano, e de contestada crença religiosa, estes pré-candidatos se degladiam até os últimos momentos da nomeação, exaurindo e arriscando fragmentar o partido.

O candidato Republicano, também Senador, John McCain recebeu muito mais cedo a nomeação do seu partido, concentrando assim seus esforços à candidatura presidencial. McCain também não é um candidato ilibado, piloto de combate e prisioneiro de guerra no Vietnã, onde fora submetido a intensas torturas, é reputado como político combativo e demonstra resolução para continuar as políticas externas do Presidente Bush (43) sobre tudo em relação a continuação de operações militares no Oriente Médio, e levar as últimas conseqüências a contenção de Estados, párias, falidos, condescendentes com o terrorismo e a procura de armas de destruição em massa. Para HIRSH (2008) são conhecidos os repentes de temperamento de McCain, que admitidamente "*has caused me to make the most serious mistakes of my career*",<sup>84</sup> contudo, pessoas que conhecem bem o candidato afirmam que em nenhum momento ele chegara a perder o controle nessas ocasiões.

Independente de quem será o próximo Presidente dos Estados Unidos, restará a incógnita se foi eleito por ser "o melhor" ou "o menos pior" dos candidatos.

Com essa situação no *Status quo* da maior potência mundial, e das outras potências mundiais secundárias, com suas diretrizes de Política Internacional e envolvimento prioritários em outros lugares, resta a América Latina conscientizar-se dos seus problemas regionais, e preparar-se para soluções centrífugas. No âmbito da Segurança Internacional, assunto nuclear deste trabalho, as condições, circunstância, desafios e oportunidades para a região serão analisados no capítulo seguinte.

---

<sup>84</sup> "Tem sido a causa de fazer os mais sérios erros da minha carreira". John McCain; Mark SALTER, em **Worth the Fighting for: The Education of an American Maverick, and the Heroes Who Inspired Him.** (2003), Apud HIRSH (2008).





## CAPÍTULO 2

### A SEGURANÇA NO CONE SUL DA AMÉRICA DO SUL

Segundo o conceito mais aceito, o **Cone Sul da América do Sul** é formado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, ver **Mapa 5 - PAÍSES DO CONE SUL**.<sup>85</sup> Esta região apresenta características de desenvolvimentos econômico, político e social mais avançados que outras regiões da América Latina. Reservadas as diferenças intrínsecas de cada país pode-se generalizar que os estados da região apresentam formações etnográficas comuns com uma população predominantemente branca de origem européia ocidental, junto a uma porcentagem variável de mestiços. No Cone Sul as populações ameríndias e negra são significativamente menores que em outras partes da América Latina.<sup>86</sup>

O Cone Sul se destaca também, em relação a outras regiões da América Latina, por ter mais elevados padrões de qualidade de vida. Os Índices de Desenvolvimento Humano (HDI) de Argentina e Chile são os maiores e são comparáveis a nações do Leste europeu como Eslovênia, Croácia e Hungria, sendo considerados países desenvolvidos com índices superiores a alguns

---

<sup>85</sup> Outras variantes do conceito de Cone Sul consideram: Somente os países da América do Sul cuja maior extensão está situada ao Sul do Trópico de Capricórnio, excluindo portanto, o Brasil e o Paraguai. Ou excluem apenas o Paraguai em função do seus desenvolvimentos econômico-social e político bem inferiores aos dos outros países da região. Uma outra versão incorpora apenas os Estados do Sul do Brasil, Paraná, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina. Ou ainda somando a estes Estados – por razões de semelhança de desenvolvimentos sócio-econômicos - São Paulo (que pertence a região geográfica brasileira do Sudeste). Alguns estendem esta linha de pensamento para incluir também – pelas mesmas razões - Rio de Janeiro e Minas Gerais. Neste trabalho respeitando o princípio de Integridade Nacional, considera-se o Cone Sul formado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

<sup>86</sup> Isto é mais pronunciado quando no Brasil se consideram apenas os Estados da região Sul e São Paulo, totalizando assim 80% de europeu-descendentes, 17% de mestiços, 2% de ameríndios, e 1% de mulatos. WIKIPEDIA (2008g).



**Mapa 5 - PAÊSES DO CONE SUL**

da Europa e do mundo industrializado. O Uruguai com analfabetismo inexistente, também é considerado desenvolvido na área de educação. O Cone Sul pode também ser considerado a macro-região mais próspera da América Latina quando se consideram a alta Expectativa de vida, Saúde, acesso à Educação, participação significativa nos Mercados Globais e Economia emergente.

## 2.1 - Desenvolvimento Político do Cone Sul

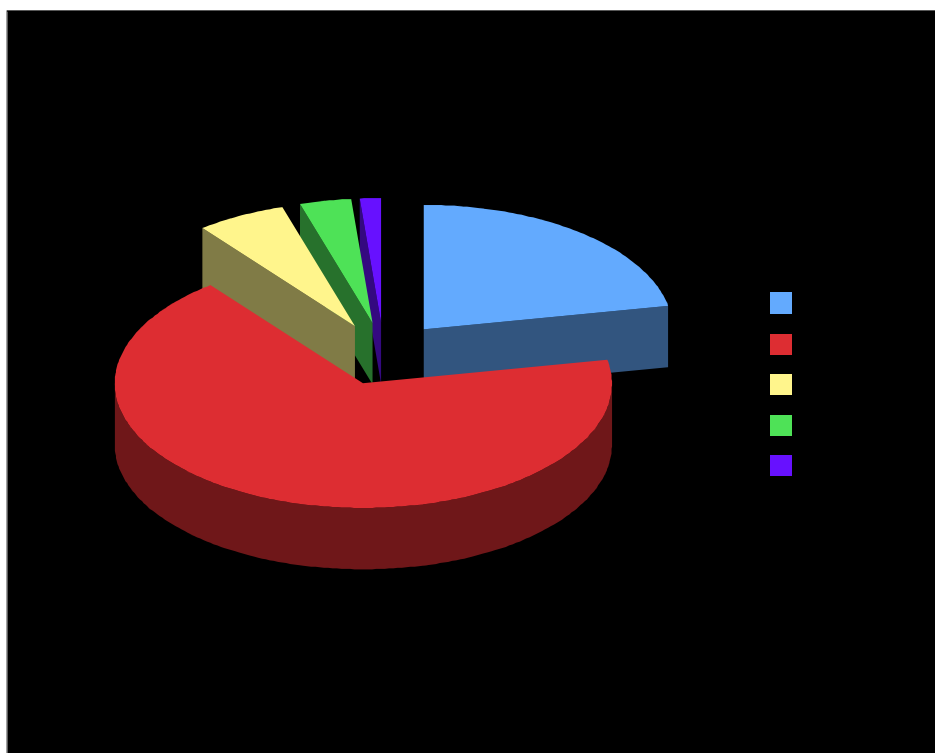
Durante boa parte da segunda metade do século 20, os países desta região foram governados por juntas militares ou militares tornados Presidentes, alguns exercendo ditaduras nacionalistas. Nas décadas de 1960 e 1970, esses governos realizaram uma operação conjunta de repressão a guerrilhas e partidos esquerdistas sob o codinome de **Operação Condor**.<sup>87</sup> Nessa época, o nome de Cone Sul foi associado aos governos militares envolvidos. A partir da década de 1990, a região desenvolveu politicamente para uma abertura democrática eleitoral, e no início do século 21 se encontra na situação inédita com duas mulheres Presidentes, Michelle Bachelet no Chile e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina. Os governantes de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai são de Partidos de esquerda.

## 2.2 – Extensão Territorial

	<u>TERRITÓRIOS</u> <sup>88</sup>	
Argentina	2.766.890 km <sup>2</sup>	21,9 %
Brasil	8.511.965 km <sup>2</sup>	67,4 %
Chile	756.950 km <sup>2</sup>	6,0 %
Paraguai	406.750 km <sup>2</sup>	3,2 %
Uruguai	176.220 km <sup>2</sup>	1,4 %
	<b>Total 12.618.775 km<sup>2</sup></b>	

<sup>87</sup> v. DINGES, John (2005), e DINGES, VILLA, ADORNO (2005).

<sup>88</sup> v. US – CIA (2008 a).



**Figura 7 – Cone Sul – Extensões Territoriais**

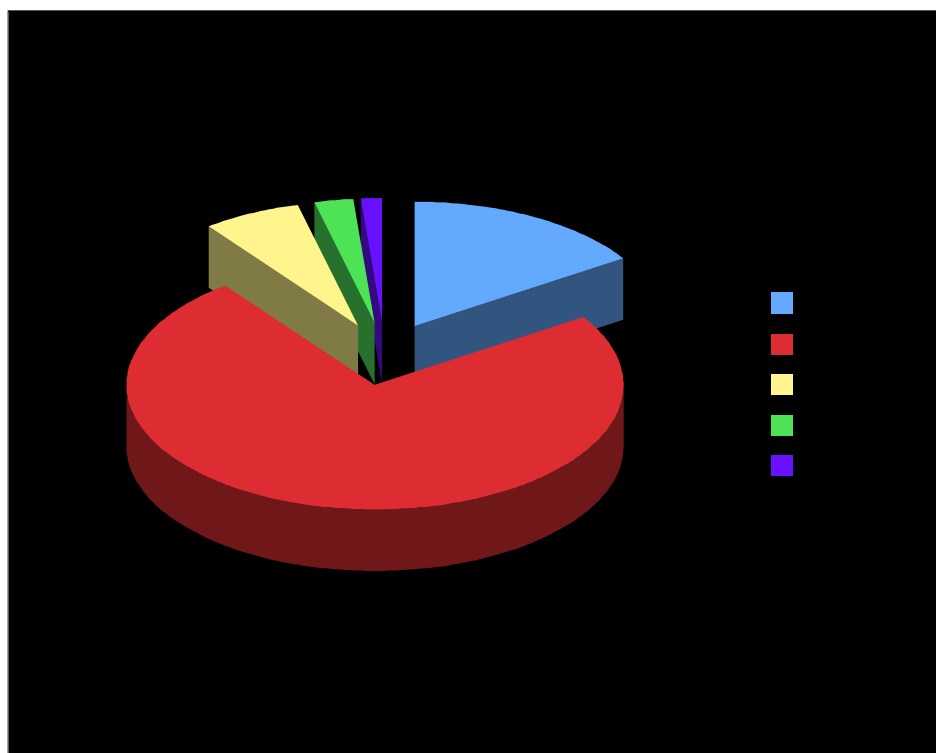
Considerando que a América do Sul tem uma extensão de 17.822.676 km<sup>2</sup>,<sup>89</sup> ao Cone Sul correspondem aproximadamente 70% do total [ou 8,4% da terras do planeta, 148.940.000 km<sup>2</sup>], e ao Brasil quase a metade (47.7%).

### 2.3 – População

	<u>HABITANTES<sup>90</sup></u>	
Argentina	40.301.927 (Jul. 2007 est.)	15,7 %
Brasil	190.010.647 (Jul. 2007 est.)	74,0 %
Chile	16.284.741 (Jul. 2007 est.)	6,3 %
Paraguai	6.669.086 (Jul. 2007 est.)	2,6 %
Uruguai	3.460.607 (Jul. 2007 est.)	1,3 %
<b>Total</b>	<b>256.727.008</b> (Jul.2007 est.)	

<sup>89</sup> v. ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC – América do Sul (2008).

<sup>90</sup> v. U. S. CIA (2008 a).



**Figura 8 – Cone Sul – População**

A população do Cone Sul corresponde a 3,8 da população mundial [6.602.224.175 (Jul. 2007 est.)], e quase 67% da América do Sul. Aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da população do Cone Sul está no Brasil [isto é perto da metade da população da América do Sul].

#### **2.4 – Indicadores Econômicos do Cone Sul <sup>91</sup>**

Um dos Indicadores mais utilizados em termos comparativos internacionais é o Produto Interno Bruto, com suas diferentes variantes. Para esse efeito incluem-se na **Tabela 9 – Américas – Produto Interno Bruto** dados de 1990, 2000, e Estimativa para 2008, e o Ranking dos países do Hemisfério em 2007.

<sup>91</sup> v. U. S. CIA (2008 b).

**Tabela 9 – Américas – Produto Interno Bruto 1990 – 2008 (est.)<sup>92</sup> (US \$ milhões)**

Região/Pais	PIB 1990	PIB 2000	Rank 2007	PIB 2008 (est.)
<b>Mundo</b>			-	<b>60.109.392</b>
<i>América do Norte</i>			-	<i>16.919.169</i>
<i>América do Sul</i>			-	<i>2.573.640</i>
Estados Unidos	5.703.521	9.762.100	1	14.195.032
Canadá	524.475	706.647	9	1.571.070
Brasil	743.765	601.732	10	1.450.010
México	516.692	581.326	13	949.576
Venezuela	160.648	121.258	34	360.230
Argentina	212.373	284.204	30	279.520
Colômbia	159.042	83.779	37	182.140
Chile	84.038	75.515	41	166.940
Peru	64.979	53.044	51	108.590
Cuba	31.128	n/d		n/d
Equador	40.267	15.942	65	52.730
Guatemala	29.050	19.291	71	35.729
Rep. Dominicana	17.503	19.587	72	37.698
Costa Rica	14.370	15.958	80	31.564
Panamá	10.688	11.938	90	22.863
Uruguai	20.105	20.086	82	22.210
El Salvador	10.805	13.134	88	21.824
Trinidad-Tobago	11.110	8.205	89	19.982
Honduras	8.898	5.950	101	13.779
Bolívia	14.446	8.391	99	13.190
Jamaica	8.890	7.414	109	12.824
Paraguai	13.923	7.722	102	9.740
Bahamas	n/d	4.880		7.011
Nicarágua	5.297	3.953	133	6.523
Haiti	6.323	3.857	135	6.183
Barbados	n/d	2.577		3.975
Suriname	n/d	890		2.350
Belize	n/d	833	157	1.345
Antigua	n/d	665		1.127
St. Lucia	n/d	683		1.046
Guiana	n/d	713		990

Ranking Mundial, Banco Mundial 2007. Apud. U.S. C.I.A. (2008<sup>a</sup>, p. 101)

Em 2007 o Mundo teve um crescimento econômico de 5,2%. Com destaques aos crescimentos da China (11,4%), Índia (8,5%) e Rússia (7,4%). Entre 2006 e 2007 o crescimento dos principais países industrializados sofreu uma redução, com exceção do Reino Unido que cresceu 3,0%.

### 2.4.1 – Produto Interno Bruto

PIB - GDP (purchasing power parity) [U.S. \$]:

Argentina	\$ 523,7 bilhões (2007 est.)	19,7 %
Brasil	\$ 1.838,0 bilhões (2007 est.)	69,1 %
Chile	\$ 234,4 bilhões (2007 est.)	8,8 %
Paraguai	\$ 26,55 bilhões (2007 est.)	1,0 %
Uruguai	\$ 37,05 bilhões (2007 est.)	1,4 %
<b>Total</b>	<b>\$ 2.659,7 bilhões (2007 est.)</b>	

<sup>92</sup> PIB NOMINAL.

Aproximadamente 7/10 do **Produto Interno Bruto** do Cone Sul são gerados pelo Brasil. No entanto, quando se considera o **Produto Interno Bruto** relativo as populações dos diversos países da região encontram-se melhores desempenhos em Argentina e Chile, e inferiores no Paraguai e Brasil.

### 2.4.2 – Inflação

Inflação - Inflation rate (consumer prices):

Argentina	8,5% valor oficial; o valor real pode ser o dobro (2007 est.)
Brasil	4,1% (2007 est.)
Chile	6,5% (2007 est.)
Paraguai	6,0% (2007)
Uruguai	8,5% (2007)
<b>Média Cone Sul</b>	<b>6,7%</b> (2007 est.)

A variabilidade deste indicador permite apenas alertar à situação crítica re-emergente na Argentina e Uruguai. Na Argentina o esforço do Governo para disfarçar os valores reais é tão acentuado que perdeu toda a credibilidade.

### 2.4.3 – Investimentos

Investimentos - Investment (gross fixed):

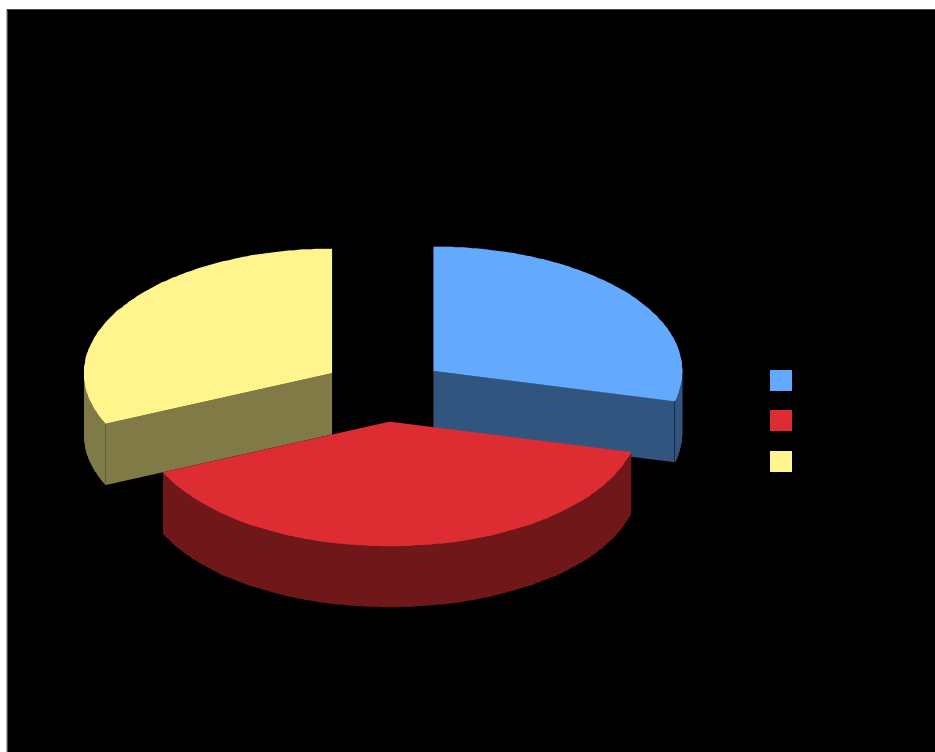
Argentina	22,0% of GDP (2007 est.)
Brasil	17,9% of GDP (2007 est.)
Chile	21,0% of GDP (2007 est.)
Paraguai	19,8% of GDP (2007 est.)
Uruguai	16,0% of GDP (2007 est.)
<b>Média Cone Sul</b>	<b>19,3%</b> (2007 est.)

Os Investimentos relativos ao Produto Interno Bruto encontram-se entre 20 a 22% para Argentina, Chile e Paraguai, caindo para menos de 18% para Brasil e Uruguai. Devido à imensa disparidade das riquezas dos diferentes países, os números absolutos compensam vantajosamente as maiores economias.

### 2.4.4 – Balança de Pagamentos

Balança de pagamentos atual-Current account balance [U.S. \$]

Argentina	\$ 7,438 bilhões (2007 est.)	29,3 %
Brasil	\$ 10,2 bilhões (2007 est.)	40,2 %
Chile	\$ 8,184 bilhões (2007 est.)	32,2 %
Paraguai	\$- 0,073 bilhões (2007)	- 0,3 %
Uruguai	\$- 0,400 bilhões (2007 est.)	- 1,7 %
<b>Total</b>	<b>\$ 25,349 bilhões</b> (2007 est.)	



**Figura 9 – Cone Sul - Balança Anual de Pagamentos 2007**

Considerando a grande disparidade das economias dos três principais países do Cone Sul, surpreende a relativa semelhança dos valores para a Balança atual de pagamentos.

#### **2.4.5 – Comércio Exterior**

##### **Exportações - Exports [U.S. \$]:**

Argentina	\$ 54,6	bilhões f.o.b. (2007 est.)	18,7 %
Brasil	\$ 159,2	bilhões f.o.b. (2007 est.)	54,6 %
Chile	\$ 66,43	bilhões f.o.b. (2007 est.)	22,8 %
Paraguai	\$ 6,898	bilhões f.o.b. (2007)	2,4 %
Uruguai	\$ 4,5	bilhões f.o.b. (2007)	1,5 %
<b>Total</b>	<b>\$ 291,628</b>	<b>bilhões f.o.b. (2007)</b>	

##### **Importações - Imports [U.S. \$]:**

Argentina	\$ 40,26	bilhões f.o.b. (2007 est.)	19,1 %
Brasil	\$ 115,6	bilhões f.o.b. (2007 est.)	55,0 %
Chile	\$ 41,8	bilhões f.o.b. (2007 est.)	19,9 %
Paraguai	\$ 7,012	bilhões f.o.b. (2007)	3,3 %
Uruguai	\$ 5,5	bilhões f.o.b. (2007 est.)	2,6 %
<b>Total</b>	<b>\$210,172</b>	<b>bilhões f.o.b. (2007 est.)</b>	



O Brasil com 67% da Extensão e 74% da População e 70% do PIB do Cone Sul contribui com apenas 55% das Exportações e 55% das Importações. Nesse sentido o Chile tem os resultados significativamente superiores, sem pertencer ao Mercosul e beneficiando-se de acordos comerciais multilaterais e um gerenciamento macroeconômico de singular sucesso.

#### **Exportações – Parcerias - Exports - partners:**

Argentina: Brasil 17,5%, Chile 9,5%, US 8,9%, China 7,5% (2006)

Brasil: US 17,8%, Argentina 8,5%, China 6,1%, Países Baixos 4,2%, Alemanha 4,1% (2006)

Chile: US 15,6%, Japão 10,5%, China 8,6%, Países Baixos 6,7%, Coréia do Sul 5,9%, Itália 4,9%, Brasil 4,8%, França 4,2% (2006)

Paraguai: Uruguai 22%, Brasil 17,2%, Rússia 11,9%, Argentina 8,8%, Chile 6,9% (2006)

Uruguai: Brasil 15,1%, US 12,1%, Argentina 6,8%, México 6,4%, China 6%, Alemanha 5%, Rússia 4,9% (2006)

#### **Importações – Parcerias - Imports - partners:**

Argentina: Brasil 34,8%, US 12,6%, China 9,1%, Alemanha 4,5% (2006)

Brasil: US 16,2%, Argentina 8,8%, China 8,7%, Alemanha 7,1%, Nigéria 4,3%, Japão 4,2% (2006)

Chile: US 15,6%, Argentina 12,6%, Brasil 11,8%, China 9,7% (2006)

Paraguai: China 27%, Brasil 20%, Argentina 13,6%, Japão 8,3%, US 6,4% (2006)

Uruguai: Argentina 20,4%, Brasil 17,1%, US 8,2%, Paraguai 7,2%, China 6,9%, Venezuela 4,8%, Nigéria 4,4% (2006)

Considerando as parcerias de Exportações e Importações percebe-se que o Brasil detêm os mercados mais diversificados, e é menos dependente dos outros Estados do Cone Sul. O Chile tem limitadas Exportações para a região, mas 1/5 das suas principais Importações se originam da Argentina e do Brasil.

#### **Reservas Externas e Ouro - Reserves of foreign exchange and gold [U.S. \$]:**

Argentina	\$ 46,18	bilhões	(31/12/2007 est.)	18,5 %
Brasil	\$ 178,0	bilhões	(24/12/2007)	71,2 %
Chile	\$ 22,24	bilhões	(31/12/2007 est.)	8,9 %
Paraguai	\$ 2,463	bilhões	(31/12/2007)	0,9 %
Uruguai	\$ 4,1	bilhões	(Dez. 2007 est.)	1,6 %
<b>Total</b>	<b>\$ 249,983</b>	<b>bilhões</b>	<b>(Dez. 2007 est.)</b>	

O Brasil possui mais de 70% das Reservas Externas do Cone Sul, Argentina 18% e o Chile quase 9%.

**Dívida Externa - Debt – external [U.S. \$]:**

Argentina	\$ 118,0	bilhões	(30/09/2007)	28,5 %
Brasil	\$ 230,3	bilhões	(30/06/2007)	55,7 %
Chile	\$ 49,18	bilhões	(30/06/2007)	11,9 %
Paraguai	\$ 3,632	bilhões	(31/12/2007 est.)	0,9 %
Uruguai	\$ 12,0	bilhões	(30 Set. 2007)	2,9 %
<b>Total</b>	<b>\$ 413,112</b>	<b>bilhões</b>		

A Dívida Externa brasileira (no período considerado) correspondia a mais da metade da Dívida dos países do Cone Sul. A Argentina a 28,5% e a Chilena a quase 12%.

## 2.5 – Indicadores Sociais do Cone Sul <sup>93</sup>

### 2.5.1 - Desemprego

**Desemprego - Unemployment rate:**

Argentina	8,9% (2007 est.)
Brasil	9,8% (2007 est.)
Chile	7,0% (2007 est.)
Paraguai	11,4% (2007 est.)
Uruguai	9,2% (2007 est.)
<b>Média Cone Sul</b>	<b>9,6% (2007 est.)</b>

Com exceção do Chile, os níveis de desemprego na região são elevados.

### 2.5.2 - População abaixo da Linha de Pobreza

**População abaixo da Linha de Pobreza**

**- Population below poverty line:**

Argentina	23,4% (Jan.-Jun. 2007)
Brasil	31,0% (2005)
Chile	18,2% (2005)
Paraguai	32,0% (2005 est.)
<b>Média Cone Sul</b>	<b>26,1% (2007 est.)</b>

Uruguai 27,37% dos lares (2006)

Paraguai e Brasil apresentam alarmantes porcentagens da população abaixo do nível de pobreza. Os índices de Uruguai e Argentina também são elevados.

<sup>93</sup> v. U. S. CIA (2008 b).

### 2.5.3 – Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas [UN-HDI]<sup>94</sup>

**O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é uma medida comparativa de expectativa de vida, alfabetização, educação e padrões de vida dos diferentes países, desenvolvida em 1990 pelos economistas Mahbud ul Haq e Amartya Sen.<sup>95</sup> Dividindo os países em três categorias de desenvolvimento - Alta (0,800 até 0,950 ou mais), Média (0,500 – 0,799) e Baixa (de menos de 0,350 até 0,499) - diferencia os países em desenvolvidos, em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos, e mede o impacto de políticas econômicas na qualidade de vida da população.

A classificação regional e por grupos do IDH apresenta com Índices Altos: em primeiro lugar os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OECD]<sup>96</sup> (0,916), em segundo lugar Europa central e oriental, e Comunidade de Estados Independentes (0,808),<sup>97</sup> em terceiro lugar América Latina e Caribe (0,803). Todos esses grupos de países com médias acima da mundial de 0,743.

Um grupo intermediário de regiões: 4º Leste da Ásia e Pacífico, 5º ASEAN (Associação de Nações do Sudeste da Asiático),<sup>98</sup> 6º Países Árabes, 7º Países em desenvolvimento, 8º Sul da Ásia. E o grupo de regiões com Baixo

<sup>94</sup> v. WIKIPEDIA (2008c). List of Countries by Human Development Index.

<sup>95</sup> Mahbud ul Haq foi um renomado economista Paquistanês, sua dedicação aos temas de economia ligados ao desenvolvimento social, a pobreza, e aos efeitos da Globalização, são lembrados pelo Prêmio da Organização das Nações Unidas que leva seu nome, concedido a pessoas que se destacam em trabalhos com bem-estar social. O Presidente brasileiro Fernando H. Cardoso recebeu esse prêmio pela sua ação na esfera social.

Amartya Sen, é um consagrado filósofo e economista indiano, com destacada carreira acadêmica no Ocidente, também dedicado a temas de previdência social na economia, teoria do desenvolvimento humano, fome, e os mecanismos da pobreza, pelo que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1998.

<sup>96</sup> A OECD foi criada em setembro de 1961 com 20 membros fundadores: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia. Posteriormente foram admitidos em: 1964 Japão, 1969 Finlândia, 1971 Austrália, 1973 Nova Zelândia, 1979 México, 1995 República Checa, 1996 Coreia do Sul, Hungria, e Polônia, 2000 Eslováquia.

<sup>97</sup> A Comunidade de Estados Independentes fundada em 1991, é formada por 12 ex-repúblicas da União Soviética: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Casaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Ucrânia e Uzbequistão. Em 2005, Turquemenistão abandonou a Comunidade.

<sup>98</sup> A ASEAN organizada em 1967, é formada por: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmá, Tailândia, Vietnã.

IDH: 9º África Subsaariana, e 10º Países menos desenvolvidos. Quando se consideram os cinco países do Cone Sul tem-se um Índice médio de 0,828 – Alto – acima do valor médio para América Latina (0,803), sendo que todos melhoraram seus índices em relação à publicação anterior em 2006, com exceção do Paraguai.

**Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano no Cone Sul**

CLASSIFICAÇÃO	Mudanças Dados de 2005 com dados de (publicados em 2007)	PAÍS	IDH  em 2005 (publicados em 2007)
<b>ÍNDICE ALTO</b>			
38	↓(2)	<a href="#">Argentina</a>	↑0,869
40	↓(2)	<a href="#">Chile</a>	↑0,867
46	↓(3)	<a href="#">Uruguai</a>	↑0,852
		<u>Média do Cone Sul</u>	0,828
		<u>Média da América Latina</u>	0,803
70	↓(1)	<a href="#">Brasil</a>	↑0,800
<b>ÍNDICE MEDIO</b>			
95	↓(4)	Paraguai	↓0,755

Adaptado de **WIKIPEDIA** (2008c)

#### 2.5.4 – Índice de Qualidade de Vida [Quality of Life Index-QLI]<sup>99</sup>

Este Índice desenvolvido pela Unidade de Inteligência de **The Economist** considera nove fatores de qualidade de vida para determinar a posição relativa de cada país – Bem estar material, Saúde, Estabilidade política e segurança, Vida familiar, Vida Comunitária, Clima e geografia, Estabilidade no trabalho, Liberdades políticas, Igualdade de gênero. Este indicador relaciona aspectos subjetivos de percepção de satisfação com a vida com determinantes objetivos de qualidade de vida.

<sup>99</sup> v. KEKIC (2007b), **The Economist** INTELLIGENCE UNIT.

**Tabela 11 – Índice de Qualidade de Vida - Cone Sul - 2005** <sup>100</sup>

Classificação	Pais	QLI
31	Chile	6,789
39	Brasil	6,470
40	Argentina	6,469
46	Uruguai	6,368
74	Paraguai	5,757

Adaptado de **The Economist** INTELLIGENCE UNIT (KEKIC 2007b)

Para o Cone Sul percebe-se que Chile se destaca num segmento comparável a países como o Reino Unido [29], Coréia do Sul, México e Costa Rica [35]. Brasil, Argentina e Uruguai encontram-se num mesmo segmento com Malásia [36], Hungria, Israel, Tailândia, Filipinas, Eslováquia e Panamá [47] entre outros.

Outros países da América Latina ocupam posições como Equador [52], Peru [53], Colômbia [54], El Salvador [56], Venezuela [59].

Já o Paraguai se encontra num segmento com Estônia [68], Líbia, Indonésia, Arábia Saudita, Índia, Nicarágua, Bangladesh, Albânia e República Dominicana [79] entre outros.

## 2.6 – Desafios à Segurança Internacional no Cone Sul

No capítulo **CAPÍTULO 1. NOVOS VALORES NA QUALIFICAÇÃO DOS ESTADOS PARA O SÉCULO XXI**, deu-se ênfase às principais ameaças e desafios à Segurança Internacional. O Cone Sul, a região abordada como foco deste trabalho apresenta peculiaridades que acarretam ameaças e desafios *sui generis* por vezes diferentes dos encontrados em outras regiões. Também existem problemas exclusivos a um, ou alguns países, como é o caso de disputas de fronteiras.

<sup>100</sup> 111 países e territórios foram incluídos em 2005.

### **2.6.1 – Disputas Limítrofes**

A Constituição da Argentina reclama a soberania sobre as Ilhas Malvinas (Falkland). Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, sob domínio do Reino Unido. Depois da Guerra de 1982 entre esses países, Argentina comprometeu-se a não mais procurar uma solução bélica para essa disputa.

Argentina disputa, também, territórios na Antártica com Chile e o Reino Unido.

Argentina e Chile formaram em 2001 uma Comissão para determinar o mapeamento das fronteiras na região do **Campo de Hielo Sur**.

Brasil e Uruguai disputam a posse de algumas ilhas fluviais no rios Quarai/Cuareim e Invernada, sem maiores conseqüências.

Chile, também, tem disputas com o Peru sobre as fronteiras marítimas, e com a Bolívia que reivindica acesso ao Pacífico perdido na guerra de 1879-1884.

### **2.6.2 - A Tríplice Fronteira**

A região das fronteiras entre Argentina – Brasil – Paraguai é reconhecida como foco de contrabando, tráfico de armas e narcotráfico, de lavagem de dinheiro e, pela alta concentração de imigrantes islâmicos, de supostos levantamentos de fundos para organizações extremistas do Oriente Médio. (U. S. CIA, 2008a).

### **2.6.3 – Narcotráfico** <sup>101</sup>

Argentina, Brasil, Chile e Paraguai são países de trânsito e distribuição do narcotráfico procedente de Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru destinado à Europa e Estados Unidos. O consumo interno de drogas também

---

<sup>101</sup> v. U. S. CIA (2008a).

está crescendo, sendo o Brasil um importante mercado para cocaína. No Brasil existe, também, um aumento da violência interna relacionada ao tráfico de drogas e armas, e da lavagem de dinheiro do narcotráfico. O Chile tem melhorado as leis contra a lavagem de dinheiro. No Paraguai a corrupção e fraca legislação contra lavagem de dinheiro estimulam essas operações.

No Brasil a coca é cultivada na região amazônica para consumo local em tradições aborígenes. O Brasil e o Paraguai são produtores de *Cannabis*. No Brasil existem programas de grande escala para controle dessa produção.

#### **2.6.4 – Tráfico de seres humanos**

Argentina é destino de tráfico para exploração sexual ou trabalhista de mulheres e crianças, tanto interno (rural-urbano), como internacional especialmente do Paraguai, mas também de Bolívia, Brasil e Chile. Mulheres e meninas argentinas também são enviadas a países vizinhos para exploração sexual.

#### **2.6.5 – Contenciosos ambientais**

Em 2007, Argentina apelou, por motivos ambientais, à Corte Internacional de Justiça para impedir que Uruguai construísse duas usinas de celulose no limítrofe Rio Uruguai, a Corte permitiu provisoriamente o início da construção.

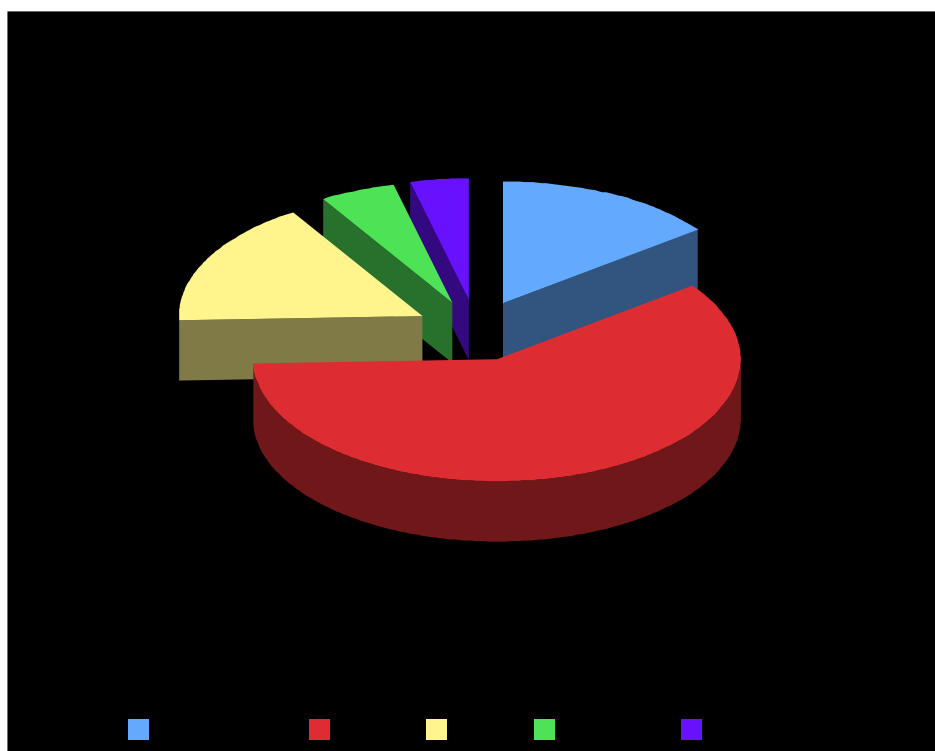
#### **2.6.6 – As Forças Armadas na Região**

Apesar do histórico relativamente pacífico na região nas últimas décadas, novos acontecimentos no Cone Sul e nos países vizinhos – Investimentos acelerados em equipamentos de guerra, um início de corrida armamentista, dilema de segurança, intervencionismo em assuntos internos de outros países, incursões militares transnacionais na guerra ao terrorismo, acordos para o estabelecimento de bases militares em outros países - renovam as preocupações com conflitos militares.

**Tabela 12 – Forças armadas em serviço ativo na América do Sul (2007)** <sup>102</sup>

	Militares em Serviço ativo	Militares ativos para cada 1000 habitantes
<b>Cone Sul:</b>		
Argentina	71.800	1,81
Brasil	287.000	1,55
Chile	80.500	4,75
Uruguai	24.000	7,03
Paraguai	18.600	2,93
<b>Resto da América do Sul:</b>		
Colômbia	207.000	4,66
Peru	110.000	3,58
Venezuela	82.300	3,24
Equador	59.500	4,45
Bolívia	31.500	3,56
Suriname	1.840	4,20
Guiana	1.600	2,09
Guiana Francesa	1.470 <sup>103</sup>	

Adaptado de: Center for Strategic and International Studies 2006. (WIKIPEDIA, 2008d)

**Figura 10 – Cone Sul – Forças Armadas – Número de efetivos**

<sup>102</sup> Center for Strategic and International Studies 2006. *Apud*: WIKIPEDIA, 2008d. List of Countries by Number of Active Troops.

<sup>103</sup> O Département de la Guyane française conta com 1470 efetivos das Forças Armadas francesas. **Encyclopædia Britannica Book of the Year 2007.**



**Tabela 13 - Forças Armadas do Cone Sul 1989 – 2007** <sup>104</sup>

	Argentina	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
1989					
Efetivos	78.000 (1987)	295.700	97.500	16.000	27.100
Gastos % PIB <sup>105</sup>	3,3 % (1985)	1,0 %	4,1 %	1,1 %	2,7 %
1999					
Efetivos	73.000 (1997)	295.000	94.300	20.200	25,600
Gastos % PIB <sup>106</sup>	1,7 % (1995)	1,7 %	3,8 %	1,4 %	2,4 %
2007					
Efetivos	71.400 (2006)	287.159	78.098	10.300	24.000
Gastos % PIB <sup>107</sup>	1,2 % (2003)	1,6 %	3,5 %	0,9 %	3,8 %

Fonte: **Encyclopædia Britannica Book of the Year** (1989, 1999, 2007)

Os dados na **Tabela 13 - Forças Armadas do Cone Sul 1989-2007** mostram uma tendência à redução dos contingentes militares ao longo das duas últimas décadas. Os gastos em relação ao Produto Interno Bruto, também foram reduzidos na maior parte dos países com as exceções do Brasil onde permaneceram estáveis e no Uruguai onde aumentaram mais de 50% entre 1999 e 2007.

A observação da **Tabela 14 - Compras de Armamentos na América do Sul (1989 – 2007)**, leva considerar que pelas as informações disponíveis os países com maiores despesas com armamentos no período pós-Guerra fria foram: Peru, Brasil e Venezuela, com mais de 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Num segundo patamar Chile com 800 milhões, e num terceiro Equador e Colômbia com meio bilhão. Num nível inferior Argentina com pouco acima de 300 milhões e finalmente com reduzidos custos de 50 milhões ou menos, Uruguai e Paraguai. Certamente isto não corresponde a realidade econômica da América do Sul, e menos ainda as legítimas possibilidades sociais dos países da região, existindo gastos militares desproporcionais desproporcionais em países com situações precárias de

<sup>104</sup> Fonte: **Encyclopædia Britannica Book of the Year 1989, 1999, 2007**. Britannica World Data.

<sup>105</sup> Média Mundial 6,1 %.

<sup>106</sup> Média Mundial 2,8 %.

<sup>107</sup> Média Mundial não disponível.

**Tabela 14 – Compras de Armamentos na América do Sul - 1989 - 2007 [ x US \$ 1.000.000,00]**

	<b>1989</b> (86)	<b>1991</b> (87)	<b>1994</b> (89)	<b>1995</b> (91)	<b>1996</b> (93)	<b>1999</b> (95)	<b>2002</b> (97)	<b>2003-7</b> (99)
<b>Cone Sul:</b>								
Argentina	30	30	40	10	10	40	70	90
Brasil	70	100	160	20	60	170	430	180
Chile	0	30	120	70	40	380	60	100
Paraguai	0	0	0	0	5	0	5	10
Uruguai	0	0	20	5	0	5	10	10
<b>Resto da América do Sul</b>								
Bolívia	10	0	10	10	5	10	30	10
Colômbia	20	10	150	60	20	60	120	60
Equador	10	70	20	10	20	260	160	20
Guiana	0	0	0	0	0	0	0	0
Peru	150	430	180	10	10	280	310	30
Suriname	0	5	0	0	0	0	0	10
Venezuela	80	90	80	140	60	90	270	310
G. Francesa	sem informações							

Fonte: **Encyclopædia Britannica Book of the Year 1989, 1991, 1994, 1995, 1996, 1999, 2002, 2003, 2007.** Social Protection - Britannica World Data.

condições de vida. Ou como o caso da Venezuela o aproveitamento da elevação dos preços do petróleo para um investimento maciço e célere em armamentos provocando o que está sendo considerado como uma corrida armamentista e a intraquãilidade regional por um dilema de segurança.

## **2.7 – Os caminhos à Integração regional**

Pela análise dos dados apresentados, algumas situações paradoxais são evidenciadas, enquanto existe uma situação incontestável do **peso específico** do Brasil no Cone Sul, na América Latina e até mesmo no mundo – que será mais detalhadamente abordada no próximo capítulo - por exemplo, 5ª maior extensão territorial, 5ª maior população, 9ª maior economia. Um dos países do mundo com maior quantidade de centros urbanos com mais de um milhão de habitantes (14), duas cidades entre as maiores metrópoles do mundo São Paulo e Rio de Janeiro, por outro lado alguns indicadores de bem-estar social apresentam-se preocupantemente reduzidos – Produto Interno Bruto *per capita*, Desemprego, População abaixo do nível de pobreza, Índice de desenvolvimento humano.

Por outro lado, alguns indicadores de percepção de bem-estar, encontram-se inexplicavelmente elevados entre os brasileiros, como o Índice de Qualidade de Vida.

### **2.7.1 - A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**

Uma nova organização internacional econômica e política, a **União de Nações Sul-Americanas - UNASUL** foi finalmente formalizada na reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília em 23 de maio de 2008. Tendo como meta a integração do sub-continente modelada na União Européia, inicia com os preparativos para uma Zona de Livre Comércio fundamentada na união supra-nacional e inter-governamental de duas organizações comerciais já existentes, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações. Todos os Estados da América do Sul Continental são membros da União com exceção do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, que forma

parte da União Européia. Ver **Mapa 6 – UNASUL – UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS.**

**Os 12 Estados Membros:** Os participantes da nova União são, os países do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, e Venezuela,<sup>108</sup> os da Comunidade Andina: Bolívia, Colômbia, Equador, e Peru. Os outros países membros são: Chile,<sup>109</sup> Guiana, Suriname<sup>110</sup>. Portanto as quatro línguas oficiais da União são: Espanhol, Holandês, Inglês, e Português.

O processo formativo iniciou-se no Terceiro Encontro de Cúpula Sul-Americano com a carta de intenções de fundação da **Comunidade Sul-Americana de Nações, Declaração de Cuzco** (2004). A Primeira Reunião de Presidentes, em Brasília em 2005, originou a estrutura e mecanismos a serem desenvolvidos. Na segunda, em Cochabamba (2006) acordou-se na formação do Parlamento Sul-Americano. Em 2007, em Isla Margarita, Venezuela, adotou-se o nome atual **União de Nações Sul-Americanas - UNASUL**. A União foi formalizada em maio de 2008 na Terceira Reunião de Presidentes de Países da América do Sul, em Brasília,<sup>111</sup> com a assinatura do **Tratado Constitutivo**.<sup>112</sup>

Os objetivos da União são ambiciosos e variados, e serão abordados pela formação de um foro de discussão para a integração política, econômica, cultural, e social, dando prioridade ao estabelecimento de políticas conjuntas, agendas sociais comuns, desenvolvimento regional competitivo em educação, infra-estrutura, energia, finanças e meio ambiente. Visando com tudo isso a eliminação das desigualdades regionais para conseguir inclusão social e participação cidadã fortalecendo democracia, soberania e independência dos seus Estados, autodeterminação dos povos, respeito aos direitos humanos,

<sup>108</sup> Venezuela dissidente da Comunidade Andina está em processo de admissão no MERCOSUL.

<sup>109</sup> Chile se encontra, a partir de 2006, em processo de adesão à Comunidade Andina.

<sup>110</sup> Guiana e Suriname são membros de outra organização de comércio a Comunidade do Caribe – CARICOM, ainda não está claro se essa duplicidade de associação é permissível.

<sup>111</sup> Esta Reunião estava programada para realizar-se em Cartagena (Colômbia), mas foi adiada pela Crise Diplomática Andina de março de 2008 causada pela invasão colombiana ao território fronteiriço equatoriano em perseguição de guerrilheiros das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)*.

<sup>112</sup> v. UNASUL (2008a) **Tratado Constitutivo**.





**Mapa 6 - UNASUL - UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS- 2008**

defesa dos recursos naturais para um desenvolvimento sustentável, num ambiente de cooperação e paz.

Alguns dos seus objetivos específicos incluem:

Em Política Internacional: O estabelecimento de consensos para participação integrada em assuntos de Relações Internacionais, visado o fortalecimento mútuo.

Em Políticas de Segurança: Integração de políticas para o combate ao terrorismo, narcotráfico, crime organizado, corrupção, tráfico de armas e seres humanos. Intercambio de inteligência. Intercâmbios militares, treinamentos conjuntos, adequação de equipamentos para promover o consumo de material bélico de origem regional. Definição de consensos para tratar de problemas como desarme, armas nucleares, armas de destruição em massa, armas químicas e biológicas, remoção de minas, etc. Promoção de cooperação nas áreas policial e judiciária.

Em Políticas Sociais: O desenvolvimento social e humano equânime para solucionar problemas de pobreza e desigualdade. Acesso universal aos sistemas de saúde e previdência social.

Em Educação: Erradicação do analfabetismo, acesso a educação de qualidade e reconhecimento regional de estudos e títulos.

Em Políticas Econômicas e Comerciais: Integração para promoção de crescimento equânime dos Estados e o bem-estar dos seus cidadãos. Políticas comuns em Ciência e Tecnologia: Para promover o desenvolvimento integrado de pesquisa, inovação, transferência e produção.

Integração Industrial e de Produção: Promovendo, pequenas e médias empresas, cooperativas, e outras organizações produtivas.

Em Infra-estrutura: Interconexão de transportes entre as regiões da União, para promoção do desenvolvimento sustentável.

Integração Energética: Maximização da adequação dos recursos para uma exploração sustentável.

Integração Financeira: Com políticas econômicas e fiscais compatíveis entre os Estados membros.

Desenvolvimento ecologicamente sustentável: Com proteção da Biodiversidade, eco-sistema, e controle das mudanças climáticas.

Consolidação da identidade sul-americana até a constituição progressiva dos direitos dos habitantes de um Estado em todos os outros com a formação de uma cidadania sul-americana. Promovendo, outrossim, a diversidade cultural e o respeito às identidades das nações da região.

Cooperação em assuntos de migração, com garantias individuais e laborais.

### **Estrutura da União**

Inicialmente a União terá a **Presidência**, exercida por um dos Presidentes dos Estados membros pelo período de um ano, uma **Secretaria Geral** com sede em Quito, o **Parlamento Sul-Americano** com sede em Cochabamba, o **Banco do Sul** com sede em Caracas, e serão aproveitadas as instituições e infra-estrutura do MERCOSUL e da Comunidade Andina. O Conselho Energético da América do Sul, fundado em Isla Margarita em 2007, também passou formar parte da UNASUL.



### ***Modus operandi***

- **A Reunião Anual de Presidentes** será o mandato político superior da União. A primeira Presidente da União, eleita após a assinatura do Tratado Constitutivo é a chilena Michelle Bachelet.<sup>113</sup>

- A cada seis meses se reunirão os Ministros das Relações Exteriores para formular propostas concretas de ação e de decisão executiva, participarão destas reuniões ministeriais o Secretário Geral da Comunidade Andina, o Comitê Representativo Permanente do MERCOSUL e o Diretor do Departamento do MERCOSUL, o Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Integração e Desenvolvimento – ALADI, os Secretários permanentes de quaisquer instituições de cooperação e integração regionais, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, entre outros.

- **A Secretaria Geral** é um cargo eletivo, atualmente exercido pelo Embaixador brasileiro Jorge d'Escragnolle Taunay Filho.<sup>114</sup>

- Reuniões de Ministros setoriais poderão ser convocadas pelo Presidente, de acordo com os mecanismos existentes no MERCOSUL e na Comunidade Andina.

### **Programas**

O **Mercado Comum** seguirá as iniciativas de integração do MERCOSUL e da Comunidade Andina visando uma Área de Livre Comércio entre os doze países da União, com eliminação de Tarifas de produtos não-sensíveis até 2014 e para produtos sensíveis até 2019.

**Infraestrutura:** Os principais projetos de cooperação em infraestrutura são:

---

<sup>113</sup> A Presidência *pro-tempore* já fora exercida pelo Peru (2004), Brasil (2005), Bolívia (2006).

<sup>114</sup> O ex-Presidente equatoriano Rodrigo Borja (1988-92), nomeado para a Secretaria Geral em 2007, renunciou criticando a estrutura da entidade, por ser “mais um fórum do que uma instituição orgânica”. v. EDITORIAL. NASCE . . . (2008). UNASUL (2008b).

1 – Aproveitar a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) criada em 2000 para promover ações de cooperação para modernização da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações. A construção da Rodovia Inter-oceânica, para ligar Chile e Peru no Pacífico com Brasil e Argentina no Atlântico facilitando, também, a comunicação dos países mediterrâneos, Bolívia e Paraguai, com portos em ambos os oceanos. O trecho entre Brasil e Peru, em construção, deverá ser concluído até 2009.

2 – O Anel-Energético Sul-Americano conectando Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai com gás natural de diferentes origens (Bolívia, Peru), já ratificado, é um projeto que enfrenta problemas políticos e econômicos, levando Chile e Brasil procurar alternativas com a construção de terminais portuários para importar gás de outras regiões.

**Circulação de pessoas:** Já existe desde 2006 um acordo entre os doze países para eliminar a necessidade de Passaporte e Visto de turismo, para visitas por 90 dias, necessitando apenas Documento Oficial de Identificação vigente do país de origem na União. No futuro pretendem elaborar um Passaporte único para todos os países da União.

**Segurança:** Existe uma proposta brasileira para a criação de um **Conselho Sul-Americano de Defesa**, com funções de definição de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de militares entre as Forças Armadas dos vários países da União, manobras conjuntas, participação conjunta em Missões de Paz das Nações Unidas, intercâmbio regional de inteligência, análise conjunta de cenários de segurança internacional, e integração das indústrias militares da União.

A criação do Conselho Sul-Americano de Defesa foi acolhida por vários países na Reunião de Brasília de 2008, contudo não foi aprovada, sendo criado um grupo de estudo que deverá analisar durante 90 dias para apresentar

uma proposta definitiva. Colômbia anunciou que não apóia a iniciativa, mas deverá participar do grupo de revisão para determinar a conveniência de participação. O Uruguai também manifestou seu ceticismo.<sup>115</sup> Este Conselho não implica em aliança militar convencional, nos moldes da Organização do Atlântico Norte (OTAN), mas um foro de debate para os Ministérios da Defesa da região, para discutir realidades e desafios na área de segurança, reduzir conflitos e desconfianças, e promover as bases de uma futura política comum nessa área.

**O Banco do Sul:** Foi estabelecido oficialmente em dezembro de 2007 com sede em Caracas, com um capital inicial de US \$ 7 bilhões (a Venezuela será responsável por US \$ 3 bilhões, e o Brasil por US\$ 2 bilhões). O Banco terá como objetivo financiar projetos de desenvolvimento econômico para melhorar a competitividade e promover o desenvolvimento científico-tecnológico da região.<sup>116</sup> Será uma instituição de créditos semelhante ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. No futuro espera-se desenvolver uma moeda única para circular em todos os Estados da União.

### **Estatísticas comparativas**

Os países da UNASUL apresentaram um significativo desenvolvimento econômico entre 2005 e 2006, WIKIPEDIA (2008b).

Com uma população aproximada de 370 milhões de habitantes (6º lugar entre os blocos econômicos mais ativos) e uma extensão de mais de 17.300.000 km<sup>2</sup> (4ª maior) a UNASUL tem o 5º maior PIB (PPP) entre os blocos econômicos. Ver **Tabela 15 – Blocos Econômicos Regionais Mais Ativos.**

---

<sup>115</sup> Colômbia com um sério problema interno de guerra de guerrilhas aliadas ao crime organizado do narcotráfico que dura mais de quarenta anos, mantém Tratados de assistência militar recíproca com os Estados Unidos, com uma vultuosa ajuda militar, o Plano Colômbia. As constantemente tumultuadas relações com seus vizinhos Equador e Venezuela, acusados por Colômbia de conivência e patrocínio de grupos terroristas colombianos, reconhecidos como tal pelos Estados Unidos e a União Européia, deixam, na atualidade, pouco espaço de manobra para uma organização como o Conselho Sul-Americano de Defesa. v. UNASUL (2008c)

<sup>116</sup> Na época, Chile e Colômbia resolveram não participar deste projeto.

**Tabela 15 – Blocos Econômicos Regionais Mais Ativos (Dados de 2004 ou 2007)**

Bloco	PIB (PPP) US\$ bilhões	Extensão Km <sup>2</sup>	População	Número Estados
NAFTA (2007)	1º 15.857,0	2º 21.783.850	5º 445.000.000	3
EU (2007 est.)	2º 14.954,0	8º 4.324.782	4º 497.000.000	27
SAARC (2004)	3º 4.074,0	6º 5.136.740	1º 1.467.255.669	
ASEAN(2007 est.)	4º 3.115,4	7º 4.497.493	3º 566.500.000	10
UNASUL (2004)	5º 2.868,4	4º 17.339.153	6º 370.158.470	12
EurAsEC (2004)	6º 1.689,1	3º 20.789.100	8º 208.067.618	6
AU (2004)	7º 1.515,0	1º 29.797.500	3º 897.548.804	53
GAFTA (2004)	8º 1.341,2	5º 9.421.946	7º 280.727.416	16

NAFTA: Área de Livre Comércio da América do Norte. EU: União Européia. SAARC: Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional. ASEAN: Associação de Nações do Sudeste da Ásia. UNASUL: União das Nações da América do Sul. EurAsEC: Comunidade Econômica da Eurásia. AU: União Africana. GAFTA: Greater Arab Free Trade Area.

A UNASUL é também rica em recursos naturais, tendo 27% das fontes de água doce mundiais, 8 milhões de quilômetros quadrados de florestas, é o principal produtor e exportador de alimentos.<sup>117</sup>

As reservas energéticas de petróleo e gás são suficientes para o suprimento da região pelos próximos 100 anos. A biodiversidade é considerada a maior do planeta, e seu usufruto deverá ser uma importante fonte de riquezas no futuro.

### **Críticas a UNASUL**

A pesar da retórica grandiloqüente: “América do Sul unida moverá o tabuleiro do poder no mundo” do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Presidentes em maio de 2008,<sup>118</sup> a UNASUL nasce rodeada das mais variadas críticas e ceticismos. Michael Shifter do grupo de estudos *Inter-American Dialogue*, sediado em Washington, afirma que a União não passa de uma quimera a pesar das condições econômicas da região nunca terem sido tão

<sup>117</sup> v. WIKIPEDIA (2008h) Union of South American Nations.

<sup>118</sup> Apud: VISCA (2008).

favoráveis para esse tipo de integração.<sup>119</sup>

Considerada como uma utopia política por alguns, a mutação da Comunidade Sul-Americana de Nações em UNASUL apresenta importantes controvérsias, é um fato que a UNASUL foi concebida no intuito de contrabalançar a ingerência dos Estados Unidos na Organização de Estados Americanos – OEA, e programas de origem norte-americanos como iniciativa das Américas de George H. W. Bush (1990), concretizado na Cúpula das Américas de 1994, a Associação de Livre-Comércio das Américas – ALCA, e em outros assuntos políticos e econômicos regionais.

Aparte dos problemas doutrinários, onde Bolívia, Equador e Venezuela ostentam ideologias extremadas, Bogotá está intensamente engajada nos compromissos militares com os Estados Unidos no Plano Colômbia.<sup>120</sup> Existem também compromissos prévios dos participantes, o Chile manifesta dificuldades insuperáveis devido as baixas tarifas que já pratica, e sua avançada e próspera inserção no comércio internacional. Argentina ressentem-se da possível perda de vantagens comerciais junto ao Brasil pela entrada de maior número de atores na União.

Os mais diversos conflitos manifestados pelos participantes levam ao questionamento se a oportunidade era a mais propícia, e se não houve alguma precipitação na vontade de inserir na agenda novas variáveis, como a aprovação do **Conselho Sul-Americano de Defesa**, embalada na euforia da nova União. O procedimento - numa organização que prima pela ferramenta do consenso como instrumento preferencial - se plausível, não funcionou. Não adiantaram as correrias internacionais, acima da hora, do Ministro da Defesa brasileiro, a suposta anuência do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o apelo dramático ao mau exemplo recente da Crise Andina. O **Conselho Sul-Americano de Defesa** não foi aprovado, criou-se um grupo de análise para fazer as correções ou adequações necessárias no prazo exíguo de 90 dias. A presa não foi justificada, dando oportunidade para o questionamento se o

<sup>119</sup> Apud: GOODMAN (2008).

<sup>120</sup> A alegada convivência e patrocínio de Equador e Venezuela com terroristas colombianos, contribuem ao estreitamento dos laços de assistência militar recíproca de Bogotá com Washington.

Executivo brasileiro está habituado com as Medidas Provisórias, e se esta seria uma contribuição operacional para a União.<sup>121</sup> A Colômbia já manifestou que participará do grupo de análise mas não deverá aprovar.

A Reunião deveria ter sido realizada em Cartagena na Colômbia no início de 2008, isto não aconteceu, em março teve a Crise Andina, o Presidente colombiano recusou a primeira Presidência da UNASUL após a assinatura do Tratado constitutivo, passando esta para a Presidente chilena. Como mencionado anteriormente, o Secretário Geral também demitiu-se com severas críticas a operacionalidade da organização.

A Reunião acabou sendo realizada em Brasília, e o Presidente do Uruguai mais uma vez não compareceu ao mais importante acontecimento da história da América do Sul, ao menos desde o encontro de Bolívar e San Martín em Guayaquil na época das guerras da independência. Na realidade os analistas não consideram a ocorrência de meras casualidades, a **União das Nações da América do Sul**, é prematura quanto a existência de inúmeras rachaduras no âmago da organização, e a incorporação do **Conselho Sul-Americano de Defesa** é, nesta face inicial do processo integrador, no mínimo uma audácia. Dos doze países constitutivos da União, uma imensa maioria tem sérios problemas limítrofes ou de outras naturezas com seus vizinhos: a Venezuela com Colômbia e Guiana, Colômbia com Equador e Nicarágua, Equador com Peru, Peru com Chile e Bolívia, Chile com Argentina, Argentina com Uruguai. Para não mencionar os rescaldos distantes da Guerra do Pacífico, da Guerra do Acre, da Guerra da Tríplice Aliança, da Guerra do Chaco. De alguma forma, o Brasil é poupado, com a dívida inesquecível a memória do Barão de Rio Branco. A América do Sul atual é exemplar como região pacífica em termos internacionais, mas as tendências populistas e nacionalistas de alguns líderes são uma real e constante ameaça a essa já duradoura co-existência pacífica.

Se o **Conselho Sul-Americano de Defesa** vai ser viável a curto prazo está por definir-se. Já a **UNASUL** foi, segundo o Editorial da **Folha de S.**

---

<sup>121</sup> V. EDITORIAL. NASCE. . . (2008).

**Paulo**,<sup>122</sup> por insistência do Brasil lançada para começar funcionar imediatamente<sup>123</sup>, a despeito da necessidade da ratificação do **Tratado Constitutivo** pelos Legislativos de todos os Estados membros. Assim. Esse diário conclui: "Feitas as contas, o resultado da cúpula é próximo de zero".

### 2.7.2 - Segurança Regional

Do ponto de vista da Segurança Internacional, o Brasil, a pesar de ter um dos maiores contingentes na ativa – 13º colocado no mundo, é o país relativamente menos militarizado da América do Sul com apenas 1,55 militares na ativa para cada 1000 habitantes, dedicando apenas 1,6 % do PIB a gastos militares, no próximo capítulo retornar-se-á este tema.

Considerando as prioridades de segurança mundiais, os mais prováveis cenários futuros de necessidades de proteção social e os interesses internacionais relativos a América Latina deve-se considerar que no futuro a região deverá apresentar poucas ameaças e desafios a Segurança Internacional como um todo, restando os eventuais incidentes para o gerenciamento regional de crises e as atitudes regionais para a solução desses conflitos.

Desde que comprovada a inexistência de um ator com o excedente de poder necessário, tanto em **Hard power**, poderes econômico, militar, e de mobilização, como de **Soft power** de liderança passiva pela persuasão da conveniência da emulação e pela convicção de resultados melhores pela cooperação com o líder ou *primus inter pares*, o exercício de um **Smart power** o hábil e eficaz equilíbrio dos dois poderes mencionados só poderá acontecer dentro de um condomínio de boa vontade entre os países da região. Uma **segurança cooperativa sustentável** para América Latina, com participação seminal dos países do Cone Sul será o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>122</sup> *Opus cit.*

<sup>123</sup> Grifo nosso.

## Capítulo 3

### A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O BRASIL

#### 3.1 - O Brasil e seu Entorno

O propósito deste capítulo é analisar a verdadeira situação relativa do Brasil, perante seus vizinhos do Cone Sul, a través de indicadores comparativos internacionais. E da situação relativa do Cone Sul como região seminal para o desenvolvimento político internacional da América Latina.

#### As Relações Internacionais do Brasil

Existe uma extensa bibliografia sobre a história das Relações Internacionais do Brasil, tanto de autores locais como do exterior. Nas últimas décadas o foco tinha sido colimado, em especial, nas relações econômicas e comerciais. Nos últimos anos, com o surgimento de interesse acentuado em cursos universitários de Relações Internacionais, no país e no exterior, o campo de estudo tem-se expandido, e novos objetos e técnicas de análise surgem constantemente. Também procura-se uma adequação as novas circunstâncias e desafios desta área do conhecimento perante uma nova e muito diferente situação da Ordem Internacional. Na área específica da Segurança Internacional, assunto central deste trabalho, desde o desaparecimento da ordem bipolar da Guerra Fria - que absorvia os esforços teóricos no tema da **Mutual Assured Destruction (MAD)** suas probabilidades, conseqüências e meios de prevenção - o vazio paradigmático criado levou à procura especulativa de novos caminhos que iam desde, paradoxalmente, o ressurgimento do declinismo dos Estados Unidos e/ou do Ocidente,<sup>124</sup> até, num extremo oposto a quase insofismável aceitação de um **Fim da História** - além das pretensões do seu autor FUKUYAMA - com a iminente, acelerada, e incontornável vitória do sistema político-econômico-ético da globalização da Democracia Liberal, com Livre Mercado, e compromisso social de bem-estar

---

<sup>124</sup> KENNEDY (1993), WALLERSTEIN (1996).



equânime para todos. Entre esses extremos, as mais diversas colocações e análises possibilísticas de cenários os mais variados, com rupturas, brechas, ou lacunas passíveis de permeabilidade de circunstâncias de ameaças à Segurança Internacional não consideradas ou inéditas. Nesta frágil Ordem Internacional, a região do Cone Sul da América, apresenta comportamentos políticos internacionais promissores, como já foi apresentado no capítulo anterior, desde a última década do século recém passado não aconteceram conflitos armados entre nações, as disputas tem sido resolvidas nos planos diplomático, de organizações internacionais ou de grupos mediadores *ad hoc* formados por países vizinhos, ou do mesmo continente, e às vezes por organizações internacionais regionais. Neste contexto, tem cabido ao Brasil um importante papel mediador.

Os Princípios normativos da Política Externa brasileira são definidos na Constituição Federal no artigo 4º: I – Independência nacional, II – Prevalência dos Direitos humanos, III – Autodeterminação dos povos, IV – Não-intervenção, V – Igualdade entre os Estados, VI – Defesa da paz, VII – Solução pacífica de conflitos, VIII – Repúdio ao terrorismo, IX – Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, X – Concessão de asilo político. A preservada tradição do Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores, a través da adesão aos fundamentos doutrinários, ao profissionalismo de carreira com formação esmerada no Instituto Rio Branco, ao *sprit de corps* e à manutenção da coerência de políticas, independentes da formação e inclinações das diversas administrações executivas, fornecem ao Brasil uma percepção internacional de confiabilidade, sem comparação na América Latina.

As percepções internacionais, de outros países, como também de outras organizações supranacionais e mesmo Não-governamentais (ONGs) se tornam cada dia mais importantes na sustentação do prestígio dos estados, e este prestígio cada vez mais atuante nas tomadas de decisão internas e externas envolvendo um país. Dentro deste enfoque serão colocados alguns indicadores de desempenhos em diferentes campos das atividades nacionais e internacionais que se encontram cada vez mais reconhecidos como avaliadores da confiança ou *accountability* nacionais, considerando o desempenho

pertinente do Brasil e outros países do Cone Sul.

### 3.2 – Índice de Democracia

O índice de Democracia da Unidade de Inteligência de **The Economist**<sup>125</sup> é um indicador que considera um grupo de medidas ou práticas que institucionalizam e, como resultado protegem a liberdade. Analisando 60 indicadores divididos em cinco categorias: 1- Processo eleitoral e pluralismo, 2- Governo funcional, 3- Participação política, 4- Cultura política e 5- Liberdades civis, 165 países são avaliados e divididos em quatro tipos de regimes (são excluídos 27 micro-estados). Sendo 10,0 a média máxima possível, são considerados como regimes de Democracia Plena aqueles com médias acima de 8, Democracias com Falhas 6 a 7,9, Regimes Híbridos 4 a 5,9, Regimes autoritários abaixo de 4. Para a Unidade de Inteligência de **The Economist** este indicador se compara com vantagens na sua representatividade, a outros como os de Liberdades políticas e civis da **Freedom House**.<sup>126</sup>

**Tabela 16 – Índice de Democracia por tipo de regime (2006)**

Regime	Nº de países	% de países	% da população mundial
Democracia Plena	28	16,8	13,0
Democracia com falhas	54	32,3	38,3
Regimes híbridos	30	18,0	10,5
Regimes autoritários	55	32,9	38,2

**Tabela 17 – Índice de Democracia por Regiões (2006)**

	Média dos índices de Democracia	Nº de países
1 América do Norte	8,64	2
2 Europa Ocidental	8,60	21
3 América Latina e Caribe	6,37	24
4 Europa Oriental	5,76	28
5 Ásia e Australásia	5,44	28
6 África Subsaariana	4,24	44
7 Oriente Médio e África do Norte	3,53	20
<b>Média Mundial</b>	<b>5,52</b>	<b>167</b>

Adaptados da Unidade de Inteligência de **The Economist** (KEKIC, 2007b)

**Tabela 18 – Índice de Democracia – Cone sul (2006)**

	Índice de Democracia
<u>Democracia Plena</u>	

<sup>125</sup> v. KEKIC, Lazã (2007 a, b), WIKIPEDIA (2008a).

<sup>126</sup> Cf. **FREEDOM HOUSE** <http://www.freedomhouse.org>.

27	Uruguai	7,96
<u>Democracia com falhas</u>		
30	Chile	7,89
42	Brasil	7,38
54	Argentina	6,63
71	Paraguai	6,16
<b>Média do Cone Sul</b>		<b>7,20</b>

Adaptado da Unidade de Inteligência de **The Economist** (KEKIC, 2007b)

No Cone Sul, apenas o Uruguai atinge a categoria de Democracia Plena, os outros quatro países se situam no grupo das Democracias com Falhas, sendo que o Chile fica aquém do primeiro grupo por apenas 0,02. A sub-região com uma média de 7,20 (Democracias com Falhas) situa-se acima da média de América Latina e Caribe (6,37 – Democracias com Falhas) e bem acima da média mundial (5,52 – Regimes Híbridos).

O Brasil, com seu peso específico regional, se beneficiaria e contribuiria com a região se conseguisse melhorar esse desempenho, mesmo estando um ponto a frente da média da América Latina, apresenta muito baixos desempenhos nas categorias Participação política (4,44) e Cultura política (5,63), que ofuscam os bons resultados de Processo eleitoral e pluralismo (9,58) e Liberdades civis (9,41). Comparativamente tem uma Participação política semelhante a Uganda, Gana e Moçambique e uma Cultura política como as de Iraque, Mianmá e Angola. Por outro lado, o Processo eleitoral e pluralismo é comparável à Suíça, Irlanda ou Alemanha, e nas Liberdades civis à Alemanha, Bélgica ou Japão.

### **3.3 - A Matriz Funcional (*Functioning core*)**

Um outro sistema de classificação é introduzido por Thomas P. M. BARNETT (2004a, 2005), este conceituado estrategista com vínculos na Marinha dos Estados Unidos divide o mundo atual em dois grandes grupos de países, uma **Matriz Funcional**, formada por países que conseguiram integrar-se competitivamente nos processos da Globalização, estes países apresentam um Produto Interno Bruto anual por habitante acima dos US\$ 3.000,00, e historicamente não costumam resolver problemas internacionais apelando a

conflitos armados. O outro grupo denominado de **Brecha dos Não Integrados** (Non-integrating Gap) inclui os países que não conseguem tirar proveito das oportunidades da interdependência num mundo globalizado. Estas distribuições de países formam o chamado Novo Mapa do Pentágono, desde que se originaram em estudos do Ministério de Defesa norte-americano para predição e gestão das novas ameaças à segurança internacional após o fim da Guerra Fria.

Nas Américas fazem parte da Matriz Funcional no Norte, Canadá, Estados Unidos da América e México, e no Sul Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Outro conceito estratégico é que estados da Matriz Funcional limítrofes de estados Não Integrados devem ser os promotores do desenvolvimento positivo dos seus vizinhos. Este processo combinando fatores políticos, econômicos, de segurança e culturais definirão a natureza da Globalização inclusiva e os processos de guerra e paz no século 21. As considerações evolutivas propostas por BARNETT são otimistas, proporcionando de acordo com o segundo livro do autor, **um futuro que vale a pena criar**, (2005). As forças armadas dos Estados Unidos deveriam promover a expansão da Matriz Funcional a través de parcerias com países estáveis vizinhos de países Não Integrados visando o fim de conflitos armados inter-estatais e provavelmente reduzir significativamente guerras internas e terrorismo. O Brasil, além do seu peso específico, seria dentro desta teoria o país do Cone Sul com maior número, e extensão de fronteiras com nações que necessitam um facilitador na promoção de segurança e para sua inserção no mundo globalizado, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana francesa, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela.

Outra idéia desenvolvida por BARNETT (2004a, 2005) é a de **Grupos de Regras** (Rule sets) originada do *NewRulesSets.Project* das forças armadas norte-americanas em colaboração com analistas financeiros, conceitualmente os Grupos de Regras são combinações de regras, escritas ou não, empregadas por povos de determinadas regiões. Países com Grupos de Regras semelhantes costumam ter comportamentos semelhantes e colaboram entre si de forma muito mais produtiva que com países com Grupos de Regras significativamente diferentes. Emblematicamente, a Globalização originou um Grupo de Regras

comuns a muitos países que a ela aderem. Na atual conjuntura, as forças armadas dos Estados Unidos e demais países da Matriz Funcional devem estar preparadas para além das operações tradicionais de poder bélico irresistível, ter capacidade de execução de Administração de Sistemas, entendendo-se por isto a competência para “fazer a paz”, tendo entre outros propósitos: manutenção da paz, promoção e/ou criação de instituições administrativas sustentáveis nos países enfraquecidos, e “nation building” (Formação de estados).

Para BARNETT (2004b) é fundamental para os Estados Unidos concentrar-se num alinhamento preliminar com a chamada Nova matriz Funcional formada pelo grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia, e China) acreditando isto ser mais eficiente do que a árdua tarefa do convencimento político internacional dos países da Matriz antiga, leia-se Europa Ocidental e Japão. Para o autor a Europa ainda restará ocupada por muitos anos com sua prioritária integração, depois que e o alinhamento preliminar proposto iniciar sua função, os países da Matriz antiga tenderão a incorporá-lo.

### **3.4 - SOFT POWER e o Brasil**

Como já fora mencionado anteriormente Joseph S. Nye Jr. introduziu o conceito de *Soft Power*, a capacidade de persuasão pela percepção positiva que se tem de um estado. No seu livro **Soft Power** – The means to success in World Politics (2004a) o autor se refere, mesmo que brevemente, a apenas um país da América Latina como detentor de algum *Soft power*. No Brasil e outros países extensos em vias de industrialização como a China e a Índia as três fontes de poder, militar, econômico e *soft* tem uma relevância variável, mas com as tendências econômicas e sociais da era da informação o *Soft power* se tornará relativamente mais importante (p. 30).<sup>127</sup> Para NYE “O Brasil projeta uma certa atração tanto pela sua cultura vibrante como pela sua promessa para o futuro” (p. 89).

Em outras palavras, um país pode obter os resultados da sua

---

<sup>127</sup> Também mencionado em NYE (2002b) **The Paradox of American Power**. p. 41, e NYE (2002-03).

conveniência em Política Internacional, porque outros Estados desejam segui-lo, pela admiração dos seus valores, imitando seu exemplo e almejando seus níveis de prosperidade e liberdade. Consegue-se assim, pelo *Soft power*, o desejado, sem a coerção nem a indução comuns ao exercício do *Hard power*. É uma habilidade de atrair, e esta capacidade é mais importante na atualidade, com a existência de aproximadamente 200 Estados soberanos, porque pode almejar a difusão cada vez mais intensa e equânime de valores e princípios que se consagram dignos do bem-comum. Mas, historicamente essa retórica não é inovadora, nem o são seus motivos. Rudyard Kipling já se referia no século 19 ao Império Britânico como portador de "The White man's burden", inculcar seus objetivos e costumes a outros povos e civilizações, pretensamente inferiores.<sup>128</sup> Os franceses da época conclamavam sua "Mission civilisatrice" a necessária assimilação, "ocidentalização" dos povos das suas colônias. Os Estados Unidos em expansão no século 19 apelavam ao seu "Manifest Destiny".<sup>129</sup> As atitudes de força envolvidas marcaram permanentemente os povos dominados com a desconfiança, o temor e o repúdio as ações de origem externa, e as pretensões protagonistas, de liderança, ou hierarquização, mesmo no caso das Américas quase dois séculos após suas Independências.

Assim, na nova Ordem Mundial, a América do Sul e a sub-região do Cone Sul reagem de forma pouco cooperativa à possibilidade de surgimento de qualquer tipo de liderança entre seus membros.

### 3.5 - A Esquerdização da América do Sul

A América do Sul, considerada como região, tem evoluído politicamente de forma bastante célere nas três últimas décadas. Na **Tabela 19 – Presidentes do Cone Sul 1989 – 2008**, encontram-se os mandatos Presidenciais exercidos nesse período. Observando o **Mapa 7 – AMÉRICA DO SUL - Regimes Políticos 1980**, pode-se notar o predomínio de Governos

<sup>128</sup> Na realidade o poeta inglês escreveu **The White Man's Burden** como uma celebração ao Jubileu de Diamante da Rainha Victoria da Inglaterra. Depois trocou a homenagem para outro poema, **Recessional**. Após alterar o poema original e acrescentar o sub-título: *The United States and the Philippine Islands* publicou-o na revista **McClure's** em 1899, como uma justificação às ambições imperiais da raça branca.

<sup>129</sup> O conceito de **Destino Manifesto** surgiu na sua forma inicial com uma publicação do jornalista John O'Sullivan em 1845, quando da expansão ao Oeste com as anexações de Texas e Oregon, implicando num Mandato Divino para a criação de uma sociedade modelar.

Militares, considerando apenas os 10 países de colonização ibérica, os Presidentes Videla na Argentina, García Meza na Bolívia, Figueredo no Brasil, Pinochet no Chile, Stroessner no Paraguai, Morales Bermúdez no Peru e Alvarez no Uruguai eram militares (70%). Apenas um país, a Venezuela com Herrera tinha um governo de Direita Moderada (10%), e dois a Colômbia de Turbay e o Equador de Roldós tinham governos que podiam ser considerados de Esquerda Moderada (20%).<sup>130</sup>

Uma década depois, ver **Mapa 8 - AMÉRICA DO SUL - Regimes Políticos 1990**, segundo CLEM (2007) existe uma tendência para governos de Centro e Moderados: Menem na Argentina, Rodríguez no Paraguai, e Lacalle no Uruguai eram de Direita Moderada (30%), Collor de Mello do Brasil de Direita (10%), Pérez da Venezuela seria considerado como Centro (ou indefinido) (10%), e Paz Zamora da Bolívia, Aylwin do Chile, Gaviria da Colômbia, Borja do Equador, e García do Peru eram de Esquerda moderada (50%). Desde 1989, quando Pinochet transmitiu o poder, não existiram mais governos militares na América do Sul.

No final do Milênio, ver **Mapa 9 - AMÉRICA DO SUL - Regimes Políticos 2000**, existe a radicalização à Esquerda de Chávez na Venezuela (10%), Governos de Esquerda Moderada: De la Rúa em Argentina, Lagos no Chile, Battle no Uruguai (30%), Noboa no Equador considerado como de Centro (ou indefinido) (10%), Banzer da Bolívia, Cardoso do Brasil, Pastrana da Colômbia, e González Macchi do Paraguai considerados por CLEM como de Direita Moderada (40%), e Fujimori do Peru é considerado de Direita (10%).

---

<sup>130</sup> Sem aspirar a qualquer classificação mais elaborada de regimes políticos, utilizam-se dados de A. CLEM (2007) que aplica critérios baseados na filiação política dos Presidentes, suas alianças e políticas seguidas pela Administração, para dividir os Governos em: Militares, de Esquerda, de Esquerda Moderada, de Centro ou indefinidos, de Direita Moderada, e de Direita. Pela procedência geopolítica diferente as três Guianas não são incluídas.

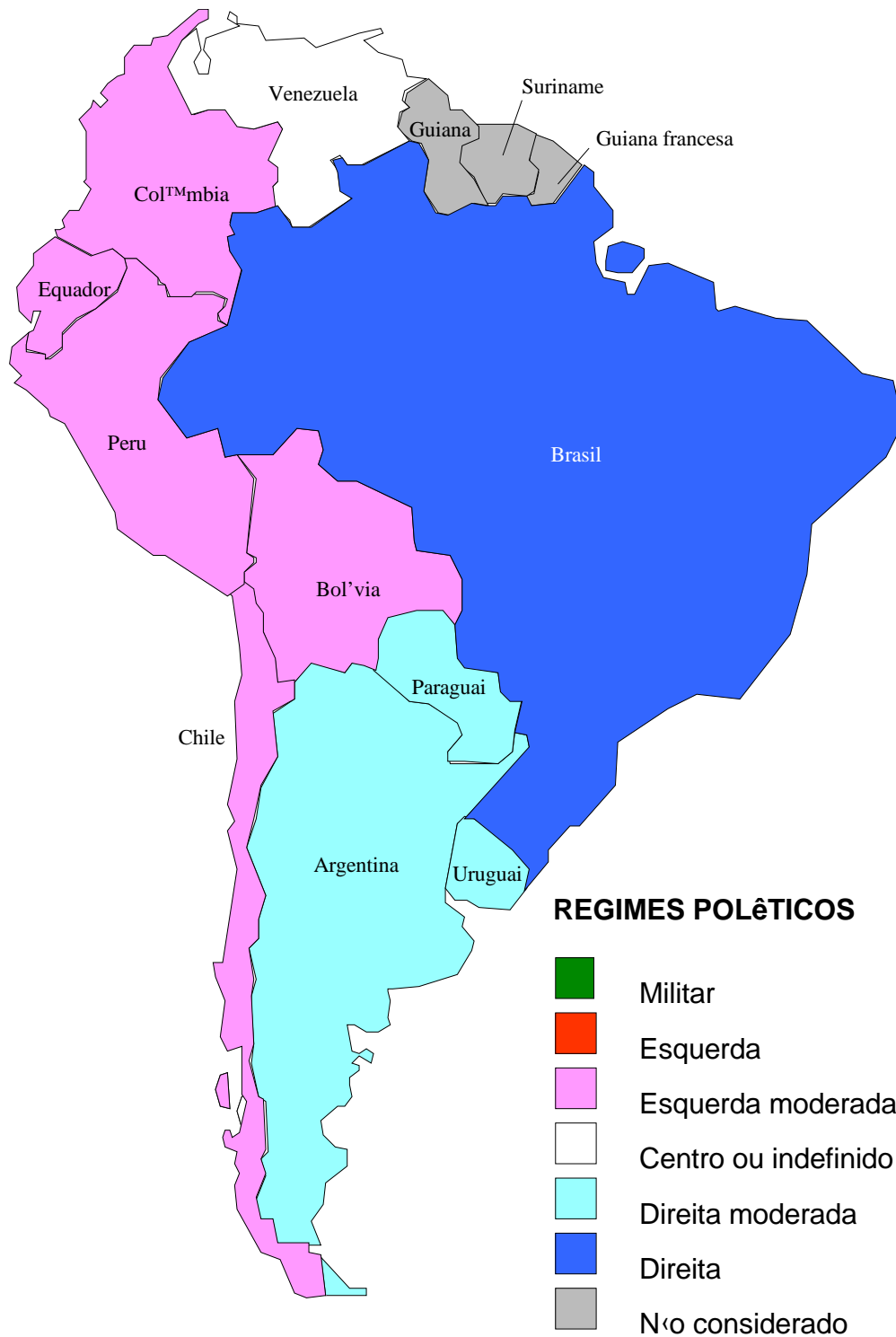






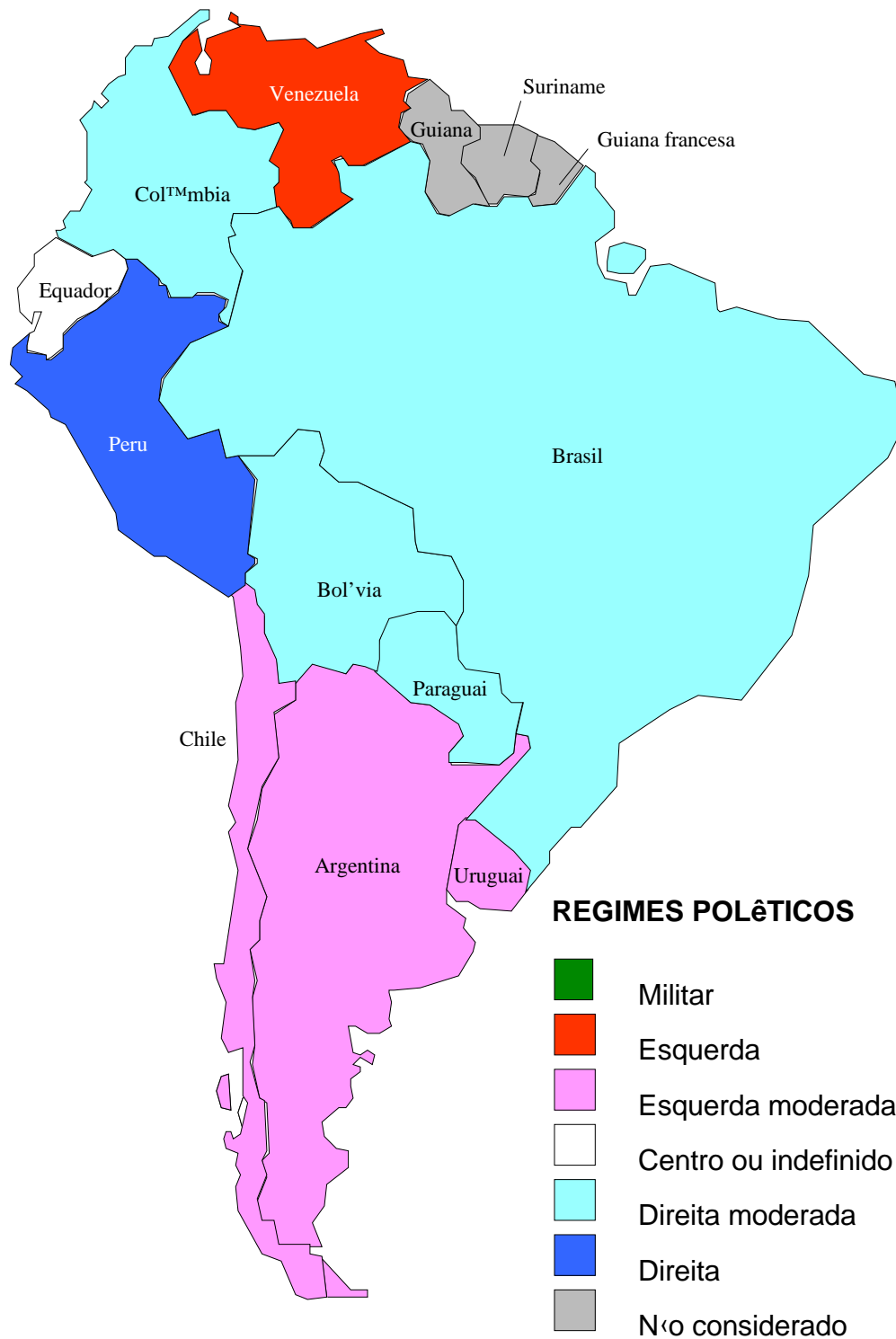
**Mapa 7 - AMÉRICA DO SUL - REGIMES POLÊTICOS - 1980**

Adaptado de CLEM (2007)



**Mapa 8 - AMÉRICA DO SUL - REGIMES POLÊTICOS - 1990**

Adaptado de CLEM (2007)



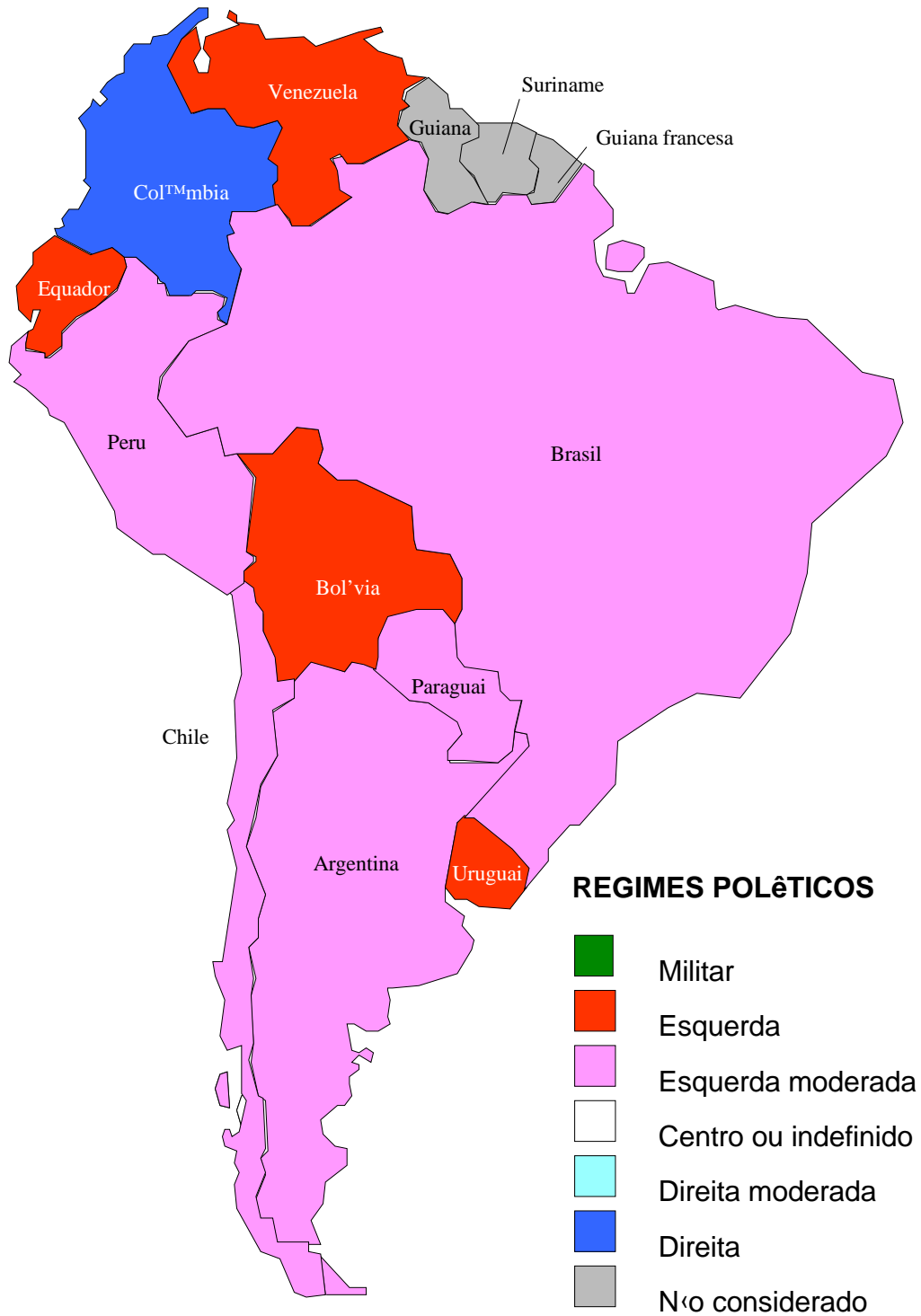
**Mapa 9 - AMÉRICA DO SUL - REGIMES POLÊTICOS - 2000**

Adaptado de CLEM (2007)

Em 2008, a esquerdização da América do Sul é mais abrangente, pelo **Mapa 10 – AMÉRICA DO SUL – Regimes Políticos 2008** percebe-se que ao menos quatro Governos são de Esquerda: Morales na Bolívia, Correa no Equador, Vázquez no Uruguai, e Chávez na Venezuela (40%). Fernández de Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil, Bachelet no Chile e García no Peru são de Esquerda moderada, como também pode ser considerado o Presidente eleito do Paraguai Lugo (50%), restando apenas Uribe da Colômbia considerado de Direita (10%).

Quando se focaliza a análise no **Cone Sul**, observa-se que em 1980 todos os governantes eram militares (100%), em 1990 apenas o Presidente Collor de Mello do Brasil era considerado de Direita (20%), o argentino Menem, o paraguaio Rodriguez, e o uruguaio Lacalle de Direita Moderada (60%), e o chileno Ailwyn, seria de Esquerda Moderada (20%). Em 2000, Cardoso do Brasil e González Macchi do Paraguai seriam de Direita Moderada (40%), enquanto De la Rúa da Argentina, Lagos do Chile, e Battle do Uruguai seriam de Esquerda Moderada (60%). Na atualidade (2008) temos uma totalidade de presidentes do Cone Sul de Esquerda, Vazquez de Uruguai (20%), ou Esquerda Moderada, Fernández de Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil, Bachelet no Chile, e a transição de um Presidente de Direita Moderada Duarte para um candidato eleito Lugo pelo menos com tendências a Esquerda Moderada (80%).

Ainda que a atual tendência de esquerdização Sul-americana tem em comum a tomada do poder a través de processos de eleições razoavelmente livres e organizadas dentro dos padrões da democracia eleitoral, as causas são variadas para os diferentes países, e autores colocam ênfases diversas em fenômenos de políticas internas, e/ou processos reativos a conjunturas internacionais que de alguma forma exacerbaram a insatisfação popular com sistemas econômicos e/ou sociais em voga que não atendem as necessidades ou expectativas. Para KNOX (2006), a esquerdização originou-se como uma reação ao consenso de Washington – as políticas econômicas adotadas por diversos países latino-americanos na década de 1990, sob a orientação do governo dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e alguns



**Mapa 10 - AMÉRICA DO SUL - REGIMES POLÉTICOS - 2008**

Adaptado de CLEM (2007)

bancos internacionais. As recomendações incluíam aumento de impostos, controle estrito dos gastos públicos, liberalização do comércio exterior e privatizações. Os resultados destas medidas não atingiram a prosperidade e desenvolvimento desejados, e as disparidades de renda acentuaram. A opinião pública passou a desconfiar da eficiência da democracia, e tornou a aceitar a possibilidade de governos autoritários como mais competentes para a administração, o declínio do apoio à democracia também foi estudado como pesquisa de opinião pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004).

As conseqüências da internalização democrática eleitoral na América Latina e em particular no sub-continente do Sul trouxeram como paradoxo a colocação em evidência da fragilidade da democracia na região e, como afirma Ignacio WALKER (2006),<sup>131</sup> a percepção de um "déficit" democrático e de governabilidade democrática. Se a democracia eleitoral parece consolidada, outros aspectos democráticos da governança ainda carecem de necessária evolução. Até mesmo, a manutenção do poder pelos governantes democraticamente eleitos. Na América do Sul, no período focalizado neste trabalho, a partir de 1989, onze Presidentes não concluíram seus mandatos: 1989 - Stroessner no Paraguai, 1992 - Collor de Mello no Brasil, 1993 - Pérez na Venezuela, 1997 - Bucarán no Equador, 1999 - Mahuad no Equador, 1999 - Cubas no Paraguai, 2000 - Fujimori no Peru, 2001 - De la Rúa em Argentina,<sup>132</sup> 2003 - Lozada na Bolívia, 2005 - Mesa na Bolívia, e 2005 - Gutiérrez no Equador. Notadamente, todos estes processos de deposição foram civis e sem a intervenção militar que era rotineira no passado.

Ao longo da história independente América Latina tem experimentado ondas seqüenciais de influência política: do liberalismo emancipador, ao conservadorismo, ao liberalismo dos temas sociais, ao militarismo, às tentativas revolucionárias de extrema esquerda para tomada do poder pela força, ao neo-liberalismo com tentativas de inserção na economia de

<sup>131</sup> Cientista Político e Ministro das Relações Exteriores do Presidente Lagos do Chile.

<sup>132</sup> Na Argentina em 2001, após o pedido de demissão do Presidente de la Rúa, Ramón Puerta foi Presidente em Exercício por dois dias, seguido pelo Presidente nomeado Adolfo Rodríguez Saá que ficou no poder por 7 dias, e Eduardo Camaño por três dias. Seu sucessor Eduardo Duhalde também foi eleito pelo Parlamento em 2 de janeiro de 2002, para concluir o mandato de la Rúa.

mercado, a diversas formas de socialismo moderado, e atualmente, a uma esquerdização com a tomada do poder por vias da democracia eleitoral. A abrangência continental dessas tendências tem sido variada, mas uma constante é evidente, a incapacidade de evolução para uma democracia cívica – a internalização de princípios e valores democráticos nas crenças e comportamentos da população - e para a formação de sustentabilidade de governança democrática pela promoção de instituições impermeáveis a casuísmos ou manipulações populistas.

Mas a forma e o contexto em que se desenvolve a fenomenologia da esquerdização na América do Sul não obedecem a formatos padronizados, nem são diretamente comparáveis com o que ocorrera em outras épocas e/ou em outras partes do planeta. Vários autores tem abordado o tema das diversas formas de esquerdização em curso no hemisfério, para NAÍM (2006) os sistemas políticos latino-americanos tem sido atingidos por uma ampla variedade de frustrações desde a década de 1990, por isso não é valido juntar os diferentes tipos de descontentamento e suas conseqüências sob epítetos como esquerdização ou populismo. Na atualidade alguns dos ressentimentos são dirigidos à economia de mercado, sobretudo relacionados aos efeitos da abertura ao comércio internacional em detrimento de uma proteção à produção nacional, enquanto outros centram-se na vasta interferência do estado nos assuntos econômicos. Uma comum causa de insatisfação na região está relacionada a falta de controle da corrupção governamental. As respostas de diversos governos de esquerda também tem sido variada, enquanto Nelson Kirchner e Chávez, fazem apelos popuistas, com custosos e freqüentemente ineficientes programas sociais, e congelamento de preços, e até perseguindo o setor privado para aumentar a popularidade. Para o autor, Lula, Fox, Uribe e Lagos tem perseguido objetivos de governança econômica mais responsáveis.

Para CORRALES (2006), existem muitas esquerdas na América Latina, a aumento de governos de esquerda no novo milênio não corresponde a criação de uma frente unida anti-norte-americana na região, e nem mesmo uma união consensual em relação a economia de mercado, em especial a abertura aos mercados internacionais. Pelo contrário, disputas intensas tem-se

deflagrado entre grupos de esquerda pela dominação do poder para obter objetivos freqüentemente conflitantes. Para o autor existem pelo menos oito tipos diferentes de esquerdistas no poder na América Latina, **Os Revolucionários**, são os radicais de antigas tradições, sem mudar de atitudes desde a década de 1960, são os irados oponentes das instituições e do livre mercado, que gritaram "QUE SE VAYAN TODOS" na Assembléia Nacional de Caracas em 1999, na crise financeira da Argentina de 2001, e nos protestos nas ruas da Bolívia em 2003. **Os Protecionistas** são os partidários das medidas governamentais para favorecer a produção nacional frente ao baixos preços de produtos importados, podendo ser proprietários ou sindicalistas, são contrários a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). **Os Hipernacionalistas**, são opositoristas as parcerias com os Estados Unidos em assuntos de comércio e combate às drogas. Contrariam tudo o que se relaciona com Washington, a política externa após 11 de setembro, etc. **Os Cruzados**, são organizações de cidadãos, que exigem transparência no governo, participação cívica nos orçamentos, combate à corrupção, a pesar de alguma tendência à esquerda são menos ideologicamente intransigentes. **Os "Gastadores"**, se interessam numa extensão dos contratos do governo em programas sociais são contrários as políticas econômicas de austeridade, que consideram influência do Fundo Monetário Internacional e os bancos credores. **Os Igualitários** são, para CORRALES, híbridos de revolucionários e gastadores, preconizam vastas políticas re-distributivas, com Obrador no México. **Os Multiculturalistas**, querem eliminar o *apartheid* étnico das Américas, em especial no Andes, a eleição de Morales na Bolívia foi o primeiro triunfo. **Os Anti-machistas**, são partidários da maior participação feminina nos governos, foi o *slogan* da paridade de gêneros da campanha de Bachelet. Dependendo qual desses grupos prevalecer, poderá haver mudanças na atual tendência de esquerdização da América Latina.

O futuro político da América Latina é enigmático, e paradoxal, no contexto de uma Ordem Mundial cada vez mais agregadora, interdependente, multilateral, o sub-contidente proclama a dispersão e auto-exclusão pela formação de novas organizações regionais, que mal substituem outras pré-existentes, e apenas obedecem a critérios de oposição ao *status quo* com muito



pouco acrescentar. Numa atualidade repleta de exemplos de vivência internacional propositiva, como são a União Européia, inúmeras organizações internacionais de comércio e desenvolvimento em vários continentes, as iniciativas na América Latina são de organização "contra": uma ALBA anti-ALCA, uma UNASUL anti-OEA, um Conselho Sul-Americano de Defesa anti-Conselho de Segurança das Nações Unidas e OEA.<sup>133</sup>

Como uma das conseqüências previsíveis, a população da América Latina identifica o insucesso dos governantes das mais variadas facções com o fracasso do sistema que os conduziu ao poder, desconhecendo os detalhes do processo democrático generaliza culpando a democracia como um todo. Isto gera na atualidade um descrédito em ascensão e um questionamento sobre a validade das críticas outrora dirigidas a governos autoritários.

A partir de 1995, a **Corporación Latinobarómetro**,<sup>134</sup> com sede no Chile, realiza anualmente pesquisas de opinião abrangentes entre a população, atingindo na atualidade todos os países da América Latina.<sup>135</sup> A homogeneização metodológica e a regularidade da aplicação resulta num instrumento de validade comparativa linear e transversal. Para fins do presente trabalho algumas colocações de Latinobarómetro sobre as percepções da população sobre democracia e outros tipos de regimes, e a satisfação individual em diferentes instâncias da vida comunitária receberão atenção especial.

O Informe da Corporación Latinobarómetro (2005) indica que 70% da população acredita que a democracia na América Latina tem problemas, mas, mesmo assim, sustenta o preceito Churchilliano que esta continua sendo a melhor forma de governo disponível. Contudo, um significativo 19% discordam que a democracia seja o melhor sistema de governo, e também, 19% aceitam que em determinadas circunstâncias o autoritarismo pode ser preferível à democracia. Ainda, 22% acreditam que a democracia não é a única forma de governo bem sucedida na condução do desenvolvimento. Além do mais, 61%

---

<sup>133</sup> ALBA (Alternativa Bolivariana para América Latina), ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), OEA (Organização dos Estados Americanos), UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

<sup>134</sup> v. Corporación Latinobarómetro (2005, 2007).

<sup>135</sup> Excluindo Cuba.

declara altos níveis de insatisfação com a democracia, e 37% acredita que a democracia não resolve seus problemas.

Assim, para HAKIN (2003b p. 84), "O que mais põe em perigo a democracia na América Latina não são políticos demagógicos, militares ambiciosos nem ideologias autoritaristas. A grande ameaça ao contrário, é o desempenho persistentemente medíocre dos governos democráticos – sua incapacidade de atender às principais necessidades e reivindicações de seus cidadãos".

Outrossim, para a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2007) as economias da América Latina passam por um período muito favorável de crescimento, o quadriênio 2003-2006 foi o de melhor desempenho em 25 anos, com resultados favoráveis para redução de desemprego, melhor distribuição de rendas, em diversos países, portanto, também o melhor desempenho social em um quarto de século. A previsão é de seis anos de crescimento consecutivo (2003-2008). Contudo, os níveis de desigualdade na região estão entre os maiores do mundo e as perspectivas de alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio são pessimistas, UNITED NATIONS (2008).

As condições de excepcionalidade virtuosa econômica e política podem refletir nos resultados da pesquisa de opinião da Corporación Latinobarómetro (2007), no ano anterior 11 dos 18 países da amostra tiveram campanhas e pleitos eleitorais para presidência, a exacerbação da comunicação de temas políticos nessas circunstâncias pode estar relacionada ao ufanismo pré-eleitoral de 2006 e a tendência de esquerdização dos resultados das urnas. Resta agora acompanhar nos próximos anos o desempenho desses novos governos e suas aceitações pelas futuras análises de percepções dos cidadãos.

### **3.6 - As percepções populares no Brasil e no Cone Sul**

O Informe Latinobarômetro de 2007 apresenta interessantes resultados em relação às atitudes populares sobre a democracia.

**Tabela 20 - Apoio e Satisfação com a Democracia - Evolução 2006-07 (em %)**

	Apoio à Democracia			Satisfação com a Democracia		
	2006	2007	Dif	2006	2007	Dif
Uruguai	77	75	-2	66	66	0
Argentina	74	63	-11	50	33	-17
Chile	56	46	-10	42	36	-6
Brasil	46	43	-3	36	30	-6
Paraguai	41	33	-8	12	9	-3
<b>América Latina</b>	<b>58</b>	<b>54</b>	<b>-4</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>-1</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Em relação ao questionamento do Apoio à Democracia como forma preferível de governo, Uruguai e Brasil mantiveram a preferência (dentro dos 3 pontos de margem de erro) com indicadores menores que a variação da América Latina. Argentina e Chile com elevados níveis iniciais de apoio sofreram grandes quedas, de dez pontos ou mais. Sobre a Satisfação com a Democracia, Uruguai se manteve invariável, Argentina sofreu uma acentuada queda de 17 pontos, caindo de metade para um terço da população, Chile e Brasil sofreram quedas de 6 pontos e o Paraguai teve uma queda de 25% da sua parca satisfação com a democracia. Neste item o Brasil supera apenas três dos 18 países considerados.

**Tabela 21 - Índice de Democracia - Cone Sul (2007) (em %)**

	Alto	Médio	Baixo
Uruguai	57	35	8
Argentina	34	47	19
Chile	34	40	26
Brasil	32	49	19
Paraguai	13	42	46
<b>América Latina</b>	<b>34</b>	<b>44</b>	<b>22</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

O Índice de Democracia resultado das respostas a qualificação de

seis indicadores (como alto, médio ou baixo) apresenta mais da metade da população do Uruguai considerando que o país tem um alto Índice, um terço dos argentinos, chilenos e brasileiros também consideraram seus países com alto desenvolvimento democrático de acordo com a média latino-americana. Apenas os paraguaios consideraram um baixo índice democrático (46) perante uma média latino-americana de 22.

Uma forma de avaliação prática do sucesso da Democracia é pelo seu desempenho para proporcionar Serviços públicos de acordo com as necessidades e expectativas dos cidadãos. Os serviços de saúde, educação, áreas verdes, espaços públicos, vias, serviços municipais, transporte, esgotos e

**Tabela 22 – Índice de Satisfação com os Serviços do Estado (em %)**

	Alta		Média		Baixa		
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	
Uruguai	45	39	27	37	18		24
Argentina	34	22	32	39	32	40	
Chile	21	19	41	32	38	49	
Brasil	23	13	34	33	43	54	
Paraguai	11	12	21	23	68	65	
<b>América Latina</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

remoção de lixo são considerados na definição do Índice de Satisfação com os Serviços do Estado. Percebe-se uma constante piora no Índice entre as pesquisas de 2006 e 2007. É notável a baixa avaliação dos brasileiros com índices menores do que a média latino-americana, superando apenas Peru e Paraguai.

**Tabela 23 – Atitudes perante o Presidente, e o Governo (em %)**

	Aprovação do Governo do Presidente	Confiança no Governo	Confiança no Presidente
Uruguai (Vázquez)	61	57	52
Brasil (Lula da Silva)	58	35	48
Chile (Bachelet)	55	45	54
Argentina (Kirchner)	52	35	43
Paraguai (Duarte)	17	15	13
<b>América Latina</b>	<b>51</b>	<b>39</b>	<b>43</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

No item Aprovação do Governo do Presidente, a pergunta formulada é: Você aprova ou não aprova a gestão do governo encabeçada pelo Presidente (nome)? Com apenas essas duas opções as chances parecem ser elevadas para aprovação. De forma geral para o Cone Sul, e para as médias da América Latina, nota-se alguma congruência entre a Aprovação e a Confiança no Presidente, e é significativo que estas duas avaliações sejam marcadamente superiores às de Confiança no Governo. Latinobarômetro interpreta os resultados superiores na Aprovação do Governo do Presidente e a confiança no mesmo como parte da tradição latino-americana de confiança e crédito nos líderes e desconfiança nas instituições vistas como intrinsecamente corruptas.

**Tabela 24 – Avaliação de líderes (2007) (de zero a 10)**

Luiz inácio Lula da Silva (Brasil)	5,7
Michelle Bachelet (Chile)	5,5
Álvaro Uribe (Colômbia)	5,2
Rafael Correa (Equador)	5,1
Felipe Calderón (México)	5,1
Evo Morales (Bolívia)	5,0
Tabaré Vázquez (Uruguai)	4,9
Nestor Kirchner (Argentina)	4,8
George W. Bush (Estados Unidos)	4,5
Alan García (Peru)	4,5
Hugo Chávez (Venezuela)	4,5
Fidel Castro (Cuba)	4,3

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Neste quesito Latinobarômetro fornece ao entrevistado uma listagem de líderes **estrangeiros** solicitando que atribua notas de zero (pior) a dez (melhor). Lula permaneceu na melhor colocação nos últimos dois anos, enquanto Chávez e Castro permaneceram nas piores. É pertinente observar que as notas entre o melhor (5,7) e o pior (4,3) colocados variam apenas em 1,4 pontos. Contudo, o prestígio internacional do Presidente Lula será importante em discussões posteriores.

Na América Latina o tema da confiança é singularmente de vivência ou convívio pessoal, tem-se confiança no que é individualmente conhecido a través de experiências bem sucedidas. Neste contexto é interessante a desconfiança nos poderosos, nos desconhecidos e no estrangeiro. As instituições bombeiros e igreja são as únicas dignas da confiança de três quartos da população. Pouco mais da metade da população expressa confiança

em compatriotas e coisas nacionais, nos pobres, na rádio, nos vizinhos e nas Forças Armadas. Pouco menos da metade da população confia na televisão, jornais, o Presidente, nos indígenas e nas empresas particulares. Pouco mais de um terço confia na polícia, no Governo e no tribunal eleitoral. Menos de um terço confia no Judiciário, num determinado familiar, no Congresso, nos estrangeiros, nessa ordem decrescente. E apenas um quinto confia nos partidos políticos, daí a sublimação do Presidente, frente a desconfiança em partidos e instituições de governo, fortalece-se o Presidencialismo e se debilita a democracia representativa partidária.<sup>136</sup> Latinobarômetro interpreta a causa principal desta desconfiança na incapacidade de partidos e instituições de garantir uma igualdade de tratamento para os cidadãos. Contudo, convém salientar que a confiança nas instituições tem aumentado significativamente nos últimos cinco anos, tendo seu auge em 2006, com exceção do Sistema Judiciário e os partidos políticos que em 2007 apresentavam índices inferior e igual aos de 1996, respectivamente.

**Tabela 25 – Confiança nos Partidos Políticos – Cone Sul 2007 (em %)**

Uruguai	36
Chile	20
Brasil	16
Argentina	14
Paraguai	12
<b>América Latina</b>	<b>20</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

O valor médio da confiança nos partidos políticos é no Uruguai um terço da população, na América Latina e no Chile é de 20%, no resto do Cone Sul os valores são inferiores. Há uma tendência de piora em todas as avaliações de instituições entre as pesquisas de 2006 e 2007. Na **Tabela 25 - Confiança nos Partidos Políticos – Cone Sul 2007** a evolução das respostas - muito bem e bem - às perguntas: "Como avalia o trabalho que está fazendo (nome da

<sup>136</sup> Isto leva a situações *sui generis* como na Argentina em 2007 onde a esposa do Presidente Kirchner é eleita para suceder-lo. Contrariando as tradições do Partido Justicialista (Peronista) o Presidente Kirchner recusa a candidatura a re-eleição, e Cristina Fernández de Kirchner, ativa política peronista, com experiência na Câmara Legislativa Provincial, na Câmara dos Deputados e no Senado, crítica intensa dos Presidentes Peronistas, Menem e Duhalde, ganha a candidatura a Presidência pelos peronistas e vence as eleições de 28/10/2007, com avassaladores 46% dos votos, quase o dobro do segundo candidato. v. **Enciclopædia Britannica Book of the Year 2008**, p.79-80. Apesar dessa ampla margem na votação, sua legitimidade sofre severas crises políticas e institucionais desde o início do seu mandato.

organização)?”

**Tabela 26 – Avaliação do desempenho das instituições na América Latina (em %)**

	2006	2007
Empresários	47	43
Congresso	38	34
Poder Judicial	41	31
Partidos políticos	29	22

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Pouco menos da metade dos entrevistados consideraram satisfatório o desempenho dos empresários, surpreendentemente bem cotados numa região em processo de esquerdização. Aproximadamente um terço aprovam os resultados do Congresso e do Judiciário, e apenas um quinto da população considera que os partidos políticos tiveram conceitos de desempenho “muito bom” e “bom”.

**Tabela 27 – Igual oportunidade de acesso à justiça – Cone Sul 2007 (em %)**

Uruguai	26
Chile	15
Paraguai	11
Argentina	10
Brasil	10
<b>América Latina</b>	<b>22</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Paradoxalmente, o Cone Sul, considerada a região politicamente mais avançada da América Latina apresenta os mais baixos indicadores de percepção de isonomia perante a justiça. Com a exceção do Uruguai os países do Cone Sul perdem apenas do Peru (8) em falta de equanimidade da justiça e suas médias são marcadamente inferiores à da América Latina. Este fator necessita ser melhorado substancialmente para sustentar uma imagem propositiva da região perante o sub-continente.

### **3.7 - A Segurança do Cidadão**

A percepção de Segurança do cidadão é fundamental para considerações de Segurança internacional da região, tema vertebral deste trabalho.

**Tabela 28 – Viver aqui é cada dia mais seguro? – América Latina 2007 (em %)**

Mais INSEGURO	63
IGUALMENTE seguro	26
Mais SEGURO	9
Não sabe/Não responde	1

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Na opinião de 63% dos entrevistados, a vida na América Latina está cada vez mais insegura. Menos de 10% acreditam que a segurança pessoal melhorou.

**Tabela 29 – Viver aqui é cada dia mais seguro? – Cone Sul 2007 (em %)**

Uruguai	9
Brasil	6
Chile	5
Paraguai	4
Argentina	2
<b>América Latina</b>	<b>9</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

Apenas Uruguai iguala a média da América Latina, os outros países do Cone Sul tem uma percepção de insegurança mais acentuada e crescente. Isto é coerente com a constatação de delitos com violência sofridos efetivamente. Nos últimos 12 anos a porcentagem de vítimas de delitos aumentou 9%. As respostas à pergunta “Você ou algum familiar seu sofreu assalto, agressão ou foi vítima de delito nos últimos 12 meses? Se encontram na **Tabela 30 - Foi vítima de delito? – Cone Sul 2007.**

**Tabela 30 –Foi vítima de delito? – Cone Sul 2007 (em %)**

Uruguai	35
Chile	40



Paraguai	41
Brasil	42
Argentina	47
<b>América Latina</b>	<b>38</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

As vítimas de delitos no Cone Sul, com exceção do Uruguai, estão acima das médias da América Latina (38%) apresentando incidências preocupantes de 40 a 47%.

**Tabela 31 – Vítima de Atos de Corrupção – Cone Sul 2007 (em %)**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Chile	13	13	6	10	8	9	9
Uruguai	18	13	12	9	10	12	17
Paraguai	24	22	20	15	19	14	21
Argentina	24	25	19	18	14	14	23
Brasil	69	61	56	54	74	68	66
<b>América Latina</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>19</b>

Fonte: **Corporación Latinobarómetro** (2007)

### **A Tabela 31 - Vítima de Atos de Corrupção – Cone Sul 2007**

mostra as respostas afirmativas à pergunta “Você ou algum parente souberam de algum ato de corrupção nos últimos 12 meses?”. O Brasil foi o país com extensa maioria de reconhecimento de corrupção pelos entrevistados em toda a América Latina, em todos os anos considerados. De 2001 a 2006 o Brasil foi único país do Cone Sul com médias superiores às da América Latina. Já em 2007 Paraguai e Argentina apresentaram indicadores de corrupção levemente acima da média da América Latina, enquanto o Brasil apresenta indicadores de quase 3 vezes e meia maiores que a mesma. Enquanto nas outras nações há uma tendência de melhora, e no México, a outra potência regional comparável ao Brasil, conseguia reduzir pela metade a percepção de corrupção (entre 2001 e 2007), o Brasil manteve seus indicadores significativamente constantes e muito elevados. Na região, a pesar das diminuições, de corrupção, de relato de vítimas de delitos, e de conhecimento de usuários de drogas, um 43% dos entrevistados acreditam que haverá corrupção maior na geração futura. Isto é particularmente importante porque a corrupção, o judiciário incompetente, e a delinquência erodem a legitimidade e a confiança no Estado, no caso do Brasil

com os precários desempenhos apresentados compromete-se também a aspiração de liderança regional.

### **3.8 - A relação do Brasil com seus vizinhos**

A classificação da relação do Brasil com os países vizinhos é particularmente complexa. Apesar de não ter participado de conflitos bélicos desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), e não existirem maiores diferenças na delimitação de fronteiras, ou outras disputas regionais, quaisquer tentativas de tipificação das relações internacionais que implique em comparações de poder entre estados da região, comuns na Política Internacional, causa intenso desconforto entre os países da América Latina.

**Liderança**, é um conceito polissêmico e difuso, por definição uma **situação de superioridade**, em Política Internacional adquire um caráter causal, sua aplicação como forma de poder produz resultados de condução, implicando para isso em algum tipo de aceitação dos liderados. Enquanto a superioridade do peso específico brasileiro na região – extensão, população, riquezas, Produto Interno Bruto, produção, participação nos mercados internacionais, etc. é incontestável, e amplamente reconhecida,<sup>137</sup> por outro lado a aceitação desta primazia pelos pares e sua aplicação como legitimidade representativa regional é vastamente questionada. Para GRATIUS (2007), pelas suas dimensões geográficas, demográficas e econômicas, o Brasil apesar das suas características de Potência global e de *Global player*, ainda não consegue uma projeção regional convincente. As tentativas de uma política regional orientada a uma liderança cooperativa e a criação de uma identidade comum<sup>138</sup> no sul das Américas ainda não recebe o apoio necessário. Há uma divisão entre a auto-percepção brasileira como potência sul-americana com vontade de liderança benévola e cooperativa, e a falta de reconhecimento dos seus vizinhos, originada da desconfiança secular naqueles que pretendem primazia. Existem diversos fatores limitadores envolvidos, certamente o principal é o do papel hemisférico dos Estados Unidos, que apesar da retórica de apoio à

<sup>137</sup> Inúmeras obras de conhecimentos básicos, enciclopédias, textos, livros etc. repetem o conceito do Brasil como líder regional na América Latina.

<sup>138</sup> v. HIRST e LIMA (2006).

participação regional do Brasil, sempre detêm sua importância fundamental. Para a autora México e Venezuela também tem aspirações próprias de poder na região. Existem, também impedimentos internos importantes, um dos mais importantes é a falta de Vontade nacional para investir no financiamento de projetos na região em proporções condizentes com o peso relativo da sua economia e recursos, até pela prioridade no tratamento da Dívida social interna. Isto tem-se complicado pelo surgimento de um governo autocrático na Venezuela que aproveita a disparada dos preços do petróleo para financiar não apenas projetos econômicos, mas também iniciativas políticas na América Latina “comprando corações e mentes” de forma inexequível em países democráticos onde reina o Estado de direito. Assim, para o Brasil fica impraticável obter uma liderança incontestada sem assumir os custos que seus vizinhos consideram atrelados ao protagonista. Do ponto de vista dos princípios, o Brasil tem um problema de identidade, ao considerar-se e destacar-se no cenário internacional como uma nação anti-hegemônica, dificulta seu reconhecimento como uma “mini-hegemonia” regional, um pequeno problema semântico com grande dificuldade de resolução. Também, a inserção como um Sub-Xerife em exercício, para a solução de pequenas crises regionais enquanto os Estados Unidos se ocupam com problemas globais preponderantes, é uma “autoridade” de difícil aceitação. Desta forma, segundo GRATIUS resta ao Brasil assumir posições mais semelhantes com as da União Européia de valorização da via diplomática, da negociação, integração e cooperação, isto é o *Soft power* brasileiro a serviço da promoção da democracia e da paz, em particular para estabilizar Estados falidos ou institucionalmente frágeis, na prevenção e resolução de conflitos políticos e potencialmente militares, e no fortalecimento de instituições multilaterais regionais. Em entrevistas, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim afirmou recentemente: se fosse assinalar apenas duas prioridades da Política externa do Brasil no momento seriam a recuperação das negociações da Rodada de Doha e a integração sul-americana na UNASUL. Uma terceira seria a promoção do Multilateralismo.<sup>139</sup> Reiterando que os acordos bilaterais não são boas soluções, e que um sistema multilateral é essencial ao mundo de hoje, a necessidade de resgatar as negociações da Organização Mundial de Comércio é importante porque “a ausência de acordos

---

<sup>139</sup> AMORIM (2008b) Entrevista a **Globo News – Espaço aberto**.

afetará os países mais carentes porque as subvenções e as barreiras alfandegárias são pagas com vidas humanas, com a privação para numerosas populações e com o atraso no desenvolvimento de algumas nações” AMORIM, 2008a.<sup>140</sup>

Para Leonardo SALINAS ROBINSON (2007), a pesar da esquerdização do Executivo Brasileiro, existe um continuísmo na Política Externa dentro das tradições do Itamaraty, provavelmente ligado à necessidade aumentada no capital estrangeiro da classe hegemônica mundial, desta forma as intenções brasileiras de atingir o *status* de potência mundial parecem retroceder. Para o autor não basta a retórica atrativa em foros internacionais quando se tem um dos piores Índices GINI do mundo, e quase 40% da população abaixo da linha da pobreza, segundo a CEPAL (2006), isto não pode tornar seu modo de vida muito atrativo. Essa defasagem entre a capacidade do desenvolvimento social produtivo e a pretensão institucional de converter-se numa Potência mundial dependeria de novos rumos, diferentes do continuísmo re-afirmado pelo atual governo. Por isso SALINAS ROBINSON considera remotas as possibilidades de sucesso no desenvolvimento econômico e social, e mais distantes ainda a projeção internacional do país em escala global.

Outra taxonomia frequentemente empregada em Política Internacional trata das divisões relativas do conceito de **potência**, como a capacidade de exercício do poder para conseguir a realização dos interesses desejados. Para WIGHT (2002), a Política Internacional é a **Política do Poder**. A intensidade e abrangência desse poder é variável, e de dependência regional. Os componentes desse poder são diversos, os mais obíquos são: população, extensão territorial, localização estratégica, riquezas e produção, mas existem outros fatores menos tangíveis: competência da educação pública, eficiência administrativa e financeira, desenvolvimento tecnológico e científico, e o mais importante, **coesão moral**, estes fatores imponderáveis, são segundo o autor, particularmente significantes em tempos de paz quando se valoriza a maturidade política e a liderança moral. WIGHT apresenta um estudo de classificação das potências das nações segundo a acumulação dos diversos

---

<sup>140</sup> AMORIM (2008a) Entrevista ao jornal **Le Monde**.

fatores de poder, reconhecendo a dificuldade freqüente na delimitação das características entre uma classe e outra. Assim, uma **Grande Potência** tem interesses gerais, de abrangência global, possui poderes econômico, militar, diplomático e cultural suficientes para que suas opiniões sejam acatadas por potências menores ao invés de optarem por interesses próprios. Uma Grande Potência só pode ser derrotada por uma coalizão de potências. A partir de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas, os principais vencedores da Segunda Guerra Mundial, China, Estados Unidos, França, Grã Bretanha, e Rússia, assumiram a exclusividade na categoria de Grandes Potências e consignaram-se assentos permanentes com direito a veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, criando uma verdadeira Instituição dentro da Instituição. Diferente de outras circunstâncias históricas onde as nações dividiam-se entre Grandes potencias e "o resto" ou **Potências Menores**,<sup>141</sup> com a criação da ONU, tornou-se conveniente a aceitação de uma classe intermediária, a das **Potências Médias**, esta categoria é bastante mais difícil de definir ou delimitar, como será notado adiante. Outras conjunturas históricas levaram à caracterização especial de duas das Grandes Potências, pela capacidade bélica privilegiada, os Estados Unidos e a União Soviética passaram ser reconhecidas, a partir da década de 1950, como **Superpotências**. Após a auto-desintegração da União Soviética no início da década de 1990, o Ministro das Relações Exteriores da França difunde o neologismo **Hiperpotência** para enfatizar a supremacia dos Estados Unidos em todos os componentes do poder internacional.<sup>142</sup>

Na atualidade, o conceito de **Potências Médias** sofre diversas interpretações, as mais comuns englobam as nações com alguma capacidade de influência global, sem contudo, deter poder suficiente para serem consideradas decisivas às Relações Internacionais, ou para o exercício de uma dominação regional. Para muitos, os dois grandes derrotados da Segunda Guerra Mundial, Alemanha e Japão, apesar dos seus intensos desenvolvimentos são classificados como Potências Médias. No Continente Americano, são consideradas Potências

---

<sup>141</sup> Por exemplo, na Nova Ordem Mundial que nasce dos acordos de Paz após as Guerras Napoleônicas e contra-revolucionárias em 1815.

<sup>142</sup> v. VÉDRINE e MOÏSI (2001). Credita-se a Peregrine WORSTHORNE a introdução do conceito de Hiperpotência em "The Bush doctrine," **The Sunday Telegraph**, March 3, 1991.

Médias: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, México, e Venezuela.<sup>143</sup>

Outra classificação que destaca alguns países do resto, é a de **Potências Regionais**, aquelas que exercem influência no seu entorno geopolítico, assim a diferenciação com uma Potência Média se torna as vezes bastante crítica. Na América Latina são considerados Potências Regionais o Brasil e o México.<sup>144</sup> Existem numerosas razões para incluir o Brasil entre as Potências Regionais, como já fora mencionado é o quinto país com maiores extensão e população no mundo. É, dependendo dos critérios empregados, a décima primeira maior economia do planeta. Militarmente tem o décimo segundo maior orçamento, e o décimo oitavo maior contingente de forças armadas. E tem participado frequentemente em Missões de Paz da ONU, comandando desde 2004 a Missão no Haiti (MINUSTAH).<sup>145</sup> É o único país da América Latina com um porta-aviões na sua Marinha de guerra.<sup>146</sup> No campo da produção e comércio, o Brasil pertence ao Grupo dos 8 + 5,<sup>147</sup> os cinco países emergentes que participam de reuniões com o G8. Também, como será analisado adiante, o Brasil é uma das quatro nações pleiteando a reforma da Carta da ONU, para participar como Membro Permanente do Conselho de Segurança. O Brasil também é um dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) os quatro países emergentes que segundo as projeções da empresa de investimentos internacionais e consultoria Goldman Sachs poderão estar entre as maiores economias mundiais até o ano 2050.<sup>148</sup> Assim, é comum encontrar no discurso de autoridades internacionais (RICE, 2008), e na literatura acadêmica e especializada, referências ao Brasil como Potência Regional ou **Potência Global Emergente** (BANDEIRA, 2006, ZIBECHI, 2006, ALMEIDA,

---

<sup>143</sup> v. Média potência. In: WIKIPEDIA (2008e).

<sup>144</sup> v. HIRST e LIMA (2006). "O Brasil é considerado a potência regional da América do Sul, rivalizado apenas pela Argentina e pelo Chile". WIKIPEDIA(2008f).

<sup>145</sup> *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti*. Para uma visão detalhada da participação brasileira em Operações de Paz da ONU e da OEA ver AGUILLAR (2002) e WROBEL e HERZ (2002).

<sup>146</sup> A realidade operacional do NA-12 São Paulo, é questionável, sua construção foi iniciada há mais de 50 anos, e os caças no seu armamento são A-4 Skyhawk americanos comprados de terceira mão do Kuwait, também fabricados há mais de meio século.

<sup>147</sup> O G8 - Grupo dos Oito é um Foro internacional formado pelas potências econômicas: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia (A União Européia tem participação parcial). Recentemente França e o Reino Unido tem favorecido a expansão do Grupo incluindo Brasil, China, Índia, México, e África do Sul, (G8 + 5).

<sup>148</sup> GOLDMAN SACHS atua nos principais centros financeiros do mundo, inclusive no Brasil há mais de 17 anos. Ver também PURUSHOTHAMAN e WILSON (2003).

2007). Este conceito é definido pelo potencial de uma nação em tornar-se uma superpotência. Para alguns autores os quatro BRICs são considerados como prováveis superpotências emergentes, como também a União Européia.

Para VICENTINI (1998) as Potências médias procuram através de diversas estratégias e métodos, maximizar sua influência sobre países menores, minimizar a influência de Grandes potências e evitar o surgimento de outras Potências médias na sua área de atuação. Em outras palavras, repete-se no nível regional aquilo que é conhecido amplamente nos níveis superiores. Para o autor, o Brasil pretende com seu projeto Sul-americano influenciar as Potências menores da região, reduzir a ingerência dos Estados Unidos, e evitar que outros países como Venezuela e Argentina se tornem Potências regionais, envolvendo-as em instituições supra-nacionais onde o Brasil é protagonista.

É conveniente lembrar que estas classificações de Potência não se preconizam excludentes. Por exemplo, segundo o contexto analisado os Estados Unidos são: Hiperpotência, Superpotência, Grande Potência, e Potência Regional.

No campo da produção, o Brasil já é considerado por alguns, como o ex-Secretário de Estado Colin L. Powell, uma **Superpotência agrícola**, (ROHTER, 2007), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA tem recebido prêmios internacionais pelo desenvolvimento de conhecimentos para o aproveitamento agrícola de zonas antes consideradas impróprias, sendo considerada líder mundial em agricultura tropical, e modelo em biotecnologia e bioenergia.

Existem previsões que no século que inicia o Brasil se tornará uma **Superpotência energética**, na atualidade a Rússia e a Arábia Saudita são consideradas detentoras dessa classificação pelas vastas reservas de petróleo. No caso da segunda, tem praticado uma projeção de poder internacional como moderadora dos aumentos políticos dos preços do petróleo aumentando a produção. A Rússia pelo contrário, tem usado o fornecimento de gás e petróleo no Leste Europeu como instrumento de dominação sobre antigos satélites da

União Soviética, e como arma para exaurir as dissidências pelo sistema de *starve the beast*.<sup>149</sup>

O Brasil, na sua inclusão como Superpotência energética, tem diversas vantagens, não apenas está descobrindo novas reservas de petróleo e gás natural, e desenvolvendo *know-how*, inovação e tecnologia para prospecção e produção a grandes profundidades marítimas possibilitando a extração rentável, como também é pioneiro na diversificação das fontes energéticas renováveis. Na atual época de consciência ecológica é de extrema importância a substituição das fontes de energia poluentes como carvão, petróleo e gás, por fontes renováveis como o etanol de cana de açúcar, assim como a diversificação de fontes de biocombustíveis e biomassa, como o biodiesel extraído de cereais (soja), sementes (mamona, dendê, algodão, pinhão), e produtos animais (sebo). O Brasil também tem desenvolvido vastamente usinas hidroelétricas e está reativando a expansão do programa de usinas de energia nuclear. Também é significativa a expansão da energia termoelétrica utilizando gás importado da Bolívia. Apesar dos acentuados avanços na produção de energia, o Brasil ainda é dependente das importações nos setores de petróleo, gás natural, e carvão.

### **3.9 – A Inserção Internacional do Brasil**

Além de pertencer as principais organizações internacionais, a diplomacia brasileira se apresenta atuante em diversos setores visando a proteção de interesses nacionais, regionais e dos países em desenvolvimento como um todo. Em assuntos de Segurança Internacional o Itamaraty e o Palácio do Planalto tem-se dedicado insistentemente, aos temas de segurança cooperativa por Acordos, Tratados e políticas de redução das ameaças a paz, através das Instituições Internacionais. Iniciativas de banimento de armas nucleares no sub-continente, restrições a armas de destruição em massa, biológicas e químicas, oposição ao uso de minas terrestres, participação em Missões de Manutenção da Paz, (AGUILLAR, 2002; ALMINO, 2002; COSTA, 2002; MELLO, 2002; WROBEL e HERZ, 2002).

---

<sup>149</sup> Matar a besta (inimiga) de fome.



Contudo, as posições do Brasil em assuntos de Segurança continental, nem sempre foram particularmente coerentes como menciona OLIVEIRA (2005) comparando a atitude brasileira de oposição quando da Reunião da OEA em Punta del Este em 1962, que levaria a expulsão de Cuba da organização, durante o Governo Goulart e dentro do marco da Política Externa Independente (leia-se independência em relação aos Estados Unidos) e, por outro lado, a anuência em participar no comando da operação de paz na República Dominicana em 1966, para evitar o avanço do comunismo no Caribe.

Dentro das iniciativas brasileiras de maior participação, se destaca a procura por um Assento Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Conselho é uma Instituição dentro de outra Instituição com poderes de decisão e prerrogativa de veto, para garantir a preponderância dos principais países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Os membros permanentes são: a China, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e a Rússia.

Para conseguir a participação de novos membros permanentes no CSNU necessitar-se-ia uma modificação regulamentar. Com essa finalidade quatro países: a Alemanha, o Brasil, a Índia e o Japão formaram uma aliança *ad hoc*, o Grupo dos 4 (G4). Apesar de existir uma opinião global favorável a reestruturação da ONU, especialmente após as iniciativas do Milênio, a extensão do Conselho de Segurança apresenta diversas contestações, como também oposições pontuais para cada um dos diferentes candidatos. Assim, a República Popular da China se opõe à candidatura do Japão, os Estados Unidos não apóia a da Alemanha. A França e o Reino Unido aprovam a iniciativa do G4. Também existem dissidências regionais: o Paquistão se opõe ao ingresso da Índia, a Coreia do Sul ao do Japão, a Argentina ao do Brasil, e a Itália ao da Alemanha. A China e os Estados Unidos concordaram em bloquear a proposta do G4. Em 2006 o Japão retirou-se do G4, por discordar da nova proposta apresentada, voltando ao grupo no ano seguinte. O Brasil tem despendido grandes esforços diplomáticos nesta iniciativa, e participado de numerosas Missões de Paz da ONU, tendo comandado duas, na República Dominicana, e

atualmente no Haiti, esta deverá prorrogar-se por mais um ano, (SEITENFUS, 2000, CERVO, 2001, OLIVEIRA, 2005).

## Capítulo 4

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século recém passado foi cenário de uma das eras mais turbulentas e devastadoras da humanidade, passando em acelerada sucessão do Equilíbrio de Poder da Era dos Impérios Coloniais, para a Era das Guerras Mundiais, intermediadas pela Era dos Totalitarismos Nacionalistas na Europa e no Oriente, seguida da Bipolaridade da Guerra Fria felizmente não materializada em conflito armado entre as duas novas Superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, o advento da implosão da URSS, e como corolário o desaparecimento do regime comunista do Leste europeu, encerrando com o Pós-Guerra Fria, mais uma situação do que uma era propriamente dita, com uma única superpotência, os Estados Unidos, em posição inédita na História Contemporânea, e cornucópia para uma imensa literatura, muitas vezes precipitada e superficial no anseio de preencher um vácuo teórico provocado pelo repentino final do *status quo* da Guerra Fria. A este desenvolvimento histórico associou-se uma polarização ideológica sem precedentes, com influências doutrinárias político-econômicas *sui generis*, o conflito entre Capitalismo e Comunismo, comparável apenas com as mais acirradas guerras de religião.

Como foi dito, o presente trabalho, **O BRASIL e a Segurança no Cone Sul no Pós-Guerra Fria**, focaliza os desafios e oportunidades que se apresentam nesse contexto aos países da região do Cone Sul no período específico entre o final da Guerra Fria – Fim da década de 1980 e início da de 1990 – e o fim do primeiro mandato do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007).<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> A pesar da segunda Administração do Presidente Lula dar evidências de continuidade na gestão da Agenda Internacional do Brasil, para os propósitos deste trabalho, é preferível utilizar a gestão concluída no

A primeira parte apresenta o Sistema Internacional vigente logo após o Fim da Guerra Fria, onde o mundo exhibe disparidades evolutivas no desenvolvimento político e institucional em que regiões e continentes diferentes situam-se até mesmo séculos aparte no grau de internalização da maturidade política em relação aos seus pares. Mas este Sistema Internacional acreditava-se evoluía para uma situação **Pós-Histórica**, com desenvolvimentos, institucionais e normativos supra-nacionais, interdependência produtiva e comercial, paulatina disseminação mundial de ciência e tecnologia e seus benefícios, consciência social solidária, e de um *ethos* de abrangência global, dedicados precipuamente ao bem-estar do ser humano.

Este Sistema sofre uma significativa alteração como consequência das reações aos atentados terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Aspectos particulares do caráter preventivo, preemptivo e operacional da **Doutrina Bush** de Guerra, sem fronteiras, contra o Terrorismo exaurem o apóio global inicial à campanha punitiva contra o Afeganistão, e a continuação no teatro de operações do Iraque carece do entusiasmo e cooperação internacionais irrestritos. Desta forma, a prioridade principal da agenda internacional dos Estados Unidos concentra-se nessa guerra e nas alianças *ad hoc*, "Coalitions of the willing" para sustentar o esforço da sua legitimação.

#### **4.1 - América Latina, uma região negligenciada**

A América Latina passa, nesse contexto, de uma ilusão de protagonismo na agenda internacional do Presidente BUSH 43, alimentada pela primeira visita do mandatário excepcionalmente ao México, ao invés da tradicional visita aos aliados das democracias ocidentais da Europa, para uma realidade de retorno ao papel sempiterno de figurante nos bastidores do cenário da política internacional.

No tema da segurança, a aparente normalidade da região onde não

---

primeiro mandato, não mais sujeita a possíveis mudanças abruptas resultado de futuras variações nos sistemas internacional e/ou regionais.

se travam confrontos militares internacionais desde o conflito entre Equador e Peru (1995), disfarça uma realidade de uma das regiões do mundo com maior número de violência armada fora de países em guerra, e a existência de conflitos internos significantes, com grupos armados atuantes contra os governos de Colômbia e Peru, ambos vizinhos do Brasil. Também esconde uma incrementada aquisição de armamentos pesados, ocorrendo atualmente em diversos países da região, notadamente, Venezuela, Chile, Peru, Colômbia e Brasil.<sup>151</sup> Estes e outros importantes desafios a segurança na região merecem uma atenção premente.

Não cabe aqui discutir a Política Externa norte-americana e a origem da sua negligência em relação a América Latina, e nem mesmo se esta foi intensificada em épocas recentes pela constante animadversão de setores e governos do hemisfério em relação as iniciativas de Washington. Pode considerar-se mais propositiva a procura de percepções e soluções mais pragmáticas visando o benefício para todos pela colaboração, isto é de singular pertinência no campo da Segurança Cooperativa para esta tornar-se sustentável.

BARSHEFSKY e HILL (2008) publicam os resultados da Força Tarefa do *Council on Foreign Relations* para o estudo das relações dos Estados Unidos com o hemisfério, afirmando que América Latina nunca foi tão importante para os Estados Unidos quanto na atualidade. Para os norte-americanos a região é a principal exportadora de petróleo (30%) e forte associada para o desenvolvimento de combustíveis alternativos, é a parceria comercial com crescimento mais rápido e, do lado negativo, a maior fonte de origem de drogas ilícitas. Também é a maior fonte de imigrantes, lícitos e ilícitos. “Todo isto reforça a profundidade das ligações dos Estados Unidos com a região – sejam estas políticas, estratégicas, econômicas ou culturais – mas também provoca grandes preocupações” (p. XI).

Para essa Força Tarefa a era de dominação hegemônica dos

---

<sup>151</sup> O Brasil tornou ter os Estados Unidos como fonte dos seus principais sistemas de armamentos, LIPTON (2008).

Estados Unidos sobre a região terminou, e com a integração regional cada vez mais intensa dos países da América Latina a Força Tarefa recomenda um novo redirecionamento político norte-americano para reforçar os vínculos e capacitar uma ampla gama de interesses na região, que estendam as políticas anteriores focalizadas no comércio, na democracia e no combate ao narcotráfico, porque essas áreas, ainda que pertinentes, não mais esgotam as necessidades e interesses de ambos os lados. Para os autores, existem quatro áreas críticas que necessitam de implementação de políticas de cooperação: pobreza e desigualdade, segurança pública, migrações e segurança energética. Estes desafios requerem uma coordenação de instituições multilaterais, organizações da sociedade civil, governos e líderes locais na procura do progresso dos atores envolvidos. Concomitantemente, são promovidos os interesses dos Estados Unidos relacionados a garantia de estabilidade, prosperidade e virtudes democráticas no continente americano.

Programas de erradicação da pobreza e redução de desigualdades devem, segundo esse estudo, dirigir recursos diretamente a essa finalidade e ao fortalecimento de instituições, um dos meios é através da Conta para os Desafios do Milênio tanto nos países mais pobres como nas regiões mais carentes das nações em desenvolvimento. Uma estreita ligação com os programas dos governos locais exige a adequação da burocracia norte-americana e das instituições multilaterais. Outra peça importante na redução da pobreza tem uma função indireta pela aprovação de acordos bilaterais de livre comércio, dois deles com aprovação pendente no legislativo de Washington são com Panamá e Colômbia. Outros países mencionados no relatório são Equador e Bolívia.<sup>152</sup> Enquanto alguns dos países mais desenvolvidos da América do Sul apresentam entraves a um tratado regional de Livre Comércio, uma grande parte dos estados do continente tem assinado acordos bilaterais ou regionais com os Estados Unidos.

#### **4.2 - Cone Sul, uma semente para evolução política Latino-americana**

---

<sup>152</sup> Este relatório foi publicado antes dos recentes conflitos separatistas na Bolívia, e da expulsão do Embaixador dos Estados Unidos em La Paz, 11/09/2008. v. ROMERO (2008 a)

Na segunda parte do trabalho, caracteriza-se o Cone Sul das Américas como região de peculiar desenvolvimento político-social e econômico, quando comparado com o resto das Américas,<sup>153</sup> com tradições e instituições experientes e competentes para contornar o problema do abandono internacional em matéria de segurança regional, e a possibilidade de tornar-se um núcleo de cristalização na consolidação de políticas e estratégias de promoção de democracia e segurança para a América Latina que, como um todo, apresenta um grau de politização avançada em DEMOCRACIA ELEITORAL, que não é acompanhado por uma DEMOCRATIZAÇÃO CIDADÃ – o conhecimento e exercício dos direitos e deveres democráticos pelos seus habitantes, pelas instituições e pelo convívio internacional regional. Também não acompanhou uma *accountability* de instituições numa concepção democrática.

#### 4.3 - Brasil, um peso específico não internalizado

A preponderância do Brasil na região é vastamente divulgada, contudo, a aceitação pelos pares é certamente reduzida e/ou obstaculizada no âmbito dos foros internacionais. Esta é uma idéia que já fora expressa de longa data, Lysias RODRIGUES escrevera em 1947 “[...] ao Brasil cabe o papel de coordenador, sendo indiscutivelmente o ‘pivot’ em torno do qual tem de gerar todos os problemas deste continente sul-americano”.<sup>154</sup> Parece que, passadas mais de seis décadas, a disparidade do peso específico continua a preocupar os vizinhos no sentido de poder perder o controle. Isto introduz um problema semântico para conseguir-se uma denominação adequada a categoria de relacionamento do Brasil com outros Estados da região. Se por um lado o peso específico brasileiro, em relação aos seus vizinhos é de incontestável superioridade em praticamente todas as manifestações do **Hard power** - militares, econômicas, de capacidade de mobilização, a Vontade Nacional para

---

<sup>153</sup> A Argentina, o Brasil e o Chile tem sido, junto com o México, pólos de atração para a formação profissional e especializada na América Latina, com a conseqüente promoção do *Soft power* do Cone Sul. Neste sentido está em andamento o projeto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, com sede em Foz Iguaçu, com capacidade para 10.000 alunos, metade dos quais serão brasileiros e a outra metade latino-americanos.

<sup>154</sup> Apud MELLO (1997, p. 90).

seu exercício não se apresenta compatível com o compromisso histórico da magnitude desse peso específico. Para KAGAN (2008b) as próximas décadas serão caracterizadas pela competição entre potências, nesse contexto cabe ao Brasil um papel proeminente desde que seus poderes econômico e energético se traduzirão em poder político internacional, o autor prevê a participação do país na nova organização a Liga das Democracias que complementaria a ONU na promoção de uma nova ordem internacional com ideal democrático. Enquanto, na maior parte do mundo, a agenda de segurança tem predominado nas Relações Internacionais dos últimos tempos, percebe-se em declarações do atual Ministro das Relações Exteriores brasileiro que o foco da atual Administração centra-se na tentativa de ressuscitar a recém fracassada Rodada de Doha para o regimento do comércio internacional, na Integração Sul-americana (UNASUL), e na promoção do Multilateralismo nos foros internacionais.<sup>155</sup> Concomitantemente, a América do Sul afastada dos principais conflitos internacionais, e portanto fora da esfera de interesses primários das Grandes Potências, é contaminada por crescentes atividades delinquentes armadas do crime organizado, do narcotráfico, e de atividades sediciosas de guerrilhas em Colômbia e Peru. Existem, outrossim, potenciais problemas de disputas territoriais entre vários vizinhos do Brasil, provável origem de um notável aumento de compras de material bélico para as Forças Armadas na região. Portanto, existe a necessidade e a oportunidade de um papel mais destacado do Brasil nos assuntos de segurança da região.

Um novo desenvolvimento em matéria de segurança regional, de características e reações ainda indefinidas é a re-ativação em julho de 2008 pelos Estados Unidos da IV Frota da Marinha de Guerra, desmobilizada há 58 anos, que tem como teatro de operações o Atlântico central e sul e o Caribe.<sup>156</sup> Alguns analistas interpretam esta medida pelas suas conotações políticas reafirmando que os Estados Unidos não abandonaram a América latina, nem a deixaram de considerar sua área de influência, podendo estar relacionada à

---

<sup>155</sup> AMORIM (2008 a, b).

<sup>156</sup> v. OLIVEIRA e col. (2008). A IV Frota organizada durante a Segunda Guerra Mundial em 1943, para defender a navegação comercial de ataques de submarinos alemães em regiões do Caribe e do Atlântico, fora desativada em 1950, tendo sido estas áreas incorporadas às operações da Segunda Frota. A reativação tem como objetivo manifesto inibir o contrabando, o narcotráfico, e o terrorismo. Não tendo uma esquadra naval fixa, começou operar com 12 navios com o navio insígnia porta-aviões George Washington.



formação, incentivada pelo Brasil, de um Conselho de Defesa da América do Sul relacionado a formação da UNASUL. Os protestos indiretos na Reunião do Mercosul em Tucumán (Argentina) em julho de 2008, e a disposição do Presidente Lula de pedir explicações ao Departamento de Estado, são exercícios retóricos, desde que nada impede, dentro do Direito Internacional, que os Estados Unidos exerça sua soberania, se limitado às águas internacionais.<sup>157</sup>

Outro assunto de particular importância para o Brasil é a implementação da nova **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa**, que deveriam ser divulgadas no início de setembro de 2008, até a última semana desse mês o projeto teria sido encaminhado pelo Presidente ao Conselho Nacional de Defesa para consulta,<sup>158</sup> e sua publicação ficou postergada *sine die*. Para BASTOS (2008) esse plano ambicioso viria “inserir o país num patamar de grande importância no contexto regional”, e melhorar sua projeção internacional. A **PND** instrumentada pela **Estratégia** tornaria viáveis os Objetivos Nacionais de Defesa, isto é:

- 1 – Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.
- 2 – Defender os Interesses nacionais e as pessoas, os bens, e os recursos brasileiros no exterior
- 3 – Contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais
- 4 – Promover a estabilidade regional
- 5 – Contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais
- 6 – Intensificar a projeção do Brasil no conserto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais
- 7 – Manter as Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas
- 8 – Conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País.

Este Plano antes de ser publicado já era alvo de severas críticas. **O Estado de São Paulo** (2008) afirmava que é um plano inexecutável, a elevação do orçamento militar de 1% do PIB para 2,5%, sem corrigir os

---

<sup>157</sup> Seria paradoxal que como consequência o Brasil inicia-se um movimento armamentista, desde que recentemente tornara a parceria militar com os Estados Unidos como maior fornecedor de armamentos pesados, v. LIPTON (2008).

<sup>158</sup> O Ministro de Defesa Nelson Jobim preside o CND interministerial, fundado em 2007 para desenvolver a Estratégia Nacional.

problemas estruturais das Forças Armadas não as tiraria da situação de virtual penúria.<sup>159</sup> Estão desaparelhadas não é por falta de dinheiro, tem a segunda maior parcela do Orçamento da União, abaixo apenas da Saúde. O problema é que as despesas com pessoal, na ativa e na reserva, absorvem aproximadamente 80% do total, não sobrando o necessário para compra de armas e o treinamento. BASTOS (2008) lembra entre as Ações Estratégicas para conseguir os Objetivos Nacionais da Defesa, contribuir para a manutenção da estabilidade regional e para o aumento da capacidade de projeção de poder no concerto das nações. Também, promover a Inserção Internacional participando no processo de decisão do futuro da região Antártica. Estas duas Ações podem atrair reações negativas entre os países vizinhos. Este autor cita a existência de muitas outras condições negativas que não são consideradas no Plano, entre as mais importantes, não se especificam as fontes dos recursos a serem alocados, e não se menciona a necessidade de homogeneização de equipamentos entre as três armas.

Outros desenvolvimentos na Política internacional da região são fontes de preocupações e oportunidades, em setembro de 2008 os governos de Bolívia e Venezuela expulsaram os respectivos Embaixadores dos Estados Unidos, acusando-os de ingerência indevida nos assuntos da política interna desses países.<sup>160</sup> O Presidente Lula, apresou-se para defender a Morales afirmando: “é famosa a interferência” das embaixadas dos Estados Unidos no “continente americano”, alegando que o Brasil respeita a soberania dos povos, mencionando que em uma oportunidade quando a Embaixadora Americana em Brasília, Donna Hrinak, respondeu em um jornal a uma crítica que Lula teria feito ao Presidente Bush, mandou “o Chanceler Amorim chamá-la e dizer que não era admissível dar palpite sobre a entrevista do Presidente da República”, em dispensável gesto, onde se proíbe aos outros o direito de resposta, ou de

---

<sup>159</sup> Grifo nosso.

<sup>160</sup> ROMERO (2008 a, b).

defesa. O jornal não informa, se Lula teria comentado qual foi a resposta recebida dos Estados Unidos e/ou da sua representante.<sup>161</sup> Equador anunciou que não renovaria o tratado militar com Estados Unidos para o emprego de base para o combate ao narcotráfico, Colômbia o maior aliado dos norte-americanos na região recusou-se a aceitar o traslado da base militar norte-americana de Equador para esse país, talvez como consequência da recusa do Congresso norte-americano de aprovar o tratado bilateral de comércio entre os dois países. Nessa conjuntura a Força Tarefa do *Council on Foreign Relations* recomenda, entre diversas outras políticas, uma ampliação do relacionamento diplomático com o hemisfério dando ênfase a quatro temas: 1 - Aprofundamento das relações com o Brasil por sua incrementada importância não apenas regional como também global, incentivar a colaboração energética na área de combustíveis renováveis, "Uma área crucial de parceria é a segurança regional" (p.69), expandindo os atuais esforços para manutenção da paz, ampliando a cooperação em segurança. Iniciativas conjuntas na luta contra o narcotráfico, colaboração para resolver as negociações estagnadas da Rodada de Doha, e parcerias para obter vantagens econômicas e ambientais mútuas em assuntos de mudanças climáticas e energia. 2 – Fortalecer a cooperação com o México, um dos países mais importantes para a segurança dos Estados Unidos, e o terceiro maior parceiro comercial (após Canadá e China), o terceiro fornecedor de petróleo, e origem de mais de 65% dos 45 milhões de latino-americanos e seus descendentes nos Estados Unidos e o maior incremento atual de estrangeiros, lícitos ou ilegais.<sup>162</sup> 3 – Relacionar-se com a Venezuela através de Instituições multilaterais, levando em séria consideração as políticas anti-americanas do Presidente Chávez, e seu potencial desestabilizador para a América Latina. Apesar da opinião popular desfavorável na América Latina demonstrar que

---

<sup>161</sup> v. NOSSA e MONTEIRO (2008).

<sup>162</sup> Além do mais, como enfatiza HUNTINGTON (2004), são os imigrantes mais resistentes a abandonar seus costumes, tradições, religião e cultura no processo de integração na *American Way of Life*.

aproximadamente 75% dos brasileiros, chilenos e peruanos duvidam que Chávez esteja fazendo a “coisa certa” em assuntos internacionais. Em setembro de 2008, o governo venezuelano expulsou os representantes da ONG *Human Rights Watch* devido a um relatório desfavorável ao Governo Chávez: **A Decade under Chávez: Political Intolerance and Lost Opportunities for Advancing Human Rights in Venezuela**.<sup>163</sup> Outro fator de preocupação é o estreitamento de relações militares de Chávez com a Rússia, e o propósito de desenvolvimentos em energia nuclear, paradoxalmente o governo de Caracas é o mais ferrenho adversário das fontes de energia renovável alegando, sem fundamentos, suas implicações sociais e ambientais. 4 – Abertura de canais formais e informais no relacionamento com Cuba para alavancar a mudança do regime comunista.

#### **4.4 –SOFT POWER, o início do conceito de SMART POWER**

O conceito de *Soft power* segundo NYE é de imprescindível consideração no Sistema Internacional atual, não apenas para os Estados Unidos foco principal dos seus trabalhos, mas para quaisquer nações com ambições de protagonismo, mesmo sendo este regional. Mas o *Soft power* não acontece ou é exercido isoladamente, sempre está acompanhado do *Hard power* a preponderância militar, econômica, que enseja gratificações ou punições aos aliados ou adversários respectivamente. Nas Relações Internacionais da atualidade, que ainda não superaram o **Fim da História**, a dosagem apropriada a circunstância, de ambos, é agora definida como **Smart power**. É inconcebível no mundo atual a possibilidade de exercício propositivo de *Soft power* por uma nação carente de *Hard power*, como também é ilusório acreditar em benefícios sustentáveis sem o ajuste adequado do *Smart power*. Sob a luz de novos acontecimentos protagonizados pela Rússia, JOFFE (2008) lembra que enquanto o Ocidente celebra o *Soft power*, Putin retornou ao exercício do *Hard power* para intimidar seus vizinhos e satélites de outrora utilizando o suprimento de gás para ameazá-los. O que poderá ser chamado da

<sup>163</sup> Ver HUMAN RIGHTS WATCH (2008), e SCHELP (2008).

Doutrina Putin, “uma vez russo, russo para sempre”,<sup>164</sup> foi usado para justificar a intervenção armada na Geórgia em agosto 2008, à guisa de proteger minorias russas perseguidas na Ossétia do Sul e Abkházia, regiões com populações de origem russo.<sup>165</sup>

NYE introduziu o conceito de *Soft power* no fim da década de 1980, e insinuou pela primeira vez o de *Smart power* no seu livro **Soft Power** (2004a) como a capacidade de apreender melhor como combinar *Soft* e *Hard powers*. Para o autor, o instrumento fundamental para promoção do *Soft power* é a **Diplomacia pública**, que compreende os procedimentos utilizados por um governo nacional para cativar pela sua *virtú* cidadãos ou grupos, de outros Estados para apoiar os interesses nacionais do Estado promotor desse tipo de Diplomacia. Conquistando a opinião pública estrangeira facilita a afinidade entre governos, desde que outro governo preferirá representar a opinião dos seus súditos. Os métodos para conseguir esses fins baseiam-se na comunicação de massas, na publicidade extensiva das qualidades e valores dignos de emulação. Na Era da Informação, os recursos disponíveis para esse objetivo são cada vez maiores e mais eficientes. Na Sociedade em Rede, com as técnicas continuamente aprimoradas e a conectividade cada vez mais abrangente o desempenho é mais frutífero. A Diplomacia pública tem, portanto, como meta familiarizar os habitantes de outros países com as políticas relevantes do país que deseja promovê-las dentro do escopo dos valores da sua sociedade.

O conceito de *Smart power* atinge um destaque especial com a formação em 2006 da **Comissão de Smart power** do *Center for Strategic and International Studies*, liderada por Richard L ARMITAGE e Joseph NYE Jr. este Centro é um grupo epistêmico bipartidário e sem fim lucrativo baseado em Washington DC, que oferece visões estratégicas e soluções políticas práticas para tomadores de decisão. A equipe do Centro conta com centenas de funcionários em dedicação exclusiva e ampla rede de *experts* colaboradores relacionados aos temas de defesa e segurança.

---

<sup>164</sup> Parafrazeando a Doutrina Brejnev: “uma vez socialista, socialista para sempre”.

<sup>165</sup> v. MACSHANE, Denis (2008).

#### 4.5 - O Paradoxo da Diplomacia Presidencial brasileira.

O Brasil, e em particular o Presidente Lula recebem uma destacada aprovação popular internacional na América do Sul, sendo Lula detentor da melhor colocação entre os Líderes estrangeiros (entre 2005 e 2007) **Latinobarômetro** (2007). Também, internamente o Presidente Lula usufruiu de uma popularidade sem precedentes com aprovação recorde de 80% (2008).<sup>166</sup> Paradoxalmente na mesma edição do jornal paulista que apresenta essa informação, duas outras notícias contrapõe-se a credibilidade merecida: 1 – “Lula muda discurso sobre a Crise”, depois da rejeição do pacote de auxílio financeiro a bancos e empresas imobiliárias proposto pela Administração BUSH 43, na primeira votação do Congresso dos Estados Unidos,<sup>167</sup> o Presidente Lula que horas antes tinha bradado sobre a “blindagem” econômica do Brasil, que não seria afetado pela crise internacional, mudaria o discurso, passando de início subestimar os efeitos, seguindo logo depois com uma escalada de preocupação. A falta de coerência reflete ou a incompreensão da realidade ou uma propositada desinformação à opinião pública.<sup>168</sup> 2 – Na página 1 B em matéria intitulada “Pacote nos Estados Unidos é rejeitado e Bovespa despenca 9,36%” no mapa apresentando o efeito sobre as bolsas mundiais nota-se que em 29/09/2008, a Bolsa de São Paulo foi a MAIS AFETADA no mundo, apresentando quedas maiores até mesmo que as principais bolsas dos Estados Unidos (1º Bovespa [Brasil] -9,36; 2º NASDAQ [New York] -9,14; 3º SP500 [New York] -8,79; 4º Amsterdã -8,75; 5º Buenos Aires -8,68; 6º Dow Jones [New York] -6,98; 7º Santiago [Chile] -5,64.<sup>169</sup>

É notável o tratamento que a imprensa brasileira dá o se exime de dar às falhas e reveses da Política Internacional brasileira, criando ou promovendo uma opinião pública de “*whishful thinking*”, e uma apreciação

<sup>166</sup> v. BRAMATTI, **Jornal da Tarde**, 30/09/2008. p. 13 A.

<sup>167</sup> Um pacote mais abrangente e com maiores recursos fora aprovado no Senado e no Congresso norte-americanos, e sancionado pela Casa Branca, dias depois.

<sup>168</sup> v. **Jornal da Tarde**, 30/09/2008. p. 3 B. Enquanto a notícia sobre a aprovação de Lula merece artigo assinado com manchetes de 4 colunas, e a da queda da Bovespa matéria também assinada e ilustrada de primeira página completa do caderno “Seu Bolso”, a incoerência do discurso do Presidente Lula é tratada em notícia sem autoria ocupando menos de meia coluna em página interna. Para uma versão mais verossímil ver CABRAL e BORSATO (2008).

<sup>169</sup> v. CASTRO (2008). **Jornal da Tarde**, 30/09/2008. p. 1 B.

deturpada da realidade do desempenho de personagens e instituições. Com raras exceções de críticas fugazes e curtos comentários, a impressão que se passa é de um sucesso incontido das políticas e da agenda internacional de Brasília. Existe uma dicotomia artificial sobre a verdadeira direção das tomadas de decisão em assuntos sobre o exterior, a Política Internacional brasileira tradicionalmente regida e administrada sob a égide do Ministério das Relações Exteriores, o consagrado Itamarati, sofre uma disputa de poder sem precedentes, pelo menos na história contemporânea, de parte da Assessoria especial de Relações Internacionais do Presidente da República. Em assuntos pertinentes a América Latina os conflitos são ainda mais acirrados. Como provável conseqüência, a imagem política do Estado brasileiro perante outros governos, instituições internacionais e a academia do exterior nunca esteve tão fragilizada. São incontáveis as situações onde o Brasil sofre prejuízos e humilhações sem precedentes, e a Diplomacia Presidencial enfraquece e sofre de desprestígio nas relações inter-estatais, num momento onde deveria de aproveitar oportunidades e desafios para promover o **Soft power**, materializar as vantagens do **Hard power**, e colocar para o benefício da região o exercício do **Smart power** com possibilidades de promoção do bem-estar comum aos seus habitantes.

Há uma disparidade inexplicável entre a Diplomacia Presidencial que critica contumaz e perenemente as grandes potências, os maiores parceiros comerciais, os maiores investidores diretos de capital, os países sede das maiores indústrias atuantes no Brasil, e as maiores fontes de auxílio internacional para este país. Por outro lado, e com a quase total negligência dos meios de comunicação, o Governo e empresas estatais e privadas brasileiros auferem perdas econômicas constantes e freqüentes no seu relacionamento com países vizinhos, sem receber nada em troca. A atual Administração Lula só agora começa ser criticada na mídia, mesmo que levemente, por promover os interesses de outros países com explicações e justificativas em detrimento dos Interesses Nacionais, dos Interesses Nacionais Permanentes, dos ordenamentos da Constituição Brasileira, e das mais variadas leis, e das Política e Estratégia Nacionais de Defesa. TEIXEIRA (2008) intitula a situação no artigo **Pode bater que o gigante é manso**. O mesmo Presidente Lula que disse que iria reclamar

com o Governo dos Estados Unidos porque o Presidente BUSH 43 não deu satisfações sobre a situação econômica do seu país em discurso na ONU em 2008, que convocará a Ministro das Relações Exteriores norte-americana para explicar porque seu Governo re-ativou a IV Frota da U.S. Navy, esse mesmo mandatário justifica e explica mansamente as razões que teriam os Presidentes de países vizinhos, para não cumprir acordos de energia, não pagar dívidas, expropriar ativos de empresas públicas e privadas brasileiras no exterior, impedir o acesso do Brasil a livre concorrência em negócios de energia, etc. etc.

A pesar do Presidente Lula ser ícone da esquerdização da América do Sul e, como mencionado, ser o líder estrangeiro melhor considerado em pesquisa de opinião, por outro lado é precisamente nesses governos de esquerda que encontra os maiores problemas e prejuízos para o Brasil. Em rápida seqüência de acontecimentos: Chávez da Venezuela, que recebera o apoio do Lula – combustíveis, alimentos e empréstimo de técnicos da Petrobrás - quando sofreu uma Greve geral de vários meses,<sup>170</sup> e suporte político quando da tentativa de Golpe de Estado em abril de 2002,<sup>171</sup> hoje obstaculiza a venda de automóveis brasileiros no seu país, critica ferrenhamente o uso de combustíveis renováveis – sendo o Brasil o produtor de ponta mundial de álcool da cana de açúcar, e boicota as tratativas dos seus “aliados” com o Brasil referentes a implantação de programas de combustíveis renováveis. Morales da Bolívia, para amainar os problemas separatistas pelas mudanças legislativas que introduzira, utiliza o Brasil como ameaça externa, invade usinas da Petrobrás, aumenta o preço do gás exportado e ainda ameaça que a Reforma Agrária iniciará pelo confisco de terras de brasileiros. Lugo do Paraguai, antes de ser empossado já adiantava que romperia os contratos sobre fornecimento de energia elétrica de Itaipu para o Brasil para aumentar os preços. Aproveitando essa situação, de paralisa do Governo brasileiro na defesa dos seus interesses e os dos seus cidadãos, Correa do Equador expulsa uma construtora brasileira, e ameaça fraudar o pagamento do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo brasileiro

---

<sup>170</sup> Na época a representação diplomática brasileira em Caracas e escritórios consulares em outras cidades receberam ameaças de bombas e, em várias ocasiões, precisaram ser evacuados, casos inéditos na história diplomática da nação.

<sup>171</sup> v. BUJA (2002).



(BNDS). Perante essas, e incontáveis outras situações, o Governo Lula é tolerante e omissivo, justifica com anedotas de problemas familiares de irmãozinhos rebeldes, e ajuda a incrementar o desprestígio internacional que para *experts* como Allen Weiner, de Stanford, tende naturalmente a aumentar.<sup>172</sup> Para Maristela Basso, professora de Direito da USP, “É preciso deixar de considerar esses presidentes como amigos camaradas para vê-los como realmente são, chefes de estado que subvertem o estado de direito”.<sup>173</sup> Nessa conjuntura, resulta inexplicável que a academia, a imprensa, as instituições não governamentais, as agremiações políticas, e a população medianamente informada não exerçam seus deveres da Democracia Cidadã para exigir atitudes de cumprimento das leis e para investigar se existem motivos de prevaricação e/ou corrupção para as violências constantes a que é submetido o Estado de Direito.

#### 4.6 - Um presente mais seguro?

Na civilização atual, movida a RESULTADOS, a indagação pertinente está relacionada a PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA de indivíduos e Estados. O fato de ser esta um fenômeno de difícil aferição não invalida sua influência sobre o bem-estar. Com o predomínio dos problemas de terrorismo na visão internacional de segurança,<sup>174</sup> seria temerário afirmar categoricamente que de alguma forma o mundo está definitivamente mais seguro, no Capítulo 1 demonstrou-se que após os atentados de 11 de setembro de 2001, houve um controle das atividades terroristas no território dos Estados Unidos, evitando-se novos atentados. Para ROSS (2008 p.2), “o mundo está, de longe, mais pacífico hoje do que era 15 anos atrás, existiam 17 grandes guerras civis – ‘grande’ significando que provocam mais de 1000 mortes por ano – por volta do fim da Guerra fria, em 2006 eram apenas 5”, no mesmo período os conflitos menores foram reduzidos de 33 para 27. Paradoxalmente, os conflitos tem aumentado em países produtores de petróleo.

Em 2006, o *Center for American Progress* e a revista **Foreign**

<sup>172</sup> Apud TEIXEIRA (2008).

<sup>173</sup> Apud TEIXEIRA (2008, p. 119).

<sup>174</sup> v. WHITE (2008), Gates Sees Terrorism Remaining Enemy No. 1.

**Policy** introduzem o **Índice de Terrorismo**, uma pesquisa de opinião realizada junto a mais de uma centena de *experts* de política internacional da América do Norte, numa amostragem calibrada para compensar as filiações Republicanas ou Democráticas. Em 2006, 2007 e 2008,<sup>175</sup> os *experts* responderam, entre outros, aos seguintes quesitos:

“Acredita que o mundo está se tornando mais seguro ou mais perigoso para os Estados Unidos e seus cidadãos?”

	2006	2007		2008
		Fev.	Set.	Mai
Muito ou um pouco mais seguro	10%	12%	2%	15%
Muito ou um pouco mais perigoso	86%	81%	91%	70%

Na percepção dos *experts* o mundo estava tornando-se mais perigoso para os Estados Unidos com o recrudescimento das ações terroristas no Iraque na segunda metade de 2007, o aumento de tropas combatentes norte-americanas (*the surge*) ainda não tinha surtido efeito, e as novas estratégias do comandante militar no teatro de operações Gen. David Petraeus, um estrategista, a maior autoridade norte-americana em táticas de contra-insurgência, com Doutorado em Política Internacional pela Universidade de Princeton, com uma equipe inovadora de teóricos de planejamento estratégico, começavam ser implementadas. Na pesquisa de maio de 2008, como consequência dos resultados militares no Iraque, uma nova onda de otimismo envolve não apenas a população, mas até mesmo a Academia e os *experts*. Já se cogita a redução de tropas nesse país e se inicia uma ativação da campanha no Afeganistão. Em 2007, quase 90% dos *experts* acreditavam que o aumento de tropas tinha obtido um efeito positivo para a segurança do Iraque, quase 70% apóiam a redução das tropas nesse país e o mesmo número concordam com a transferência dessas forças para o Afeganistão. Para 55% dos entrevistados, em 2008, as redes terroristas estão aumentando, isto é uma significativa redução dos 83% do ano anterior.

<sup>175</sup> V. CENTER FOR AMERICAN PROGRESS – FOREIGN POLICY (2006, 2007, 2008).

“Qual a maior ameaça individual à Segurança Nacional dos Estados Unidos?”  
(2006)

Materiais nucleares/Armas de destruição em massa	47%
Al Qaeda/ Terrorismo	32%
As políticas do governo Bush	14%
A Guerra no Iraque/Os conflitos no Oriente Médio	9%
Declínio econômico	5%
Irã	4%
Dependência do petróleo	3%

Comparando as respostas dos *experts* com várias pesquisas de opinião junto à população,<sup>176</sup> os resultados são surpreendentemente diferentes.

“Os Estados Unidos estão vencendo a Guerra contra o Terrorismo”

	2006		2007		SIM	2008	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO		NÃO	NÃO SABE
<i>Experts</i>	13%	84%	6%	84%	21%	70%	9%
População	56%	41%					

“É provável um grave ataque terrorista aos Estados Unidos no próximo ano?”  
(2006)

	Provável	Improvável
<i>Experts</i>	35%	62%
População	66%	33%

Contudo, autoridades em inteligência, afirmam que é de se esperar algum tipo de atividade terrorista da Al Qaeda nas vésperas das eleições presidenciais nos Estados Unidos em novembro de 2008, visando algum tipo de influência nos resultados.<sup>177</sup> Assim, o destino reservado as próximas semanas podem modificar essa sensação de vitória da Guerra contra o terrorismo no “*front*” interno. ERVIN (2008) ex-Inspetor Geral Do *Homeland Security Department* (2003-04), lembra que o primeiro atentado a bomba contra o *World Trade Center* aconteceu um mês após a posse de Bill CLINTON, o 11 de

<sup>176</sup> v. **Foreign Policy** – Center for American Progress (2006 p. 52).

<sup>177</sup> Em agosto 2008, foram interceptadas pela inteligência norte-americana, diversas comunicações entre militantes da Al Qaeda insinuando que estão preparando a “Surpresa de outubro de Bin Laden”, esta ocorrerá após os atentados a bomba no Hotel Marriot de Islamabad (Paquistão) em 21/09/2008, e uma semana antes na Embaixada dos Estados Unidos em Sa’naa (Iêmen). v. LAKE (2008).

setembro no primeiro ano do governo BUSH 43, as bombas no Metrô de Madri em 2004 nas vésperas de uma eleição, o que acabou favorecendo a oposição, os atentados em Londres e Glasgow em 2007 ocorreram no início do Governo do Primeiro Ministro BROWN. Dessa forma o início do mandato do próximo Presidente dos Estados Unidos pode estar sujeito a atentados terroristas. O autor cita que, segundo agências de inteligência, Al Qaeda está na atualidade mais forte que em qualquer outra época desde 11 de setembro, e critica os dois principais candidatos por não tratarem publicamente sobre as medidas necessárias para analisar o tratamento dado à segurança pela Administração BUSH 43 e para corrigir as deficiências existentes.

#### **4.7 - Um futuro mais incerto?**

No mundo globalizado e globalizante, a percepção de segurança está certamente supeditada pela redução dos advérbios de tempo e espaço ao seu mínimo possível denominador: AQUI e AGORA. Com a fenomenologia da informação uma porção crescente da população tem acesso a pletora de conhecimentos "on real time" participando dos eventos da humanidade enquanto esses se desenvolvem. Se, de um lado, isto leva à consciência possibilística perturbadora, de outro com uma gestão adequada fornece dados relevantes para uma avaliação probabilística mais compatível com a realidade, e portanto, frequentemente fundamental para redução de angústias e ansiedade.

O centro focal das atenções sobre a Segurança Internacional continua colimado nas ameaças a principal origem do suprimento mundial de energia fóssil, o Oriente Médio. A Guerra contra o Terrorismo, não apenas domina a maioria dos recursos destinados a área, como também é fonte de três gerações de análises e analistas com visões intensamente mutantes. A euforia e o triunfalismo acompanharam a primeira parte da Guerra, as campanhas de derrocada do Taliban no Afeganistão em poucos dias, e a curta guerra de três semanas para a derrota de Saddam Hussein estimularam uma Primeira geração a produzir uma abundante literatura otimista, entre muitos outros que elogiaram o estonteante poder militar dos Estados Unidos (e seus aliados)

encontram-se KEEGAN (2003), ZINMEISTER (2004), WEST (2008), e as primeiras obras de WOODWARD (2003, 2004) antes da sua desilusão e repulsão dessa guerra, WOODWARD (2006, 2008). Uma Segunda Geração, motivada pelos insucessos da ocupação de 2004 a 2007, pelo elevado número de baixas entre as forças da "coalition of the willing", pelos custos, e pela desesperança em soluções a curto prazo, tornou-se severamente crítica ao Governo dos Estados Unidos, demonizando meios operacionais, a falta de planejamento da ocupação, o insucesso de encontrar o motivo principal da guerra – a existência de armas de destruição em massa, acusando o uso de crimes humanitários, e levando, indiretamente, ao afastamento do Governo dos mais acirrados "falcões" da primeira Administração BUSH 43.<sup>178</sup> Entre os analistas críticos dessa fase encontram-se PACKER (2005), RICKS (2006), CHANDRASEKARAN (2007), GORDON e TAINOR (2007), e a segunda fase, já mencionada de WOODWARD. Alguns participantes das tomadas de decisões, que se afastaram do Governo também publicaram suas críticas como por exemplo, CLARKE (2008), e FEITH (2008). Atualmente, com a evidente melhoria da situação de segurança no Iraque, após a re-estruturação estratégica e o aumento de 5 brigadas de combate no início de 2007, e um comando militar bem sucedido do General norte-americano David Petraeus, está surgindo uma Terceira Geração de analistas e análises, se não tão empolgada quanto a Primeira, na realidade muito otimista e esperançosa com as perspectivas do futuro militar e político da região, embasado no desenvolvimento da eficiência das instituições iraquianas e no sucesso militar das mudanças estratégicas dos dois últimos anos, destacam-se nesta Geração os trabalhos de YON (2008) e ROBINSON (2008) ambos com trabalhos realizados *in loco*.

Num final de ano de 2008 com eleições presidenciais nos Estados Unidos, com resultados ainda indefinidos, e perante uma perturbadora situação econômica, HOLBROOKE (2008) afirma que o próximo presidente enfrentará um conjunto de desafios internacionais mais difíceis do que os de qualquer outro antecessor desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, como sói acontecer, os especialistas concordam que indiferentes ao resultado vencedor

---

<sup>178</sup> Entre os principais, Rumsfeld, Wolfowitz, Feith, Bremmer.

de John McCain (Republicano) ou Barack Obama (Democrata), as linhas básicas da política internacional não sofrerão alterações significantes. Porém, para retornar à liderança mundial que tinha no passado, o novo Governo de Washington precisará corrigir duas fraquezas atuais: a economia doméstica, e a reputação internacional. Para BIDDLE, O'HANLON e POLLACK (2008) a situação da segurança no conflito no Iraque, o maior envolvimento militar atual dos Estados Unidos, tem melhorado significativamente permitindo o melhor prognóstico em vários anos, se assim continuar as forças militares norte-americanas poderão ser reduzidas até a metade de 2011, sem arriscar a estabilidade de uma segurança sustentável. KAGAN (2008 a) salienta que as democracias, inclusive os Estados Unidos, necessitam redescobrir que a progressão para um mundo com uma ordem liberal mais aperfeiçoada depende não apenas da vontade popular e de legislação internacional, mas também de potências poderosas que possam apoiá-la e defendê-la.

Na América Latina o futuro próximo é paradoxal, para CASTAÑEDA (2008 a), o Presidente BUSH 43 tem-se tornado o mandatário norte-americano com pior popularidade na história recente, a pesar de ter sido o menos intervencionista e menos agressivo na região, na história recente. Como consequência seu sucessor terá uma oportunidade única de mudar a relação com o hemisfério, quatro desafios se destacam: o que fazer com a transição em andamento em Cuba, como processar reformas na imigração (o assunto mais importante nas relações com pelo menos uma dúzia de países), como proceder com o crescimento das duas esquerdizações da América Latina, e finalmente, como honrar as promessas de campanha simultaneamente a um aumento dos acordos de comércio com a região, ao invés de enfraquece-los.

O Brasil se encontra em situação peculiar na agenda internacional regional, fortalecido passivamente pelo enfraquecimento institucional dos seus vizinhos, particularmente, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela, etc. Chile seria o único país da região com *accountability*, e desempenhos modelares mas, além de ser uma potência menor, também, segundo Jorge CASTAÑEDA (2008 b) prefere um *low-profile* em relações internacionais a pesar de ser o país mais próspero e bem sucedido da América Latina. Existe também

uma simpatia pouco comum dos Estados Unidos para que o Brasil assumira uma posição de preponderância cooperativa na região. Com uma conjuntura econômica internacional de marcante fragilidade, portanto, um cenário de riscos e/ou oportunidades, convêm, ao Brasil, dentro destas circunstâncias controlar a retórica agressiva desnecessária, a oposição sistemática inconveniente, e passar a aproveitar a condição de "menos prejudicado" pelas crises econômicas, políticas e sociais que assolam a região e o mundo, para estabelecer parcerias mais convenientes de aproveitamento mútuo com os países e regiões que melhor desempenho ofereçam nas suas parcerias. Cada vez fica mais distante o mundo das lidas ideológicas da Guerra Fria, e cada vez mais próximo parece o fenômeno globalizante da interdependência. É o momento de tirar lições dos erros passados, para deixar de lado, em definitivo, a animadversão com os parceiros mais importantes, e colocar no devido lugar vizinhos oportunistas que não conseguem valorizar as Relações Internacionais brasileiras, e querem apenas aproveitar de quaisquer oportunidades para aumentar o lucro que conseguem auferir do Brasil.

Na atual circunstância, de relação deteriorada com os governos vizinhos, convêm ao Brasil investir quanto possível no seu *Soft power* através da Diplomacia pública com os países da região, reconhecer as falhas na Política e nas políticas internas para conseguir desenvolver as instituições nas suas plenitudes democráticas. Corrigir as dualidades e disparidades interinstitucionais nas Relações Internacionais que colocam em risco o prestígio conseguido com tantos esforços, e ao longo de tanto tempo, pelo Itamarati. Abrir horizontes para os diversos Interesses Nacionais, ao invés da *reductio ad absurdum* da agenda internacional atrás de um assento permanente enfraquecido num Conselho de Segurança da ONU remodelado, de uma dedicação inflexível a Rodada de Doha fracassada, de uma oposição obstrutiva a concretização da Área de Livre Comércio das Américas enquanto outros países da região conseguem contornar-la através de outro tipo de acordos e negociações, que lhes tem trazido palpáveis benefícios. Evitar disputas e conflitos internacionais desnecessários que comprometam a *accountability*, o prestígio internacional, e gerem desconfiança não apenas no Governo, como também na logomarca, no **brand state Brasil**, de especial significado nas

Relações Internacionais contemporâneas.<sup>179</sup> Em fim, de atitudes que contribuem aumentar o descrédito regional nas iniciativas brasileiras, como afirma WEINER “Países vizinhos que não gozam do mesmo sucesso naturalmente pensam que isso ocorre porque os brasileiros estão tirando vantagem deles”.<sup>180</sup> Certamente, parte destes problemas poderiam ser tratados mais eficientemente com uma maior integração das autoridades federais com a Academia, essa convivência virtuosa é frutífera em muitas das grandes potências, nelas, escolas evolutivas de pensamento de Segurança reúnem quadros de pesquisadores, docentes e gestores e desenvolvem-se tradições e *expertise*.<sup>181</sup>

Desta forma, nas atuais circunstâncias, pode-se dizer em relação ao Brasil e seu entorno, e a América Latina como um todo, que se abre uma época de desafios e oportunidades. O assunto de Segurança é primordial na agenda internacional. A estabilidade da Segurança regional, com algumas exceções, apresenta sinais de fortalecimento, a Colômbia, o país mais comprometido e vulnerável nesse respeito, mostra os sinais de progresso para o Estado de Direito mais promissores em muito tempo. Considerando o **Índice de Estados Falidos** (2005-2008)<sup>182</sup> a Colômbia passou do primeiro nível de ALERTA A (o pior da classificação) em 2005, para o 2º nível ESTADO EM PERIGO a partir de 2006. A Venezuela também no pior nível em 2005, passou para o 3º nível de ESTADOS LIMÍTROFES a partir de 2006. O Paraguai, o Peru, o Equador e o Brasil passaram do segundo nível ESTADOS NA ZONA DE PERIGO em 2005, para o 3º nível ESTADOS LIMÍTROFES junto com a Bolívia não considerada no Índice de 2005. E Uruguai, Argentina e o Chile apareceram no 4º nível ESTADOS ESTÁVEIS desde 2006.

---

<sup>179</sup> A utilização de discurso exaltado, e perigoso, parece estar contagiando até os personagens tidos como mais centrados e confiáveis. Em discurso na última Rodada de Doha o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, comparou as grandes potências econômicas com as práticas do Ministro da Propaganda de Hitler, ninguém melhor que um diplomata de carreira no auge da sua função, para compreender que existem temas que são tabus no ambiente internacional, e que não existem desculpas ou atenuantes que justifiquem o mal causado. Nesse episódio, a representação brasileira acabou conseguindo apenas um consenso, o de **desagradar**, antigos aliados que se consideraram abandonados, e novas parcerias improvisadas quando já era tarde para salvar uma negociação de longo esforço.

<sup>180</sup> Apud TEIXEIRA (2008).

<sup>181</sup> v. ROTHKOPF (2005) Inside the Committee that rules the World.

<sup>182</sup> v. p. 35-47.



Considerando os recursos disponíveis na região, perante a diversidade de outros problemas prementes, uma abordagem mais eficiente pode ser a da Segurança Cooperativa Sustentável, onde um consórcio de Estados com objetivos comuns, assumem políticas e práticas à procura do bem-estar comum, adequadas às necessidades, meios e capacidades dos atores internacionais na região. Com essa finalidade, um instrumento promissor é a promoção do *SMART POWER*, como combinação adequada às circunstâncias de cada caso, do *SOFT POWER* capacidade passiva de projeção de poder pela conquista dos corações e almas das nações vizinhas pelo modelo de comportamento digno de imitação, pela correção e legitimidade dos valores e atos, e pelo sucesso das políticas e o bom desempenho das suas aplicações, e do *HARD POWER*, os vastamente conhecidos meios de incentivos, ou punições (ou ameaça de aplicação das mesmas) quando da resistência, nos tradicionais esquemas da Política de Poder. Considerando que a maior parte dos Estados do mundo, ainda se encontram numa fase de desenvolvimento histórico, seria improdutivo para obtenção necessária de resultados imediatos, considerar medidas propositivas pós-históricas. De continuar, no Cone Sul, e por extensão na América Latina, a tendência a consagração da democracia institucional, do Estado de Direito, do bem-comum, então o Sistema de Segurança Cooperativa Sustentável, instrumentado pela promoção de *Smart Power*, poderá ser substituído por versões normativas fundamentadas e princípios da valoração abstrata, sem requerer dos pesos e contrapesos, das medidas e contramedidas que o mundo histórico torna imprescindíveis, dessa forma a América Latina terá entrado na pós-História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY (2003)  
Measuring Globalization. **Foreign Policy**, n. 134, p. 60-72, Jan.-Feb. 2003.
- A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY (2004)  
Measuring Globalization. **Foreign Policy**, n. 141, p. 54-69, Mar.-Apr. 2004.
- A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY (2005)  
Measuring Globalization. **Foreign Policy**, n. 148, p. 52-60, May-June. 2005.
- A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY (2006)  
The Globalization Index. **Foreign Policy**, n. 157, p. 74-81, Nov.-Dec. 2006.
- A. T. KEARNEY/FOREIGN POLICY (2007)  
The Globalization Index. **Foreign Policy**, n. 163, p. 68-76, Nov.-Dec. 2007.
- ADLER, Emanuel (2005)  
**Communitarian International Relations** - The Epistemic Foundations of International Relations. New York: Routledge, 2005. 334p.
- AGUILLAR, Sérgio L. (2002)  
As Forças de Paz do Brasil: balanço. *In: BRIGAGÃO, Clóvis, PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.) Brasil e o Mundo – Novas visões.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p.363-446.
- ALMEIDA, Paulo R. (2007)  
Brazil as a Regional Player and an Emerging Global Power. Foreign Policy Strategies and the Impact on the New International Order. **Friedrich Ebert Stiftung** Briefing Paper 8. July 2007.
- ALMINO, João (2002)  
Inserção Internacional de Segurança do Brasil: A Perspectiva Diplomática. *In: BRIGAGÃO, Clóvis, PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.) Brasil e o Mundo – Novas visões.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 27-85.
- ALTER, Jonathan (2006)  
How to beat 'Cut and run'. **Newsweek**, v. 148, n. 1-2, p. 19, 3-10/07/2006.
- AMORIM, Celso L. N. (2008 a)  
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador

Celso Amorim, ao jornal **Le Monde**. Brasília, 12 de agosto de 2008. Disponível em: <http://diplomacymonitor.com/stu/dm.nsf/dn/dn9D46720B0D549296852574A300528D28> Acesso em: 05/09/2008.

AMORIM, Celso L. N. (2008 b)

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a **Globo News – Espaço Aberto**, 05/09/2008.

ARAUJO, Braz (2003)

**Segurança Cooperativa em Novo Cenário Internacional**. NAIPPE/USP v. 8, São Paulo: NAIPPE/USP, 2003. 83 p.

ARON, Raymond (1962)

**Paix et Guerre entre les nations**. Paris: Calmann-Lévy, 1962. Tradução de Sergio Bath. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 936p.

ARON, Raymond (1975)

**República Imperial** - Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 359 p. [République Impériale - Les États-Unis dans le Monde 1945-1972. Paris: Calmann-Lévy, 1973].

ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC – América do Sul (2008)

v. 1, São Paulo: Abril, 2008. 96p.

BANDEIRA Luiz A. M. (2006)

Brazil as a Regional Power and Its Relations with the United States. **Latin American Perspectives**, v. 33, n. 3, p.12-27, (2006)

BARNETT, Thomas P. N. (2004a)

**The Pentagon's New Map** – War and Peace in the Twenty-first Century. New York: Berkley, 2004. 435p.

BARNETT, Thomas P. M. (2004b)

A Future Worth Creating: An Interview with Dr. Thomas P. M. Barnett. May 3, 2004. Disponível em: <http://www.enterstageright.com/archive/articles/0504/0504barnettinterview.htm> Acesso em: 11/05/ 2008.

BARNETT, Thomas P. M. (2005)

**Blueprint for Action** – A Future Worth Creating. New York: Putnam Adult, 2005. 448 p.

BARRY, John, HIRSCH, Michael (2006)

A Warrior Lays Down His Arms. **Newsweek**, v. 148, n. 21, p. 28-30, 20/11 /2006.

BARSHESKY, Charlene, HILL, James T. (Chairs), O'NEIL, Shannon K. (Dir.) (2008)

**U.S.-Latin America Relations: A new Direction for a new Reality**. New

York: Council on Foreign Relations Press, May 2008. 108p. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/16279.pdf> Acesso em: 15/09/2008.

BASTOS, Expedito C. S. (2008)

Defesa no Brasil 2008 – **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Centro de Pesquisas Estratégicas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em:

<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/index.php?>

[option=com\\_content&task=view&id=1550&Itemid=33](http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/index.php?option=com_content&task=view&id=1550&Itemid=33) Acesso em 21/09/2008.

BAYLIS, John, SMITH, Steve (2006)

**The Globalization of World Politics** - An Introduction to International Relations. 3 ed. Oxford, UK/New York: Oxford. 2006. 811p.

BECKWITH, David C. (2005)

The U. S. Election of 2004. In: **The Encyclopædia Britannica - Book of the Year 2005**. Chicago: Britannica, 2005. p. 484-5.

BIDDLE, Stephen; O'HANLON, Michael E.; POLLACK, Kenneth (2008)

How to Leave a Stable Irak. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 40-58, Sept.-Oct. 2008.

BOBBIO, Norberto (2000)

**Teoria Geral da Política** – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.

BOBBITT, Philip (2002)

**The Shield of Achilles**. New York: Knopf-Random House, 2002. 880p. **A Guerra e a Paz na História Moderna** - O impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus. 2003. 883 p.

BOOT. Max (2002)

**The Savage Wars of Peace** - Small Wars and the Rise of American Power. New York: Basic Books, 2002. 428 p. Apud ELLIOT, Michael. George W. Kipling - Imperialism is suddenly fashionable. Just ask the Palestinians. **Time**, July 8, 2002. p. 22.

BRAMATTI, Daniel (2008)

Pesquisa CNT/Ibope – Lula: aprovação recorde de 80%. **Jornal da Tarde** (São Paulo), 30/09/2008. p. 13 A.

BRASIL (2006)

**Constituição da República Federativa do Brasil - 2006-2007**. Atualizada em 20 de março 2006. São Paulo: On line Editora, 2006. 258p.

BRINKLEY, Douglas (1998)

**History of the United States**. New York: Viking, 1998. 628p.

BRZEZINSKI, Zbigniew (2004)

**The Choice:** Global Domination or Global Leadership. New York: Basic Books. 2004. 242p.

BUIA, Carole (2002)

A General Revolt – A popular and military uprising drives Venezuela's Hugo Chávez Frías from power. **Time** (Latin American Edition), v. 159, n. 16, p. 14-7. 22/04/2002.

CABRAL, Otavio, BORSATO, CÍNTIA (2008)

O Inferno são os Outros. **Veja** (São Paulo), ed. 2081, a. 41, n. 40, p. 115-20, 08/10/2008.

CASTAÑEDA, Jorge (2008 a)

Morning in Latin America – The Chance for a New Beginning. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 126-39, Sept.-Oct. 2008.

CASTAÑEDA, Jorge (2008 b)

Overthrowing Pinochet. **Newsweek**, v. 152, n.12, p. 33, Sept. 22, 2008.

CASTELLS, Manuel (2000)

**The Information Age: Economy, Society, and Culture:** v. I The rise of the Network Society. 2 ed. Oxford: Blackwell, 2000. 594p.

CASTELLS, Manuel (1997)

**The Information Age: Economy, Society, and Culture:** v. II The Power of Identity. Oxford: Blackwell, 1997. 461p.

CASTELLS, Manuel (1997)

**The Information Age: Economy, Society, and Culture:** v. III End of Millenium. Oxford: Blackwell, 1997. 352p.

CASTRO, Fabrício de (2008)

Pacote nos EUA é rejeitado e Bovespa despenca 9,36%. **Jornal da Tarde** (São Paulo), 30/09/2008. p. 1 B.

CAVAGNARI filho, Geraldo Lesbat (2003)

O argumento do Império. **Política Externa**, São Paulo: v. 12, n. 1, p. 75-83, jun.-agos., 2003.

CENTER FOR AMERICAN PROGRESS/FOREIGN POLICY (2006)

The Terrorism Index. **Foreign Policy**, n. 156, p. 48-55, July-Aug. 2006.

CENTER FOR AMERICAN PROGRESS/FOREIGN POLICY (2007)

The Terrorism Index. **Foreign Policy**, n. 162, p.60-67,Sept.-Oct. 2007.

CENTER FOR AMERICAN PROGRESS/FOREIGN POLICY (2008)

The Terrorism Index. **Foreign Policy**, n. 168, p. 78-85, Sept.-Oct. 2008.

- CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT/FOREIGN POLICY (2003)  
Ranking the rich 2003. **Foreign Policy**, n. 136, p. 56-66, May-June, 2003.
- CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT/FOREIGN POLICY (2004)  
Ranking the rich 2004. **Foreign Policy**, n. 142, p. 46-56, May-June, 2004.
- CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT/FOREIGN POLICY (2005)  
Ranking the rich 2005. **Foreign Policy**, n. 150, p. 76-83, Sep.-Oct, 2005.
- CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT/FOREIGN POLICY (2006)  
Ranking the rich 2006. **Foreign Policy**, n. 156, p. 68-75, Sep.-Oct, 2006.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2006)  
**Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe 2005**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2006.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2007)  
Sinóptica económica de América Latina 1950-2007. *In*: CORPORACION LATINOBAROMETRO **Informe Latinobarómetro 2007** – Banco de datos en línea. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org> Acesso em: 10/07/2008.
- CERVO, Amado L. (2001)  
**Relações Internacionais da América Latina** – Velhos e novos Paradigmas. Brasília: IBRI, 2001. 319p.
- CHANDRASEKARAN, Rajiv (2007)  
**Imperial Life in the Emerald City**: Inside Iraq's Green Zone. New York: Random House, 2007. 365p.
- CLARKE, Richard A. (2004)  
**Against All Enemies** - Inside America's War on Terror. New York: Free Press. 2004. 305p.
- CLARKE, Richard A. (2008)  
**Your Government Failed You**: Breaking the Cycle of National Security Disasters. New York: Harper Collins, 2008. 416p.
- CLEM, Andrew (2007)  
South American Presidents. **Latin America**. Disponível em: <http://www.andrewclem.com/LatinAmerica/Presidents.html> Acesso em: 09/07/2008.
- CLINE, Ray S. (1977)  
**World Power Assessment 1977**: a calculus of strategic drift. Boulder CO: Westview Press/The Center of Strategic and International Studies. 1977. Apud MELLO (1996).

CORPORACION LATINOBAROMETRO (2005)

**Informe Latinobarómetro 2005** – 1995-2005 – Diez Años de Opinión Pública. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org> Acesso em: 02/07/2008.

CORPORACION LATINOBAROMETRO (2007)

**Informe Latinobarómetro 2007** – Banco de datos en línea. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org> Acesso em: 10/07/2008.

CORRALES, Javier (2006)

The Many Lefts in Latin America. **Foreign Policy**, n. 157, p. 44-45, Nov.-Dec. 2006.

COSTA, Thomaz G. da (2002)

A Segurança Internacional do Brasil e os Estados Unidos da América na Guerra Anti-Terror. In: BRIGAGÃO, Clóvis, PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.) **Brasil e o Mundo** – Novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 187-211.

CRAGIN, Kim; CURIEL, Andrew (2006)

9/11 + 5 - Prime numbers. **Foreign Policy**, n. 156, p.34-5, Sept.-Oct. 2006.

CRENSHAW, Martha (2004)

Terrorism, Strategies, and Grand Strategies. In: CRONIN, Audrey K.; LUDDES, James M. (Eds.) **Attacking Terrorism** - Elements of a Grand Strategy. Washington: Georgetown Univ. Press, 2004. p. 74-93.

CRONIN, Audrey K. (2004)

Introduction: Meeting and Managing the Threat. In: CRONIN, Audrey K.; LUDDES, James M. (Eds.) **Attacking Terrorism** - Elements of a Grand Strategy. Washington: Georgetown Univ. Press. 2004. 320p.

CRONIN, Audrey K.; LUDDES, James M. (Eds.) (2004)

**Attacking Terrorism** - Elements of a Grand Strategy. Washington: Georgetown Univ. Press. 2004. 320p.

DAALDER, Ivo H., LINDSAY, James M. (2003)

**America Unbound - The Bush Revolution in Foreign Policy**. New York: Brookings, 2003. 245p.

DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M.; STEINBERG, James B. (2002)

The Bush National Security Strategy: An Evaluation. **Brookings Institution Policy Brief** #109. October 2002.  
<http://www.brookings.org/comm/policybriefs/pb109.htm> Acesso em 17/09/2003.

DeLAY, Tom (2006)

Rep. Tom DeLay delivers his farewell address. - Transcript. 08/06/2006.

[www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/06/08/AR2006060801342.html](http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/06/08/AR2006060801342.html) Acesso em 09/06/2006.

DINGES, John (2005)

**Os Anos do Condor:** Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2005. 445p. [The Condor Years - How Pinochet and his Allies Brought Terrorism to Three Continents, 2004]

DINGES, John, VILLA, Rafael A. D., ADORNO, Sérgio (2005)

**Ditaduras Militares no Cone Sul.** Palestra e debate na FFLCH-USP em 06/06/2005.

DOUGHERTY, James E. & PFALTGRAFF Jr., Robert L. (2001)

**Contending Theories of International relations** - A comprehensive Survey. 5 ed., New York: Longman, 2001. 706p.

DUECK, Colin (2006)

**Reluctant Crusaders:** Power, Culture, and Change in American Grand Strategy. New York: Princeton Univ. Press, 2006. 290p.

EDITORIAL. NASCE UMA SIGLA – A União de Nações Sul-Americanas, criada em reunião de cúpula anteontem, tem sentido puramente retórico. **Folha de São Paulo**, p. A2, 25/05/2008.

ELLIOT, Michael. (2002)

George W. Kipling - Imperialism is suddenly fashionable. Just aks the Palestinians. **Time**, p. 22, July 8, 2002.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA BOOK OF THE YEAR 2007

Chicago: Encyclopædia Britannica, 2007. 904p.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA BOOK OF THE YEAR 2008

Chicago: Encyclopædia Britannica, 2008. 880 p.

ERVIN, Clark K. (2008)

All too quiet in the Homeland front. **The New York Times**. P. A25, 11/09/2008.

FEITH, Douglas (2008)

**War and Decision:** Inside the Pentagon at Dawn of the War on Terrorism. New York: Harper Collins, 2008. 688p.

FERGUSON, Niall (2002)

O Choque da Civilizações ou os Mulás Enlouqueceram: Os Estados Unidos entre o Império Informal e o Formal. In: TALBOTT, Strobe & CHANDA, Nayan. **A Era do Terror**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 236p. [The age of Terror] p. 123-47.

FERGUSON, Niall (2003)

Empire on a Shoestring. **The Washington Post**, 20/07/2003. p. B01.



[http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A14490-2003Jul19.html?nav=hptop\\_ts](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A14490-2003Jul19.html?nav=hptop_ts) Acesso em 21/07/2003.

FERGUSON, Niall (2004)

**Colossus** - The Price of America's Empire. New York: Penguin. 2004. 385p.

FIORINA, Morris P. (1997)

**Congress: Keystone of the Washington Establishment.** 2 ed. New Haven: Yale Univ. Press, 1997.

FOREIGN POLICY – CENTER FOR AMERICAN PROGRESS (2006)

The Terrorism Index (2006). **Foreign Policy**, n. 155, p. 48-55, July-Aug. 2006.

FOREIGN POLICY – CENTER FOR AMERICAN PROGRESS (2007)

The Terrorism Index (2007). **Foreign Policy**, n. 162, p. 60-67, Sept.-Oct. 2007.

FOREIGN POLICY – CENTER FOR AMERICAN PROGRESS (2008)

The Terrorism Index (2008). **Foreign Policy**, n. 168, p.78-85, Sept.-Oct. 2006.

FOREIGN POLICY - LETTERS (2005)

A Failed Index? **Foreign Policy**, n.150, p. 4-12, Sept.-Oct. 2005.

FOREIGN POLICY & FUND FOR PEACE (2005)

The Failed States Index. **Foreign Policy**, n. 149, p. 56-65, July-Aug., 2005.

FOREIGN POLICY & FUND FOR PEACE (2006)

The Failed States Index. **Foreign Policy**, n. 154, p. 50-8, May-June, 2006.

FOREIGN POLICY & FUND FOR PEACE (2007)

The Failed States Index 2007. **Foreign Policy**, n. 161, p. 54-63, July-Aug., 2007.

FOREIGN POLICY & FUND FOR PEACE (2008)

The Failed States Index 2008. 10 p. Disponível em: [http://foreignpolicy.com/story/cms.php?story\\_id=4350&print=1](http://foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=4350&print=1) Acesso em 29/07/2008.

FUKUYAMA, Francis (1989)

The End of History? **The National Interest**, n. 17, Fall 1989.  
O Fim da História? **Jornal da Tarde**, (São Paulo) 28/10/1989.

FUKUYAMA, Francis (1990)

O debate sobre "Será o Fim da História". **Diálogo** (Rio de Janeiro), v. 23, n. 4, p. 8-13. 1990.

FUKUYAMA, Francis (1992)

**The End of History and the Last man.** New York: Free Press, 1992. 418 p.

**O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 384 p.

FUKUYAMA, Francis (1999)

No décimo aniversário de "O Fim da História?". **Política Externa** (São Paulo), v.8, n. 2, p. 61-103, Set.- Nov. 1999.

FUKUYAMA, Francis (2004)

**State-building.** Governance and World Order in the 21st Century. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 2004. 137p.

FUKUYAMA, Francis (2006)

**America at the Crossroads** - Democracy, Power and the Neoconservative Legacy. New Haven: Yale Univ. Press, 2006. 226p.

GOODMAN, Joshua (2008)

South American Presidents Meet on New Bloc as Mistrust Builds. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=apEQVIHo1tV8> Acesso em: 29/05/2008.

GORDON, Michael, TRAINOR, Bernard (2007)

**Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq.** New York: Random House, (2007). 784p.

GORDON, Philip H. (2006)

The End of the Bush Revolution. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 4, p.75-86, July-Aug. 2006.

O Fim da Revolução Bush. **Política Externa** (São Paulo), v. 15, n. 2, p. 83-91, set.-nov. 2006.

GRATIUS, Suzanne (2007)

Brasil en las Américas: ¿Una potencia regional pacificadora? **FRIEDE** (Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior). Working Paper 35. Abr. 2007. 32p.

GRUNWALD, Michael (2006)

DeLay pulls no punches in final speech to the House. 09/06/2006.

[www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/06/08/AR2006060801342.html](http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/06/08/AR2006060801342.html) Acesso em 09/06/2006.

HACKER, Jacob S. & PIERSON, Paul (2005)

**Off center** - The Republican Revolution & the erosion of American Democracy. New York: Yale Univ. Press, 2005. 261p.

HAKIM, Peter (2003 a)

Latin America's Lost Illusions - Dispirited Politics. **Journal of Democracy.**

v. 14, n. 2, Apr. 2003.

HAKIM, Peter (2003 b)

A Política sem ânimo. **Política Externa** (São Paulo), v. 12, n. 2, p. 71-84, set.-nov. 2003.

HAM, Peter van (2001)

The Rise of the Brand State. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 5, p. 2-6, Sept.-Oct., 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2000)

**Empire**, Cambridge: Harvard U. Press, 2000. 478p.

HERMANN, Charles F. (1990)

Changing Course: When Governments chose to redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, Mar. 1990.

HERMANN, Charles F. (1995)

Epilogue: Reflections on Foreign Policy Theory Building. In: NEACK, Laura, HEY, Jeanne A. K., HANEY, Patrick J. **Foreign Policy Analysis - Continuity and change in its second generation**. Engelwood (NJ): Prentice Hall, 1995. 318p. p. 243-58.

HERMANN, Margareth G., HERMANN, Charles F., HAGAN, Joe D. (1987)

How Decision Units Shape Foreign Policy Behavior. *In*: Charles F. HERMANN, Charles W. KEGLEY Jr., James N. ROSENAU. **New Directions in the Study of Foreign Politics**. London: Allen & Unwin, 1987.

HERZ, John H. (1950)

Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, v. 2, n. 2, p. 157-80, Jan. 1950.

HIRSH, Michael (2002)

Bush and the World. **Foreign Affairs**, v. 81, n. 5, p. 18-43, Sept.-Oct., 2002.

HIRSH, Michael (2004-5)

Behind Bush's Back. **Newsweek**, Sp Ed. p. 20-22, Dec. 2004-Feb. 2005.

HIRSH, Michael (2008)

The World According to John McCain. **Newsweek**, v. 151, n. 14, p. 30-5. 07 Apr. 2008.

HIRSH, Michael, EPHRON, Dan (2006)

The Last man Standing. **Newsweek**, v. 148, n. 23, p.23, 04/ 12/2006.

HIRST, Mônica, LIMA, Maria Regina S. (2006)

Brazil as an Intermediate State and Regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

- HOLBROOKE, Richard (2008)  
The Next President – Mastering a daunting agenda. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 2-24, Sept.-Oct. 2008.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2008)  
**A Decade under Chávez: Political Intolerance and Lost Opportunities for Advancing Human Rights in Venezuela.** Disponível em: <http://hrw.org/reports/2008/venezuela0908/> Acesso em: 20/09/2008.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1992)  
A mudança dos interesses estratégicos americanos. **Política Externa** (São Paulo), v. 1, n.1, p. 16-30, Jun. 1992.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994)  
Choque das Civilizações? **Política Externa** (São Paulo), v. 2, n. 4, p. 120-41, mar.-mai. 1994.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1996)  
**The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**, New York: Simon and Schuster, 1996. 367 p.  
**O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** São Paulo: Objetiva, 1997. 456 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1999)  
A superpotência solitária. **Foreign Affairs** (Brasil). Gazeta Mercantil n. 30, p. 23-8, 12/03/1999.
- HUNTINGTON, Samuel P. (2004)  
**Who are We?** - The challenges to American National Identity. New York: Simon & Schuster, 2004. 427p.
- IKENBERRY, G. John; SLAUGHTER, Ann-Marie (2006)  
A World of Liberty and Law. **Newsweek**, v. 148, n. 15, p. 9, 09/10/2006.
- JOFFE, Josef (2008)  
The Rise of the Putin Doctrine. **Newsweek**, v. 152, n. 9, p. 25, Sept. 01, 2008.
- JORNAL DA TARDE (2008)  
Lula muda discurso sobre a crise. **Jornal da Tarde** (São Paulo), 30/09/2008. p. 3 B.
- KAGAN, Robert (2003)  
**Do Paraíso e do Poder** - Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Rocco. 2003. 105p.
- KAGAN, Robert (2008 a)  
The September 12 Paradigm – America, the World and George W. Bush. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 25-39, Sept.-Oct. 2008.

KAGAN, Robert (2008 b)

Uma Liga em Defesa da Democracia. **Veja Ed. Esp. 40 Anos** (São Paulo), ed. 2077, a. 41, ed. Esp., p.208-9, 09/2008.

KANT, Immanuel (1795)

**Perpetual Peace**. In: HUTCHINS, R.M. & ADLER, M. J. (Eds.) Gateway to the Great Books, Chicago, Encyclopædia Britannica, 1963. v. 7, p. 437-75.

KATZNELSON, Ira; WEINGAST, Barry R. (2005)

Intersections between Historical and Rational Choice Institutionalism. In: KATZNELSON, Ira; WEINGAST, Barry R. (Eds.) **Preferences and Situations** - Points of Intersection between Historical and Rational Choice Institutionalism. New York: Russell Sage Foundation Pub., 2005. 345p.

KEEGAN, John (2003)

**Intelligence at War: Knowledge of the Enemy from Napoleon to Al-Qaeda**. New York: Alfred A. Knopf, 2003. 391p.

KEKIC, Lazã (2007a)

A pause in democracy's march. **The Economist The World in 2007**. London: The Economist, 2007. p. 59-60.

KEKIC, Lazã (2007b).

**The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy**. PDF. Disponível em: WIKIPEDIA (2008) [http://en.wikipedia.org/wiki/Democracy\\_index](http://en.wikipedia.org/wiki/Democracy_index). Acesso em 06/05/2008.

KENNEDY, Paul (1987)

**The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. New York: Random House, 1987. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNEDY, Paul (1993)

**Preparing for the twenty-first century**. New York: Fontana/Collin. 448p.

**Preparando para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 409p.

KENNEDY, Paul (2002)

A Manutenção do Poder Americano: Da ferida à recuperação. In: TALBOTT, Strobe & CHANDA, Nayan (Eds.). **A Era do Terror**. Rio de Janeiro: Campus. 2002. 236p.

KENNEDY, Paul (2006)

**The Parliament of Man: the past, the present and the future of the United Nations**. New York: Random House, 2006. 384p.

KISSINGER, Henry K. (1994)

**Diplomacy.** New York: Simon & Schuster, 1994. 912p.

KISSINGER, Henry. (1999)

**Years of Renewal.** New York: Simon & Schuster, 1999. 1151p.

KISSINGER, Henry K. (2001 a)

**Does America need a Foreign Policy.** New York: Simon & Schuster, 2001. 318p.

KISSINGER, Henry K. (2001 b)

The Pitfalls of Universal Jurisdiction. **Foreign Affairs** (New York) v. 80, n.4, p. 86-96, Jul./Aug. 2001.

KNOX, Paul (2006)

A Leftist Surge in Latin America. In: **Encyclopædia Britannica Book of the Year 2006.** Chicago: Encyclopædia Britannica, 2006. p. 488-89.

LAKE, Eli (2008)

Spies warn that Al Qaeda aims for October Surprise. **The New York Sun**, 22/09/2008. Disponível em:

<http://www.nysun.com/foreign/spies-warn-that-al-qaeda-aims-for-october-surprise/86326>. Acesso em 22/09/2008.

LAYNE, Christopher (2006)

**The Peace of Illusions:** American Grand Strategy from 1940 to the present. New York: Cornell Univ. Press. 2006. 320p.

LIPTON, Eric (2008)

With White House Push, U.S. Arms Sales Rise Sharply. **The New York Times**, Sept. 13, 2008. Disponível em:

[http://www.nytimes.com/2008/09/14/washington/14arms.html?\\_r=1&th=&oref=slogin&emc=th&pagewanted=all](http://www.nytimes.com/2008/09/14/washington/14arms.html?_r=1&th=&oref=slogin&emc=th&pagewanted=all) Acesso em: 14/09/2008.

MACSHANE, Denis (2008)

The 10 Big myths of Russia, Its Leader, and Its New Power. **Newsweek**, v. 152, n. 11, p. 8-10, Sept. 15, 2008.

MADISON, Gary B. (1998)

**Globalization: Challenges and Opportunities.** Lecture at McMaster University's Institute on Globalization and the Human Condition. Sept. 1998. Disponível em: [www.humanities.mcmaster.ca/~philos/mad.htm](http://www.humanities.mcmaster.ca/~philos/mad.htm)  
Acesso em 21/01/ 2001.

MALLABY, Sebastian (2002)

The Reluctant Imperialist - Terrorism, failed states, and the case for American Empire. **Foreign Affairs**, v. 81, n. 2, p. 2-7, Mar.-Apr., 2002.

MANDELBAUM, Michael (2002)

**The Ideas that Conquered the World:** Peace, democracy and Free

Markets in the Twenty-first Century. New York: Public Affairs, 2002. 512p.

MAYHEW, David R. (2004)

**Congress** - The electoral connection. 2 ed., New Haven: Yale Univ. Press, 2004. 194p.

MAYHEW, David R. (1991)

**Divided We Govern:** Party control, lawmaking, and investigations, 1946-1990. New Haven: Yale Univ. Press, 1991. 228p.

MAYHEW, David R. (2005)

**Divided We Govern:** Party Control, lawmaking, and investigations, 1946-2002, 2 ed., New Haven: Yale Univ. Press, 2005. 267p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1996)

**Argentina e Brasil** - A Balança de Poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996. 253p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1997)

**A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1997. 300p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1999)

**Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1999. 228p.

MELLO, Valérie de C. (2002)

Paz e Segurança na ONU: A Visão do Brasil. *In:* BRIGAGÃO, Clóvis, PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.) **Brasil e o Mundo** – Novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 163-185.

NAÍM, Moisés (2006)

The Lost Continewnt. **Foreign Policy**, n. 157, p. 40-47, Nov.-Dec. 2006.

NAU, Henry R. (2001)

Why 'The Rise and Fall of the Great Powers' was wrong. **Rev. Internac. Studies**, v. 27, p. 579-92, 2001.

NEACK, Laura, HEY, Jeanne A. K., HANEY, Patrick J. (1995)

**Foreign Policy Analysis** - Continuity and change in its second generation. Engelwood (NJ): Prentice Hall, 1995. 318p.

NEGRI, Antonio (2003)

**5 lições sobre IMPÉRIO.** Rio de Janeiro: DP&A. 2003. 279p.

NOSSA, Leonêncio, MONTEIRO, Tânia (2008)

Lula defende colega boliviano em crise com Washington. **Jornal da Tarde** (São Paulo), 18/09/2008. p. 16 A.

NOSSAL, Kim Richard (1999)

**Lonely Superpower or Unapologetic Hyperpower?** Analyzing American Power in the Post-Cold War Era. Presentation at the biennial meetings of the South African Political Studies Association. Saldanha, Western Cape, 29 June-2 July 1999.

<http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~polisci/faculty/nossal/hyperpower.htm> Acesso em 30/04/2002.

NYE Jr., Joseph S. (1990)

As novas dimensões do poder. p. 45-7. **Diálogo** (Rio de Janeiro), v. 3, n. 1, p.45-7, 1990. **Foreign Policy**, Fall 1988.

NYE Jr., Joseph S. (1999)

Respostas a Fukuyama - No décimo aniversário de "O Fim da História". **Política Externa** (São Paulo), v.8 n. 2 p. 99-103, set.-nov. 1999.

NYE Jr., Joseph S. (2002a)

Não é hora de unilateralismo. **O Estado de São Paulo**, 21/04 /2002.

NYE Jr., Joseph S. (2002b)

**The Paradox of American Power:** Why the World's only Superpower can't go it alone. New York: Oxford U. Press, 2002. 222p.

Resenha por G. John IKENBERRY. **Foreign Affairs**, v. 81, n.2, p. 176. Mar.-Apr. 2002c.

**O paradoxo do Poder Americano** - Por que a única Superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002. 293p. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo.

NYE Jr. Joseph S. (2002-3)

Limits of American Power. **Political Science Quarterly**, v. 117, n. 4, p. 545-59, Win. 2002-03.

NYE Jr., Joseph S. (2003a)

The velvet hegemon. **Foreign Policy**, n. 136, p. 74-75, May-June, 2003.

NYE Jr., Joseph S. (2003b)

U. S. Power and Strategy after Iraq. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 4, p. 60-73, July-Aug., 2003.

Poder y estrategia de Estados Unidos después de Irak. **Foreign Affairs En Español**, v. 3, n. 3, p. 2-12, Jul.-Sept., 2003.

NYE, Jr. Joseph S. (2004a)

**Soft Power** - The means to success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004. 192p.

NYE, Jr. Joseph S. (2004b)

**Soft Power** - The means to success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004. 192p. Resenha por G. John IKENBERRY. **Foreign Affairs**, v. 83, n. 3, p. 136-7, May-June 2004.



- NYE Jr. Joseph S. (2004c)  
Soft Power and American Foreign Policy. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 2, p. 255-70, Sum., 2004.
- NYE Jr., Joseph S. (2004d)  
The decline of America's Soft Power. **Foreign Affairs**, v. 83, n. 3, p. 16-20, May-June 2004.  
La decadencia del poder blando de Estados Unidos. **Foreign Affairs en Español**, v. 4, n. 3, p.127-32, Jul.-Sept, 2004.
- NYE Jr., Joseph S. (2004e)  
The power of sticky oil. **Foreign Policy**, n. 143, p. 14, July-Aug., 2004.
- NYE Jr., Joseph S. (2005)  
**Understanding International Conflicts** - An introduction to Theory and History. New York: Pearson Longman, 2005. 276p.
- NYE Jr. Joseph S. (2006)  
Transformational Leadership and U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 4, p.139-48, July-Aug. 2006.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (2008)  
Plano Estratégico de Defesa - Um plano inexecutável. **O Estado de São Paulo** (São Paulo), 14/09/2008. Disponível em: [www.defesanet.com.br/md1/pac\\_defesa\\_1.htm](http://www.defesanet.com.br/md1/pac_defesa_1.htm) Acesso em: 20/09/2008.
- OLIVEIRA, Eliane, FIGUEIREDO, Janaína, VALENTE, Leonardo (2008)  
União contra a Quarta Frota - Lula e Chávez cobram dos EUA explicações sobre reativação de unidade naval na região. **O Globo** (Rio de Janeiro), 02/07/2008. Disponível em:  
[http://www.defesanet.com.br/usa1/4th\\_fleet\\_1.htm](http://www.defesanet.com.br/usa1/4th_fleet_1.htm) Acesso em: 21/09 /2008.
- OLIVEIRA, Henrique A. de (2005)  
**Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 291p.
- OXFAM GB POLICY PAPER 5/00 (2000)  
**Globalization**. Submission to the UK Government's White Paper on Globalization. 2000.  
[www.oxfam.org.uk/policy/papers/global/global1a.htm](http://www.oxfam.org.uk/policy/papers/global/global1a.htm) Acesso em: 12/01/2001.
- PACKER, George (2005)  
**The Assassins' Gate**: América in Iraq. New York: Farrar, Strauss, Giroux, 2005. 480p.
- PIERSON, Paul (2004)  
**Politics in Time** - History, Institutions, and Social Analysis. Princeton, NJ: Princeton U. Press, 2004. 196p.
- PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2004)

**La Democracia en América Latina.** Hacia una Democracia de Ciudadanas y Ciudadanos. Informe. 287p. Disponível em: <http://democracia.UNDP.org/informe>. Acesso em: 10/07/2008.

PUTNAM, Robert D. (1988)

Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-level Games. **International Organization**. n. 42, p. 427-60. Summer 1988. Apud DOUGHERTY, & PFALTGRAFF (2001, p. 598-99).

QUAIS os países que mais gastam com defesa? **Grandes Guerras** (São Paulo), n. 14, p. 7, Nov. 2006.

RAMONET, Ignacio (2001)

Nouveau siècle, nouveaux conflits. **Manière de voir, Le Monde Diplomatique** (Paris), v.55, p.6-7, Jan.-Fév. 2001.

RICE, Condoleezza (2001)

Promovendo os Interesses Nacionais. **Política Externa** (São Paulo) v.10, n.1, p. 83-99, jun./ago. 2001.

RICE, Condoleezza (2008)

No reason to fear Brazil's Growth, Says Rice. **Brazzilmag**.

Disponível em:

[http://www.brazzilmag.com/index1.php?option=com\\_content&do.pdf](http://www.brazzilmag.com/index1.php?option=com_content&do.pdf)

Acesso em 03/09/2008.

RICE, Susan E. (2003)

The New National Security Strategy: Focus on Failed States. **Brookings Institution Policy Brief** #116. Feb. 2003.

<http://www.brookings.org/comm/policybriefs/pb116.htm> Acesso em 17/09/2003.

RICKS, Thomas (2006)

**Fiasco:** The American military Adventure in Iraq. New York: Penguin, 2006. 496p.

ROBINSON, Linda (2008)

**Tell Me How This Ends:** General David Petraeus and the Search for a Way Out of Iraq. New York: Perseus, 2008. 432p.

ROHTER, Larry (2007)

Scientists are making Brazil's savannah bloom. **The New York Times**. 02/10/2007. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2007/10/02/science/02tropic.html?>

[ex=1348977600&en=3dd23c6cb66f054c&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rssA](http://www.nytimes.com/2007/10/02/science/02tropic.html?ex=1348977600&en=3dd23c6cb66f054c&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rssA)

cesso em 03/09/2008.

ROMERO, Simon (2008 a)

Amid Growing Unrest, Bolivia Orders U.S. Ambassador to Leave. **The New**

**York Times**, Sep. 10, 2008. Disponível em:  
[http://www.nytimes.com/2008/09/11/world/americas/11bolivia.html?  
\\_r=1&scp=5&sq=Bolivia&st=nyt&oref=slogin](http://www.nytimes.com/2008/09/11/world/americas/11bolivia.html?_r=1&scp=5&sq=Bolivia&st=nyt&oref=slogin) Acesso em: 19/09/2008.

ROMERO, Simon (2008 b)  
Alleging Coup Plot, Chávez Outs U.S. Envoy. **The New York Times**, Sep. 12, 2008. Disponível em:  
[http://www.nytimes.com/2008/09/11/world/americas/13bolivia.html?  
ref=world](http://www.nytimes.com/2008/09/11/world/americas/13bolivia.html?ref=world) Acesso em: 19/09/2008.

ROSS, Michael L. (2008)  
Blood Barrels – Why Oil Wealth Fuels Conflict. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 3, p. 2-16. May-June 2008.

ROTHKOPF, David J. (2005)  
Inside the Committee that Rules the World. **Foreign Policy**, n. 147, p.30-40, Mar.-Apr. 2005.

SALINAS ROBINSON, Leonardo (2007)  
Brasil y la noción de potencia. Un análisis de la política exterior brasileña entre 2001 y 2006. **Enfoques**, n. 6. P. 79-102, 1º sem., 2007.

SCHELP, Diogo (2008)  
Expulso por Chávez. **Veja** (São Paulo), ed. 2080, a. 41, n. 39, p. 114-16, 01/10/2008.

SEITENFUS, Ricardo (2000)  
**Manual das Organizações Internacionais**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 367p.

TALBOTT, Strobe; CHANDA, Nayan. (2002)  
Introdução In: \_\_\_\_ **A Era do Terror** - O mundo depois de 11 de setembro - Reflexões e alertas para o futuro. Rio de Janeiro: Campus. 2002. 236p.

TEIXEIRA, Duda (2008)  
Pode bater que o gigante é manso. **Veja** (São Paulo), ed. 2080, a. 41, n. 39, p. 118-19, 01/10/2008.

TELESCA, Edmar E. (1979)  
A Balança de Poder na América do Sul. **A Defesa Nacional**, n. 684, 29-47, jul.-agos., 1979. Apud MELLO (1996).

TENET, George J. (2001)  
Statement by Director of Central Intelligence George J. Tenet before the Senate Select Committee on Intelligence on the "**Worldwide Threat 2001: National Security in a Changing World**" (as prepared for

delivery) 07 February 2001. 17p.

THE ECONOMIST (2006a)

Don't do it - The Baker-Hamilton group wants to set date for leaving Iraq. George Bush should say no. **The Economist**, v.381, n. 8507, p.11, 09-15/12/2006.

THE ECONOMIST (2006b)

Iraq - Managing Defeat. **The Economist**, v.381, n. 8507, p.31-2, 09-15/12/2006.

THE ECONOMIST (2006c)

The Report in brief - Details, details. **The Economist**, v.381, n. 8507, p.32, 09-15/12/2006.

THOMAS, Evan (2006)

The Rescue Squad. **Newsweek**, v. 148, n. 21, p. 20-27, 20/11 /2006.

THUCYDIDES (c. 431-400 a.C.)

**The History of the Peloponesian War.** The Great Books of the Western Civilization. v. 6. p. 343-616. Chicago: Britannica, 1952.

UNASUL (2008a)

**Tratado Constitutivo.** Disponível em:  
[www.uniondenacionessuramericanas.com](http://www.uniondenacionessuramericanas.com) Acesso em 29/05/2008.

UNASUL (2008b)

**Renuncia el Secretario de la UNASUR.** (23/05/2008). Disponível em:  
[www.uniondenacionessuramericanas.com](http://www.uniondenacionessuramericanas.com) Acesso em 29/05/2008.

UNASUL (2008c)

**No se aprobó el Consejo de Defensa Sudamericano peor se constituye un grupo de estudio.** Disponível em:  
[www.uniondenacionessuramericanas.com](http://www.uniondenacionessuramericanas.com) Acesso em 29/05/2008.

UNITED NATIONS (1945)

Charter of the United Nations. (1945) *In: Great Documents. Gateway to the Great Books.*, v. 6. - Man and Society. Chicago: Britannica, 1963. p. 422-51.

UNITED NATIONS (1948)

Universal Declaration of Human Rights.. (1948) *In: Great Documents. Gateway to the Great Books.*, v. 6. - Man and Society. Chicago: Britannica, 1963. p. 452-6.

UNITED NATIONS (2008)

Objetivos de Desarrollo del Milenio de la ONU. Disponível em:  
<http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/> Acesso em 20/07/2008.

U. S. CIA - Central Intelligence Agency (2008a)

**The World Fact Book.** 2008. Disponível em:  
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>  
 Acesso em 08/03/2008.

- U. S. CIA – Central Intelligence Agency (2008 b)  
**The World Fact Book.** 2008. Disponível em:  
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xx.html#People> Acesso em 14/03/2008.
- U. S. THE WHITE HOUSE (2002)  
**The National Security Strategy of The United States of America.** 2002.  
<http://www.whitehuse.gov/nssall.html>  
 Acesso em 30/10/ 2002.
- U. S. THE WHITE HOUSE (2006a)  
**The National Security Strategy of the United States of America,** 2006.  
<http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/index.html> Acesso em 10/05/2006.
- U. S. THE WHITE HOUSE (2006b)  
**State of the Union Address by the President George W. Bush.** Jan. 31, 2006. **State of the Union News releases.** 26p.2006.  
[www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/index.html](http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/index.html) Acesso em 10/02/2006.
- VÉDRINE, Hubert; MOÏSI, Dominique (2001)  
**France in an Age of Globalization.** Washington, DC: Brookings, 2001. 143p.
- VICENTINI, Gilberto F. (1998)  
 O Brasil como Potência Média: Possibilidades de ação internacional. *In:* Ricardo SENNES (Org.) **O Brasil e a Política Internacional.** São Paulo: IDESP, 1998. p. 25-32.
- VISCA, Paola (2008)  
 El lanzamiento de UNASUR en el tablero del poder. 26/05/2008.  
 Disponível em: <http://www.integracionsur.com/sudamerica/ViscaUnasur/BrasiliaAnalisis.htm> Acesso em 29/05/2008.
- WALKER, Ignacio (2006)  
 Democracia en América Latina. **Foreign Affairs en Español,** v. 6, n. 2, p.3-24, Abr.-Jun., 2006.
- WALLERSTEIN, Emmanuel (1996)  
 The rise and Future demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History,** v. 16, n. 4, p. 390-415, Sept. 1974. *In:* VASQUEZ, John A. **Classics of International Relations.** 3 ed., Upper Saddle River NJ: Prentice Hall,

1996.

WEISMAN, Steven R. (2003)

Reconstruction - Over \$ 13 billion in aid is pledged to rebuild Iraq. **The New York Times**, 25/10/2003.

<http://www.nytimes.com/2003/10/25/international/europe/25DONO.html> Acesso em 26/10/2003.

WEST, Bing (2008)

**The Strongest Tribe: War, Politics, and the Endgame in Iraq.** New York, Random House, 2008. 448p.

WHITE, Josh (2008)

Gates Sees Terrorism Remaining Enemy No. 1. New Defense Strategy Shifts Focus From Conventional Warfare. **The Washington Post**, p. A01, 31/07/2008. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/07/30/AR2008073003240.html?wpisrc=newsletter&sid=ST2008073100531&pos=> Acesso em: 15/08/2008.

WIGHT, Martin (2002)

**A Política do Poder.** 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 329 p.

WIKIPEDIA (2008a)

Democracy Index. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Democracy\\_index](http://en.wikipedia.org/wiki/Democracy_index) Acesso em 06/05/2008

WIKIPEDIA (2008b)

List of Countries by GDP (PPP). **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_countries\\_by\\_GDP\\_\(PPP\)](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_GDP_(PPP)) Acesso em 01/04/2008.

WIKIPEDIA (2008c)

List of Countries by Human Development Index. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_countries\\_by\\_Human\\_Development\\_Index](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_Human_Development_Index) Acesso em 10/10/2008.

WIKIPEDIA (2008d)

List of Countries by Number of Active Troops. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em:

[http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_countries\\_by\\_number\\_of\\_active\\_troops](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_number_of_active_troops) Acesso em 01/04/2008.

WIKIPEDIA (2008e)

Média potência. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Média\\_potência](http://pt.wikipedia.org/wiki/Média_potência) Acesso em: 03/ 09/2008.

WIKIPEDIA (2008f)

Potência regional. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Potência\\_regional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Potência_regional) Acesso em 03/09 /2008.

WIKIPEDIA (2008g)

Southern Cone. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Southern\\_Cone](http://en.wikipedia.org/wiki/Southern_Cone) Acesso em 08/03/2008.

WIKIPEDIA (2008h)

Union of South American Nations. **Wikipedia** – The Free Encyclopedia. 2008. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Union\\_of\\_South\\_American\\_Nations](http://en.wikipedia.org/wiki/Union_of_South_American_Nations) Acesso em 08/03 /2008.

WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa (2003)

**Dreaming with brics:** The path to 2050. New York: Goldman Sachs. 2003. 22p. Global Economic Paper N. 99. Disponível em:

[http://cep.cl/Cenda/Cen\\_Documentos/Varios/Goldman\\_Sachs\\_BRIC.pdf](http://cep.cl/Cenda/Cen_Documentos/Varios/Goldman_Sachs_BRIC.pdf)

Acesso em 07/09/2008.

WOODWARD, Bob (2003)

**BUSH at War.** New York: Simon & Schuster. 2003. 400p.

**BUSH em guerra.** São Paulo: ARX. 2003. 452p.

WOODWARD, Bob (2004)

**Plan of Attack,** New York: Simon & Schuster. 2004. 480p..

**Plano de Ataque.** São Paulo: Globo. 2004. 455p.

WOODWARD, Bob (2006)

**State of Denial** - Bush at War Part, III. New York: Simon & Schuster. 2006. 560p.

WOODWARD, Bob (2008)

**The War Within:** A Secret White Housw History 2006-2008. New York: Simon & Schuster, 2008. 512p.

WROBEL, Paulo S., HERZ, Mônica (2002)

A Política Brasileira de Segurança no Pós-Guerra Fria. *In:* BRIGAGÃO, Clóvis, PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.) **Brasil e o Mundo** – Novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p.255-318.

YON, Michael (2008)

**Moment of Truth in Iraq:** How a New 'Greatest Generation' of American Soldiers is Turning Defeat and Disaster into Victory and Hope. New York: Richard Vigilante, 2008. 256p.

ZAKARIA, Fareed. (2001)

The coming priority: 'Nation-Building Lite'. **Newsweek**, v.138, n. 17, p. 11, Oct. 22, 2001.

ZIBECHI, Raúl (2006)

Brazil and the difficult path to Multilateralism. **International Relations Center Americas Program**. Silver City, NM: IRC, Mar. 8, 2006. 8p.

Disponível em: <http://www.fhtg.org/fntg/docs/brazilmultilateralism.pdf>

Acesso em: 28/08/2008.

ZINSMEISTER, Karl (2004)

**Dawn over Baghdad:** How the U. S. Military is using Bullets and Ballots to Remake Iraq. New York: Encounter, 2004. 210p.